



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

***O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO  
AMBIENTALISTA DE NITERÓI (1980-1991): O PÚBLICO E O PORVIR  
PROVÁVEL***

CAINÃ CARNEIRO GUSMÃO

Niterói/Rio de Janeiro

2018

Cainã Carneiro Gusmão

***O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO  
AMBIENTALISTA DE NITERÓI (1980-1991): O PÚBLICO E O PORVIR  
PROVÁVEL***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora:** Prof. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida

Niterói/RJ

2018

Cainã Carneiro Gusmão

***O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO  
AMBIENTALISTA DE NITERÓI (1980-1991): O PÚBLICO E O PORVIR  
PROVÁVEL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Doutora Juniele Rabêlo de Almeida (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

---

Professor Doutor José Augusto Valladares Pádua  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Arguidor externo

---

Professora Doutora Giselle Martins Venâncio  
Universidade Federal Fluminense – Arguidora

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

G982p Gusmão, Cainã Carneiro  
O Processo de Institucionalização do Movimento  
Ambientalista de  
Niterói (1980-1991): O Público e o Porvir Provável / Cainã  
Carneiro Gusmão ;  
Juniele Rabêlo de Almeida, orientadora. Niterói, 2018.

178 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.13114756727>

1. História de Niterói. 2. História do movimento  
ambientalista. 3.  
História e natureza. 4. Produção intelectual. I. Título II.  
Almeida, Juniele Rabêlo  
de, orientadora. III. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de História.

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

## AGRADECIMENTOS

À CAPES e ao CNPq, agradeço aos investimentos no financiamento da pesquisa no país; o apoio financeiro foi fundamental para que este estudo fosse possível. Também sou imensamente grato ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense que forneceu a estrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa .

À minha orientadora, Juniele Rabêlo de Almeida, faço um agradecimento especial, por toda a confiança, profissionalismo, carinho e dedicação que marcaram nossa relação. Não poderia ter tido uma referência melhor e mais admirável como pessoa e como profissional.

Agradeço aos professores José Augusto Pádua e Giselle Martins Venâncio, que generosamente aceitaram fazer parte da minha Qualificação e da banca final, tendo feito uma leitura muito cuidadosa do trabalho, fazendo críticas e sugestões valiosas. Sou grato, ainda, pela oportunidade de ter cursado com ambos disciplinas muito proveitosas ao longo de minha trajetória na pós-graduação, que iluminaram caminhos teóricos e me deram instrumentos para ver meu objeto de estudo de uma nova forma.

Agradeço aos meus pais, irmãos, avós, amigos e à minha família, de forma geral, que foram um refúgio para desestressar a mente com conversas, amor e sorrisos. À minha namorada, Natália, que sempre esteve ao meu lado, sendo confiante e parceira nas horas mais difíceis. Você fez tudo ficar mais leve e mais fácil. Não poderia pedir por uma companheira melhor para trilhar esse caminho. Ao casal que mora no meu coração, Gui e Isa, por todo o carinho e alegria que trazem à minha vida todos os dias.

## RESUMO

Esta dissertação busca compreender, a partir do estudo da trajetória do Movimento de Resistência Ecológica e do Movimento Cidadania Ecológica (na cidade de Niterói-RJ), como determinadas ideias e preocupações ambientais se tornam públicas e quais suas implicações nas disputas pela definição da maneira legítima de se relacionar com a natureza. A análise se dá por etapas, considerando 1- a relação entre as primeiras formas de socialização dos militantes com a natureza e suas posições políticas dentro do espaço social de Niterói; 2- a configuração das oportunidades políticas durante o período da Redemocratização, num contexto de expansão das possibilidades de engajamento nas lutas públicas; 3- os padrões do conjunto de atos simbólicos e políticos (constituindo ações coletivas) que tornam o grupo um “movimento ambientalista” e que revelam as disposições dos principais grupos engajados no ambientalismo em Niterói; 4- a trajetória do grupo (que constitui o núcleo do movimento) na hierarquia das lutas públicas legítimas, observando as transformações das disposições, representações da realidade e estratégias dos militantes (na medida em que ganham experiência técnico-profissional, de militância e de ocupação de novos espaços legítimos); 5- as implicações de suas pautas na produção de políticas públicas e na institucionalização dos espaços considerados como naturais, levando em conta seus reflexos sobre grupos marginalizados (como pescadores e sítiantes tradicionais) e suas limitações ante grupos dominantes (como representantes do capital imobiliário).

Palavras-chave: natureza; movimento ambientalista; espaço social; espaço público; legitimidade.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>1- Sobre princípios teórico-metodológicos de construção do objeto</b>	12
<i>1.1 Redução ao contexto</i>	13
<i>1.2 Redução à ação/discurso</i>	15
<i>1.3 Por um olhar relacional</i>	17
<i>1.4 O relacionalismo: entre os conceitos de público e natureza</i>	20
<b>2- Sobre hipótese e fontes</b>	26
<i>2.1 Arquivos e acervos</i>	26
<i>2.2 Hipóteses</i>	30
<i>2.3 Sobre a organização do texto</i>	32
<b>CAPÍTULO 1 – TRAJETÓRIAS SOCIAIS E O CONCEITO DE NATUREZA: IDEIAS UNIVERSAIS EM CONTEXTOS PARTICULARES</b>	34
<b>1.1 Aspectos da construção de uma visão dominante de natureza no Brasil</b>	35
<b>1.2 Percepção prática da natureza – trajetórias de militantes do MORE</b>	43
<i>1.2.1 Apontamentos sobre a urbanização de Niterói no século XX</i>	45
<i>1.2.2 A percepção da natureza e o espaço social</i>	52
<i>1.2.3 A socialização de militantes com a natureza</i>	60
<b>CAPÍTULO 2 – O DEVIR DAS LUTAS PÚBLICAS: A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE UM GRUPO AMBIENTALISTA E A DISPUTA PELA ENUNCIÇÃO</b>	75
<b>2.1 Um panorama sobre a literatura acadêmica: as bases para o surgimento dos chamados “movimentos ambientalistas”</b>	75
<i>2.1.1 Transformações no campo institucional-burocrático</i>	77
<i>2.1.2 Estruturas de oportunidade política da Redemocratização</i>	79
<b>2.2 A formação do MORE – o interesse pela luta pública</b>	82
<i>2.2.1 Um olhar teórico para pensar a trajetória do MORE</i>	83
<i>2.2.2 A gênese do Movimento de Resistência Ecológica</i>	88
<b>2.3 O trabalho político de formação do MORE</b>	103
<b>CAPÍTULO 3 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA NATUREZA: UNIVERSALIZAÇÃO</b>	

<b>DE PERSPECTIVAS NA CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA TIRIRICA</b>	118
<b>3.1 Relações de poder e espaço social na Região Oceânica de Niterói</b>	119
<b>3.2 O Movimento Cidadania Ecológica e a campanha pela criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca</b>	128
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	158
<b>REFERÊNCIAS</b>	163



## Lista de Siglas

ABE – Associação Brasileira de Ecologia  
ABPPOLAR – Associação Brasileira de Prevenção a Poluição do Ar  
AEMIN – Associação de Empresas do Mercado Imobiliário  
AFEA – Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos  
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural  
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
AMAI – Associação de Moradores e Amigos de Icarai  
AMIGA – Associação de Moradores do Ingá  
ANDEF – Associação Niteroiense de Deficientes Físicos  
APA - Área de Proteção Ambiental  
APEDEMA – Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente  
APP – Área de Preservação Permanente  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
CCRON – Conselho Comunitário da Região Oceânica  
CDN – Comitê de Defesa de Niterói  
CECA – Comissão Estadual de Controle Ambiental  
CERJ – Companhia Estadual de Energia Elétrica  
CIEC – Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembleia Constituinte  
CNES – Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente  
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
ENCAMON – Encontro de Associações de Moradores de Niterói  
FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro  
FAMMAR – Federação das Associações de Moradores de Maricá  
FAMNIT – Federação das Associações de Moradores de Niterói  
FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza  
FDST – Frente de Defesa da Serra da Tiririca  
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente  
GEECORJ – Grupo de Estudos Ecológicos do Rio de Janeiro  
GTTAP – Grupo de Trabalho de Turismo em Áreas Protegidas

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBDF-RJ – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal do Rio de Janeiro  
IEF – Instituto Estadual de Florestas  
INEA – Instituto Estadual do Ambiente  
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural  
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano  
ITR – Imposto Territorial Rural  
LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
MCE – Movimento Cidadania Ecológica  
MCI – Movimento Caminhantes Independentes  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEI – Movimento Ecológico de Itaipuaçu  
MORE – Movimento de Resistência Ecológica  
MP – Ministério Público  
NUFEP – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
ONG – Organização Não Governamental  
PATAE – Programa de Assistência Técnica e Assessoria Empresarial  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PESET – Parque Estadual da Serra da Tiririca  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PV – Partido Verde  
RIMA – Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente  
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente  
SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagoas  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SOAMI – Sociedade dos Amigos de Itacoatiara  
SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

TJ-RJ – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNAMPPI – União das Associações de Moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipu

# Introdução

---

A pesquisa começou a se esboçar em meados de 2014, quando fui bolsista de iniciação científica, na Universidade Federal Fluminense, integrando o projeto “Movimento ambientalista em Niterói: história e culturas políticas (1973-2002)”<sup>1</sup>. A partir das entrevistas de história oral, realizadas com lideranças do movimento ambientalista da cidade de Niterói, e com o processo de arquivamento e digitalização de seus arquivos pessoais, foi possível a produção e confrontação de uma série de narrativas sobre a história do Movimento de Resistência Ecológica (MORE) em Niterói, do início ao “amadurecimento” (para usar os termos dos entrevistados) com atuação nos principais meios institucionais e pautas públicas da cidade. A partir das narrativas pessoais, essa história era construída e reconstruída de acordo com os interesses e sentidos que cada sujeito atribuía a sua própria trajetória e participação enquanto ativista. No entanto, a relação entre a institucionalização do movimento e a retórica do “amadurecimento” foi uma regularidade que se fez presente em todas as narrativas. Essa relação foi uma das bases para o desenvolvimento das principais questões que orientam esse estudo, como será demonstrado mais a frente, bem como para a definição do corte cronológico.

O Movimento de Resistência Ecológica (MORE) foi fundado em agosto de 1980 e registrado oficialmente no dia 09/01/1981. Veio a se tornar, sobretudo entre os anos de 1987 e 1989, um dos mais influentes movimentos ambientalistas do estado do Rio de Janeiro. Chegou a ter mais de dois mil associados<sup>2</sup>, um programa na Rádio Fluminense FM (chamado “Verde que te quero ver”) e alguns de seus representantes integraram o programa “Baleia verde” da TVE (TV Educativa), que gerou projeção a nível nacional<sup>3</sup>. Tiveram participação nos principais debates políticos de âmbito municipal da época, atuando na disputa pela aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Niterói, da Lei

---

<sup>1</sup> Projeto coordenado pela professora Juniele Rabêlo de Almeida, vinculado ao LABHOI-UFF e financiado pela FAPERJ entre 2014 e 2015.

<sup>2</sup> Na década de 1980 os movimentos ambientalistas se multiplicaram, assumindo dimensões variáveis. Em geral, havia um núcleo ativo que oscila entre três e 20 pessoas, e um vasto contingente passivo de filiados que vai de 50 a 200 pessoas, chegando, no caso das mais extensas, a mais de 1000 pessoas (Viola, 1992, p.57).

<sup>3</sup> Em documentação jornalística da época, o então presidente do MORE, Eduardo Lins, afirma que com a projeção nos meios de comunicação de massa o movimento passou a receber cartas de todo o Brasil.

Orgânica Municipal e do Plano Diretor, além de desempenho decisivo na campanha que resultou na criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

De maneira geral, os militantes pertenciam a classe média e alta, tal como reforça a literatura sobre a configuração social dos movimentos ambientalistas. Ao longo da década de 1980, entraram no movimento ainda quando estudantes universitários, dominando cada vez mais um saber técnico, vindo a atuar nos principais fóruns institucionalizados de debate político-legal de Niterói, chegando a atuar na administração pública municipal<sup>4</sup> e, posteriormente, estadual<sup>5</sup> entre 1989 e 1991. A trajetória dos integrantes do movimento se desdobrou, de maneira geral, com forte ligação às instituições estatais ligadas ao ambientalismo<sup>6</sup>. Assim sendo, o movimento teve participação relevante nas arenas legítimas da política institucional, nos meios de comunicação e nas intervenções locais de rua. O recorte temporal, portanto, compreende a origem do MORE em 1980 até o ato oficial de criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, em 1991, tido pelos próprios militantes como o a maior conquista do movimento ambientalista da região de Niterói-Maricá.

O contato com esse material me instigou a pensar as disputas sobre a representação do movimento, suas transformações no tempo e sua relação com o sentido da vida dos entrevistados. Nessa proposta, o estudo da literatura sobre o movimento ambientalista foi um guia tanto para entender o quadro mais amplo que possibilitou o ativismo ambiental quanto para iluminar os caminhos teórico-metodológicos mais explorados pelos pesquisadores. Creio que a busca por formas de construir o objeto de análise tenha sido um dos maiores investimentos dessa dissertação, de maneira que me proponho a

---

<sup>4</sup> Com a nomeação de integrantes do movimento à Superintendência do Patrimônio Natural e Meio Ambiente, da Secretaria de Urbanismo. Eram então filiados ao Partido Verde, que fizera coligação com o PDT na eleição de 1988, que elegeu Jorge Roberto Silveira (PDT) e Eduardo Travassos (PV) para os cargos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente.

<sup>5</sup> Com a nomeação de Axel Graef, fundador do MORE e do MCE, para a presidência do Instituto Estadual de Florestas, em 1991, o que implicou na integração de outros componentes do movimento ambientalista à gestão do instituto. A nomeação de Graef foi fruto da coligação do PV com o PDT nas eleições para governador do Rio de Janeiro em 1990, com a eleição de Leonel Brizola no primeiro turno.

<sup>6</sup> Para citar os três entrevistados de destaque em termos de cargos públicos ocupados: Axel Graef foi presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF) em 1991, presidiu a FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente em duas gestões (1999-2000 e 2007-2008), foi Subsecretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e é o atual vice-prefeito (pelo PV, eleito em 2012) de Niterói. Paulo Bidegain foi Subsecretário do Meio-ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro (1999-2000), ocupou o cargo de Superintendente de Biodiversidade da Secretaria Estadual do Ambiente e atuou como vice-presidente do Instituto Estadual de Florestas (2007-2009). Alba Simon atuou no Instituto Estadual de Florestas no governo Brizola, no Rio de Janeiro (1991-1994). Atuou como assessora parlamentar da ALERJ (2004-2006). Entre 2007 e 2010, foi diretora de Conservação da Natureza no Instituto Estadual de Florestas. Em seguida, atuou como Superintendente de Biodiversidade e Florestas na Secretaria Estadual do Ambiente.

dedicar a maior parte dessa introdução aos princípios que nortearam meu olhar sobre a interpretação e organização das fontes de pesquisa<sup>7</sup>

### **1- Sobre princípios teórico-metodológicos de construção do objeto**

O título dessa dissertação já aponta que se trata de uma análise sobre a formação do movimento ambientalista de Niterói na década de 1980 enquanto um agente nas lutas travadas no espaço público. Uma frase bastante simples e objetiva – passível, talvez, da acusação de ser carente de criatividade. É possível entender o enunciado, que suscita, quando muito, uma dúvida sobre qual o movimento que está sendo analisado. O resultado seria bastante diferente, em termos de afinidade e compreensão intuitiva, se o título se referisse ao estudo da escrita hagiográfica na Gália do século VI. Afinal, não são muitos os que sabem o que diabos é escrita hagiográfica, Gália ou o como era o mundo no século VI.

Ao contrário do que possa parecer, o fato do tema da pesquisa ser muito propício ao entendimento comum não é uma mera trivialidade. Nessa familiaridade discursiva está implícita uma série de problemas teórico-metodológicos centrais na prática das ciências humanas. Trata-se de um enunciado carregado de sentidos e de conceitos que, de maneira geral, são bastante incorporados ao senso comum e, desta forma, bastante passíveis de serem tomados sem uma investigação crítica. Ideias como “movimento social”, “década de 1980”, “cidade”, “natureza”, “espaço público”, são facilmente tomados como dados da realidade sobre os quais se pode falar sem o esforço de análise e definição mais rigoroso. São conceitos “óbvios”. Eis um dos problemas fundamentais das análises científicas sobre objetos social e historicamente próximos do pesquisador: desnaturalizar aquilo que parece natural<sup>8</sup>.

O desafio de uma análise reflexiva é, portanto, identificar as forças sociais que atravessam esses conceitos e que fundamentam seu sentido dominante compartilhado pelo senso comum. Em outras palavras, busca-se compreender os princípios necessários para se produzir uma análise relacional que permita a análise dos dispositivos de

---

<sup>7</sup> Ver o tópico 2 - “Sobre hipóteses e fontes”.

<sup>8</sup> Esse problema também atravessa objetos social e historicamente distantes do pesquisador, que deve fazer o exercício inverso de tornar compreensíveis conceitos e práticas atravessados por uma outra lógica que não a do observador, tomando o cuidado de não projetar seus próprios valores e percepções de maneira irrefletida. De maneira simplificada, trata-se de seguir a máxima consagrada na antropologia e que pode ser sintetizada pela frase de Roberto Da Matta: “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico”.

percepção e de ação inscritos em padrões de relações duráveis (estruturas) que constituem e organizam o espaço social em termos materiais e simbólicos<sup>9</sup>.

O olhar recai, portanto, sobre a formação do Movimento de Resistência Ecológica (MORE), por acreditar que a observação microscópica dos processos de gênese social nos permite captar os princípios de uma estruturação do singular, por um lado, e de uma singularização do estrutural, por outro. Em outras palavras, o olhar sobre a prática permite integrar a relação entre a coerção e a criação, entre a estrutura e a ação sem cair em abstrações deterministas e reducionistas.

Para realizar uma empreitada desse tipo, é importante identificar, em linhas gerais, que estradas foram pavimentadas pela bibliografia sobre a temática dos movimentos ambientalistas e que caminhos permanecem ainda pouco explorados. Acredito que essa pequena digressão tornará mais fácil para o leitor localizar este estudo no debate e compreender algumas das escolhas analíticas propostas. Assim, serão identificadas duas correntes<sup>10</sup>: uma que cai num reducionismo a partir do contexto e uma que incorre num reducionismo a partir da ação/discurso.

### *1.1 - Redução ao contexto*

Essa linha de análise tende a derivar a explicação da formação do movimento ambientalista e da disseminação das pautas ambientalistas diretamente de elementos contextuais (a Conferência de Estocolmo, o “milagre econômico” da década de 1970, a Redemocratização, a Rio-92 etc.) e de determinados grupamentos sociais (a classe média, a sociedade civil, o Estado, os empresários etc.).

A análise de Eduardo Viola (talvez a mais conhecida no debate acadêmico sobre o tema) exemplifica esse tipo de construção analítica de maneira bastante clara. O autor se baseia na ideia – de Ronald Inglehart – de que a evolução material propiciada pelo capitalismo moderno, sobretudo na segunda metade do século XX, teria possibilitado a emergência de preocupações e valores pós-materialistas, não mais atrelados à urgência

---

<sup>9</sup> A base teórica desse procedimento analítico é ancorada nos trabalhos de Pierre Bourdieu. Mais abaixo, ainda nessa introdução, a maneira como farei uso do autor será explicitada com mais detalhes. Bons panoramas dos pressupostos centrais de sua análise relacional podem ser encontrados em 1-BOURDIEU, P. e WAQUANT, W. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge, Polity Press, 1992; 2-BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Tradução Sergio Miceli. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007; 3- \_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2009;

<sup>10</sup> Essa classificação de uma “redução ao contexto” e de uma “redução a ação/discurso” é inspirada na revisão que Bourdieu faz sobre os princípios de análise das obras literárias em: “Por uma ciência das obras”, In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p.53-73

das necessidades materiais mais imediatas<sup>11</sup>. Esse fenômeno, experimentado de maneira mais intensa pela classe média, estaria articulado com mudanças objetivas na relação entre o Homem e a Natureza. Os efeitos do rápido desenvolvimento econômico capitalista (poluição do ar, das águas, devastação dos recursos naturais, divulgação de estudos científicos sobre o aquecimento global, desenvolvimento de tecnologias de guerra com imenso poder destrutivo etc.) teriam gerado transformações e riscos que passaram a ser percebidos e criticados por esses grupos imbuídos de novos valores. Isso teria gerado a mobilização de movimentos ambientalistas em diversas partes do mundo ocidental (destacadamente nos países de primeiro mundo), que agiriam, através da defesa da natureza e da qualidade de vida atrelada à sua conservação, no sentido de disseminar valores ambientalistas.

A hipótese seria a de que a progressiva disseminação da preocupação pública com a deterioração ambiental transformaria o ambientalismo num movimento multissetorial na segunda metade da década de 1980. Em outras palavras, o ambientalismo seria tomado como uma “ideia-força” que se disseminaria por diferentes setores da sociedade pela ação de grupos cada vez mais amplos<sup>12</sup>. Nesse movimento, o discurso ambiental teria deixado de ser monopólio do movimento ambientalista para tornar-se um sistema público de ideias e valores. A marca central do ambientalismo gestado entre a década de 1970 e início de 1990 teria sido o confronto na esfera pública, desencadeado, sobretudo, pelos grupos ativistas de classe média. Estes teriam, gradativamente, ampliado o diálogo com movimentos internacionais, setores da mídia, da comunidade científica, de instituições estatais e do empresariado, resultando numa multiplicação de grupos de diferentes setores sociais alinhados com os discursos e valores ambientalistas.

Esse processo de “ambientalização” da sociedade seria identificado a partir de etapas derivadas diretamente do contexto. Um primeiro momento, entre 1970 e início da década de 1980, marcado por iniciativas de resistência de grupos com pouca repercussão na opinião pública em função do clima político-cultural repressivo e da

---

<sup>11</sup> VIOLA, Eduardo; VIEIRA, Paulo. Da preservação à natureza e de controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 26, out/dez. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992, p.51-53.

<sup>12</sup> ALONSO, Angela e COSTA, Valeriano. (2002), “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”. *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS. No. 53, 1o.. semestre de 2002, p. 8.



força do projeto e do discurso de desenvolvimento econômico na ditadura<sup>13</sup>. Um segundo momento, marcado pela multissetorialização do ambientalismo, pela politização do movimento com atuação nas arenas político-partidárias no contexto da redemocratização e da mobilização em torno da Assembleia Constituinte, na segunda metade da década de 1980. Um terceiro momento, no contexto da Rio-92, marcado pela consolidação da ideia de desenvolvimento sustentável e pela institucionalização do movimento a partir do fenômeno das ONGs profissionais – atrelado com a consolidação de demandas e iniciativas ambientalistas multissetoriais: incorporação desses valores por organizações da sociedade civil, a formulação de políticas públicas, novas pautas nos meios de comunicação, iniciativas empresariais etc.

Nesse sentido, a análise pressupõe uma relação direta, mais ou menos automática, entre contexto e ação/mobilização coletiva. Surgem valores ambientalistas na arena pública por causa de um contexto de superação das necessidades materiais imediatas e de experimentação da poluição e destruição dos recursos naturais; a mobilização ambientalista deriva do gradual arrefecimento da repressão ditatorial; o movimento se institucionaliza em função das portas abertas pela redemocratização e da disseminação multissetorial dos valores ambientalistas. Nessa perspectiva, o processo de institucionalização do movimento ambientalista é tomado como uma espécie de desdobramento “natural” de conjunturas propícias. Ao negligenciar a relação de fatores estruturais com a formação cognitiva dos sujeitos, tende-se a cair numa análise teleológica, em que a disseminação de valores ambientalistas nos diferentes setores da sociedade é tomada como um processo quase espontâneo de amadurecimento social.

### *1.2 - Redução à ação/discurso*

Aqui, a análise se centra sobre as estratégias discursivas e as ações nas arenas públicas para explicar a disseminação de certas visões ambientalistas. O trabalho de Mario Fuks<sup>14</sup> se destaca no sentido de pensar a construção social dos problemas ambientais orientado por uma questão central: “Natureza para quem?”. A emergência do meio ambiente enquanto assunto público é analisada considerando-se a tensão entre a qualidade universal desse “bem público” e o caráter particular dos sentidos e interesses que se expressam no conflito ambiental. O autor observa a dimensão local da definição

---

<sup>13</sup> VIOLA, Eduardo, *op. cit.* p.55.

<sup>14</sup> FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.

de meio ambiente enquanto problema social, atentando para as estratégias retóricas dos grupos sociais na construção de “pacotes interpretativos”<sup>15</sup> que estão submetidos aos seus valores e interesses.

Analisando as disputas ambientais manifestas no âmbito jurídico na cidade do Rio de Janeiro, o autor aponta a predominância de mobilizações de agentes do Estado e das classes média e alta (sobretudo da Zona Sul e dos bairros mais abastados da Zona Oeste) nas arenas de debate e ação públicas. Isso se explicaria em função dos interesses dessas classes em preservar seu “estilo de vida” – associados com a proteção do meio ambiente – e em função de contarem com recursos organizacionais para tornar públicas as suas demandas ambientais<sup>16</sup>. O valor central defendido por esses grupos seria , a "qualidade de vida" proporcionada pela baixa densidade de ocupação do solo e pela visibilidade e preservação das áreas verdes. A ideia central do autor é a de que as demandas e os argumentos que organizam os conflitos ambientais definem o perfil do meio ambiente enquanto problema social. Assim, a classe média, valendo-se de “pacotes interpretativos” que expressam seus próprios interesses em preservar seu estilo de vida, recorreria, por um lado, ao argumento de “preservação da ordem” contra a expansão “descontrolada” de habitações populares e, por outro, à retórica da “administração racional da cidade” através do combate ao expansionismo e à especulação imobiliária representados por poderosos interesses econômicos que determinariam a política urbanística da cidade<sup>17</sup>.

Esse tipo de análise recorre ao construtivismo para compreender a formação das mobilizações e discursos ambientais. Assim, as narrativas sobre a natureza se formariam em função de conflitos de interesses entre grupos sociais. A percepção de cada grupo implicaria na mobilização de determinados argumentos e perspectivas sobre a natureza para validar suas estratégias discursivas nas arenas públicas. O olhar do pesquisador se centra sobre grupos e contextos locais para a compreensão dos sentido subjacente de argumentos que se pretendem universais. As arenas públicas seriam o espaço central no qual esses conflitos locais seriam mediados. Contextos mais amplos são pouco

---

<sup>15</sup> Nas palavras do autor, esses pacotes “fornecem amplos repertórios de recursos argumentativos para a elaboração de" relatos" a respeito de eventos significativos. Organizados a partir de um universo constituído por ideias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais, os pacotes interpretativos servem como guias gerais de como pensar e o que fazer a respeito do assunto em questão”. FUKS, Mário. “Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro”. Dados v. 41 n. 1 Rio de Janeiro, 1998, p.6. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100003>>

<sup>16</sup> Idem, ibidem, p. 5.

<sup>17</sup> Idem, ibidem, p.12.

ênfatisados nesse tipo de pesquisa e a análise genética a partir de considerações estruturais sobre a produção dos interesses e percepções de sujeitos e grupos tende a ser negligenciada.

### *1.3 - Por um olhar relacional*

Acusar de “reducionistas” importantes correntes analíticas sobre o ambientalismo e dizer que negligenciam considerações estruturais e carecem de um olhar genético pode soar mais como um academicismo inócuo do que como uma iniciativa de pesquisa contundente. Cabe, então, mergulhar um pouco mais fundo na proposta.

Primeiramente, quando afirmo que essas análises operam algum tipo de reducionismo, não estou simplesmente rechaçando-as. São trabalhos sólidos que identificam variáveis fundamentais para a compreensão do fenômeno do ambientalismo no Brasil pós década de 1970. A reconstrução de cenários políticos e institucionais propícios (ou não) para a mobilização social, o mapeamento da evolução dos movimentos ambientalistas, a identificação dos discursos e interpretações que produziram sobre a relação homem-natureza, a constatação do processo de multissetorialização e publicização dos valores ambientalistas, a ênfase na importância da compreensão dos conflitos de interesse locais de determinados grupos para a compreensão dos embates argumentativos nas arenas públicas. Todas essas são contribuições que são incontornáveis para se falar do tema.

O que quero apontar é a possibilidade (ou a necessidade) de tomar um outro caminho para a construção do objeto de análise que permita um questionamento mais rigoroso de nossos próprios pressupostos enquanto pesquisadores; que parta de um outro ponto de vista; que desconstrua o objeto naturalizado para reconstruí-lo relacionalmente; que seja capaz de evitar a substancialização para produzir uma historicização genética.

Assim, se muitas das constatações empíricas desses autores são válidas, a maneira de analisá-las pode ser problematizada. Partem das seguintes questões: “como o movimento ambientalista surgiu?”; “como se institucionaliza?”; “qual sua relação com outros movimentos sociais?”; “qual sua relação com a sociedade civil em geral?”; “qual sua relação com o Estado?”; “como o movimento se insere no espaço público?”; “como influenciou a opinião pública?” etc. Todas essas questões pressupõem conceitos que são pouco abordados nas análises, reforçando a essencialização dos grupos e das

visões/categorias que produzem sobre o mundo social.

Quanto aos princípios básicos de uma análise relacional, há um belo texto do Erik Swyngedouw<sup>18</sup> no qual ele nos mostra um interessante exemplo sobre como a produção de um copo d'água mobiliza inúmeros processos históricos, sociais, geográficos, biológicos, químicos e físicos que são, em grande medida, invisíveis para olhos não treinados para vê-los. Sua metáfora é a da “cidade num copo d'água”, apontando para o fato de que, ao abrimos a torneira para encher um copo, inconscientemente estamos mobilizando numa rede uma série de relações socioespaciais que articulam cadeias locais, regionais e globais de circulação de elementos biofísicos e simbólicos relativos à urbanização, à circulação da água, do capital, de textos, representações e corpos.

Trata-se de um exercício complexo de dissolução das essências. Assim, o autor postula a prioridade ontológica e epistemológica do devir – enquanto processo histórico relacional –, questionando o olhar substancialista que constrói os conceitos do mundo social, como “natureza”, “sociedade” ou, mais concretamente, “água”, como reduzíveis a certas propriedades intrínsecas. A perspectiva relacional nos leva a perguntar: Que forças históricas tornaram possível a cristalização de conceitos e valores que enquadram os fenômenos sacionaturais como ahistóricos?

De fato, essa perspectiva é o fundamento do que acredito ser a prática científica das ciências sociais, em sentido amplo. Trata-se de fazer, nos termos de Pierre Bourdieu<sup>19</sup>, uma análise sociológica de nossos próprios pressupostos (enquanto pesquisadores inscritos no campo acadêmico e enquanto sujeitos com uma trajetória de socialização no espaço social, de maneira mais ampla), reconstituindo historicamente as forças sociais que constituem os conceitos mais cristalizados em nossa percepção do mundo.

Nesse sentido, me parece superficial (e reducionista) falar, por exemplo, que a causa da formação do movimento ambientalista foi a superação das necessidades materiais imediatas por certa parcela da população e, simultaneamente, a experimentação da destruição ambiental – sendo ambos os fatores causados pelo avanço do capitalismo industrial. Isso porque, como já apontado, uma conclusão desse tipo tem que pressupor que uma série de articulações, motivações e relações práticas seriam

---

<sup>18</sup> “A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil; 1989.

derivadas, de maneira mais ou menos automática, de eventos de grande escala temporal e espacial. O contexto é tomado como uma entidade histórica: reconhece-se sua propriedade histórica de se transformar no tempo, mas ele é analiticamente interpretado como uma força superior que empurra a história para determinados rumos<sup>20</sup>. Pouco faz para enfrentar o desafio teórico-metodológico de integração entre grandes processos estruturais e realizações práticas específicas.

Não se trata, portanto, de compreender apenas como surgiram os movimentos ambientalistas, mas de analisar por que chamamos de movimento ambientalista determinadas configurações grupais e não outras. Também não se trata apenas de entender a disseminação do ambientalismo e dos movimentos ambientais no espaço público, mas de compreendermos por que percebemos e nomeamos como públicos determinados espaços e ações, determinadas organizações e grupos, determinadas opiniões e enunciados e não outros. Deve-se pensar por que algumas formas de perceber e se relacionar com a natureza tornaram-se públicas e outras não; por que certos grupos tem interesse nas lutas públicas e outros não; quais são as condições de produção do interesse no espaço público legítimo e na relação com a natureza legítima; quais são as condições sociais para a disputa de seu sentido. Em suma, trata-se de fazer uma análise histórica dos espaços sociais, das posições e das disposições incorporadas pelos sujeitos históricos, remontando a estrutura do espaço social e as possibilidades de engajamento com a lutas públicas legítimas e com o interesse pela natureza legítima.

Eis aí o principio genético de análise. Nega-se o impulso naturalizado de partir do objeto de pesquisa “movimento ambientalista”, enquanto conceito unificado no presente e projetado no passado, visando analisar suas ações, seus discursos e suas transformações na linha do tempo (“ele começou como resistência contra a destruição da natureza, depois se politizou e finalmente se profissionalizou”). Em vez disso,

---

<sup>20</sup> Nas palavras de Viola (1992, p.51): “Essa perspectiva [o ambientalismo como movimento histórico e centrado em valores pós-materiais] assume que a clivagem sociohistórica do mundo se dá entre as forças conservadoras da civilização predatória-perdulária e as forças reformistas que apontam na direção de uma civilização ecologicamente sustentável”. Ressalto que não se trata aqui de acusar Viola de determinista. Dentro desse contexto de avanço do capitalismo e do conflito entre o avanço econômico materialmente insustentável e a emergência de valores, Viola considera uma série de variáveis exógenas e endógenas (em geral, focadas em fatores institucionais na esfera internacional e nacional) para se compreender a história o movimento ambientalista brasileiro. A configuração dessas variáveis (como o grau de abertura do sistema político, a existência de aliados ou grupos de apoio, a susceptibilidade do sistema político nacional à influência internacional etc.) é determinante para definir o grau de sucesso da disseminação dos valores ambientalistas na sociedade e sua posição dentro do espectro do “capitalismo insustentável” e do “capitalismo sustentável”. Nesse sentido, apontar o reducionismo da análise de Viola não implica em rotulá-lo de determinista.

pergunta-se quais as relações de forças materiais e simbólicas que possibilitaram a naturalização do conceito unificado “movimento ambientalista”. Assim, ao invés de projetar no passado um conceito unificado no presente, busca-se decompor geneticamente as relações de forças que constituem esse conceito para, então, reconstruir como essas forças produziram essa unidade conceitual e sua naturalização. O exercício analítico relacional se ancora, portanto, na dialética da desconstrução-reconstrução como princípio teórico-metodológico<sup>21</sup>.

Nesse sentido, o Movimento de Resistência Ecológica (MORE) é analisado enquanto um constructo de relações que condensa um conjunto de forças sociais em movimento, apenas passíveis de compreensão se analisadas em termos de sua configuração prática no espaço social e na formação das percepções e disposições dos sujeitos. Trata-se de observar como o mundo social se inscreve no sujeito e como este se insere e age no mundo. De maneira geral, a pesquisa de mestrado procura problematizar as relações de força que tornaram possíveis a construção do MORE enquanto “ente” público, ou seja, enquanto um conjunto de representações e crenças que tornaram o movimento socialmente aceito como um representante da sociedade civil. Não se trata, portanto, de narrar as “ações” do MORE enquanto totalidade reificada, mas de compreender as condições sociais de produção da percepção do MORE enquanto totalidade reificada, enquanto entidade que age em nome da defesa do bem público “natureza”.

#### *1.4 - O relacionalismo: entre os conceitos de público e natureza*

Uma análise relacional sempre se depara com o problema de definição dos critérios de seleção do universo de relações a serem observadas, considerando-se que um dado objeto de análise pode ser atravessado por um número potencialmente incalculável de relações. A dificuldade de uma análise desse tipo é expressa de maneira bastante clara quando Swyngedouw diz:

Beber água do hidrante combina a circulação de capital produtivo, mercantil e financeiro com a produção de renda fundiária e suas correspondentes relações de classe; a transformação ecológica de complexos hidrológicos e o processo bioquímico de purificação com a sensação libidinosa e a necessidade fisiológica de beber líquidos; a regulação social do acesso à água com imagens de clareza, limpeza, saúde e pureza. Embora eu não possa separar esse “conceitos” e práticas uns dos outros no fluxo da água, não é difícil identificar

---

<sup>21</sup> Uma análise muito precisa e didática do método relacional pode ser vista no clássico artigo de Eric Swyngedouw: “A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

as profundas forças sociais, culturais, políticas e ecológicas, lutas e relações de poder em atividade nesse perpétuo processo metabolizante de circulação da água corrente<sup>22</sup>.

Com uma rede tão ampla de relações possíveis para se pensar a constituição de um dado fenômeno socionatural, imediatamente se coloca a questão de como definir os limites para a construção analítica do objeto. Os critérios de definição da relevância das forças sociais a serem analisadas passam pelas escolhas teórico-metodológicas do pesquisador diante do corpo de fontes que ele busca construir.

Quando se trata de pensar sobre a formação de um movimento no quadro do ambientalismo contemporâneo pós década de 1960 os dilemas sobre recorte se colocam fortemente, dada a multiplicidade de forças históricas que atravessam o processo de construção desses grupos. Como já apontado, parto do pressuposto básico de que existe uma relação direta e dialética entre as estruturas sociais que organizam a distribuição dos meios de apropriação de bens a valores sociais escassos (materiais e simbólicos) e os sistemas de percepção e classificação que se realizam na prática dos sujeitos, dotando o mundo social de significado<sup>23</sup>.

O exercício de reconstituição das forças sociais que atravessaram o processo de formação disso que se convencionou chamar de movimento ambientalista passa, portanto, pela análise da correspondência entre as estruturas objetivas (espaços de posição) e os sistemas de classificação dominantes no contexto analisado – cidade de Niterói na década de 1980. Ressalto a importância da palavra “dominante” como elemento central para a organização das fontes de pesquisa histórica. Isso porque ela aponta para o fato de que os sistemas de classificação, mais do que princípios cognitivos de apreensão da realidade com a função de conhecer, tem uma dimensão política central na organização das forças em disputa no espaço social. Ou seja, sendo as estruturas cognitivas (disposições) o produto da experiência e incorporação das estruturas objetivas (espaços de posição), essa correspondência dialética faz com que os padrões de divisão e percepção que estruturam o mundo social sejam vistos não como o resultado de lutas históricas entre grupos que buscam impor seus interesses e definições sobre a realidade, mas como naturais, inevitáveis ou mesmo necessários. Esse olhar bourdieusiano permite que o pesquisador não se perca na miríade de relações que

---

<sup>22</sup> SWYNGEDOUW, Eric. “A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades; sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 89-90.

<sup>23</sup> BOURDIEU, P, WACQUANT, L. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge, Polity Press, 1992, p.07.

atravessam um dado objeto de estudo, oferecendo os critérios analíticos de relevância segundo uma sociologia do poder simbólico, isto é, dos princípios de legitimação e reprodução da ordem social. Dito isso, cabem alguns aprofundamentos de ordem teórica e metodológica.

O centro da análise se ancora sobre dois conceitos: o de natureza e o de público. Seguindo os princípios relacionais já enunciados acima, compreendo ambos os conceitos como o produto histórico de lutas sociais entre sujeitos/grupos visando legitimar seus interesses e representações sobre o mundo objetivando assegurar o domínio sobre certos recursos materiais e simbólicos. Nesse sentido, as estruturas dentro das quais essas disputas vão ocorrer variam imensamente de acordo com a especificidade das configurações históricas. Esse tipo de perspectiva, criada, sobretudo, para compreender o mundo moderno, nos induz à seguinte pergunta: como visões múltiplas sobre o mundo são unificadas? Ou, em outras palavras, como certas perspectivas e interesses impõem-se como legítimos em relação aos demais?

Para se compreender o conceito de público nesses termos é necessário, em primeiro lugar, se contrapor à ideia de um espaço público objetivo, em que ocorre a disputa de valores e opiniões dos diversos grupos sociais. Essa concepção tende a tornar substância algo que é relação, a idealizar algo que deve ser historicizado. Para evitar esse equívoco, busco pensar o termo “público” a partir da relação entre subjetivação e objetivação, entre as disposições e a distribuição das possibilidades/oportunidades no espaço social. Mais especificamente, toma-se o espaço público como o produto das relações e percepções dos sujeitos, estruturadas por espaços sociais cuja legitimidade é variável e hierarquicamente relacionada aos centros de poder, com maior capacidade de definição e generalização das categorias e sistemas de classificação do que é legítimo e do que não é.

Em termos teóricos, considera-se que o instrumental teórico de Pierre Bourdieu fornece uma chave analítica para a construção de uma perspectiva mais histórica e relacional sobre o espaço público<sup>24</sup>. Tal como todas as formas de experimentação humana do mundo, o público só pode ser compreendido enquanto uma construção relacional. Ele não engloba a prática e as relações, mas é produzido na prática e nas relações. Eis a primeira proposição teórico-metodológica de Bourdieu central para

---

<sup>24</sup> A análise do conceito de “público” aqui desenvolvida é inspirada na análise do conceito de “tempo” feita por Bourdieu em seu texto “O ser social, o tempo e o sentido da existência”. In: *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 253-300.



pensar o conceito: reconstituir a experimentação do mundo a partir da apreensão da relação prática dos sujeitos com o mundo social. É apenas analisando como se produz a ação dos sujeitos sobre o mundo que os constitui que é possível analisar seus fundamentos. Assim, se interrogar sobre o público é se interrogar sobre as condições sociais (simbólicas e materiais) de produção do sentido das relações definidas como públicas em um mundo social e historicamente constituído.

Nesse sentido, pensar o público é tecer uma análise sobre o interesse<sup>25</sup> (em termos de uma racionalidade prática), a disposição de constituir uma dada realidade como centro de interesse dentro de um jogo de expectativas relacional e dinâmico, apreendido pelos cálculos inconscientes do senso prático. O interesse é o que confere sentido a existência, levando a que se invista num jogo e em seu futuro<sup>26</sup>. O público é produzido no encontro do passado incorporado, das expectativas estruturadas – condensadas no *habitus* – e da configuração histórica dos espaços sociais. Deduz-se daí que a experimentação do que é público é imanente às relações de poder. A distribuição desigual das possibilidades, das expectativas e das esperanças é um fator central de reprodução da ordem social.

A relação entre as esperanças e as oportunidades é um dos fundamentos da produção identitária. A condição dos marginalizados é a perda do poder de dar significado e direção à sua existência, de adequar suas expectativas às oportunidades sociais. Estes, não tendo poder sobre o jogo, tendem a jogá-lo segundo as regras dominantes. Os *habitus* dos dominados produzem aptidões, interesses e esperanças que nunca estão devidamente adequados aos jogos sociais mais legítimos. O sujeito dominado tende, assim, à marginalização, realizada através da construção social do interesse em se inserir nos espaços marginalizados. A identidade dominada existe sempre em relação à dominante (e vice-versa), de maneira que a definição do ser social é o produto de uma correlação de forças altamente desigual, quando observamos o

---

<sup>25</sup> Bourdieu (1996) define o interesse como a imersão em um jogo social, de forma a reconhecê-lo como um jogo que merece ser jogado. É, portanto, “essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social”. Nesse sentido, o interesse se realizaria a partir de um senso prático: a percepção intuitiva das possibilidades sociais, incorporada a partir da experiência nos espaços de socialização. Bourdieu busca escapar de duas concepções reducionistas da ideia de interesse: 1- Redução intencionalista: reduz a ideia de estratégia à noção de intencionalidade e finalidade consciente, ou seja, a uma conduta racionalmente organizada e deliberadamente direcionada para objetivos claramente percebidos pelo agente. 2- Reduccionismo utilitarista: reduz a noção historicamente variável de interesse a uma tendência invariante a perseguir o ganho econômico ou material.

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. “O ser social, o tempo e o sentido da existência”. In: *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 253-254.

mundo social de maneira mais ampla.

O verdadeiro móvel dos jogos sociais, afirma Bourdieu, é a “razão de ser”, a questão da legitimidade de uma existência, do direito de um indivíduo se sentir justificado por existir tal como existe. Em outras palavras, a “razão de ser” depende da justificação de uma existência particular em relação ao outro e os mecanismos de questionamento dessa existência (como a estigmatização que recai sobre aqueles cuja existência é tida como ilegítima). Assim, o conjunto dos juízos dos agentes (sobretudo daqueles que detém o poder, a legitimidade de nomear e classificar) elabora o veredito do mundo social – que, nesse jogo de verdade, produz legitimidade e marginalidade simultaneamente. A produção das identidades é estruturada nesse jogo vital que é a luta simbólica de todos contra todos, fundada no poder de nomeação/categorização, em que cada um coloca em jogo o seu ser, a definição de si e de seu valor, a ideia que possui de si mesmo<sup>27</sup>. Nesse sentido, as disputas em torno da construção e definição do que é o público legítimo – daquilo que é digno ou não de ser visibilizado, daquilo que é capaz ou não de se fazer valer como um enunciado verdadeiro, uma verdade social – é central no processo de organização dos espaços sociais, de construção da hierarquização e distribuição das expectativas e oportunidades e de definição das identidades em termos de sua legitimidade.

Essa perspectiva nos permite construir um conceito de público fundado na explicitação das relações de dominação que estruturam a formação histórica dos espaços sociais. Permite pensar por que determinadas concepções do que é público são dominantes e porque outras são marginalizadas. Permite pensar a gênese da definição social do público, escapando de uma certa visão naturalizada pelo senso comum, que toma o espaço público legítimo como sendo o único possível e existente, percebido como uma arena objetiva de debates e mediações de interesses diversos.

O conceito de natureza se constrói segundo os mesmos princípios, sendo regido pela mesma dialética da visibilidade-invisibilidade, legitimidade-marginalização. Assim, é possível identificar quais os sentidos de natureza que foram historicamente marginalizados e os que foram institucionalizados como dominantes. A análise histórica dessa dinâmica é fundamental para se compreender as relações de força em torno do sentido do mundo, de si e do outro. Esse tipo de princípio de análise vem sendo reforçado pela literatura acadêmica que trata do estudo do conceito.

---

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p.290-291.

Estudando as ideias ambientais na cultura popular americana (especificamente sobre o estado da Califórnia), o historiador William Cronon<sup>28</sup> analisa o conceito de natureza enquanto um constante devir cultural e histórico marcado pela incorporação de valores e sentidos que se transformam ao longo da dinâmica das relações sociais, mobilizando simultaneamente concepções diversas, frequentemente contraditórias, que vão desde a ideia do selvagem à do sagrado. Aquilo que é concebido como “natural” é, na realidade, um processo seletivo relacional que varia em função de posições sociais, políticas, econômicas e culturais que atravessam esse debate visando essencializar e legitimar certas ideias em detrimento de outras. Assim, o conceito de natureza expressaria mais as condições sociais e históricas de sua formação do que a representação objetiva do mundo.

Para o autor, um dos sentidos predominantes do conceito de natureza é sua construção enquanto um imperativo moral. A construção de algo como natural possibilita a legitimação de valores e categorias com carga moral como sendo inatas, externas às relações humanas, eternas, essenciais e, portanto, inegociáveis. Uma análise do conceito exigiria, portanto, a identificação das particularidades e disputas concretas por legitimidade que visam construir seus interesses como moralmente fundados nos valores verdadeiramente alinhados com o “mundo natural”<sup>29</sup>. A ideia de Natureza seria uma "terra em disputa": o conceito em que buscamos a satisfação dos nossos desejos e interesses. As tendências universalizantes que estruturam o conceito tornariam as disputas em torno de seu sentido praticamente incontornáveis. A inevitável projeção de valores e interesses sobre o conceito de natureza implica na busca por legitimação e naturalização de uma certa perspectiva e posição no mundo social em detrimento de outras – frequentemente estigmatizadas e deslegitimadas. Desta forma, o conceito de natureza pode ser um instrumento de legitimação de dogmas e interesses<sup>30</sup>.

Como pode ser observado, as disputas pela definição de natureza integram as disputas pela definição do sentido do mundo social, do que é digno de ser tornado público ou invisível/estigmatizado. As disputas pela definição do que é público, por sua vez, são profundamente atravessadas pelo esforço de naturalizar certas percepções, transformando aquilo que é interesse e poder em um fato imutável – e, portanto, inquestionável – da natureza.

---

<sup>28</sup> CRONON, W. In search of Nature. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Uncommon ground: rethinking the human place in Nature*. New York: Norton, 1996.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p.36.

<sup>30</sup> Idem *ibidem*, p.51

## 2- Sobre hipótese e fontes

### 2.1 Arquivos e acervos

Feita essa digressão teórica, cabe tratar de maneira mais específica de meu objeto de pesquisa. A base documental desse estudo constituiu-se a partir de entrevistas de história oral com lideranças do movimento ambientalista da cidade de Niterói e com o arquivamento e digitalização de seus arquivos pessoais. Assim, formaram-se dois conjuntos documentais centrais: o acervo de história oral “Lideranças Ambientalistas Niteroienses” e o acervo de documentos “Movimento Ambientalista de Niterói”.

O primeiro foi construído segundo a metodologia da história oral<sup>31</sup>, que permite evidenciar as narrativas dos sujeitos históricos permeadas pela relação entre memória e história. Sendo uma operação coletiva dos acontecimentos e interpretações do passado<sup>32</sup>, as memórias são atualizadas no presente em disputas que redefinem e reforçam identidades dos grupos. O trabalho de “enquadramento/oficialização” das memórias, permeadas por esquecimentos e silêncios que integram a memória coletiva, indica as variadas estruturas organizacionais que as condicionam<sup>33</sup>.

Nesse sentido, o método foi escolhido porque permite a criação de fontes orais<sup>34</sup> que, cruzadas com outras fontes, possibilitam compreender de maneira integrada as condições sociais objetivas e as dimensões subjetivas de eventos, proporcionando resultados analíticos que dificilmente seriam alcançados sem esse tipo de fonte. Segundo Joutard<sup>35</sup>, as representações construídas em exercícios de memória são

---

<sup>31</sup> Segundo José Carlos Meihy, a “História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.” Ver: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 1996, p.15.

<sup>32</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

<sup>33</sup> ALMEIDA, Juniele Rabêlo de . Historicidade, sujeito e oralidade. In: MARCHIORI, Marlene. (Org.). História e Memória. 1ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Difusão Editora / Senac, 2013, v. 1, p. 43-53.

<sup>34</sup> O processo de construção de entrevistas é sempre dialógico, como nos lembra Portelli (1997) e Ferreira e Amado (1996). Isso implica dizer que, sendo resultado da relação entre entrevistador e entrevistado, a entrevista expressa 1- o esforço do pesquisador em compreender o significado que o entrevistado dá a sua vida, e/ou a algum conjunto de eventos específico; 2- a busca do pesquisado em se representar satisfatoriamente para si e para o outro. Ver: FERREIRA, Marieta de M., AMADO, J., 1996, Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. E também: PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? - Projeto História. São Paulo, PUC/SP, n14, 1997.

<sup>35</sup> JOUTARD, Philippe. “Desafios à História Oral do Século XXI”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, T.M. e ALBERTI, V. (orgs.), História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.34.

“deformações dos fatos, [que] seriam tão úteis quanto as informações que se verificam exatas”, funcionando como evidências de que “agimos mais em função dessas representações do real do que do próprio real”. Emergem, desta forma, representações e significados que permitem análises históricas<sup>36</sup>.

Apesar de um mapeamento prévio<sup>37</sup> sobre integrantes que poderiam ser importantes para o movimento ambientalista de Niterói, a constituição da “rede de entrevistados”<sup>38</sup> foi fruto de um exercício prático. Duas entrevistas serviram como base para a composição dessa rede: a do ativista Gerhard Sardo<sup>39</sup> e a do fundador do MORE (atual vice-prefeito de Niterói), Axel Grael<sup>40</sup>. Com o desdobramento do processo de entrevistas, delimitaram-se dois tipos de redes de sujeitos que atuavam simultaneamente. Um grupo que se tornou gradativamente mais técnico (ligado ao Grael) e com maior acesso e domínio das regras e estratégias institucionais – conhecimento sobre criação de leis, produção de estudos técnicos, capital político-partidário etc. – e outro com atuação vinculada à promoção de manifestações militantes e com menor controle das regras das instituições estatais<sup>41</sup>, o que implicou em estratégias de mobilização mais focadas na pressão externa sobre os agentes

---

<sup>36</sup> Ver: PORTELLI, Alessandro, *op. cit.* p.31.

<sup>37</sup> O mapeamento das lideranças, inicialmente, foi feito através do “Cadastro Nacional de Instituições Ambientais” (elaborado pelo Mater Natura, em parceria com o WWF em 1992, intitulado ECOLISTA). Entretanto, a relação de pessoas a serem entrevistadas foi significativamente modificada no decorrer da pesquisa, por perceber-se que parte dos sujeitos selecionados não correspondiam aos principais nomes do movimento. Dos seis nomes definidos inicialmente, apenas três foram entrevistados.

<sup>38</sup> Ver listagem nas Referências Bibliográficas.

<sup>39</sup> Ativista engajado até hoje, iniciou sua trajetória no movimento ambientalista ainda na adolescência, no final da década de 1980, quando fundou o Grupo Caminhantes Independentes e atuou juntamente com o Movimento de Resistência Ecológica em manifestações diversas na cidade. Participou da Frente de Defesa da Serra da Tiririca, onde atuou em prol da implementação do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Essa frente atuou alternadamente (considerando-se os atritos entre os dois grupos) de maneira articulada e independente do Movimento Cidadania Ecológica (MCE). Nesse sentido, o ativista acompanhou a atuação do Movimento Cidadania Ecológica, embora com um olhar crítico sobre boa parte de seus líderes. É jornalista, analista ambiental, ex-secretário municipal de Projetos Especiais de Niterói e suplente de vereador da cidade. Foi entrevistado para o projeto “Movimento ambientalista em Niterói: história e culturas políticas (1973-2002)” em julho de 2014. SARDO, Gerhard. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:27:47h; Transcrição: 30 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 30 jul. 2014.

<sup>40</sup> Fundador do MORE e um dos fundadores do Movimento Cidadania Ecológica, movimentos de grande relevância em Niterói. Ocupou importantes cargos públicos e privados ligados a questão ambiental. Foi entrevistado para o projeto “Movimento ambientalista em Niterói: história e culturas políticas (1973-2002)” em setembro de 2014. GRAEL, Axel S. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 1:40:27h; Transcrição: 17 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 16 set. 2014.

<sup>41</sup> Essa menor capacidade de inserção não significa, de forma alguma, que essa rede estava alheia ao campo estatal. Seu discurso também apelava ao capital do universal e, além disso, várias vezes recorreram a ações no Ministério Público para pressionar e defender suas pautas, também se articulando com vereadores e deputados estaduais.

institucionais (embora não limitada apenas a isso). Essa separação se torna mais clara na campanha pela criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), quando o MORE já havia se dividido e a rede mais institucionalizada havia se mobilizado no Movimento Cidadania Ecológica, agindo mais ou menos paralelamente à congregação de entidades ambientalistas denominada Frente de Defesa da Serra da Tiririca<sup>42</sup> (FDST).

O segundo acervo documental, “Movimento Ambientalista de Niterói”, foi desenvolvido com base, principalmente, nos arquivos pessoais dos entrevistados<sup>43</sup>. Foi subdividido em dois agrupamentos: 1- Documentos produzidos pelo Movimento; 2- Documentos da Imprensa Escrita (cobertura da imprensa sobre o movimento).

O primeiro, “Documentos produzidos pelo Movimento”, conta com um total de 312 documentos, dentre os quais 96 são fotografias. A presença de atas de reunião, estatutos do movimento, relatórios, projetos de lei, panfletos e manifestos, fornecem um panorama interessante das estratégias e categorias utilizadas para uma construção legítima de um discurso e de uma identidade perante os meios de comunicação, certos grupos da sociedade civil (sobretudo à classe média) e as arenas institucionalizadas do poder político. Foi possível identificar as principais pautas que mobilizaram o movimento<sup>44</sup> ao longo do tempo e sua construção enquanto agente cada vez mais legítimo dentro dos campos analisados. O processo de tecnificação da produção escrita do movimento visando a elaboração de políticas públicas também representa elemento importante para a compreensão das estratégias de construção de uma aura de oficialidade, expressando a agência dos sujeitos dentro de uma lógica de reprodução das

---

<sup>42</sup> Criada em 13 de agosto de 1989, congregava diversas associações ligadas ao ambientalismo, atuando ao lado (não necessariamente de maneira unida) do Cidadania Ecológica no processo de constituição do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). A afirmação de que a FDST teria um domínio do discurso técnico-legal menos apurado que os integrantes do Cidadania Ecológica é reforçada pelo fato dos primeiros terem recorrido, com alguma frequência, aos estudos e pesquisas sobre a área do parque e sua biodiversidade desenvolvidos pelos segundos – ressalta-se a produção técnica dos biólogos Jorge Antônio Pontes e Paulo Bidegain, acessada através do arquivo pessoal disponibilizado por alguns dos ativistas entrevistados. Deve-se ressaltar, entretanto, que não defende-se aqui a ideia de que a Frente Tiririca seria, por isso, menos relevante: seu esforço de manifestação de rua e de pressão sobre o campo político institucional para a criação do PESET tiveram considerável repercussão na imprensa, sendo de grande importância para a visibilização da pauta.

<sup>43</sup> Quatro entrevistados disponibilizaram arquivos: 1- Alba Simon forneceu o maior arquivo, tratando do MORE e do Cidadania Ecológica. 2- José Chacon forneceu considerável documentação sobre a atuação da Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (AFEA) na década de 80 (inclusive sobre os três eventos selecionados para análise nesse projeto) e sobre a atuação da Frente Tiririca na campanha pela implantação do PESET. 3- Vagner da Silva Oliveira, disponibilizou documentação sobre o MORE, na década de 1980 e início dos anos 1990. 4- Jorge Antônio Pontes disponibilizou seu acervo sobre o Cidadania Ecológica, que concentra boa parte da produção técnica do movimento na questão da criação do PESET, além de fotos e reportagens.

<sup>44</sup> A Lei do Solo, a Lei Orgânica e a campanha pela criação do PESET foram escolhidas dentre essas pautas por entender-se que são profícuas para a compreensão da institucionalização do movimento.

regras do jogo cada vez mais interiorizadas na forma de disposições duráveis que condicionam o campo de possibilidades dos integrantes do movimento em termos de um porvir provável.

O segundo agrupamento, “Documentos da Imprensa escrita”<sup>45</sup>, conta com 532 reportagens. A imprensa é um dos principais espaços legítimos de produção de categorias e da classificação dos problemas sociais em termos de relevância. Assim, a análise de reportagens possibilita a compreensão de como os ativistas se construíram enquanto personagens relevantes na arena pública, ou seja, enquanto sujeitos passíveis de serem noticiados.

É possível perceber o processo de transformação das estratégias do movimento para a visibilização de suas pautas. Inicialmente, por meio de mobilizações contra as indústrias de sardinha na região de Jurujuba e com protestos ocupando áreas nobres da cidade<sup>46</sup>. Posteriormente, com o processo de inserção nos espaços de poder, integrantes do movimento tornam-se gradativamente agentes legítimos a opinarem e classificarem tecnicamente problemas e agentes públicos, ganhando espaço em entrevistas (algumas ocupando páginas inteiras de jornais importantes, como O Globo-Niterói) e tratando de questões político-ambientais centrais no debate público institucional.

No entanto, para além dessa separação dualista, o acervo foi organizado a partir da distinção entre acervos pessoais, acervo oral e acervos documentais (não-pessoais). Essa divisão foi feita com base no critério do tipo de análise demandada. A singularidade dos acervos orais é patente: sendo o produto da relação entre o pesquisador e do entrevistado, expressa construções de memória através da narrativa. Os acervos pessoais e não-pessoais, embora constituídos por tipos documentais frequentemente semelhantes, como reportagens de jornais e pareceres técnicos, distinguem-se pelo sentido de sua organização. O primeiro é o produto das seleções dos próprios sujeitos entrevistados para o projeto, expressando escolhas, e exclusões que apresentam um significado identitário. São seleções do passado que se deseja registrar. Ignorar essa especificidade e juntar ambos os acervos seria, portanto, um grave erro

---

<sup>45</sup> Para reflexões que auxiliam a observação da interface “história” e “imprensa”, ver: LUCCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *As fontes históricas*: São Paulo: Contexto, 2008; CAPELATO, Maria Helena R. *A imprensa na História do Brasil*. Col. Repensando a História São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988; CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria do R. da Cruz. Na oficina do historiador conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, 2007.

<sup>46</sup> De acordo com as reportagens catalogadas foram recorrentes mobilizações no Campo de São Bento e na Praia de Icaraí.

metodológico, implicando na perda das significações das histórias de vida construídas pelos próprios sujeitos históricos.

## *2.2 Hipóteses*

Nesse sentido, o foco da análise parte das ações e representações do movimento (produzidas por ele e sobre ele), visando reconstruir a relação estrutural entre os sujeitos e os espaços sociais que permite compreender porque determinadas preocupações ambientais foram expressas e organizadas de uma dada maneira a ser publicamente reconhecida sob a alcunha de “movimento ambientalista”. A questão, portanto é: como se faz um movimento ambientalista legítimo? O que torna um conjunto de ações e representações dignos de tal classificação? Que implicações a alcunha de “movimento ambientalista” tem sobre aqueles que agem em seu nome? Qual a lógica por trás da gênese de um grupo reconhecido como “agente público” e como este se legitima?

Em oposição aos reducionismos contextuais e discursivos, a hipótese que defendo é a de que: 1- o grupo se forma enquanto um movimento ambientalista na medida em que seus integrantes são socializados com as representações dominantes do mundo natural por meio de experiências práticas de experimentação de determinados espaços definidos como “naturais” (em oposição ao mundo urbano) que passaram a integrar o sentido de sua existência a partir de ideais de uma natureza permeada pelo sagrado, pelo puro e pelo saudável. 2- Que essa percepção da natureza se integra com o processo de construção social do interesse nas lutas públicas legítimas, a partir de uma socialização que incorpora os critérios dominantes de definição do que são os espaços e ações públicas legítimas, notadamente através da família, do ensino escolar formal básico e superior, da inserção no campo político, burocrático e dos meios dominantes de comunicação. Em outras palavras, o movimento se torna oficial na medida em que seus integrantes incorporam as disposições dominantes para perceber e aceitar o espaço público legítimo e para se engajar na disputa de sua definição, construindo o sentido de suas respectivas existências (identidades) no processo. 3- Afirma-se que o processo de institucionalização do movimento se dá a partir de um esforço político de construção de crenças e instituições morais dessa coletividade, tendo como referencia a lógica das disputas públicas legítimas e as crenças compartilhadas dos militantes sobre a natureza digna de ser protegida e as formas de operar essa defesa. Acredita-se que a transformação do movimento ocorre na medida em que os militantes são socializados, no próprio exercício da luta pública legítima, com as regras das instituições públicas



oficiais e com a lógica dos meios de comunicação para a visibilização de pautas. 4- Defende-se que, a partir da luta pela definição relacional do mundo social e do sentido da existência (ao mesmo tempo individual e coletiva), o movimento se forma num impulso de defesa de uma certa concepção de natureza que é, simultaneamente, um esforço de universalização e de exclusão – uma ampliação parcial de canais democráticos. Questiona-se, portanto, a ideia de que as instituições ditas democráticas funcionem como mero instrumento de reprodução do poder das classes dominantes, por um lado, ou como caminho natural para o progresso e justiça social, por outro, sendo o produto do conflito em torno da (re)definição constante do escopo do que é legítimo e digno de ser publicizado (e excluído). 5- Finalmente, defende-se que, apesar do movimento conseguir se afirmar como um porta-voz legítimo das pautas ambientais de determinados grupos sociais, ele tende a ser uma força dominada no campo de poder local, desenvolvendo alianças e ocupando instituições públicas com influência política e econômica limitadas se comparado à força do capital imobiliário. A assimetria do poder entre esses grupos tende a ser atenuada no contexto político da Redemocratização e da Eco-92, que configuram um contexto histórico favorável à projeção das pautas ambientalistas.

Em suma, busca-se demonstrar que as relações socioambientais que se organizam na forma socialmente visível e aceita de “movimento ambientalista” no meio urbano tendem a ser o produto da relação entre as disposições fundadas nos espaços mais alinhados com o campo do poder (famílias de classe média e alta, as “boas” escolas, universidades, partidos políticos, campo das instituições estatais – notadamente, o político e o burocrático, os canais da imprensa), e a configuração histórica do espaço público legítimo – marcada pela ampliação dos canais de possibilidades de ingresso e disputa das pautas, projetos e sentidos que se integram à definição do que é público e digno de ser postulado como uma causa universal que serve ao “bem comum”.

A hipótese será testada seguindo os seguintes procedimentos: 1- Análise contextual da configuração das oportunidades políticas do processo de redemocratização na conjuntura das transformações estruturais produzidas pela modernização e urbanização excludente da década de 1970 – feito a partir da análise bibliográfica. 2- Análise dos padrões do conjunto de atos simbólicos e políticos (constituindo ações coletivas) que revelam as disposições dos principais grupos engajados no ambientalismo em Niterói, sobretudo o Movimento de Resistência Ecológica e sua dissidência posterior, o Movimento Cidadania Ecológica. 3- A trajetória

do grupo (que constitui o núcleo do movimento) na hierarquia das lutas públicas legítimas, observando as transformações das disposições, representações da realidade e estratégias dos militantes na medida em que os militantes ganham experiência técnico-profissional, de militância e de ocupação de novos espaços legítimos. Busca-se apreender o processo de atualização de suas disposições e o desenvolvimento de novas possibilidades de articulações com grupos e pessoas melhor posicionadas socialmente, embora o grupo tenda a ter uma condição subalterna dentro do campo do poder.

### *2.3 Sobre a organização do texto*

Essas hipóteses serão defendidas ao longo de três capítulos. No primeiro, “Trajetórias sociais e o conceito de natureza: ideias universais em contextos particulares”, será debatido como o conceito moderno e urbano de natureza se torna dominante e se reproduz na socialização dos sujeitos. Assim, trata-se de compreender como a construção histórica de longa duração do conceito moderno de natureza – do Homem como força dominante em relação à Natureza, tensionado pelas tradições do romantismo e do progresso iluminista – se realizam na prática ao nível local, a partir da relação entre o ritmo da vida urbana e a experiência da natureza como suspensão desse ritmo. Busca-se analisar os processos concretos de socialização, que ganham sentidos específicos dentro das configurações sociais em que os sujeitos se inserem – família, educação formal, vivência do urbano e do não-urbano, experiência do lazer como suspensão do interesse e do tempo, percepção da vida saudável, sacralização do mundo não-humano, experimentação da ideia de um mundo ameaçado pela ação humana etc. Isso será realizado a partir: 1- de narrativas orais com enfoque sobre as socializações primárias e a representação e construção do interesse sobre a natureza; 2- das fontes jornalísticas, observando os discursos sobre o mundo natural e os eventos relativos aos conceitos de experimentação da natureza; 3- da bibliografia acadêmica relativa a construção histórica do espaço urbano de Niterói e dos sentidos dominantes e marginais de natureza.

No capítulo 2, “O devir das lutas públicas: a formação identitária de um grupo ambientalista e a disputa pela enunciação”, será discutido o processo de formação do interesse dos militantes na luta pública em defesa da natureza. A análise se centra nos espaços sociais que criam um sentido para as lutas em prol de causas universais alinhadas com os princípios e regras que estruturam o espaço público legítimo. Observa-se o papel da socialização nos espaços institucionais que estruturam a luta

pública, notadamente o campo das instituições estatais e os meios de comunicação, considerando a relação entre as aptidões e expectativas necessárias para disputar, visibilizar e universalizar pautas, interesses e concepções de mundo específicas. Assim, o capítulo discorrerá sobre o processo de construção do sentido de existência dos entrevistados enquanto defensores do bem público, percebendo a relação da formação dessa identidade com a inserção do movimento nos meios institucionais e de legitimação do mesmo como um agente capacitado para falar em nome da defesa da natureza. Tal análise será realizada por meio: 1- De fontes jornalísticas, visando perceber a trajetória dos integrantes do movimento em relação aos meios de comunicação, observando como foram representados e reconhecidos como sujeitos a serem ouvidos nas questões públicas legítimas. 2- De acervos pessoais, analisando-se a transformação dos materiais de divulgação, das atas, cartas, relatórios, pareceres do movimento à medida em que este foi se institucionalizando e buscando perceber a relação desses documentos com a atuação do movimento nas pautas centrais do debate político institucional de Niterói. 3- Da bibliografia acadêmica ligada ao debate sobre a institucionalização do movimento ambientalista e das pautas ambientais.

No capítulo 3, “A institucionalização da natureza: universalização de perspectivas na criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca”, o objetivo é compreender como uma forma de ver e se relacionar com a natureza típica dos grupos de classe média e alta que constituem os movimentos ambientalistas, e que marcam o perfil dos moradores da Região Oceânica, se institucionalizou através da forma jurídica do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). Assim, busca-se entender como que o processo de criação do PESET instituiu os referenciais de legitimidade para se relacionar com o espaço físico local, criando instrumentos legais para confrontar formas específicas de apropriação do espaço caras à lógica do capital imobiliário e, ao mesmo tempo, tendendo a estigmatizar grupos histórico locais que tradicionalmente vivem da exploração de recursos naturais da região. As fontes utilizadas são: 1- o acervo oral; 2- os arquivos pessoais e da mídia impressa, analisando a documentação da época considerando as estratégias do movimento e sua projeção nos meios de comunicação; 3- a bibliografia que trata da urbanização da Região Oceânica e do contexto histórico da construção do PESET.

# Capítulo 1

---

## *Trajelórias sociais e o conceito de natureza - ideias universais em contextos particulares*

Como se constrói o olhar de um sujeito sobre a natureza? Essa é a questão geral que vai orientar os rumos deste capítulo. As formas de se perceber a natureza variam bastante, mesmo entre grupos sociologicamente próximos, como os ambientalistas de classe média. No entanto, mesmo quando se trata da diversidade de visões dos sujeitos sobre a mesma, existem alguns pilares sociais que estruturam e limitam, em alguma medida, as possibilidades de variação dessas formas de percepção e representação. Existe, portanto, um conjunto de valores e experiências que tendem a ser compartilhados por essa categoria socialmente reconhecida como “ambientalistas” que sedimenta uma base comum sobre como devemos nos relacionar com a natureza.

Quando pensamos as sociedades modernas urbanizadas e organizadas sob um ordenamento estatal, esse processo de unificação se complexifica. A disseminação de critérios de legitimação de visões e valores demandam um esforço de institucionalização e mecanismos de controle dos processos de socialização. Isso porque tratamos de um amplo conjunto de indivíduos, o que implica em dizer que há uma profusão de grupos, hierarquias, representações e identidades postas em relação. Pensar a percepção da natureza nesse contexto implica o desafio de pensar a tensão entre a pluralidade (muito maior, por exemplo, do que teríamos se considerássemos uma pequena comunidade humana mais isolada) de visões e redes sociais, por um lado, e as forças que organizam uma certa unidade social (a nação, a educação, a política representativa, a burocracia, a lei etc.), por outro.

Nesse sentido, se existem processos de construção de uma identidade nacional difusa ligados à unificação de uma percepção específica da natureza, quando aproximamos a lente de análise sobre grupos sociologicamente mais unificados e concretos, como movimentos ambientalistas, comunidades de pescadores, grupos de empresários do setor imobiliário, a tensão desses esforços de unificação com a pluralidade da realidade torna-se bem mais evidente.

É possível identificar os diferentes espaços sociais que conformam conjuntos de valores e experiências que tendem a ser compartilhados e que sedimentam uma base

mais ou menos comum sobre a definição da forma legítima de se relacionar com a natureza – ou melhor, com esse recorte cultural do mundo biofísico que denominamos natureza. Esse trabalho de definição não é um processo neutro. As experiências e valores que sustentam a visão de mundo de uma comunidade de pescadores, por exemplo, tendem a ser compartilhados e reconhecidos apenas a nível local. Já a definição de natureza de grupos ambientalistas de classe média, ou de empresas imobiliárias que vendem condomínios em “paraisos naturais”, ancora-se num conjunto de valores e experiências amplamente difundidos em meio as sociedades urbanas ocidentais – notadamente, a visão de uma natureza idílica, ligada a ideais de saúde, tranquilidade, contemplação, lazer etc. Nesse processo relacional de definição da natureza, as experiências e percepções de grupos que ocupam as posições mais privilegiadas na hierarquia social tendem a ter uma capacidade de generalização e legitimação de seus interesses, modos de vida e discursos muito superior aos grupos menos alinhados com os valores e disposições dominantes. Nesse sentido, tratar das diferentes percepções de natureza é tratar também de relações de poder, hierarquias e dominação.

É dentro dessa dialética da dominação, marcada pelo par legitimidade-marginalidade, que busca-se analisar a construção das visões de natureza defendidas pelo movimento ambientalista de Niterói. Mais especificamente, do grupo que veio a constituir o Movimento de Resistência Ecológica em 1980 e que atuou na entidade ao longo da mesma década. São essas experiências compartilhadas que esse capítulo busca explorar, visando esboçar os limites das distinções internas desse conjunto que convencionou-se chamar de ambientalistas.

### **1.1 Aspectos da construção de uma visão dominante da Natureza no Brasil**

Como alertava Marc Bloch<sup>47</sup>, é fácil nos perdermos numa busca vazia das origens quando vamos recuperar as bases históricas de um dado objeto de estudo. Quando tratamos sobre a visão humana sobre a natureza, as possibilidades de recuo são quase inesgotáveis, acompanhando, em grande medida, a história da própria espécie. Para não perder o foco no ambientalismo da década de 1980, os limites do recuo serão orientados pela tríade de conceitos presentes no título desse tópico: “visão dominante”,

---

<sup>47</sup> BLOCH, MARC. *Apologia da História, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.56-60.

“Natureza” e “Brasil”. Nesse sentido, a análise retoma algumas das relações entre concepções de natureza e a formação de uma ideia de nação a partir do século XIX. Trata-se de compreender como o desenvolvimento de projetos de nação em disputa por determinados grupos sociais estão inextricavelmente ligados à formação de sistemas de pensamento e de representação que legitimam interesses específicos em torno de uma unidade nacional.

Quando pensamos as percepções dominantes na sociedade ocidental da relação Homem-Natureza numa perspectiva macrohistórica, nos deparamos com alguns trabalhos de fôlego<sup>48</sup>. Apesar dos diversos nuances e trajetórias analíticas desses estudos, a percepção geral parece ser a mesma: o desenvolvimento do capitalismo (sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII e no XIX) implicou numa mudança da percepção da relação entre Homem-Natureza, de maneira a inverter as relações de determinação. Se antes predominava uma pluralidade de visões sobre como o mundo natural determina as relações humanas e as diferenças entre povos e culturas, o advento do capitalismo levantaria a questão das possibilidades do domínio da natureza pelo homem, os limites materiais e morais dessa exploração<sup>49</sup>.

Raymond Williams<sup>50</sup> faz um instigante mapeamento das diferentes formas históricas assumidas pela relação Homem-Natureza, abarcando desde a consolidação do cristianismo no Ocidente até a consolidação do capitalismo como forma dominante da organização das relações de trabalho. O autor aponta o deslocamento de uma visão de Natureza divina, como uma força implacável, para uma natureza passível de ser estudada, compreendida e, em última instância, dominada. o processo de secularização da ideia de Natureza não seria fruto do deslocamento de uma visão metafísica para uma naturalista (embora isso tenha importância) mas a mudança de foco de uma noção abstrata (Natureza-Deus) para outra: o Homem. A construção do conceito estaria no centro do processo contraditório de legitimação da própria ordem capitalista. A matriz darwiniana se integraria às representações capitalistas do mundo a partir da reintegração da ideia de homem à ideia de natureza, concebendo a sociedade como sendo regida pelas leis naturais do "mais forte", do "mais apto". Nessa nova versão, questionaria-se a

---

<sup>48</sup> ARNOLD, D. *The problem of Nature*. Oxford: Blackwell, 1996. HARRISON, R. *Forests: The Shadow of Civilization*. Chicago, University of Chicago Press, 1992. WILLIAMS, Raymond. “Ideias sobre a natureza”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.89-114.

<sup>49</sup> ARNOLD, D. *The problem of Nature*. Oxford: Blackwell, 1996.

<sup>50</sup> Ver: WILLIAMS, Raymond. “Ideias sobre a natureza”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.89-114.

antiga concepção idealizada da lei natural para se defender leis econômicas ancoradas nas ideias abstratas de harmonia social embora, em sua versão utilitarista, sem o princípio de uma justiça elevada fosse imaginada. Buscava-se, assim, defender a não interferência nas ações humanas segundo as leis econômicas, ignorando-se as grandes interferências desta sobre a natureza. Os grupos dominantes teriam conseguido estabelecer esse conceito de natureza em função do sucesso material de sua empreitada: geração de riqueza sem precedentes. Qualquer outro efeito seria visto como colateral e marginal. Aí residiria o fundamento do conceito da natureza intocada, acessível apenas a uma parcela restrita da população - justamente aquela que mais destrói e consome os recursos naturais em nome do progresso material. Williams demonstra como as ideias de natureza são, na realidade, projeções de ideias dos homens, construídas em suas relações e disputas. Aponta que a dominação, a exploração e a conquista da natureza (em termos capitalistas e imperialistas) implica na dominação e exploração entre os homens. Daí a necessidade de compreender os processos históricos de construção das representações sociais que integram nossas relações de dominação.

David Arnold<sup>51</sup>, ao desenvolver um mapeamento dos paradigmas ambientais dominantes entre os séculos XIV e XX, aponta para o fato de que, apesar de ser possível identificar matrizes centrais, há uma multiplicidade de correntes que constituem esses paradigmas, marcados por disputas que desdobram-se ao nível das configurações históricas e sociais das relações humanas. Os paradigmas mobilizariam uma série de critérios como natureza, classe, raça, vontade divina, gênero, que mediarão as relações entre cultura e natureza, entre as condições materiais e culturais de existência do ser humano<sup>52</sup>. Assim, Arnold aponta para a elasticidade desses paradigmas, que se fundem com outros nas disputas sociais.

O autor aponta para a predominância, na sociedade ocidental contemporânea, do paradigma ambiental moderno, fundado sobre a ideia da prevalência da ação humana sobre o mundo biofísico, ou seja, a força e o domínio do Homem sobre a Natureza. Essa perspectiva comporta simultaneamente a ideia da potência do progresso material do capitalismo (simbolizada pela ideia dos bens de consumo tecnológicos), por um lado, e a representação da ação humana destrutiva – sobretudo a partir da consolidação do capitalismo industrial – com consequências nefastas para o globo e para a própria

---

<sup>51</sup> ARNOLD, D. *The problem of Nature*. Oxford: Blackwell, 1996.

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*, p.13-14.

humanidade<sup>53</sup>. No entanto, quando modificamos a escala de análise, nos aproximando das relações e disputas sociais entre sujeitos e grupos, percebemos uma multiplicação dos sentidos e representações do mundo natural, marcados pela pluralidade e pelas contradições das interações culturais.

A consolidação desse paradigma moderno no Brasil se desdobra dentro das especificidades do processo de formação do Estado nacional, que remete, sobretudo, aos séculos XIX e XX<sup>54</sup>. Nesse período é possível identificar um esforço sistemático para constituir uma identidade nacional no Brasil, a partir da consolidação de instituições públicas – voltadas para construir uma história oficial do país, instituir tradições e símbolos, unificar os espaços e processos educacionais enquadrados num projeto nacionalista etc. – e da atuação de uma elite de intelectuais e artistas interessados em se engajar e disputar as representações que fundamentariam o ideal de nação. Nesse processo, a representação da natureza desempenhou um papel importante nesse trabalho de unificação cultural.

A construção de um passado comum compartilhado em meio a uma sociedade profundamente desigual, de base escravista, como era o caso no Brasil imperial, foi ancorado amplamente na formulação de uma autonomia cultural pautada no indianismo, no mito da harmonia entre as raças e das riquezas da natureza nacional, alinhados, portanto, com um certo ideário do romantismo<sup>55</sup>.

Bernardo Ricupero<sup>56</sup> faz um trabalho interessante em demonstrar como

---

<sup>53</sup> Idem, ibidem, p.10

<sup>54</sup> MURARI, Luciana. *Tudo mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004. PÁDUA, José A. “Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico?”. Revista Varia História, nº33, janeiro, 2005.

<sup>55</sup> Pádua (2005) nos lembra que quando pensamos na influência romântica (ou iluminista) sobre determinados sistemas de pensamento e representação (ao tratar especificamente do ecologismo contemporâneo), é fundamental considerá-la em sua complexidade e pluralidade, englobando tanto suas diferentes vertentes europeias quanto a especificidade com que é apropriada no Brasil. Nesse sentido, Ricupero (2004) faz uma análise sobre o caráter específico do romantismo brasileiro em função de sua apropriação pela elite intelectual local. Enquanto o romantismo europeu seria uma reação à Revolução Industrial, desconfiando da consolidação da civilização capitalista e da racionalização da vida, o romantismo brasileiro proclama a especificidade de sua nação, exaltando a natureza e o indígena como símbolos da singularidade nacional, embora, paradoxalmente, sendo simpático ao capitalismo e visando tomar o caminho rumo a civilização europeia. Assim, a vertente brasileira do romantismo teria incorporado elementos importantes do iluminismo, sobretudo a visão do progresso rumo à civilização. Ver: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004. PÁDUA, José A. “Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico?”. Revista Varia História, nº33, janeiro, 2005.

<sup>56</sup> RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.



determinados grupos de intelectuais românticos com atuação na política institucional se engajaram na criação de valores e identidades culturais de caráter nacional. Aponta para o processo de construção do romantismo como base para a unificação de um dialeto político-cultural permeado por símbolos e representações sobre o Brasil e o ideal de nação.

Assim, toma o romantismo enquanto um projeto intelectual de nação – marcado pelo esforço de superação do passado colonial – que se constitui como movimento político e cultural através das artes, da literatura e da historiografia, centrando a unidade identitária nacional em ideais como a pureza de um índio idealizado no passado e a natureza exuberante. Esses ideais são articulados com uma finalidade política paradoxal: proclamar a singularidade da nação brasileira, mas mantendo o objetivo de progresso que tem como referencial a civilização europeia<sup>57</sup>.

Esse trabalho social de fazer com que a população local se identificasse como o Estado em construção ao longo do século XIX conglomerou uma diversidade de esforços alinhados com o projeto dos românticos: 1- As revistas literárias da década de 1930, que afirmavam a singularidade do país em oposição ao legado português, recuperando o noção de brasilidade num período anterior à presença lusitana nas Américas, centrado na figura idealizada do índio, já totalmente marginalizado da formação cultural e política do país, servindo apenas como alegoria mítica. 2- O projeto de nação encabeçado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, criado em 1838), que se afirma como espaço de unificação da elite brasileira, sendo majoritariamente constituído por integrantes da elite política e econômica do país. Nele, ganhou força a imagem de uma consciência nacional forjada pela mistura e convivência harmoniosa das raças, presente, ao longo das décadas de 1840 e 1850, tanto em Karl von Martius como em Francisco Varnhagen<sup>58</sup>. 3- Os embates políticos e literários protagonizados por expoentes do romantismo, como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, que constroem um conceito de nação associado ao simbolismo indianista.

Assim, o investimento político-cultural do projeto romântico de nação no Brasil se expressa num conjunto de símbolos que ajudaram a constituir o dialeto político nacional:

---

<sup>57</sup> Idem, *Ibidem*, p. XXVII-XXVIII.

<sup>58</sup> CUNHA, Cilaine Alves. “Nações e o Romantismo” [Resenha de RICUPERO, Bernardo, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. Martins Fontes, 2006]. Revista UFG, Junho, Ano VIII. n°1, 2006, p. 74.

Já os trajes de cerimônia do primeiro imperador, desenhados por Debret, indicam, como percebe acuradamente Luciana Stegagno Picchio, a ideia que a monarquia-tropical faz de si mesma: “Sobre a túnica branca, o manto verde representando as florestas virgens; e por cima, invés do ermelino, o pequeno manto amarelo de penas de tucano, símbolo da continuidade histórica entre Império e caciques indígenas”. Também a bandeira nacional presta-se à apropriação americana de símbolos europeus: com o verde dos Braganças e o amarelo dos Habsburgos convertendo-se em verde das florestas e amarelo das riquezas auríferas. De maneira ainda mais reveladora, o escudo, em que se pode ver a cruz da Ordem de Cristo dentro da esfera da Companhia das Índias, é sustentado por ramos de café e tabaco, importantes produtos de exportação brasileiros. Isto é, um dos mais significativos símbolos nacionais como que resume a história brasileira, em que a evangelização justifica a empresa mercantil de algumas poucas monoculturas destinadas à exportação<sup>59</sup>.

A exaltação idealista da natureza se articula com o projeto concreto de expansão econômica nacional – de viés agroexportador – rumo ao progresso que toma como referencial as grandes potências europeias. Como apontado por Pádua, os intelectuais românticos brasileiros tenderam a exaltar a natureza idílica sem negar o projeto moderno de desenvolvimento urbano, segundo os ideais civilizatórios ocidentais<sup>60</sup>.

Se esse esforço na produção cultural de um ideário de nação ancorado numa visão idílica da natureza e numa idealização da dinâmica racial no Brasil teve relevância, sobretudo nos meios letrados, a consolidação de um olhar voltado para a preservação ou uso racional dessa natureza teve poucos efeitos nos meios institucionais e estatais, se restringido a projetos pontuais de reflorestamento de áreas estratégicas – como coberturas vegetais necessárias para a manutenção dos recursos hídricos de uma dada região, por exemplo<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> RICUPERO, Bernardo. Op. cit. p. 260.

<sup>60</sup> PÁDUA, José A. “Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico?”. Revista Varia História, nº33, janeiro, 2005, p. 71-74.

<sup>61</sup> O reflorestamento da região das montanhas da Tijuca, no Rio de Janeiro, foi um exemplo relevante. “Implementado entre 1862 e 1887, em função da iniciativa de certos intelectuais e figuras públicas que participaram do debate internacional sobre silvicultura e florestas urbanas, o projeto ajudou a reconstituir as encostas florestada da cidade, que haviam sido, em parte, destruídas pela primeira onda do cultivo de café para exportação durante as primeiras décadas do sec. XIX. O argumento central para garantir o suporte estatal ao projeto foi a preservação das fontes que forneciam água para a cidade. Apesar do apelo pragmático para a questão, o apoio do governo foi limitado ao longo do tempo”. PÁDUA, José A. “Environmentalism in Brazil: an Historical Perspective”. In: McNeill, J.R.; Maldin, E..

Tais fundamentos perduram no século XX com novas implicações políticas e formas de mobilização, ganhando uma formulação racionalista mais sólida entre meios intelectuais e técnico-científicos. Ciência (biologia, ecologia, geografia etc.), romantismo e nacionalismo articularam-se na construção de um discurso que pode ser identificado como conservacionista, embora com força política muito limitada frente ao projeto desenvolvimentista que se consolida no Brasil, sobretudo a partir da década de 1930.

José Drummond ressalta a consolidação de um pensamento mais sistemático sobre a preservação da natureza em espaços científicos e acadêmicos, notadamente o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Instituto de Botânica do Estado de São Paulo<sup>62</sup>. Aponta a importância, dentre outros, de Alberto José Sampaio (1881-1946), Armando Magalhães Corrêa (1889-1944), Cândido de Mello Leitão (1886-1948), e Frederico Carlos Hoehne (1882-1959), que, apesar da dificuldade de disseminação de suas ideias para a produção de políticas públicas concretas, construíram um discurso que articulava o projeto de nação com a necessidade de proteção da natureza, de uso racional dos recursos, defendendo um Estado atuante na implementação desse projeto<sup>63</sup>.

A relação entre as arenas políticas e científicas, embora limitadas quanto a temática da preservação ambiental, geraram algumas medidas para regular o uso dos recursos naturais. Na década de 1930, códigos legais foram institucionalizados com essa finalidade como o Código Florestal, Código da Água, Código da Mineração, Código da Caça e Pesca – embora seu efeito prático tenha sido meramente formal, já que não havia demanda política na sociedade nem interesse da administração pública para que essas regulações fossem de fato respeitadas. A falta de instituições de fiscalização e de investimentos com esse objetivo fizeram com que a proteção ambiental avançasse apenas pontualmente com a criação de alguns parques nacionais<sup>64</sup>.

Apenas na segunda metade do século seriam perceptíveis articulações mais sistemáticas e com projeção pública de maior relevância em torno da temática da conservação ambiental. O processo de desenvolvimento agrário e industrial do país e a intensificação da urbanização implicaram num aumento da percepção pública da

---

(Org.). *A Companion to Global Environmental History*. 1ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, v. , p. 07. Disponível em: <<https://ufrj.academia.edu/Jos%C3%A9AugustoP%C3%A1dua>>. Acessado em agosto de 2016.

<sup>62</sup> DRUMMOND, José A.; FRANCO, José L. De Andrade. “Wilderness and the Brazilian Mind (I): Nation and Nature in Brazil from the 1920s to the 1940s”, *Environmental History* 13, Out. 2008, p. 724-750.

<sup>63</sup> Idem, *ibidem*, p. 727.

<sup>64</sup> PÁDUA, José A. Op. cit. p. 10.

depleção de determinados recursos naturais, notadamente as áreas florestais. A atuação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), a partir de 1958, que preservava um caráter atrelado ao campo científico, era marcada pelo esforço em influir nas decisões do Estado por meio de lobby. Ao longo da década de 1960 e 1970 é possível identificar a participação da instituição na criação de leis, órgãos e políticas ambientais, de maneira que seus membros ocuparam cargos de direção na área – como, por exemplo, no Conselho Florestal Federal, Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, Parque Nacional de Conservação de Itatiaia, Museu Nacional, Departamento de Pesquisas Florestais e Conservação da Natureza do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal)<sup>65</sup>.

Entretanto, uma sustentação política consistente com base social organizada só passa a existir na década de 1970, quando o ambientalismo ganha projeção na esfera pública, liderado, por um lado, pelos grupos ativistas de classe média em diálogo com movimentos internacionais e, por outro, por movimentos em comunidades de baixa renda, constituídas pela classe trabalhadora rural e urbana<sup>66</sup>. Nesse período, se desdobra um processo de “ambientalização” de diferentes setores sociais, havendo uma gradativa articulação entre movimentos sociais nacionais e internacionais, setores da mídia, da comunidade científica, de instituições estatais e do empresariado, resultando numa multiplicação de grupos de diferentes setores sociais alinhados com os discursos e valores ambientalistas<sup>67</sup>.

Assim, é possível delinear alguns dos paradigmas que atravessaram a sociedade ao longo do século XX. A idealização romântica da natureza tendeu a se fazer presente enquanto projeto cultural de construção de uma identidade nacional, mas com pouca penetração nos grupos dominantes e espaços decisórios da política formal, alinhados com ideais de modernização e desenvolvimento do capitalismo local. Correntes críticas à destruição da natureza focaram-se, até meados do século XX, na oposição aos métodos dos setores da agricultura, pautados ainda na lógica do corte e da queima. O desenvolvimento do capitalismo industrial e da lógica desenvolvimentista, sobretudo na

---

<sup>65</sup> ALONSO, Angela. “O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil”. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil, p. 125.

<sup>66</sup> PÁDUA, José A. Op. cit. p.11-13.

<sup>67</sup> VIOLA, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico*. Coordenadora: Mirian Goldenberg, Rio de Janeiro: Revan, 1992.

segunda metade do século XX, reforçou ideais opostos: por um lado, a ideia de que a exploração da natureza seria o motor desenvolvimento nacional<sup>68</sup>; por outro, a crítica ambiental passou a recair sobre o processo agressivo de modernização capitalista e seus efeitos ecológicos, sendo identificados diferentes matizes discursivos articulando valores do romantismo com a racionalidade da ciência moderna. Entre as década de 1940 e 1970, a intensa expansão urbano-industrial, a depleção pouco fiscalizada de áreas florestadas e a projeção internacional do discurso científico e político sobre os riscos da exploração indefinida dos recursos naturais, implicaram na gradual disseminação e organização de uma consciência ecológica que funde aos argumentos racionalistas-científicos e os valores nacionais de idealização da natureza enquanto um espaço de riqueza e beleza<sup>69</sup>.

A consolidação desses ideais a partir da década de 1970, quando ganham a forma política de movimentos e associações diversas alinhados com os valores ambientalistas emergentes, ancora-se nesse fundamento identitário nacional para angariar a simpatia de outros grupos sociais e da mídia. A exaltação desses ideais de natureza ganha mais força na medida em que é apropriado por diversos grupos sociais, como empresários do ramo imobiliário, empresas de turismo, hotéis, a indústria alimentícia etc.<sup>70</sup> Multiplicaram-se os sentidos da apreciação da natureza, muitas vezes de maneira contraditória, na medida em que a legitimação do discurso ambiental passa a ser objeto de disputa de interesses dissonantes na hierarquia de poder do espaço social, mobilizando desde associações de moradores de classe média e comunidades de baixa renda até grandes grupos empresariais.

## **1.2 Percepção prática da natureza – trajetórias de militantes do MORE**

Essas forças sociais produzem um esforço de unificação das formas de pensar e perceber o mundo a partir da forma possível de socialização e disseminação de ideias: a experiência concreta dos sujeitos. Nesse sentido, para compreendermos como uma pessoa ou um grupo adquire uma certa visão sobre a natureza, não basta olharmos para

---

<sup>68</sup> Um resumo interessante dessa visão pode ser encontrado em: SILVA, Filipe Oliveira da. Matas folheadas: imprensa, práticas letradas e sociabilidade de proteção à natureza na Revista Florestal (1929-1949). Dissertação de mestrado; Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2017, p.50-54.

<sup>69</sup> PÁDUA, José A. Op. cit. p.2-3.

<sup>70</sup> VIOLA, Eduardo. Op. cit.

os grandes contextos e processos estruturantes. Temos que observar as vivências do sujeito, sua trajetória, a construção do seu gosto social, do prazer, das expectativas, de seus interesses e projetos de vida.

O que se busca aqui é escapar da tentação de derivar as visões sobre a natureza diretamente de grandes paradigmas ambientais dominantes num dado tempo histórico, ou de ideologias ecologistas que se espalham, como que por osmose, em função de contextos favoráveis – o medo da destruição ambiental do capitalismo, a Conferência de Estocolmo em 1972, a Redemocratização brasileira etc. É claro que esses fenômenos influenciam diretamente a forma como determinados grupos e pessoas percebem o mundo, mas apenas na medida em que são capazes de modificar as representações com que essas pessoas tem contato e a maneira como suas experiências são organizadas e percebidas.

Para apreender a dimensão prática da maneira com que se constrói o conceito de natureza, parto da ideia de que a forma com que se adquire uma visão sobre o mundo natural é semelhante a maneira com que se adquire uma língua. Ou seja, a partir de processos de socialização inscritos no pensamento a um nível infraconsciente<sup>71</sup>. Considera-se que o mundo é percebido de maneira intuitiva e prática, sem que se saiba como ou por que vemos as coisas da maneira que vemos. É essa dimensão infraconsciente que fundamenta as visões e representações do mundo que integram as identidades sociais e que ganham uma formulação política ao nível da consciência, tal como as bandeiras levantadas pelo movimento ambientalista.

As diferenças na percepção da natureza não são aqui consideradas como meras diferenças de opinião ou de valores. Não se trata, como faz Eduardo Viola, de derivar a visão ecológica dos movimentos ambientalistas de uma superação das necessidades materiais imediatas que levaria a um apego a causas “pós-materiais”, ligadas a problemas mais amplos da sociedade, como a paz mundial, a proteção ambiental, a qualidade de vida etc.<sup>72</sup> Trata-se, sim, de compreender as diferentes visões de natureza dentro das relações mais amplas que produzem as categorias sociais e os critérios de classificação do mundo. A percepção da natureza se integra com o jogo social das diferenças que se reflete nas práticas, opiniões, nos bens materiais, nas expectativas, nos

---

<sup>71</sup> Ver: BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2009.

<sup>72</sup> VIOLA, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico*. Coordenadora: Mirian Goldenberg – Rio de Janeiro: Revan, 1992

juízos, constituindo uma verdadeira linguagem social<sup>73</sup>. Assim, é a partir da inscrição dos sujeitos nesse jogo significativo – em que está em jogo a definição de si e do outro, do que é legítimo e do que não é, do que é desejável e do que não é – que as visões de natureza devem ser consideradas.

Em termos analíticos, isso implica que os diferentes conceitos e definições de natureza não podem ser tomados isoladamente. Devem ser postos em relação, inseridos nessa hierarquia das classificações, dos significados e das posições sociais que tensionam as diferentes formas de significação do mundo social e de construção das identidades.

### *1.2.1 Apontamentos sobre a urbanização de Niterói no século XX*

Nas sociedades modernas ocidentais, sobretudo nos séculos XIX e XX, o referencial que estrutura as formas dominantes de percepção e de relação com a natureza é produzido no meio urbano, já que as cidades consolidam-se como os polos de centralização político-econômica no contexto de consolidação do Estado moderno<sup>74</sup>. Uma análise da maneira como o movimento ambientalista de Niterói mobiliza e disputa o conceito de natureza seria necessariamente incompleta sem uma consideração contextual do processo de configuração urbana cidade, visando compreender alguns elementos centrais da organização das relações dos grupos locais com o espaço físico da região.

Nas primeiras décadas do século XX, Niterói contava com oferta de áreas urbanizadas compatíveis com o seu tamanho e com o seu ritmo de crescimento, em função das especificidades do processo de ocupação das terras da cidade e da implementação de dois planos públicos de arruamento na primeira metade do século XIX: o Projeto de Edificação da Nova Vila Real da Praia Grande (em 1819) e o Plano da Cidade Nova de Icaraí (em 1841)<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e espaço simbólico”. In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP, ed. Papirus, 1996.

<sup>74</sup> Em sua análise sobre as diferentes formas e variáveis que marcaram a emergência e consolidação dos Estados modernos nacionais na Europa, Charles Tilly coloca como central a dialética entre o Estado (caracterizado pela concentração dos meios de coerção física) e a cidade (marcada pelo processo de concentração do capital econômico). Para o autor, o contexto dos Estados modernos seria marcado pela consolidação do meio urbano como referencial econômico e administrativo. Ver: TILLY, Charles. *Coercion, capital and European states, AD 990-1990*. Cambridge: Blackwell, 1990.

<sup>75</sup> AZEVEDO, Marlice; SERRANO, Cinthia. “Expansão Urbana e Urbanização dispersa. Duas faces da mesma moeda?”. LIII Congresso Internacional de Americanistas. 2009, p.05-06. Acessado em meio de

Nesse período da Primeira República, a cidade foi alvo de uma série de intervenções urbanísticas de caráter modernizador, focadas, sobretudo, nas áreas que concentravam maior poder econômico, como o Centro e a região das Praias da Baía, além de investimentos estratégicos para o desenvolvimento fluxo urbano e da indústria, na Zona Norte (notadamente nos bairros do Fonseca e do Barreto)<sup>76</sup>.

Desde esse período, a distribuição demográfica no território da cidade já mostrava-se bastante desigual. Considerando-se os condicionantes naturais de seu relevo, há uma tendência de concentração nas áreas do entorno da Baía de Guanabara, com planícies e colinas que configuram relevo mais suave, além de fácil acesso ao mar, enquanto as áreas de relevo mais acidentado, que cortam o município no sentido sudoeste-nordeste, assim como áreas no interior do território marcadas por grande adensamento de vegetação (muitas vezes protegidas por dispositivos legais) são marcadas por uma ocupação menos intensa<sup>77</sup>.

Apesar de ser relevante o processo de urbanização e parcelamento do território nas três primeiras décadas do século XX, é nos anos 1940 que se intensifica a expansão urbana, com um aumento dos investimentos e com o estreitamento das relações entre a iniciativa privada e o setor de obras públicas<sup>78</sup>. Com a vigência do Estado Novo e a nomeação do interventor Ernani Amaral Peixoto para o governo do estado do Rio de Janeiro, Niterói, sendo a capital, era alvo de medidas modernizadoras. Entre 1940 e 1970, o poder público investiu em grandes planos na zona central da cidade, visando a composição de um centro urbano reformulado e economicamente mais dinâmico. Entre 1937 e 1945 Niterói ocupou o segundo lugar em quantidade de obras urbanas no Brasil,

---

2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7146650-Expansao-urbana-e-urbanizacao-dispersa-duas-faces-da-mesma-moeda-marlice-nazareth-soares-de-azevedo-1-cinthia-lobato-serrano-2.html>

<sup>76</sup> Dentre essas intervenções urbanísticas, podemos destacar a abertura da Avenida Beira-mar no Gragoatá, Praia das Flechas, no Ingá e Praia de Icaraí; a construção, no bairro de Icaraí, da Estação Balneária de Icaraí e do Campo de São Bento; a melhoria das vias da zona sul; o alargamento e pavimentação das principais vias do Centro; o aterro do mangue de São Lourenço, onde seria construído o Porto de Niterói, entre 1926 e 1930; a abertura da Alameda São Boaventura e a criação do Jardim Botânico, ambos no bairro do Fonseca; investimentos na zona industrial, no Bairro do Barreto. VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 79.

<sup>77</sup> Plano Diretor de Niterói – Diagnóstico Ambiental, 1991. Disponível em: <[http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/arquivos\\_biblioteca/planejamento/planodiretor1992](http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/arquivos_biblioteca/planejamento/planodiretor1992)>

<sup>78</sup> AZEVEDO, Marlice; SERRANO, Cinthia. “Expansão Urbana e Urbanização dispersa. Duas faces da mesma moeda?”. LIII Congresso Internacional de Americanistas. 2009, p.06. Acessado em meio de 2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7146650-Expansao-urbana-e-urbanizacao-dispersa-duas-faces-da-mesma-moeda-marlice-nazareth-soares-de-azevedo-1-cinthia-lobato-serrano-2.html>



ficando atrás apenas do município do Rio de Janeiro<sup>79</sup>.

A expansão das fronteiras urbanas nesse contexto pode ser compreendida como fruto do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial e de um projeto de modernização e integração do território nacional, com forte destaque para o desenvolvimento e articulação da malha urbana que se consolida como um projeto estatal de maneira mais sistemática no período do Estado Novo<sup>80</sup>. Nesse sentido, as principais cidades do estado do Rio de Janeiro foram alvos da criação de planos diretores, bem como foi marcante o esforço pela interiorização das fronteiras urbanas através da criação de novas cidades, visando lidar com o crescimento populacional, a alocação de equipamentos produtivos e a atração da população para áreas de expansão urbana<sup>81</sup>.

Essa política urbanizadora – expressa pela elaboração do Plano de Urbanização das Cidade Fluminenses e por intervenções setoriais e pontuais de urbanização<sup>82</sup> - se reflete em Niterói com o *Plano de Urbanização e Remodelação da Cidade de Niterói*<sup>83</sup>. A partir do estabelecimento de um contrato com a Companhia Dahne & Conceição para a execução do projeto, em 1943, foi definida a estratégia de expandir a área central através de um aterro entre a Ilha da Boa Viagem e a Ponta da Armação, num prazo de cinco anos<sup>84</sup>.

Nesse quadro, em 1940, como parte do plano de remodelação e extensão da cidade, é iniciado o projeto de construção da Avenida Ernani Amaral Peixoto, inaugurada em 1942. A maioria dos edifícios licenciados eram comerciais e o projeto se

---

<sup>79</sup> BACKHAUSER, Everardo. *Minha terra e minha vida*. Niterói; Niterói Livros. 1994.

<sup>80</sup> WELCH, Clifford Andrew. “Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)”. Revista Brasileira de História vol.36 no.71 São Paulo Jan./Abr. 2016

<sup>81</sup> BENTES, Júlio Cláudio. *Dispersão urbana no Médio Paraíba Fluminense*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo, 2014, p.272.

<sup>82</sup> De acordo com Marlice de Azevedo, do tratar dos planos e intervenções urbanas no Rio de Janeiro durante o Estado Novo: “A política urbanizadora, no período do Estado Novo, para a capital e para as demais cidades fluminenses eram dirigidas para o desenvolvimento das cidades do interior com potencial turístico ou industrial e para a “modernização” do centro urbano da capital. O Estado do Rio de Janeiro foi dividido em duas áreas de planejamento sob a responsabilidade de dois escritórios distintos: o de Attílio Corrêa Lima para o Sul Fluminense, especialmente a Região do Vale do Paraíba e o dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno para o norte fluminense, principalmente as regiões serrana e litorânea”. AZEVEDO, M., BENEDICTO, D., JÚNIOR, S. “Expressões e Vestígios Modernistas na Capital Fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus Valores como Patrimônio Urbano”. Acessado em Junho de 2017, p.4. Disponível: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/111R.pdf>.

<sup>83</sup> Instituído pelo Decreto-Lei Federal 2441.

<sup>84</sup> VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 82.

associava aos interesses empresariais visando atrair novas opções econômicas para a cidade<sup>85</sup>. A iniciativa impulsionou a verticalização do centro da cidade; o ônibus foi instituído como transporte coletivo dominante (sobrepondo-se ao sistema de bondes)<sup>86</sup>. Assim, a normativa legal de ocupação e uso do solo nas décadas de 1950 e 60 acompanharam as demandas do mercado imobiliário, influenciado pelo paradigma urbanístico de Copacabana, pautado numa intensa verticalização como estratégia para maximizar os lucros através do incentivo à demanda da classe média e alta. A iniciativa privada, por sua vez, concentrava investimentos na Zona Sul e para a expansão no Distrito de Itaipu. Nesse contexto, inicia-se o processo de parcelamento e loteamento da Região Oceânica de maneira mais sistemática.

Desde 1943, quando o Distrito de Itaipu é reincorporado à cidade de Niterói<sup>87</sup>, a área já era vista como uma zona de expansão urbana, passando a ser alvo de planos de urbanização voltados para a ocupação da área com habitações alinhadas com um perfil de classe média e alta. A região era, então, um distrito predominantemente rural, com baixa densidade populacional<sup>88</sup>, marcado por grandes propriedades com produção de hortaliças e frutas que abasteciam o centro de Niterói e do Rio de Janeiro<sup>89</sup>. No litoral da região, era marcante a presença de uma extensa colônia de pescadores, devido às condições favoráveis para a pesca na região, com duas lagoas e praias de mar aberto.

A urbanização da área seguiu a tendência de grande parte das cidades sul-americanas de fins dos anos 1940: passou por uma expansão centrada no parcelamento de áreas periféricas rurais e de menor densidade populacional<sup>90</sup>. Até então, o desenvolvimento urbano era pautado, predominantemente, na densificação e

---

<sup>85</sup> AZEVEDO, M., BENEDICTO, D., JÚNIOR, S. "Expressões e Vestígios Modernistas na Capital Fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus Valores como Patrimônio Urbano". Acessado em Junho de 2017, p.5-6. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/111R.pdf>.

<sup>86</sup> MACHADO, Elisabeth M. *Governança urbana no município de Niterói – RJ: a emergência de territorialidades e conflitos em Cambóinhas*. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Geografia da UERJ. Rio de Janeiro, 2011, p.37-38.

<sup>87</sup> Desde 1890, o distrito de Itaipu integrava o município de São Gonçalo. A reincorporação é feita através do decreto nº 1055, implicando num aumento territorial da cidade de Niterói de 89 km<sup>2</sup> para 131 km<sup>2</sup> visto como estratégico para o desenvolvimento urbano da cidade.

<sup>88</sup> Por volta de 4 mil habitantes, incluindo alguns bairros de Pendotiba e a Região Leste, que integravam o Distrito de Itaipu.

<sup>89</sup> DIAS, Eduardo Camacho. *Ruralidade e expansão urbana em análise para o desenvolvimento do turismo de base local no Engenho do Mato, Niterói*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Turismo na UFF. Niterói, 2011.

<sup>90</sup> HARDOY, Jorge E. *Las Ciudades En America Latina*. Ed. Paidós, Buenos Aires, 1972. *Apud* AZEVEDO, M., BENEDICTO, D., JÚNIOR, S. "Expressões e Vestígios Modernistas na Capital Fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus Valores como Patrimônio Urbano". Acessado em Junho de 2017, p. 6. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/111R.pdf>.

remodelação de áreas já ocupadas. Tanto é que, no início da década de 1950, a população urbana já ocupa toda a área plana da Baía de Guanabara e os morros do maciço central; os bairros da Engenhoca e Barreto (em função da atividade industrial); a planície de Icarai e o bairro da Fonseca. Entre 1950 e 60, os últimos bairros das Praias da Baía são loteados (Vital Brazil e São Francisco)<sup>91</sup>. Especificamente em Niterói, o processo a expansão para as áreas de baixa densidade populacional se deu a partir de um movimento intenso de formação de amplos loteamentos privados na Região Oceânica.

No ano após a incorporação da Região Oceânica à Niterói, é desenvolvido o Plano de Urbanização de Itaipu e Piratininga. Uma série de amplos loteamentos é lançada – o “Cidade Balneária de Itaipu” (1945); o loteamento “Maravista” (1949); o loteamento “Marazul” (1951); o “Bairro de Piratininga” (1952) – embora a ocupação dos mesmos de maneira significativa ainda iria demorar algumas décadas<sup>92</sup>.

Intervenções viárias foram centrais nesse processo de expansão: a construção da RJ 106 (Rodovia Amaral Peixoto, na década de 1940), a retificação da Avenida Estácio de Sá (atual Avenida Roberto Silveira, entre 1948 e 1954), o túnel Roberto Silveira (ligando Icarai e São Francisco, no final da década de 1950) foram obras que ampliaram significativamente a fluidez dos deslocamentos entre Centro-Zona Sul-Pendotiba-Itaipu<sup>93</sup>.

Entre 1949 e 1979, quase trinta mil novos lotes foram inseridos no mercado, marcando uma nova forma de apropriação do espaço da cidade, sendo quase 70% destes criados na década de 1950 – majoritariamente em áreas sem condições de ocupação imediata (Pendotiba, praias da Região Oceânica, Engenho do Mato etc.) em função da baixa cobertura de infraestrutura na região<sup>94</sup>. Apesar dessa grande oferta de lotes, a ocupação da região se deu de forma gradual: na década de 1950 houve um crescimento de apenas 7% em relação à década anterior no Distrito do Itaipu, enquanto na sede

---

<sup>91</sup> MARCOLINI, Sérgio. *Ambiente urbano e geração de viagens: Niterói, um estudo de caso*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2011, p.94.

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*, p.93.

<sup>93</sup> VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 86.

<sup>94</sup> AZEVEDO, M., BENEDICTO, D., JÚNIOR, S. “Expressões e Vestígios Modernistas na Capital Fluminense nas décadas de 1940, 1950,1960 e seus Valores como Patrimônio Urbano”. Acessado em Junho de 2017, p. 07. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/111R.pdf>.

municipal o crescimento foi de 28%<sup>95</sup>.

É a partir da década de 1970 que a Região Oceânica e de Pendotiba passa a ter uma ocupação urbana mais intensa, com a pavimentação da estrada Francisco Cruz Nunes e a abertura da Estrada da Cachoeira (um dos principais vias que ligam a Região Oceânica ao Centro da cidade) e, sobretudo, com a construção da Ponte Rio-Niterói, concluída em 1974. Para além da ligação como a cidade do Rio de Janeiro, a Ponte favoreceu a integração de Niterói com as cidades do Leste fluminense, tendo um impacto significativo não apenas sobre o sistema viário, mas sobre a demanda imobiliária na cidade<sup>96</sup>.

Nos doze anos decorridos entre 1964 e 1976 houve a distribuição do aceite de obras para 622 empreendimentos nos bairros de Piratininga, Itaipu e Itacoatiara. Nos oito anos seguintes, entre 1977 e 1984, esse número praticamente quadruplicou, chegando a 2.476 empreendimentos<sup>97</sup>. O impacto demográfico também evidencia esse quadro de acelerada expansão urbana na Região Oceânica. Entre 1950 e 1970 a população da região teve um crescimento relativamente lento: foi de 4.270 habitantes para 7.759. Esse número praticamente dobra ao longo da década de 1970, chegando a 14.387 em 1980 e a 35.468 em 1991<sup>98</sup>.

Nesse contexto, o município desenvolve uma legislação mais específica para controlar o intenso processo de loteamento. Em 1970, é aprovado o Código de Obras e Urbanismo de Niterói. Começam a surgir os projetos de condomínios horizontais fechados, marcando um novo modelo de ocupação que estimulou o uso residencial urbano da Região Oceânica e de Pendotiba<sup>99</sup>. Os empreendimentos Jardim Ubá 1 (1972) e Jardim Ubá 2 (1979) consolidaram-se como modelos de ocupação urbana no mercado imobiliário, sendo um sucesso de vendas. A proposta era inovadora, ancorando-se na venda de uma melhor qualidade de vida, marcada pelo acesso à áreas verdes, casas sem

---

<sup>95</sup> VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 86.

<sup>96</sup> "Relatório de Apoio à Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Niterói". Prefeitura Municipal de Niterói. FGV Projetos, Volume 1, 2015, p.177.

<sup>97</sup> Secretaria Municipal de Obras – Prefeitura de Niterói. *Apud* MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecília. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.62.

<sup>98</sup> VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 87.

<sup>99</sup> "Relatório de Apoio à Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Niterói". Prefeitura Municipal de Niterói. FGV Projetos, Volume 1, 2015, p.179.

muros, seguindo o ideal do “campo na cidade”<sup>100</sup>. A representação da Região Oceânica como área paradisíaca, tranquila e “natural” se estabelece como instrumento importante das estratégias de venda de imóveis, uma vez que estava alinhada com os anseios e expectativas das classes médias e altas que investiam e se deslocavam para a região<sup>101</sup>.

Desta forma, a Região Oceânica se constituiu como um novo pólo de crescimento da cidade, o que se expressa nas altas taxas de crescimento demográfico, que ficaram em torno de 5% ao ano na década de 1970, chegando a 10% na década de 1980.

Considerando o quadro geral da cidade, Niterói apresentou um crescimento populacional significativo (embora bem menor se comparado a outras cidades da Baixada Fluminense) de 171% entre 1940 e 1980. Assim, a população saltou de 146.414 habitantes, sendo 85% em domicílios urbanos, em 1940, para por volta de 400 mil, com 100% de população urbana, em 1980<sup>102</sup>.

Essa rápida expansão demográfica, ligada ao crescimento econômico da década de 1970, à conclusão da Ponte Rio-Niterói (em 1974) e ao fácil acesso da classe média ao automóvel, implicou não apenas numa significativa expansão para as áreas da Região Oceânica e de Pendotiba, mas um processo de ampliação da verticalização que já vinha em curso em bairros tradicionais já ocupados, como o Centro e, sobretudo, Icaraí e Ingá<sup>103</sup>.

Esse processo de urbanização que se desdobrou entre as décadas de 1940 e 1970 implicou numa série de problemas e conflitos de diversas naturezas: ambientais, culturais, políticos, urbanísticos, habitacionais etc.

O rápido crescimento dos bairros da Zona Sul, com ação intensa do mercado imobiliário, implicou na formação de uma área constituída por altos edifícios, alta

---

<sup>100</sup> Os lotes somavam 267 lotes, ambos em Itaipu, definindo um modelo de ocupação marcado pela maior dimensão dos lotes (600 a 750 m<sup>2</sup>), com traçado mais livre e áreas comuns de lazer. <sup>100</sup> AZEVEDO, M., BENEDICTO, D., JÚNIOR, S. “Expressões e Vestígios Modernistas na Capital Fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus Valores como Patrimônio Urbano”. Acessado em Junho de 2017, p. 9-10. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/111R.pdf>.

<sup>101</sup> Isso fica evidente no Relatório de Impacto Ambiental (1979) do Plano Estrutural de Itaipu (1976), que foi apresentado à Prefeitura Municipal de Niterói pela “Veplan Residência Companhia de Desenvolvimento de Turismo e Territorial Itaipu”. O relatório propunha um modelo de urbanização pautado na lógica do espaço ordenado, controlado, centrado na natureza da região, distante dos conflitos sociais do resto da cidade. Opunha-se, dessa forma, ao modelo de ocupação de Copacabana e Icaraí, pautado pela verticalização desordenada.

<sup>102</sup> Censos Demográficos – IBGE. 1940-1980. *Apud* MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecília. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.55-58.

<sup>103</sup> Secretaria Municipal de Obras – Prefeitura de Niterói. *Apud* MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecília. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.58-59.

densidade demográfica e uma relação entre equipamentos urbanos e população que tendeu a diminuir a qualidade de vida dos moradores. A densificação das construções comerciais, industriais e residenciais implicou em alguns problemas centrais: falta de controle sobre limitação do gabarito das construções, que frequentemente ultrapassam o limite estimulando ainda mais o adensamento populacional; poluição atmosférica gerada pelo grande número de veículos; mobilidade urbana; multiplicação de favelas; poluição da Baía de Guanabara por esgotos e resíduos industriais, pressões econômico-culturais em populações tradicionais (notadamente, a colônia de pescadores do bairro de Jurujuba)<sup>104</sup>.

Na Região Oceânica, a intensa ação do mercado imobiliário implicou em tensões fundiárias em torno da posse da terra com o processo de conversão de terras agrícolas em lotes urbanos, notadamente na região do Engenho do Mato e de Itaipu.

Na década de 1940, a Fazenda do Engenho do Mato, a mais importante do Distrito de Itaipu, é loteada, dando origem a dois loteamentos: Jardim Fazendinha de Itaipu e o Parque da Colina, ignorando a presença de posseiros que historicamente viviam em 256 dos 540 hectares da fazenda. Os conflitos e perseguições dos posseiros gerou litígios judiciais que implicaram na intervenção do governo estadual através de Plano Piloto de Intervenção Agrária, visando organizar, com sucesso limitado, a ocupação do local pelos diferentes grupos em disputa.

Em Itaipu, as pressões imobiliárias implicaram numa maior dificuldade da reprodução social do trabalho das comunidades tradicionais de pesca na região, tanto em função das mudanças materiais feitas na praia e na Lagoa de Itaipu, quanto pela pressão econômica pela ocupação das terras de grande valor paisagístico em que os pescadores moravam. As pressões imobiliárias da Veplan Residência Companhia de Desenvolvimento de Turismo Territorial Itaipu implicaram num processo de gentrificação ao longo da década de 1970, na região de Itaipu e Camboinhas, na qual adquiriu o direito de lotear uma área de aproximadamente 800 ha. Os pescadores tenderam a se afastar do litoral, indo para bairros mais distantes, no interior da Região Oceânica<sup>105</sup>, embora parte da comunidade tenha permanecido no extremo da praia de Itaipu, junto ao Morro das Andorinhas.

---

<sup>104</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecilia. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.65-69.

<sup>105</sup> PEREIRA, Luciana Freitas. "Revisitando Itaipu: um ensaio de antropologia visual" – In: KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p.305-306.

### 1.2.2 A percepção da natureza e o espaço social

A exposição até aqui desenvolvida foi feita com um objetivo central: demonstrar como o referencial urbano se consolida como força central em termos de apropriação dos recursos naturais e de produção do espaço social e biofísico em Niterói (considerando que, evidentemente, o fenômeno é muito mais amplo). Esse processo de expansão e de concentração de poder no meio urbano é demonstrado pela força política e econômica da administração pública e dos diferentes grupos que disputam e influenciam sua gestão. O aparato estatal em nível municipal se fortalece gradativamente a partir do controle da legitimidade de intervir no espaço físico, do domínio do aparato legal e da gestão de grande volume de capital econômico, definindo as diretrizes de investimento nas diferentes áreas do setor produtivo, na distribuição do equipamento urbano e na caracterização da cidade.

Os vários planos de urbanização e iniciativas de intervenção urbana promovidos pelo Estado<sup>106</sup>, que se intensificam gradativamente a partir do século XIX e início do XX, exemplificam como o meio urbano se consolida como referencial da modernidade/civilidade – tendo como centro de gravidade os interesses políticos e econômicos dos grupos mais influentes na administração pública local. Por outro lado, formas culturais mais marginalizadas, como as de comunidades do meio rural, tendem a ser cada vez mais atreladas ao atraso, à uma carência de “cultura”.

Assim, o processo de expansão da presença das intervenções e políticas estatais e das forças econômicas dominantes no espaço urbano de Niterói sobre a totalidade do território e das populações da cidade, implicou num processo de unificação/generalização (sempre parcial) dos referenciais econômicos, técnico-legais e culturais dominantes no meio urbano. Isso é decisivo para se compreender a construção

---

<sup>106</sup> Valverde faz um extensivo levantamento desses planos e de suas características nos séculos XIX e XX, destacando os seguintes: “Plano de Edificação da Vila Real da Praia Grande” (1819); “Plano da Cidade Nova de Icaraí (1841); “Projeto de melhoramentos do Ingá” (1854); “Projeto de Melhoramentos da Cidade de Niterói”; “Plano de Urbanização e Remodelação da Cidade de Niterói” (1940); “Plano de Urbanização da Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga” (1944); “Plano Prioritário de Urbanização” (1967); “Plano CPDU (Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano) – Wit-Olaf Prochnik” (1975); “Plano de Melhorias Físicas do Município de Niterói – EDURB” (1977); “Plano Estrutural de Itaipu” (1976); “Seminário de Planejamento Integrado de Niterói” (1987). Além desses planos, deve-se considerar uma série de outras intervenções urbanísticas (abertura de avenidas, estradas, investimentos em equipamento urbano, aterros, dentre diversas outras obras de infraestrutura), dentre as quais algumas das principais já foram citadas pela presente dissertação. Ver: VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001.

tanto dos referenciais de natureza dos grupos dominantes quanto dos marginalizados, possibilitando identificar onde se localiza, em termos de poder-legitimidade, a visão de mundo e as expectativas dos militantes ambientalistas niteroienses da década de 1980, considerando-se a estrutura mais ampla das visões e posições que constituem o espaço social local.

Com esse objetivo de dar um panorama relacional sobre as interações e perspectivas dominantes e dominadas sobre a natureza, observar as posições sociais marginalizadas é de grande valia – e a boa notícia é que já há alguns trabalhos importantes que nos ajudam nessa análise.

Sobre a comunidade de pescadores de Itaipu, há um relevante investimento de estudos antropológicos, sobretudo sob a influência do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Roberto Kant de Lima<sup>107</sup>, Fábio Reis Mota<sup>108</sup> e Ronaldo Lobão<sup>109</sup> são algumas das referências nos estudos dessa área.

Sem se aprofundar especificamente na questão, Kant aponta nas implicações identitárias que resultam da consolidação de valores urbanos sobre a natureza a partir da urbanização de Itaipu segundo um viés turístico-residencial dos loteamentos da década de 1970.

Já nas primeiras décadas do século XX, o mercado urbano e a cidade se consolidavam como referenciais estruturantes do sistema de relações de trabalho que historicamente se consolidou entre os pescadores de Itaipu, já com implicações identitárias ligadas à ideia de civilidade e modernidade. As transações econômicas se davam com os “camponeses” locais (em geral, pela troca do peixe por verduras, como a batata e o aipim) e com a “cidade” (a Praça XV, no centro do Rio de Janeiro)<sup>110</sup>.

Sendo uma região predominantemente rural no período, o acesso mais fácil ao mercado urbano via mar e a valorização do peixe frente à produção agrícola dos pequenos agricultores locais implicaram numa oposição hierárquica entre esses grupos

---

<sup>107</sup> KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1997.

<sup>108</sup> MOTA, Fábio R. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF. Niterói, 2009. MOTA, Fábio R. “O meio ambiente contra a sociedade? Controvérsias públicas, reconhecimento e cidadania no Brasil”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 7 - no 1 - Jan/Fev/Mar 2014 - p. 39-57.

<sup>109</sup> LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: Como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Niterói, EdUFF, 2010.

<sup>110</sup> KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1997, p.54-55.



econômica e culturalmente marginalizados. A relação entre pescadores e camponeses se definia pela capacidade e potencial econômico de seu trabalho (a pesca era tida, pelos pescadores, como uma prática mais nobre e economicamente rentável). O maior acesso do pescador à cidade traria traços de distinção em relação ao camponês. Este era visto como mais bruto e primitivo. O pescador se definia como sendo mais abastado, mais civilizado, com maior poder aquisitivo, com uma aparência e hábitos “mais limpos” e “mais chegado à cidade”<sup>111</sup>. A gradual melhoria da acessibilidade do Distrito de Itaipu a Niterói na década de 20 e, portanto, ao mercado urbano, apenas reforçava a dinâmica dessas relações locais.

No entanto, hierarquicamente acima desses dois personagens que compunham o Distrito de Itaipu (o pescador e o camponês), estava o proprietário das grandes áreas de terra. Kant aponta como grande parte dos pescadores da época viviam em condição de dependência do proprietário oficial da terra, se vendo obrigados a se submeter à prestação de serviços pessoais e à sua autoridade e poderio econômico, já que o maior proprietário da região do entorno da Lagoa de Itaipu e da praia era também o dono do armazém local. Assim, o autor identifica um sistema de relações que incluía “proprietários, camponeses, pescadores, todos ligados pelo mercado à cidade, efetuando trocas complementares dentro do sistema”, num tipo de relação que “sugere uma tradição política fundada na patronagem”<sup>112</sup>.

A partir da década de 1940, com a incorporação do Distrito de Itaipu à Niterói e com a intensificação de forças estatais e empresariais sobre a Região Oceânica, o referencial urbano tende a se fazer cada vez mais presente para as comunidades locais. O desenvolvimento de um sistema viário mais denso conectando a área com o centro de Niterói, além da conversão de terras agrícolas em loteamentos urbanos, foi determinante na reconfiguração das relações de poder locais e na forma de apropriação e percepção do espaço.

O processo de implementação do “Plano Estrutural de Itaipu” pela Veplan, na década de 1970, implicou em relevantes modificações no local em função do projeto imobiliário da empresa e do grande fluxo de novos moradores de classe média e alta para a região. A abertura do canal permanente entre a Lagoa de Itaipu e a praia teria dificultado a pescaria de arrasto na praia, já que suprimiu um porto de pesca e atrapalhou a “pescaria de cerco” dos cardumes de tainha. A dragagem da lagoa (que

---

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*, p. 55.

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*, p. 57-58.

acabou com a pesca do camarão empregou relevante número de pescadores, que abandonaram a pesca em prol de uma atividade com remuneração mais “segura”. Os pescadores tiveram que adaptar sua atividade, dedicando-se a outras ocupações ou a outros tipos de pescaria, como no caso da “rede de espera”<sup>113</sup>.

A reprodução da identidade do pescador tende a se tornar cada vez mais difícil frente às forças urbanas que se consolidam na região, que trazem um novo referencial cultural que deslegitima os saberes e sentidos locais de existência. Assim, se antes os pescadores se orgulhavam da posição que tinham em relação ao mercado urbano local e regional, orgulhando-se de produzir 40% do pescado de Niterói, passaram a sentir mais concretamente o peso da marginalização diante do poder econômico empresarial e das classes média e alta que investiram na região. Passam a ter que lidar com o estigma de “primitivos”, “cachaceiros”, prostitutas”, além do tratamento distinto da polícia, que teve um posto instalado no local<sup>114</sup>.

Em termos materiais, o afastamento da praia implicou numa perda de controle, em tempo real, sobre os fluxos de peixes no mar, prejudicando a aplicação e reprodução do conhecimento naturalístico acumulado. Para o pescador a praia tem um sentido de reprodução familiar e da comunidade, sendo percebida a partir de pontos de pesca que delimitam a atividade e ordenam o ciclo de captura das espécies. Assim, “a praia é vista como parte de um sistema, em que a terra e o mar são oposições fundamentais”<sup>115</sup>. Nesse sentido, a praia tem sentidos muito distintos para o pescador e para o turista ou o morador de cultura urbana.

A transformação da área em loteamento turístico-residencial tende a consolidar a predominância de uma visão que trata os pescadores como parte do cenário natural (vistos como “primitivos”, “rústicos”) e o local como sendo “paradisiaco”, “natureza” a ser apreciada consumida, o que é reforçado pela propaganda do setor imobiliário feita pela televisão, revistas e jornais<sup>116</sup>, alterando os referenciais de legitimidade dominantes para a apropriação do espaço percebido como “natureza”.

Entretanto, as pressões de políticas estatais e do mercado urbano sobre as áreas ocupadas por pescadores não se limitam à questão agrária, com os planos de urbanização e os investimentos imobiliárias. A partir, sobretudo, da década de 1960, a reprodução da pesca artesanal é ameaçada frente ao desenvolvimento da pesca

---

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*, p. 75.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*, p. 63.

<sup>115</sup> Idem, *ibidem*, p. 35.

<sup>116</sup> Idem, *ibidem*, p. 53.

industrial, feita com barcos motorizados (notadamente atunzeiros e traineiras)<sup>117</sup>. Essas transformações são impulsionadas pela política da SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) que teve o objetivo de tornar a “pesca uma atividade industrial de base – aumentando os incentivos fiscais – criando uma pesca empresarial-capitalista no país, levando ao desaparecimento dos pequenos produtores que foram transformados em proletários do mar”<sup>118</sup>.

Assim, a pesca foi enquadrada nos padrões capitalistas de produção em maior escala, sendo estimulada pela redução de impostos para os “novos empresários” que investiam no setor (grande parte não tinha relação com a pesca), facilitando a obtenção de novas tecnologias (barcos a motor, instrumentos de pesca, equipamentos etc.) e de novas unidades de beneficiamento de pescado, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, para onde foram canalizados os investimentos da SUDEPE<sup>119</sup>.

O processo intensificou a poluição das águas<sup>120</sup> e a pesca predatória, implicando na redução dos estoques pesqueiros (ignorando-se o ciclo reprodutivo das espécies marinhas), além de reconfigurar a organização do trabalho e estrutura social das comunidades tradicionais. O aumento da competição e a alteração dos ciclos de pesca forçaram muitos dos pequenos produtores a trabalhar nos grandes barcos – fenômeno verificado tanto na região de Jurujuba<sup>121</sup> quanto de Itaipu<sup>122</sup>.

Passa a haver uma separação entre o capital e a força de trabalho. O senso de comunidade e a lógica cooperativa de partilha do pescado entre os envolvidos tende a se perder. Muitos pescadores passam a ser assalariados, trabalhando para um patrão que sequer integra a equipe que constitui a embarcação, marcada pela individualização e

---

<sup>117</sup> PEREIRA, Luciana Freitas. “Revisitando Itaipu: um ensaio de antropologia visual” – In: KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p.295.

<sup>118</sup> DIEGUES, Antonio C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática. 1983, p.3.

<sup>119</sup> DIEGUES, Antonio C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática. 1983. Apud RITTER, Paula. *Da Roça ao Mar: Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói (RJ)*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2007, p.39.

<sup>120</sup> A região da Baía de Guanabara na enseada do bairro de Jurujuba, na Zona Sul de Niterói, sofreu com esse processo, em função da implantação de três fábricas de sardinha no local (Santa Iriira, Conservas Ribeiro S.A e Atlantic), o que será analisado com mais detalhe no próximo capítulo.

<sup>121</sup> DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes de suor: A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói. EdUFF. 1999.

<sup>122</sup> KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1997.

especialização entre os tripulantes (motorista, cozinheiro, homens do convés)<sup>123</sup>. Os pequenos produtores, por sua vez, experimentam a instabilidade de ter que conviver com a constante concorrência das traineiras, que absorvem grande parte da força de trabalho e competem pelo pescado com grandes embarcações<sup>124</sup>.

Em Jurujuba, o impacto desse processo já se apresentava contundente na década de 1970: Luis Fernando Duarte<sup>125</sup> identificou que os pescadores passaram a incentivar seus filhos a investir no serviço militar e na educação formal, como uma maneira de abrir as possibilidades de inserção no mercado de trabalho externo a prática da pesca, facilitando sua emancipação financeira e sua saída do bairro – tendência que viria a se confirmar ao longo do tempo<sup>126</sup>.

Em Itaipu, a expansão da pescaria de traineira (juntamente com as implicações do processo de urbanização da região sobre a prática da pesca artesanal) gerou uma concorrência que também acabou absorvendo parte dos pescadores locais – sobretudo nas embarcações concentradas em Jurujuba, Ponta da Areia e Caju<sup>127</sup>. A falta de adaptação para ingressar no mercado urbano (carência do capital cultural e econômico para se integrar devidamente nesse sistema) fez com que muitos pescadores se engajassem nas tripulações dos barcos motorizados, oferecendo suas habilidades e conhecimentos sobre a pesca a um baixo custo.

De maneira geral, o impacto da pesca predatória industrial na região (sobretudo atunzeiros e traineiras) sobre a pesca artesanal, foi a redução drástica do número de peixes que chegam a praia, a desregulação do ciclo de reprodução dos peixes e o comprometimento da principal pesca da região, que é a da Tainha, que passou a ser majoritariamente pescada em alto mar por grandes embarcações, restando pouco para os

---

<sup>123</sup> RITTER, Paula. *Da Roça ao Mar: Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói (RJ)*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2007, p.40

<sup>124</sup> DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes de suor: A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói. EdUFF. 1999, p. 276.

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>126</sup> Segundo pesquisa feita no bairro nos primeiros anos do século XXI: “Na década de 70 segundo Duarte (1978), Jurujuba tinha aproximadamente 25% de pescadores entre os residentes. O resultado desta pesquisa aponta somente 7,1% de pescadores na população total do bairro, o que corresponde a 12,9% da população economicamente ativa ali residente e a 17,7% dos chefes de família. Esta tão acentuada diminuição indica que o bairro perdeu em duas décadas sua tipicidade de “comunidade de pescadores” e hoje abarca uma grande maioria de moradores que se aproximam ocupacionalmente dos moradores de outros bairros pobres de Niterói”. SOARES, Maria, et al. “Impactos econômicos da degradação ambiental: a crise da atividade pesqueira em Jurujuba – Niterói/RJ”. REAd – Edição 44 Vol. 11 No. 2, mar-abr 2005,

<sup>127</sup> KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1997, p.66.

pescadores tradicionais<sup>128</sup>.

Assim como em Jurujuba, os efeitos de longo prazo das pressões desses novos agentes econômicos foi o enfraquecimento dos processos reprodutivos da cultura local, que tende a ser incorporada pelos novos referenciais culturais urbanos capitalistas. Assim, nas décadas de 1980 e 1990 é notável a redução do estímulo das crianças a tornarem-se pescadores (tendendo a serem incorporadas pelo mercado de trabalho da cidade), bem como o afastamento do trabalho feminino da prática da pesca – sobretudo na parte de confecção de redes artesanais, que passam a ser compradas em sua versão industrial de náilon. As mulheres passam, gradativamente, a serem contratadas como domésticas nas casas de classe média e alta da região, que se multiplicam no período<sup>129</sup>.

Ao mesmo tempo, a região passou por um processo de gentrificação, com o afastamento dos pescadores da praia a partir do loteamento da Veplan e do assédio de setores da classe média e alta sobre as áreas do litoral. Os pescadores foram, em grande parte, para os bairros de Maravista, Engenho do Mato e Jardim Itaipu, dependendo de transporte para chegar na praia. A praia tendeu a ter uma ocupação massivamente turística e comercial (com restaurantes e serviços para os banhistas), de maneira que o espaço passou a ser restrito, sobretudo nos finais de semana, para os pescadores<sup>130</sup>.

Nas palavras de Roberto Kant de Lima:

Esses problemas de identidade acirram contradições em sua organização social, cuja estrutura é impotente para digerir esse “acontecimento” representado pelo embate de um poder que, ao contrário dos poderes anteriores, não admite em seu seio um lugar para essa existência. Impõe-se a necessidade de reformular a identidade, gerando transformações radicais em sua estrutura produtiva e em seu estilo de vida, definido como sua percepção particular de valores, inclusive os econômicos<sup>131</sup>.

Em suma, os planos e investimentos estatais na expansão urbana, as pressões do capital imobiliário e as políticas públicas para desenvolvimento da pesca industrial tiveram implicações significativas no processo de consolidação de uma cultura urbana legítima na Região Oceânica. Antes, esta era marcada por uma maior pluralidade de

---

<sup>128</sup> PEREIRA, Luciana Freitas. “Revisitando Itaipu: um ensaio de antropologia visual” – In: KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p.308-309.

<sup>129</sup> Idem, *ibidem*, p. 302.

<sup>130</sup> Idem *ibidem*, p. 305-306.

<sup>131</sup> KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1997, p.53.

grupos sociais<sup>132</sup> com culturas e formas de experimentação e exploração do espaço social que não sofriam tão diretamente a concorrência e as pressões unificadoras das formas culturais legítimas do meio urbano – notadamente, a lógica econômica de um mercado de trabalho mediado pela estrutura burocrática do Estado e cujas posições são hierarquizadas segundo a distribuição/concentração do capital cultural e econômico.

### *1.2.3 A socialização de militantes com a natureza*

É dentro deste contexto de intensa urbanização e de consolidação do referencial urbano como dominante em todo o território da cidade de Niterói que vai ocorrer a socialização daqueles que viriam a ser os mais ativos militantes ambientalistas do Movimento de Resistência Ecológica na década de 1980, que se tornaria o maior movimento do tipo na cidade e um dos maiores do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando o lugar do grupo dentro dessa hierarquia do espaço social local e, portanto, sua relação com a cultura urbana dominante, cabe analisar como a trajetória dos integrantes do grupo produziu visões e experiências da natureza típicas de posições sociais específicas, notadamente de classe média e alta. Visões que são muito distintas daquelas sustentadas por grupos marginalizados, não apenas em termos dos elementos que lhe dão sentido, mas em termos de sua legitimidade, ou seja, de sua capacidade de ser reconhecida e apreciada pelos outros sujeitos que constituem o tecido social. Busca-se perceber como isso se reflete não apenas na maneira como se percebe o meio ambiente, mas também no compartilhamento de um certo estilo de vida, de uma identidade que gera expectativas e desejos pautados por essa experiência da natureza – a associação de áreas e práticas compreendidas como naturais com os ideais de descanso, de lazer, da qualidade de vida, da saúde.

O grupo considerado<sup>133</sup> teve uma trajetória de socialização estruturada pelos referenciais dominantes da cultura urbana. São todos histórica e sociologicamente considerados brancos, integrantes da classe média e classe média alta. A maioria é natural de Niterói, tendo habitado nos bairros nobres da Zona Sul, notadamente Icaraí e

---

<sup>132</sup> Notadamente, a comunidade de pescadores de Itaipu e os pequenos produtores e sitiantes tradicionais que historicamente ocuparam o Engenho do Mato – caso que será melhor analisado no capítulo 3 dessa dissertação. Ressalta-se, ainda, os pescadores de Jurujuba, bairro da Zona Sul de Niterói que, apesar de sua proximidade com o centro e de uma maior presença do referencial urbano ao longo da história local, é marcado por uma longa tradição comunitária em torno da pesca local.

<sup>133</sup> Considera-se um núcleo central de doze militantes, sendo que destes, oito foram entrevistados segundo o método da História Oral ao longo dos anos de 2014 e 2015.

São Francisco<sup>134</sup>. Tiveram acesso à educação formal, frequentando, predominantemente, colégios particulares localizados na Zona Sul da cidade<sup>135</sup>. Em sua quase totalidade, nasceram entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960<sup>136</sup>. Todos os que constituíram o núcleo do movimento concluíram o nível superior<sup>137</sup>, tendo a maioria alcançado postos relevantes, seja na burocracia pública, no campo político ou no setor privado.

Nesse sentido, tratam-se de sujeitos que tiveram acesso, desde a infância, aos espaços de socialização necessários para a incorporação das aptidões e conhecimentos alinhados com a cultura dominante das sociedades ocidentais modernas: um saber escolar de qualidade, o conjunto de comportamentos adequados aos espaços sociais mais legítimos, o domínio da língua culta, redes de contatos com acesso aos espaços de poder etc.

Essa familiaridade com a cultura urbana dominante em Niterói se reflete na maneira com que foram construídas as visões de natureza que viriam a fundamentar a militância desses sujeitos no movimento ambientalista local, como veremos a partir da seleção de alguns elementos que marcaram suas trajetórias.

O nome mais prontamente referenciado pelos entrevistados quando perguntados sobre os principais representantes do ambientalismo em Niterói foi o de Axel Schmidt Grael<sup>138</sup>. Foi o fundador do Movimento de Resistência Ecológica (MORE), em 1980,

---

<sup>134</sup> Dois dos entrevistados considerados nasceram em São Gonçalo, um deles veio ainda pequeno para Niterói, tendo sido criado na cidade. Um nasceu em Petrópolis, vindo para Niterói por volta dos 12 anos de idade. Uma das entrevistadas nasceu em Juiz de Fora, MG, vindo para Niterói aos 8 anos de idade.

<sup>135</sup> Dentre os colégios particulares, destaca-se o Instituto Abel e o Colégio Bittencourt Silva, em Icaraí, e o Colégio Salesiano Santa Rosa, em Santa Rosa. Dentre as escolas públicas, ressalta-se o Colégio Militar do RJ (CMRJ), no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro e o Liceu Nilo Peçanha, no Centro de Niterói.

<sup>136</sup> Exceção feita ao engenheiro José Chacon de Assis, nascido em 1946, o geógrafo Vagner de Oliveira, de 1970 e o consultor ambiental Gerhard Sardo, de 1971.

<sup>137</sup> Trata-se de um dado notável, considerando-se que entre 1980 e 1987 o número de matrículas na educação superior manteve-se estável abaixo de 1,5 milhão de matrículas por ano; que a população no Brasil variou de 122,2 milhões para 150,4 milhões entre 1980 e 1990 (MEC/INEP); e que a taxa de analfabetismo estava na casa dos 25% da população em 1980 (IBGE, Censo Demográfico 1980/2010).

<sup>138</sup> Em 1980, cria juntamente com amigos o Movimento de Resistência Ecológica, do qual torna-se presidente. Atuou em campanhas em defesa da Baía de Guanabara, pela mobilidade urbana de Niterói e pelo desenvolvimento de uma legislação atenta às questões ambientais da cidade. Posteriormente atuou no Movimento Cidadania Ecológica, lutando pela implementação do Parque da Serra da Tiririca, que veio a se concretizar quando ele se tornou presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF). Presidiu também a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) em duas gestões (1999-2000 e 2007-2008) e foi Subsecretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. É engenheiro florestal e funcionário público de carreira da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMAC. Foi o coordenador de Planejamento e Educação Ambiental e responsável pela gestão de unidades de conservação municipais. É um dos fundadores do Projeto Grael, que faz um trabalho social com estudantes de escolas públicas voltado para a prática esportiva, a educação ambiental e profissionalizante. Foi vice-prefeito do

aos 22 anos de idade, tendo presidido a entidade nos primeiros cinco anos e mantendo-se como uma das principais figuras do movimento até fins de 1988, quando se afasta do MORE em função de uma dissidência interna em razão de tensões partidárias e conflitos em torno da gestão financeira da entidade. No ano seguinte formaria o Movimento de Cidadania Ecológica, sendo muito atuante na aprovação da lei que institui o Parque Estadual da Serra da Tiririca<sup>139</sup>, vindo a ocupar a presidência do Instituto Estadual de Florestas em 1991 e a seguir uma carreira significativa na burocracia estatal ligada à gestão ambiental<sup>140</sup>.

A família Schmidt Grael goza de considerável prestígio na cidade. O pai de Axel foi um militar de alta patente, profundamente engajado na prática esportiva: o Coronel Dickson Melges Grael, pioneiro no paraquedismo militar no Brasil e chefe da delegação brasileira no Campeonato Mundial de Pentatlo Militar, em Wiener Neudstad, Áustria, 1973<sup>141</sup>. O avô materno de Axel, Preben Tage Axel Schmidt, foi um engenheiro civil nascido na Dinamarca que chega no Brasil a trabalho em 1924<sup>142</sup>. Torna-se sócio do Rio Yacht Club<sup>143</sup> em 1925, sendo um dos pioneiros da vela no país, tendo ajudado na criação do modelo de barco Hagen-Sharpie, que veio a constituir uma das primeiras classe monotipo brasileiras, padronizando as competições de vela.

A ligação com o clube e com a prática da vela tornou-se uma marca profunda da vivência de vários integrantes da família. Filiados ao clube, os filhos de Preben, Ingrid, Margaret, Axel e Erik Schmidt foram praticantes do esporte, sendo os dois últimos tricampeões mundiais, em 1961, 63 e 65. A geração seguinte foi a dos irmãos Axel, Torben e Lars Grael, filhos de Ingrid Schmidt Grael e praticantes do esporte – sendo Torbe e Lars medalhistas olímpicos consagrados na modalidade, com respectivamente cinco e duas medalhas olímpicas. Axel, por sua vez, chegou a ser vice-campeão sulamericano e

---

município de Niterói e atualmente é Secretário Executivo da Prefeitura de Niterói (jan. 2017- presente).

<sup>139</sup> Essas questões serão abordadas com maior detalhamento no próximo capítulo.

<sup>140</sup> Ocupou importantes cargos públicos e privados ligados a questão ambiental, tendo sido presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF) em 1991. Ver nota 88 deste capítulo.

<sup>141</sup> Para além dos esportes, foi Oficial de Informações e Chefe de Estado-Maior interino da Brigada de Paraquedistas (Deodoro-RJ, 1967-69) e da Divisão de Cavalaria (Uruguaiana-RS, 1969-71), além de integrante do Estado-Maior das Forças Armadas, (1973-76). Os diversos outros cargos, delegações e trabalhos de Dickson podem ser vistos em seu currículo, disponível em: <http://torben-grael.com/carreira/familia/cel-dicson/index.htm>

<sup>142</sup> Os dados sobre Preben Schmidt são fruto do levantamento biográfico feito por Axel Grael, disponível em: <http://axelgrael.blogspot.com.br/2010/11/preben-schmidt-um-resumo-biografico.html>

<sup>143</sup> Trata-se de um dos mais tradicionais clubes de iate esportivo do Brasil, criado em 1914, localizado na Estrada Leopoldo Fróes, 418, bairro de São Francisco, em Niterói. Teve como integrantes diversos campeões olímpicos, mundiais, panamericanos e brasileiros, notadamente, as diferentes gerações de esportistas da família Grael.



brasileiro, tendo inclusive feito a travessia do Oceano Atlântico de barco<sup>144</sup>.

Nesse sentido, as relações familiares de Axel o levaram “naturalmente” a desenvolver grande interesse e a investir parte significativa de seu tempo à prática competitiva da vela. Estabeleceu, assim, uma relação com a Baía de Guanabara (notadamente na região do bairro de São Francisco) muito centrada na experiência do esporte e do lazer destinado às classes altas, gravitando em torno da vivência de um clube de elite como o Rio Yacht Club.

Outros integrantes importantes do movimento também tiveram na praia um referencial importante. Alba Valéria Santos Simon<sup>145</sup>, que ocupou cargos na direção tanto do MORE quanto do Movimento Cidadania Ecológica (MCE), morava próxima a praia, no bairro de São Francisco. Em suas palavras:

Eu entendo que a minha vida começou em São Francisco. Tinha bicicleta, eu observava a paisagem, andava, tinha liberdade de explorar o bairro, sem violência naquela época. Aí meu pai ficou sócio de um clube. E as coisas se dão nesse clube, que é um clube náutico, não é um clube de lazer. Nem tinha piscina. Então a gente vive uma vida de mar, o tempo todo. A gente tem um barco, a gente saía de barco, a gente pesca, a gente acampa no clube... Eu acho que essa foi a minha primeira aproximação com a natureza artificial: um clube e o mar<sup>146</sup>.

Tal como na família Graef, sua relação com a natureza se dá dentro de referenciais urbanos e de uma experiência específica de grupos de classe média-alta e alta: a vivência de clubes e a experimentação do mar através de barcos para lazer ou esportivos.

---

<sup>144</sup> Fez uma viagem de cinco meses da Grécia ao Brasil conduzindo um barco. “Em Foco Gente Nossa”. Porta-Voz, Niterói, Ano 1, Número 3, de 1 a 15 de setembro de 1981.

<sup>145</sup> Formada em biologia na Universidade Santa Úrsula, em 1986, engajou-se nas lutas ambientais ainda durante sua graduação, ao entrar no Movimento de Resistência Ecológica. Atuou na direção do movimento, simultaneamente conduzindo um pequeno programa de temática ambiental na Radio Fluminense. Foi uma das fundadoras do Movimento Cidadania Ecológica, atuando nas lutas pela concretização do Parque da Serra da Tiririca. Entre 1991-1992 integrou o Instituto do Meio ambiente do Acre. Atuou no Instituto Estadual de Florestas no governo Brizola, no Rio de Janeiro (1991-1994). Foi da Fundação Mico Leão Dourado (1996-1997) atuando na direção e coordenação. Atuou como assessora parlamentar da ALERJ (2004-2006). Entre 2007 e 2010, foi diretora de Conservação da Natureza no Instituto Estadual de Florestas. Em seguida, atuou como Superintendente de Biodiversidade e Florestas na Secretaria Estadual do Ambiente. É mestre em ciência ambiental (2000-2003) e doutora em geografia pela Universidade Federal Fluminense (2007-2011). Atualmente é pós-doutoranda do pela Universidade Federal Fluminense no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF).

<sup>146</sup> SIMON, Alba. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:27:35h; Transcrição: 31 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 23 out. 2014.

Paulo Bidegain da Silveira Primo<sup>147</sup>, que ocupou cargos de direção no MORE e chegou a presidir o MCE, foi uma das principais referências técnicas desses movimentos ambientalistas, sendo responsável por diversos relatórios ambientais técnicos e textos de caráter técnico-legal. Filho de pai militar, tal qual Axel Grael, descreve sua experiência com a natureza em seus primeiros quinze anos de vida, em Niterói, como sendo sua relação com as praias da Baía de Guanabara, que se alternava com suas visitas anuais ao seus avós, no Rio Grande do Sul, onde frequentava o Rio Uruguai<sup>148</sup>. Com quinze anos, em 1975, se mudou para a cidade de Ladário, no então estado de Mato Grosso<sup>149</sup>, acompanhando seu pai, que passa a comandar um grupamento militar na cidade. Lá passa a ter contato com o pantanal, com a prática da pesca, dos passeios de barco. Retorna para Niterói em 1976, voltando a frequentar as praias.

Também filho de pai militar, Jorge Antônio Lourenço Pontes<sup>150</sup> foi uma das principais referências técnicas do Movimento Cidadania Ecológica. Cresceu em São Gonçalo, tendo morado na região a maior parte de sua vida. Sua infância foi muito ligada a casa dos avós, que tinham uma vivência ligada à “roça”, com a criação de porcos, o cultivo e venda de plantas e frutas. Seu interesse, associado ao contato escolar com a ciência biológica o levou a se dedicar, na adolescência, a conhecer as plantas nativas da casa de seus avós e a cultivar mudas no local. Pontes aponta ainda seu

---

<sup>147</sup> Biólogo formado na Universidade Santa Úrsula entre 1981 e 1985, foi um dos principais personagens do MORE, tendo participação no desenvolvimento da parte ambiental do plano diretor de Niterói, na Lei Orgânica e na Lei de Uso dos Solos. Foi um dos fundadores do Movimento Cidadania Ecológica, que teve importante papel na campanha e na elaboração do projeto de lei que levou à criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Foi subsecretário do meio-ambiente e desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro (1999-2000), ocupou o cargo de superintendente de biodiversidade da Secretaria Estadual do Ambiente e atuou como vice-presidente do Instituto Estadual de Florestas (2007-2009). Hoje trabalha fazendo consultoria ambiental.

<sup>148</sup> BIDEGAIN, Paulo. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:16:13h; Transcrição: 24 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 13 nov. 2014.

<sup>149</sup> Na época ainda não havia ocorrido a divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que se formaliza em 1977, com a assinatura da Lei Complementar nº 31, em 11 de outubro, pelo então presidente Ernesto Geisel, sendo efetivada em janeiro de 1979, com a implementação de um novo governo do estado.

<sup>150</sup> Biólogo formado na Faculdade de Biologia e Psicologia Maria Thereza, entre 1979 e 1981, Pontes se envolveu nas lutas pela construção do Parque Estadual da Serra da Tiririca, atuando inicialmente no Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana, que criou em 1986, e posteriormente no Movimento de Cidadania Ecológica. Atuou como Assistente Técnico na Gerência de Unidades de Conservação, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, desenvolvendo projetos de criação, implantação, recuperação e de manejo da fauna e da flora em unidades de conservação municipais (desde 2000). Atua como Consultor Sênior na área ambiental. É doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGE / UERJ e hoje é professor da UERJ - FFP no curso de Graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura) e no curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (PPGEAS).

contato com a pesca na enseada do bananal<sup>151</sup>, próxima ao bairro de Itacoatiara, em Niterói, e o gosto pela prática de caminhadas nas trilhas da Região Oceânica, que o levaram a frequentar parques nacionais e “áreas naturais”, hábito que se faz muito presente em sua vida até hoje<sup>152</sup>.

Outros dois ambientalistas apontam o hábito de fazer trilhas em áreas florestadas e a visita de parques ambientais como elementos muito presentes em sua socialização com a natureza, percebida enquanto área não urbana e cuja presença e marca da ação humana é pouco percebida.

Werther Holzer<sup>153</sup>, foi um ativo militante ambientalista do MORE, do Instituto de Arquiteto do Brasil e do Movimento Cidadania Ecológica. Nasceu e passou os primeiros onze anos de sua vida em Petrópolis, onde foi estimulado desde a infância por seu pai, que era um assíduo praticante de escaladas, a fazer trilhas e a frequentar o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, subindo ainda quando criança a Pedra do Sino (em Teresópolis) e a Pedra do Açú (em Petrópolis)<sup>154</sup>. Fazia coleções de borboletas e besouros, praticava a pesca com seu pai, tanto em Petrópolis quanto na Baía de Guanabara, na casa em que tinham em Guia de Pacobaíba (distrito de Magé, conhecido como Praia de Mauá)<sup>155</sup>.

Tal como Holzer, Gerhard Sardo de Vasconcellos<sup>156</sup> teve sua socialização com a natureza marcada pela prática de trilhas. Aponta o estímulo de seus pais para a prática do acampamento e da vela. Durante sua adolescência, na segunda metade da década de 1980, dedicou-se à prática do montanhismo com amigos da escola, fazendo trilhas e

---

<sup>151</sup> O local fica entre o Costão de Itacoatiara e a Pedra do Elefante, na região que hoje integra o Parque Estadual da Serra da Tiririca.

<sup>152</sup> PONTES, Jorge A. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 0:57:28h; Transcrição: 11 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 12 mar. 2015.

<sup>153</sup> Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, entre 1978 e 1984, teve atuação intensa nas lutas ambientalistas de Niterói, sendo presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil e como diretor de operações do Movimento de Resistência Ecológica (MORE). Em fins da década de 80, participa, junto com Fernando Gabeira e Carlos Minc, do processo de fundação do Partido Verde. Já na luta pela construção do Parque da Serra da Tiririca, integrou o Movimento de Cidadania Ecológica, sendo membro do conselho fiscal e uma importante referência técnica na produção de relatórios e mapeamentos. É doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal Fluminense no curso de Arquitetura e Urbanismo.

<sup>154</sup> Ambas as montanhas fazem parte do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

<sup>155</sup> HOLZER, Werther. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:24:41h; Transcrição: 29 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 10 fev. 2015.

<sup>156</sup> Iniciou sua trajetória no movimento ambientalista ainda na adolescência, no final da década de 1980, quando fundou o movimento Caminhantes Independentes e atuou em causas em comum com o Movimento de Resistência Ecológica. Participou da Frente de Defesa da Serra da Tiririca, onde atuou em prol da implementação do Parque Estadual da Serra da Tiririca. É jornalista, analista ambiental, ex-secretário municipal de Projetos Especiais de Niterói.

acampando, vindo a criar um grupo de caminhadas, denominado Caminhantes Independentes.

Os exemplos se seguem, e em todos eles é possível perceber um conjunto de experiências compartilhadas que implicam na formação de uma base de valores que orientam a percepção da natureza.

A relação com a praia é um referencial importante na conformação urbana das ideias e maneiras de experimentação do meio ambiente, sendo um dos fatores mais imediatos na produção de um sentido de natureza ligado à suspensão do ritmo urbano, do tempo condicionado pelo trabalho, das conexões e interações aceleradas e submetidas à racionalidade do capitalismo moderno. Isso porque, em Niterói (assim como em outras cidades do litoral), a praia, ao mesmo tempo que se integra à cidade pela proximidade e pelo fácil acesso das vias pavimentadas e dos meios de transporte modernos (notadamente carros e ônibus), se opõe à mesma na medida em que constitui um espaço distinto, com um tempo e sentido marcados pela ideia de uma fuga à dinâmica da vida urbana.

Para melhor compreender esse fenômeno da praia moderna, faz-se necessária uma breve digressão. Como visto na primeira parte do presente capítulo, o sentido dos espaços biofísicos se constrói a partir de fatores culturais e históricos, formando um conjunto de símbolos e representações que fundamentam sua percepção pelos diferentes grupos sociais. Partindo desse pressuposto, Alain Corbin fez um importante trabalho analisando como se construiu no ideário do europeu ocidental moderno a praia como um espaço de contemplação, de banhos, de lazer, ligado a um estilo de vida saudável<sup>157</sup>.

O autor aponta como, antes do século XVII, era predominante uma visão do mar como lugar do medo e da repulsa, representado (desde a literatura da Grécia Arcaica, com a *Íliada* e a *Odisseia* de Homero) como um lugar traiçoeiro, marcado pela cólera das tempestades, pela presença de monstros ameaçadores, ou ainda, numa vertente bíblica, como um resquício do dilúvio<sup>158</sup>. As praias estariam associadas ao perigo das invasões, o espaço dos dejetos do mar e dos ares impuros – remetendo aos ideais do “não-civilizado”, do “não-domesticado”<sup>159</sup>.

Isso começaria a se alterar na segunda metade do século XVII, com os avanços

---

<sup>157</sup> CORBIN, Alain. *The Lure of the Sea: the discovery of the seaside in the Western World 1750-1840*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1994.

<sup>158</sup> Idem, *ibidem*; Capítulo 1: “The roots of fear and repulsion”, p. 1-19. [Tradução: “As raízes do medo e da repulsa”].

<sup>159</sup> DIEGUES, Antonio C. *Ilhas e Mares – simbolismo e imaginário*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.182.

da oceanografia que teriam aumentado significativamente os conhecimentos sobre o oceano, diminuindo gradativamente a aura de mistérios e mitos que sobre ele pairavam. Nesse período, representações de admiração às praias começariam a se consolidar, sobretudo com a exaltação dos trabalhos marítimos, como a pesca, e o ritual dos passeios urbanos<sup>160</sup>. Mas seria a partir de meados do século XVIII que as praias passariam a ser alvo do interesse e admiração coletivos, graças ao encontro de uma série de fenômenos socioculturais que se desdobraram entre 1750 e a segunda metade do século XIX.

As ciências médicas e os discursos higienistas passam a apontar os benefícios dos banhos de água fria, e a necessidade de se exercitar o corpo através de esportes. A pesca e a natação passam a ser incorporadas pelas classes dominantes ociosas, o que, até então, tendia a se restringir às práticas recreativas das classes populares, vistas como uma “distração imoral”. Assim, a construção dos conhecimentos médicos que associam o mar e a praia à saúde do corpo é um fator determinante na formação histórica dos “sujeitos da praia”<sup>161</sup>.

Ao mesmo tempo, há um certo encontro entre a ciência e o romantismo que é decisivo para a percepção moderna da praia. Por um lado, o avanço da investigação e da produção do discurso científico sobre o mar tende a desmistificar a visão religiosa (sobretudo a bíblica), tratando os oceanos como expressão de uma história do planeta que se desvincula da história humana, remetendo a uma escala temporal geológica. Por outro, institui-se um novo modelo romântico de apreciação da paisagem marítima, voltado para a contemplação do mar enquanto contemplação do incomensurável, constituindo uma estética do infinito, do sublime, que aprecia as grandes extensões e que evocam uma indiferença ao tempo humano<sup>162</sup>. Assim, os românticos passaram a formular um discurso coerente sobre o mar, fornecendo e ampliando o alcance de modelos de contemplação do mar, sugerindo novas maneiras de experimentar a praia, de passear pela areia, de apreciar a supremacia do mar e da natureza sobre as amenidades e angústias humanas. Na primeira metade do século XIX, os romances literários, óperas e pinturas vão acelerar a disseminação dessa nova perspectiva e relação com as praias<sup>163</sup>.

Nesse contexto, as classes dominantes começam a investir de forma mais

---

<sup>160</sup> CORBIN, Alain, *op. cit.* Capítulo 2: “The first steps towards admiration”; p. 19-40.

<sup>161</sup> KARPINSKI, Cezar. “Paisagem e História: Notas de Leitura”. Espaço Plural, Ano XII, Nº 25, 2º Semestre, 2011, p.33.

<sup>162</sup> Idem, *Ibidem*, p.34.

<sup>163</sup> Idem, *Ibidem*, p.34-35.

consistente no usufruto das praias, através de investimentos imobiliários, a moda das casas de campo, dos spas, das vilas litorâneas. Assim, o litoral passa a ser um espaço de fronteiras entre classes, em que camponeses e pescadores passam a conviver com grupos que usam a praia para lazer e contemplação. O desenvolvimento do transporte de massas e das redes viárias teria ampliado radicalmente o acesso das populações urbanas às praias, associando os banhos de mar ao lazer popular, consolidando o nascimento das praias modernas em meados do século XIX<sup>164</sup>.

Em Niterói, um discurso de planejamento urbano que considera a preservação do meio ambiente e a exploração do turismo no litoral remonta ao início do século XX, na gestão do prefeito Paulo Pereira Alves (entre 1904 e 1907). A ideia era aproveitar as belezas naturais da cidade (notadamente da Zona Sul e da Região Oceânica) para estimular a economia através de investimentos em hotéis, no desenvolvimento viário para melhorar o acesso às praias oceânicas. Planos desse tipo seguiram nos anos 1910, com a pavimentação das avenidas ao longo da Praia das Flechas e Icaraí, em 1909, além da pavimentação da Estrada Fróes e seu prolongamento ao longo da orla da Zona Sul, indo de São Francisco até Jurujuba, em fins da década de 1910 e início da década seguinte<sup>165</sup>.

Ainda em 1912, na gestão do prefeito Feliciano Sodré, a orla marítima entre a Praia das Flechas e São Francisco é marcada por uma série de investimentos turísticos, como a criação de hotéis-cassinos, bares e cafés. A Baía de Guanabara tem seu potencial turístico explorado pela Companhia Cantareira através de passeios pelas suas águas, partindo da estação das barcas de Niterói com parada na ilha de Paquetá<sup>166</sup>.

Nos anos 1920, o aumento da exploração do turismo na cidade do Rio de Janeiro ajuda a atrair fluxos crescentes de veranistas para Niterói, notadamente nos bairros Icaraí e Ingá. Niterói passa a se representar como uma cidade hospitaleira, mobilizando considerável concorrência de banhistas na Praia Vermelha e na praia da Boa Viagem, na Zona Sul da cidade<sup>167</sup>. Como já analisado anteriormente nesse capítulo, a Região Oceânica vai ter seu potencial turístico e paisagístico devidamente explorado a partir do processo de urbanização da década de 1940, com o desenvolvimento gradual de

---

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*, p.35.

<sup>165</sup> FARIAS, José M.; VIANA, Célio M., MACHADO, Marcello de B. "A construção da hospitalidade turística na história da cidade de Niterói – RJ". *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. VIII, n. 1, jan.-jun. 2011, p. 65-67.

<sup>166</sup> Idem, *ibidem*, p. 68.

<sup>167</sup> Idem, *ibidem*, p. 70.

infraestrutura na região, que veio a se consolidar com a intensificação da ocupação no local a partir da década de 1970, com os fluxos populacionais e de capital estimulados pela inauguração da Ponte Rio-Niterói e pelo contexto econômico favorável do chamado “milagre econômico”.

Terminada essa digressão, retorno agora aos ambientalistas aqui considerados. O fato é que sua socialização na Zona Sul da cidade, já vivenciando o processo de construção da Região Oceânica como um espaço de lazer e turismo, é profundamente marcada pela experiência da natureza como espaço da saúde, do esporte, da diversão, da contemplação, tal qual nas origens românticas da construção dos meios modernos de se apreciar esses espaços. A experimentação da natureza em oposição às tensões da vida no meio urbano é central para compreender como o grupo aqui considerado veio a incorporar formas legítimas de apreciá-la e protegê-la.

Nesse sentido, essas primeiras socializações, que marcam a infância e a adolescência dos ambientalistas, vão constituir um primeiro momento do processo de integração dessa perspectiva ao sentido da existência dos sujeitos. Essas experiências não têm implicações fatalistas, no sentido de que seriam um fator que necessariamente levou os sujeitos aqui considerados a tornarem-se militantes ambientalistas. Afinal, muitas outras pessoas com semelhantes experiências de classe e relações com a natureza seguiram caminhos políticos e profissionais distintos.

O que se quer apontar aqui é, primeiramente, que essa vivência urbana da natureza em meio aos sujeitos aqui pesquisados parece ter tido uma presença em suas vidas acima da média – considerando que experiências tais como integrar grupos de caminhadas, praticar assiduamente a pesca, colecionar borboletas e besouros, competir em campeonatos nacionais e internacionais de iatismo, a vivência do pantanal mato-grossense etc. não estão presentes na vida da maioria da população que vive no meio urbano.

Além disso, defende-se que, embora essa oposição entre a vida urbana e os espaços naturais, vistos como espaços de lazer, contemplação e descanso seja predominante de maneira geral entre as pessoas socializadas na lógica cultural e na dinâmica de trabalho do meio urbano, ela integra de maneira mais orgânica a identidade desses sujeitos que tem uma trajetória marcada pela vivência frequente desses espaços. Em outras palavras, o convívio constante com os espaços denominados como naturais segundo a cultura urbana dominante faz com seus desejos e expectativas com relação às escolhas de lazer, de habitação e de estilo de vida orbitem em torno desses ideais de

natureza.

Nesse sentido, parece haver uma certa integração entre os interesses gerados em torno desse ideal de natureza e as expectativas típicas de um grupo social de classe média/alta. Para jovens com acesso à boas escolas e com condições financeiras adequadas para não precisarem trabalhar durante a adolescência, podendo usufruir de seu tempo livre para se dedicar a estudos complementares e a se divertir, a universidade se coloca como um destino bastante tangível e até provável, tanto em função das expectativas em torno de um bom posicionamento no mercado de trabalho, quanto em função das pressões familiares e sociais para que o sujeito tenha essa qualificação oficializada na forma do diploma. O fato é que esse destino social não apenas foi confirmado para todos os militantes considerados na pesquisa, como é possível identificar uma correlação significativa entre essas escolhas profissionais esse “gosto” pela natureza: todos os entrevistados aqui citados escolheram cursos universitários ligados com a área ambiental ainda antes de se engajarem na militância<sup>168</sup>. Assim, Axel Grael formou-se em engenharia florestal, Werther Holzer em arquitetura e urbanismo, Paulo Bidegain, Alba Simon e Jorge Pontes em biologia<sup>169</sup>. O fato de, na maioria dos exemplos, a escolha profissional ter antecedido a militância é um indicativo relevante de que as experiências ligadas aos espaços naturais, marcada por incentivos familiares e de outros círculos sociais, podem ter um peso relevante na construção do interesse pelos campos profissionais que se ligam com o estudo e ou gestão do meio ambiente.

É visível, portanto, a correlação entre a visão de natureza dos sujeitos e sua posição social – sua trajetória em espaços de socialização ligados ao acesso a bens materiais, formas de lazer, educação formal, expectativas de qualificação e posicionamento no mercado de trabalho. As formas de experimentação e percepção da natureza são marcadas por cortes de classe, ou seja, divisões relativas a um conjunto de experiências e expectativas econômicas e culturais que diferenciam os gostos, os desejos e os interesses entre os grupos que formam o espaço social – o que fica mais evidente quando consideramos grupos sociais marginalizados por não estarem alinhados

---

<sup>168</sup> Exceção feita à Gerhard Sardo e Vagner Oliveira, que entraram na militância ainda quando estudantes do Ensino Médio, cursando, respectivamente, jornalismo e geografia. Posteriormente fizeram cursos de pós-graduação com especialização na área ambiental: Gerhard se especializa na área de Análise Ambiental e Vagner Oliveira em Engenharia Sanitária e Ambiental.

<sup>169</sup> Se não nos restringimos apenas aos entrevistados, a lista de militantes atuantes que integraram o movimento que se interessaram por cursos da área é mais extensa: Eric Fischer Rempe, que foi um dos fundadores do MORE, é formado em biologia, bem como Kátia Salomé, que foi uma importante integrante do MORE e Paulo Carvalho que integrou o MORE e teve atuação técnica de destaque no MCE; Eduardo Lins, que foi presidente do MORE entre 1986 e 1988 formou-se em engenharia florestal.



com a cultura urbana dominante, como pescadores, pequenos agricultores e sitiantes tradicionais, como analisado anteriormente. Esse conjunto de relações e experiências que se definem em relação a uma cultura dominante constitui, portanto, uma verdadeira linguagem, um sistema de classificação que tem uma correspondência material com a forma com que se organizam as posições sociais umas em relação às outras (o que convencionou-se chamar de estrutura social)<sup>170</sup>.

Assim, enquanto os pescadores de Itaipu foram gradativamente afastados da praia, tiveram suas condições de reprodução dificultadas pelas reformas urbanas e sofriam o peso de estigmas (“primitivos”, “cachaceiros”, um acompanhamento diferenciado da polícia instalada no local, tal como apontado por Kant de Lima<sup>171</sup>), grupos de classe média e alta ampliaram suas possibilidades de exploração e apropriação da natureza segundo seus valores, fundamentados pelos grandes projetos imobiliários em articulação com projetos públicos de infraestrutura e urbanização. Diferentemente dos pescadores, os espaços ocupados por esses novos grupos sociais e o estilo de vida a eles atrelado tendem a ser objeto de grande desejo, prestígio e valor econômico.

Da mesma forma que esses valores se estabelecem como dominantes na cidade, a ameaça a esse estilo de vida torna-se objeto de disputas políticas relevantes entre grupos sociais com significativo acesso aos espaços de poder e de visibilização de pautas públicas.

Isso é visível com a crescente degradação da qualidade de vida de bairros da Zona Sul, notadamente na década de 1970. Na década de 1960 já era possível perceber um deslocamento gradual na concentração dos investimentos em obras da região do Centro para a Zona Sul da cidade (notadamente, os bairros de Icaraí, Ingá e Boa Viagem), mas a partir da década de 1970 esta se torna o epicentro da construção imobiliária - concentrando mais de 50% das obras (comerciais e residenciais) da cidade entre 1971-78 e reduzindo o ritmo, embora ainda liderando, entre 1979-84, com índice próximo a 30%<sup>172</sup>.

O aumento das construções comerciais, residenciais e industriais implicou em

---

<sup>170</sup> A análise mais reconhecida que representa esse tipo de análise está em: BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

<sup>171</sup> KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1997.

<sup>172</sup> Secretaria Municipal de Obras – Prefeitura de Niterói. *Apud* MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecília. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.58-59.

problemas tais como a verticalização pouco regulamentada da região, aumentando significativamente a densidade populacional; problemas de mobilidade urbana em função do maior número de automóveis, o que implicou num aumento da poluição do ar; multiplicação de favelas e uma intensificação da poluição da Baía de Guanabara em função do maior fluxo de esgoto e de resíduos industriais despejado em suas águas, precarizando algumas praias da região<sup>173</sup>. Nesse contexto, como já apontado, a Região Oceânica passa a se consolidar, cada vez mais, como referencial de qualidade de vida atrelado aos ideais do contato e apreciação da natureza, sobretudo com a multiplicação dos condomínios horizontais fechados com acesso a “áreas verdes”.

As implicações da degradação da qualidade de vida ante a intensificação da verticalização e ocupação do espaço urbano torna-se politicamente relevante no debate público, na medida em que afeta largamente grupos com considerável acesso aos espaços de poder. Como já apontado por Mário Fuks<sup>174</sup>, os ideais de qualidade de vida da classe média e alta são orientados pela busca da vivência de áreas com baixa densidade de ocupação do solo e com acesso à áreas verdes preservadas. Analisando os processos ambientais do Ministério Público do Rio de Janeiro da segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990, o autor identifica a predominância de mobilizações de agentes do Estado e das classes média e alta (sobretudo da Zona Sul e dos bairros mais abastados da Zona Oeste) nas arenas de debate e ação públicas, voltadas para atender demandas ambientais diretamente ligadas à preservação de um estilo de vida específico. Assim, tanto a expansão “desordenada” das habitações populares quanto a verticalização e densificação habitacional promovida pelos interesses do mercado imobiliário seriam combatidos pela classe média a partir da mobilização de recursos políticos e organizacionais visando orientar a definição dos debates e políticas públicas implementadas<sup>175</sup>.

Isso também se verifica em Niterói, na medida em que movimentos associativos dos bairros de classe média e movimentos ambientalistas começam a se mobilizar justamente no contexto da intensificação da degradação da qualidade de vida da região que habitam e que estão integradas aos seus interesses de lazer e estilo de vida. Nos

---

<sup>173</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecília. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.65-69.

<sup>174</sup> FUKS, Mário. “Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro”. Dados v. 41 n. 1 Rio de Janeiro, 1998, p.12. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100003>

<sup>175</sup> Idem, *ibidem*, p.5.

bairros de classe média, essa mobilização se intensifica por volta dos anos 1980, tendo como centro de interesse a preservação da qualidade de vida anterior à intensificação do processo de verticalização desses bairros e o consequente aumento da densidade populacional, da poluição, do trânsito etc.

Nesse contexto, o discurso ecológico – produzido majoritariamente por sujeitos que vivem num mundo urbano, dotados dos referenciais da cultura urbana – é notavelmente estruturado pelos problemas do desenvolvimento do capitalismo e suas implicações sobre a aceleração predatória da produção e do consumo, da população e da expansão urbana. “Qualidade de vida” torna-se um conceito profundamente alinhado com ideais de proteção ambiental e uso racional dos recursos e do espaço. Nesse sentido, o discurso ecológico torna-se um referencial importante na defesa da qualidade de vida, que tende a ser defendida por grupos sociais que ocupam áreas que já possuem um padrão de vida bem estabelecido, diferente de grupos de áreas periféricas, que pautam suas lutas em torno de necessidades mais imediatas para a sobrevivência<sup>176</sup> – como empregos, direito à posse da terra, transporte, pautas centrais para os grupos de menor renda na cidade em fins dos anos 70 e início dos 80<sup>177</sup>.

Nesse sentido, essas socializações iniciais dos ambientalistas não remetem apenas ao fato de que hábitos ligados ao contato com a natureza influenciariam seus interesses, estilos de vida e preocupações – o que seria uma observação um tanto trivial. A questão central é que essas visões de natureza expressam como vivências singulares de certos ambientes vistos como naturais são absorvidas e filtradas por um conjunto de valores, interesses e expectativas compartilhados por um grupo de indivíduos sociologicamente próximos. Mais do que isso, esse conjunto de valores compartilhados expressa uma posição de poder: essa vivência e esse olhar sobre a natureza consolidam-se como dominantes no espaço social de Niterói (e de outros meios urbanos), sendo os seus fundamentos compartilhados pelos grupos sociais mais bem posicionados na hierarquia de legitimidade local. São, portanto, visões de natureza que se fazem mais presentes nos espaços públicos legítimos, que são predominantemente ocupados pelos grupos que partilham dessa visão e que tem as melhores condições de ter acesso e

---

<sup>176</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecilia. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p. 202-204.

<sup>177</sup> Idem, *ibidem*, p.116. Entretanto, vale destacar que muitas dessas pautas de grupos mais marginalizados estão diretamente ligadas à gestão do meio ambiente, de seus recursos, às formas de interagir com o meio biofísico etc., mas não são construídas necessariamente como pautas ambientalistas.

apreciar esse tipo de relação com a natureza – o que fica evidente quando analisamos as políticas públicas de urbanização da Região Oceânica de Niterói.

O próximo capítulo parte dessa constatação para dar o próximo passo e responder à pergunta: como essas disposições de classe e essa relação específica com a natureza em Niterói se transformam em um engajamento militante que assume a forma de um movimento ambientalista, comprometido com as disputas pela definição pública do sentido da natureza?

# Capítulo 2

---

## *O dever das lutas públicas – a formação de um grupo ambientalista*

Pensar um movimento formado no ano de 1980, como é o MORE, necessariamente implica em pensar uma confluência de fatores estruturais e contextuais que se condensam em expectativas, escolhas e disputas concretizadas em nível local. Se o objetivo desse capítulo é falar sobre os princípios que atuaram no processo de formação de sujeitos e de um grupo alinhados com as regras de disputa da representação dos interesses públicos pretensamente universais e, por isso mesmo, legítimos, isso só pode ser feito quando pensamos as especificidades do momento histórico em questão. Nesse sentido, o primeiro passo para compreender a construção do MORE nos termos propostos é afastar as lentes de análise desse caso específico para delinear, primeiramente, um quadro geral a nível nacional e, em seguida, pensar a configuração desse quadro em escala micro, retomando a análise do movimento em Niterói.

### **2.1 Um panorama sobre a literatura acadêmica: as bases para o surgimento dos chamados “movimentos ambientalistas”**

Para se falar do ambientalismo no Brasil (e no mundo) enquanto um movimento com visibilidade nas arenas públicas legítimas, é preciso revisitar alguns dos pilares mais consensuais da literatura acadêmica especializada no tema, incontornáveis para se pensar a emergência dessas organizações coletivas que denominamos “movimentos ambientalistas”. A linha de análise predominante para se compreender o movimento recai sobre um conjunto de fatores conjunturais ocorridos durante a década de 1970 e 1980 no Brasil, frequentemente percebidos a partir do conceito de “estrutura de oportunidades políticas”<sup>178</sup>. Com esse primeiro esforço, busca-se delinear as bases do

---

<sup>178</sup> O conceito desenvolvido por Sidney Tarrow se refere, grosso modo, aos aspectos formais e informais de um dado ambiente político marcado pelo fechamento ou criação de novos canais para a expressão de reivindicações de grupos sociais externos às instituições políticas formais do Estado. O conceito aparece em trabalhos relevantes na área, como Eduardo Viola; Kathryn Hochstetler e Margaret Keck; Ângela Alonso. Ver: VIOLA, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico. Coordenadora: Mirian Goldenberg – Rio de Janeiro: Revan, 1992. HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society. Duke University Press, 2007. ALONSO, Angela. “O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil”. Anais do II

debate histórico sobre os fenômenos contextuais mais amplos que tornaram possível a transformação do meio ambiente em um tema de disputa e debate nos espaços legítimos de poder.

Em relação a condições objetivas para a intensificação da preocupação ambiental na sociedade destaca-se, primeiramente, o papel desempenhado pelo desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial moderno, sobretudo com o fortalecimento da política desenvolvimentista na segunda metade do século XX. Nesse período, o Brasil passa a ter um dos maiores crescimentos econômicos do mundo, com uma média anual de 6,3% entre 1946 e 1960, passando por forte desaceleração entre 1963 e 1967 e voltando a crescer à impressionantes taxas de dois dígitos entre 1968 e 1973 (mantendo-se próxima aos 10% até 1976)<sup>179</sup>. A porcentagem da população urbana passou de 31% em 1940, para 67% em 1980, chegando a 81,3% em 2000.

Esse intenso processo de modernização teve relevantes implicações ambientais, experimentadas de maneiras diversas pelos grupos sociais e tensionando as relações socioambientais. Podemos citar a rápida expansão da área urbana, com aumento da poluição em diferentes níveis; expansão da infraestrutura, com obras de grande impacto (como hidrelétricas, estradas etc.); ampliação de áreas industriais e da emissão de gases e resíduos poluentes; expansão da fronteira agrícola e pecuária sobre áreas florestais e ocupações de populações tradicionais; ampliação do agronegócio de larga escala como modelo econômico de imensa força política, incorporando amplas áreas que anteriormente eram de agricultura tradicional<sup>180</sup>.

No âmbito global, os efeitos do rápido desenvolvimento econômico, juntamente com a evolução de tecnologias de guerra com imenso poder destrutivo e a crescente divulgação de estudos científicos sobre o impacto humano na questão ambiental enquanto um problema público de larga escala, teriam gerado transformações e riscos que passaram a ser percebidos e criticados por grupos imbuídos de novos valores, que gradualmente começaram a se organizar na forma de movimentos sociais. Nesse

---

Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Sobre Tarrow, ver: TARRROW, S. *Power in movement. Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

<sup>179</sup> PRADO, Luiz C. D., EARP, Fábio Sá. "O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-73)". In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de A. N (Organizadores). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Coleção Brasil Republicano, v.4, 2ª edição; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>180</sup> PÁDUA, José A. "Environmentalism in Brazil: an Historical Perspective". In: McNeill, J.R.; Maldin, E. (Org.). *A Companion to Global Environmental History*. 1ed.Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, p. 455-473. Disponível em: <<https://ufrj.academia.edu/Jos%C3%A9AugustoP%C3%A1dua>>. Acessado em agosto de 2016.

sentido, a projeção no âmbito internacional dos problemas ambientais enquanto problemas públicos universais a serem resolvidos pela conscientização e iniciativa humana é apontada pela literatura como fator relevante para o desenvolvimento normativo, institucional e de organizações civis (sobretudo a partir de financiamento de programas e projetos), embora os fatores locais, regionais e nacionais tenham predominância clara no processo de configuração do ambientalismo no Brasil.<sup>181</sup>

Dentre esses fatores endógenos, ressalta-se aquele que talvez seja o fator conjuntural mais apontado como relevante para a multiplicação dos movimentos ambientalistas no Brasil: o processo de redemocratização no Brasil ocorrido entre meados da década de 1970 até meados da década de 1980, consolidando-se com a promulgação da constituição de 1988<sup>182</sup>. Esse processo extremamente complexo engloba uma multiplicidade de fatores que configuraram e reconfiguraram estruturas de oportunidade política centrais para a compreensão da construção das diversas formas de organização em torno da questão ambiental nas últimas décadas do século XX.

### *2.1.1 Transformações no campo institucional-burocrático*

No campo institucional, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela criação de uma série de órgãos públicos e mecanismos legais que abriram novas possibilidades para ações de defesa ambiental, desenvolvimento de projetos e de ampliação da participação de organizações civis nos meios burocráticos e da política formal. Em 1973 é criada a SEMA<sup>183</sup> (Secretaria Especial do Meio Ambiente), ante a influência da Conferência de Estocolmo, em 1972. Nasce com a função de promover a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais, embora sua atuação sobre o agressivo processo produtivo do desenvolvimentismo autoritário da época fosse praticamente nulo. Os recursos eram muito escassos (começa com apenas três empregados, integrando o Ministério do Interior), tendo poucas condições de confrontar poderosas

---

<sup>181</sup> Sobre o peso relativo de fatores internos e externos para evolução da política ambiental e das organizações ambientalistas no Brasil, ver: HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Duke University Press, 2007. E também: PÁDUA, José A. - "O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos". In: *Ecologia e Política Mundial*. Org. LEIS, H., VIOLA, E., et al. Ed FASE, AIRI/PUC-RIO, 1991.

<sup>182</sup> Ver: AGGIO, Alberto. *Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro*. *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 1, 1996; CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. *Revista Sociologia Política*. 2005, n. 25, pp.83-106; VERSIANI, Maria Helena. *Uma República na Constituinte (1985-1988)*. *Revista Brasileira de História*, v. 30, p. 233-252, 2010; CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989.

<sup>183</sup> Foi criada em 30 de outubro de 1973, pelo decreto 73.030

burocracias que administravam a economia e segurança pública do governo militar, que constituíam o coração de um regime centrado em grandes projetos de infraestrutura<sup>184</sup>.

A continuidade da SEMA foi marcada por um gradual crescimento e aumento das possibilidades de atuação. Entre 1977 e 1986, a SEMA criou um total de trinta e oito estações ecológicas e onze áreas de proteção ambiental (incluindo áreas públicas e privadas dentro ou próximas de cidades)<sup>185</sup>, com um gradual fortalecimento das regulações ambientais estimulado, em grande medida, pelo rápido crescimento de organizações civis engajadas com as causas ambientais e com o fortalecimento dessa pauta no debate público.

A década de 1980 é marcada por uma série de reconfigurações na estrutura legal que são centrais para ampliar as possibilidades de ação de organizações civis em relação às instituições estatais. Destaca-se, em 1981, a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituindo o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)<sup>186</sup> e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)<sup>187</sup>. Essa lei<sup>188</sup> inovadora apontava a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a qualidade e estabilidade ambiental, incorporando uma concepção de meio ambiente mais alinhada com o discurso ambientalista, considerando este como um “bem público” digno de proteção, devendo ser administrado através da regulação da atividade econômica, recuperação de áreas danificadas, defesa de áreas verdes além de iniciativas de educação ambiental<sup>189</sup>. Nesse sentido, a PNMA redefine de maneira inédita, no campo jurídico nacional, a percepção da relação homem-natureza. Abandona-se a abordagem dos bens naturais como elementos isolados, instituindo-se a concepção do mundo

---

<sup>184</sup> HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Duke University Press, 2007.

<sup>185</sup> DRUMMOND, José A.; BARROS-PLATIAU, ANA F. “Brazilian Environmental Laws and Policies, 1934–2002: A Critical Overview”. *LAW & POLICY*, Vol. 28, No. 1, January 2006

<sup>186</sup> O SISNAMA trouxe os princípios (depois desenvolvidos na Constituição de 1988) de que os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) deveriam controlar as questões ambientais específicas de seu escopo geográfico, embora não definisse claramente as responsabilidades de cada nível de administração.

<sup>187</sup> O CONAMA foi concebido como espaço de debate entre atores estatais e não estatais, com funções consultivas e deliberativas para definir parâmetros básicos para a orientação de políticas públicas, a partir de delimitações técnicas e procedimentais (como mecanismos de controle e avaliação de impacto ambiental). Sua legitimidade foi crescente ao longo das décadas de 1980 e 1990 – sobretudo a partir de 1986, com a Resolução CONAMA 001, que instituiu o mecanismo de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Com isso, o órgão amplia sua força regulatória e passa a requerer estudos de impacto ambiental para todas as atividades potencialmente degradantes ao meio ambiente. Dois anos depois, esses requerimentos foram elevados aos status constitucional pela Constituição de 88.

<sup>188</sup> Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

<sup>189</sup> Idem, *ibidem*, p.92.



natural enquanto totalidade, cuja manutenção depende do equilíbrio entre seus diversos componentes<sup>190</sup>.

A literatura aponta ainda como central a instituição da lei 7.347, de 1985, que disciplina a ação civil pública, consolidando a ideia dos “interesses difusos”, que possibilitou uma incorporação bem mais sólida da proteção ambiental no campo judicial. Essa lei promoveu um deslocamento: o eixo dos conflitos ambientais sai da esfera das relações interindividuais para as relações metaindividuais, postulando meio ambiente como um bem público cuja defesa serve aos interesses universais da sociedade<sup>191</sup>.

Desta forma, abriu um canal direto entre a sociedade civil e o Ministério Público no âmbito das ações de direito civil, oferecendo instrumentos legais e organizacionais para o MP investigar casos de abuso (mais do que qualquer grupo civil), colocando a instituição num papel central nas ações ligadas ao “interesse difuso”, especialmente no caso das ações civis públicas ambientais (em que está envolvido na ampla maioria dos casos)<sup>192</sup>.

### *2.1.2 Estruturas de oportunidade política da Redemocratização*

A abertura desses canais institucionais que engendraram novas oportunidades políticas esteve continuamente entrelaçada com uma série de eventos políticos, pressões e mobilizações públicas de diversas naturezas que influenciaram ativamente a formação de novas estratégias, alianças e construção de instrumentais políticos para disputa de pautas públicas. Nesse sentido, a literatura destaca uma série de fatores diretamente ligados com o processo de gradual abertura política.

A criação de novos partidos políticos no novo contexto pluripartidário de 1980 intensifica o processo de mobilização em torno da participação na política institucional<sup>193</sup>. Embora o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o

---

<sup>190</sup> FUKS, Mário. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001, p.72-73.

<sup>191</sup> Idem, ibidem, p.77-79.

<sup>192</sup> Mario Fuks (Idem, ibidem, p.81) aponta para o fato de que, entre 1985 e 1991, o Ministério Público foi responsável por quase 90% das ações judiciais visando a proteção do meio ambiente.

<sup>193</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução à História dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999; MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Editora UNB, 1982. PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005. SEILER, Daniel-Louis. Os partidos políticos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000; MENEGUELLO, R. Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PDS (Partido Democrático Social) – respectivos sucessores dos dois partidos vigentes na ditadura: MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional) – fossem os maiores partidos, o PT (Partido dos Trabalhadores) se colocava como a alternativa mais sedutora para os movimentos sociais, uma vez que tinha uma base ancorada no ativismo trabalhista, em parcelas relevantes do operariado sindicalizado, organizações católicas de base, e ampla gama de intelectuais de esquerda engajados na renovação da política nacional<sup>194</sup>.

Nesse contexto, a multiplicação de movimentos sociais e de espaços de ação coletiva a partir da segunda metade da década de 1970 tendem a se integrar com o debate político-partidário, sobretudo a partir das eleições de 1982, com a campanha das Diretas Já<sup>195</sup> entre 1983 e 1984 e das expectativas criadas em torno das eleições para a Assembleia Constituinte.

A abertura foi marcada por uma série de fatores que ajudam a explicar a multiplicação de organizações sociais: a redução da repressão aos protestos e organizações sociais; a ampliação das alianças entre ativistas ambientais com uma diversidade de outros movimentos e instituições públicas e privadas (como a OAB, a igreja, empresas etc.); permeabilização das instituições públicas às demandas da sociedade civil; a anistia de 1979, que teria possibilitado a volta de ativistas de esquerda com ideias e estratégias aprendidas em suas experiências no exílio na Europa e Estados Unidos, incorporando as estratégias dos novos partidos verdes que estavam sendo criados; desaparecimento da censura aos meios de comunicação<sup>196</sup>.

Nesse quadro de efervescência política em que multiplicam-se movimentos civis de diversos tipos – associações de moradores, movimentos de minorias (feminista, de negros e indígenas), grupos em defesa dos trabalhadores rurais e movimentos ambientalistas – os principais autores da literatura sobre o ambientalismo identificam um processo de transformação do caráter da luta ambiental.

---

<sup>194</sup> MENEGUELLO, Raquel. PT: A formação de um Partido – 1979/1982. São Paulo, Paz e Terra, 1989. RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologias e composição social. São Paulo, EDUSP, 2002. SADER, Emir (org.). E agora PT: caráter e identidade. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>195</sup> DELGADO, Lucília de A. N. Diretas Já vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge Luís; REIS, Daniel Aarão. Revolução e democracia: 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.411-426; LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de. Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004; NERY, Vanderley. A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa. Tese em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

<sup>196</sup> ALONSO, Angela. “O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil”. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

Se a década de 1970 teria sido marcada por um ativismo ambiental pautado na ação de grupos voluntários, com financiamento mínimo e atuação local pautada no protesto e em iniciativas de bloqueio de atividades agressivas ao meio ambiente, na década de 1980 nota-se um deslocamento gradual e parcial do confronto para o campo político (embora características da década anterior ainda fossem marca de grande parte dos movimentos) – percebidos, ao mesmo tempo, como um conjunto de instituições formais e uma esfera pública de debate<sup>197</sup>. Esse processo de transição de um movimento de contestação e denúncia para um movimento de viés ecológico, que implicou na eleição de deputados estaduais e vereadores alinhados com organizações ambientalistas nas eleições de 1982 e que se intensifica, sobretudo, com as articulações em torno do Congresso Constituinte<sup>198</sup>.

A acumulação de experiências de mobilização em conjunção com a intensificação de alianças em torno de pautas do debate político-institucional, a ampliação da conscientização e a crescente importância das pautas ambientais no debate público teriam produzido um processo de disseminação cada vez mais intenso de valores ambientalistas nos diversos setores da sociedade.

Essa tese, primeiramente defendida por Eduardo Viola, trata o ambientalismo como um movimento que se torna progressivamente multissetorial na década de 1980 e 1990, num processo gradual de institucionalização dos grupos ambientalistas (que aumentam gradativamente sua capacidade de implementar projetos ambientais, influenciar políticas públicas e captar recursos) e de disseminação de ideias e valores ambientalistas que se expressariam na mudança de comportamento de diferentes atores sociais, como ONGs, grupos comunitários, setores do empresariado, instituições científicas, setores da estrutura estatal (sobretudo agências ambientais), agências intergovernamentais/internacionais<sup>199</sup>. Esse processo de politização e institucionalização

---

<sup>197</sup> HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Duke University Press, 2007, p.85-86.

<sup>198</sup> Vale destacar a articulação do movimento em torno da formulação de um capítulo de meio ambiente na Constituição de 1988, marcado por organizações inter-organizacionais, como Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC), a Frente Nacional pela Ação Ecológica na Assembleia Constituinte (que congregava representantes de 71 associações) e o papel representativo do então deputado federal Fábio Feldmann. Ver: VIOLA, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico*. Coordenadora: Mirian Goldenberg – Rio de Janeiro: Revan, 1992.

<sup>199</sup> Ver: 1- VIOLA, E. “O movimento ecológico no Brasil (1974-86): do ambientalismo à ecológica”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol1, n3, 1987. 2-VIOLA, E. “Movimento ecológico e partido verde no Brasil: Notas sobre uma relação muito complexa”. 2º encontro ANPOCS, 1987. 3- VIOLA, E. e BOEIRA,

do movimento e de multissetorialização dos valores ambientalistas é amplamente corroborado pela literatura acadêmica, embora haja alguma variação sobre as hipóteses que explicam esse processo e suas consequências.

O quadro geral apontado pela literatura sobre o movimento ambientalista no Brasil reforça a ideia de um movimento urbano que, a partir da década de 1970 inicia uma trajetória gradual de confronto e articulação na esfera pública. É delineado como sendo predominantemente de classe média<sup>200</sup>, se politizando e se institucionalizando na medida em que se configuram as oportunidades políticas que marcaram o processo de redemocratização do país, notadamente com a criação de instituições e dispositivos legais ao longo das décadas de 1970 e 1980, a retomada do pluripartidarismo, as mobilizações em torno das eleições de 1982, as Diretas Já, as articulações relativas a Assembleia Constituinte e os esforços canalizados na preparação para a Eco-92<sup>201</sup>.

## 2.2 A formação do MORE – o interesse pela luta pública

Todos os fatores contextuais acima elencados são tomados como decisivos para uma compreensão acurada do processo de “ambientalização” das instituições formais e de diferentes grupos sociais, bem como para explicação da emergência das mobilizações coletivas em torno da natureza e de suas transformações. No entanto, questiona-se que a identificação das estruturas de oportunidade política propícias à emergência do ambientalismo e sua posterior institucionalização sejam suficientes para explicar por que as pessoas se engajam na luta pública pela natureza.

---

S. “A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80”. In: *Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira*, Brasília, Ibama, 1990. 4- VIOLA, E. & LEIS, H. “O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: O desafio de uma estratégia globalista viável”. In: Viola, E. J., Leis, H. R., Scherer-Warren, I. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais*, 2. ed. Cortez, São Paulo, 1995.

<sup>200</sup> Embora seja amplamente acordado o caráter predominante de classe média do movimento ambientalista urbano, autores como José Augusto Pádua, Kathryn Hochstetler e Margaret Keck fizeram esforços em apontar a importância na luta ambiental desempenhada por movimentos de comunidades de baixa renda, organizados pela classe trabalhadora rural e urbana. Tratam-se de pequenos agricultores, comunidades ribeirinhas, grupos de trabalhadores urbanos comunidades que vivem e extraem sua subsistência da floresta e que se organizaram nas diversas regiões do país (sobretudo Centro-Oeste e Norte) contra grandes obras, atividades poluentes agressivas ao local de trabalho e moradia, ou ainda o desmatamento e a expansão predatória do agronegócio que ameaçavam seu estilo de vida e os recursos para sua subsistência.

<sup>201</sup> Em 1989 o governo toma a decisão de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1992 (conhecida como UNCED-92, Eco-92 ou ainda, Rio-92). É considerada como um fator importante para a articulação internacional em torno de problemas ambientais, tendo propiciado o desenvolvimento de amplas redes e fóruns de debate sobre o ambientalismo, intensificação das relações com ONGs internacionais e consolidação das ideias em torno do desenvolvimento sustentável como predominantes no debate público sobre o a questão ambiental.

### 2.2.1 Um olhar teórico para pensar a trajetória do MORE

O capítulo anterior apontou que a percepção ambiental dos principais integrantes do movimento foi marcada pelo compartilhamento de experiências ligadas ao acesso às práticas de lazer e experimentação de espaços percebidos como naturais pautados numa ideia de natureza “pura” a ser admirada, protegida, integrada ao estilo de vida saudável. Com isso, buscou-se demonstrar que ideias e paradigmas ambientais só existem se realizados na vivência prática dos sujeitos, na forma de disposições e expectativas que fundamentam a percepção de mundo e o sentido da existência dos sujeitos – atualizando-se na medida em que se inserem em novos espaços sociais e novas redes de engajamento são construídas na trajetória de vida dos militantes.

A proposta do presente capítulo segue os mesmos princípios, na medida em que busca demonstrar que a formação e atuação de movimentos sociais na luta pública não é uma derivação automática de contextos favoráveis, mas a relação entre 1- disposições e expectativas construídas na vivência de um espaço social estruturado segundo princípios histórico-culturais de concentração de poder e 2- as estruturas de oportunidade política que conformam modificações relevantes no campo de possibilidades assimetricamente experimentados pelos diversos sujeitos e grupos sociais.

Esses “princípios histórico-culturais de concentração de poder” são operacionalizados em termos analíticos a partir do conceito de “campo do poder”<sup>202</sup>, de Pierre Bourdieu. Para explicar esse conceito, recorre-se a uma rápida digressão teórica.

Quando analisa uma dada sociedade (seu pensamento se volta predominantemente para sociedades modernas ocidentais), Bourdieu toma como ponto de partida teórico-metodológico a noção de espaço social. Este seria um espaço de posições e de tomada de posições que se define na relação entre as diferentes disposições e esquemas de classificação incorporados nos vários processos de socialização. Esse processo de classificação das práticas, opiniões, bens etc. operado entre os sujeitos constituem um sistema de diferenças simbólicas que formam uma verdadeira linguagem<sup>203</sup> através da qual se disputa o sentido do mundo social. Essas

---

<sup>202</sup> Sobre o conceito, ver: BOURDIEU, Pierre e Wacquant, Loïc. “From ruling class to field of power”. *Theory, Culture & Society*, 10(1), 1993, p. 19-44. BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e campo do poder”. In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p.48-52. WACQUANT, Loïc (Organiz.). “O poder simbólico na dominação da ‘Nobreza de Estado’”. In: *O Mistério do Ministério, Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

<sup>203</sup> BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 21-22.

posições se diferenciam a partir dos critérios de definição do que são as práticas e disposições legítimas, processo que se dá através das relações de força entre sujeitos e grupos sociais.

O autor identifica que o espaço social tende a se organizar em função de dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural<sup>204</sup>. Os sujeitos são distribuídos no espaço social segundo a concentração desses capitais em duas dimensões: a primeira, e mais marcante, refere-se ao volume global de capital (desses dois tipos), que vai definir, probabilisticamente, as posições dos indivíduos na hierarquia do espaço social em termos de legitimidade – que vai desde as posições mais distintas e honradas até às mais desprezadas e marginalizadas. A segunda dimensão se refere a estrutura do capital acumulado, ou seja, o peso relativo dos tipos de capital (cultural ou econômico) no volume global de capital acumulado<sup>205</sup>. A primeira dimensão produz uma oposição e uma grande distância social entre, por um lado, os grandes empresários, artistas, intelectuais, burocratas e, por outro, operários não qualificados, camponeses, ambulantes etc. A segunda trata das distinções entre os detentores do capital global a partir do capital específico que cada grupo concentra, como, por exemplo, empresários e professores universitários.

Assim sendo, existem espaços de posições que só podem ser ocupados por pessoas que detenham uma alta concentração de diferentes formas de capital. Esses microcosmos do espaço social que demandam bens materiais e simbólicos específicos (capitais), com regras e instituições específicas e espaços de posições singulares e razoavelmente autônomos à outros espaços são denominados campos sociais<sup>206</sup>. Os campos sociais mais legítimos (cujas posições internas ao campo demandam altos níveis de acumulação de capital econômico e/ou cultural) constituem o que Bourdieu chama de campo do poder.

Esse conceito é um instrumento para pensar as relações de poder e seus princípios de distribuição/concentração. O poder não é visto como algo disperso no

---

<sup>204</sup> O capital simbólico é a forma legitimada assumida pelos recursos materiais e simbólicos acumulados pelos sujeitos ou grupos. Define-se em relação aos diversos campos que constituem o espaço social, de maneira que a distribuição desigual do volume e das espécies de capital (social, cultural, econômico) implica numa distribuição desigual das expectativas, possibilidades e oportunidades de se frequentar e/ou se destacar nos universos sociais mais legítimos. BOURDIEU, P. "The forms of capital". In: Richardson, J., *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood, p. 241–58. Disponível em <http://www.socialcapitalgateway.org/sites/socialcapitalgateway.org/files/data/paper/2016/10/18/rbasicsbourdieu1986-theformsofcapital.pdf>

<sup>205</sup> BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 19-20.

<sup>206</sup> BOURDIEU, Pierre e Wacquant, Loïc. "From ruling class to field of power". *Theory, Culture & Society*, 10(1), 1993, p.22-23.

corpo social, mas como um conjunto de propriedades, disposições e posições relacionalmente definidas que se acumulam nos espaços das posições mais legítimas, que tendem a se reproduzir em razão da correspondência entre as estruturas dos espaços de socialização e as estruturas mentais forjadas nesses espaços<sup>207</sup>. Em suma, nas palavras do autor, o campo de poder pode ser definido como “o espaço de relações de força (...) entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão”<sup>208</sup>.

Se esse instrumental é central para o desenvolvimento da análise sobre a constituição de um movimento social engajado nas lutas públicas legítimas que integram o espaço público legítimo, ainda falta a análise de mais uma propriedade teórica do campo do poder para que essa digressão complete sua missão de esclarecer os princípios analíticos que orientam a construção do objeto dessa pesquisa. Trata-se do papel do Estado e do capital do universal na conformação do campo do poder e do espaço social de maneira geral.

Bourdieu parte da ideia de que o Estado é o produto de um duplo processo: “de um lado, a diferenciação das sociedades em campos relativamente autônomos e, de outro, a emergência de um espaço que concentra os poderes sobre estes últimos e em que as lutas são lutas entre os próprios campos”<sup>209</sup>. Está diretamente ligado ao processo de diferenciação e integração dos campos que constituem o campo do poder, na medida em que se constituiu progressivamente como uma espécie de metacampo que se produz, se conserva, reproduz mecanismos de legitimação e autoridade que dão poder regulador sobre os outros campos e espécies de capital<sup>210</sup>.

O longo processo de legitimação do Estado como detentor do “monopólio da violência simbólica”<sup>211</sup>, com imensa capacidade de mobilização e alocação de recursos materiais e simbólicos que são o resultado do processo de concentração de diferentes tipos de capital – instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, concentração de informação, capital simbólico – coloca o Estado moderno como um

---

<sup>207</sup> WACQUANT, Loïc. “O poder simbólico e a prática democrática”. In: *O Mistério do Ministério, Pierre Bourdieu e a política democrática*. Loïc Waquant (Org.) - Rio de Janeiro: Revan, 2005 p.16.

<sup>208</sup> BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e campo do poder”. In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p.52.

<sup>209</sup> BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. 1ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p.492.

<sup>210</sup> Idem, *ibidem*, p.267.

<sup>211</sup> Idem, *ibidem*, p.30.

campo de instituições situado no baricentro do campo de poder, na medida em que influencia diretamente na legitimação das diversas espécies de capital, garantindo a validade dos atos de autoridade/oficiais<sup>212</sup>.

Esse processo de concentração de recursos e de instrumentos de legitimação pelo campo das instituições estatais é central no processo de unificação cultural e econômica em um dado território, feito a partir da padronização dos códigos – linguístico, jurídico, métrico, monetário etc. – e institucionalização de sistemas de classificação inscritos no direito, nos procedimentos burocráticos, nas estruturas escolares e nos rituais sociais. Assim, a consolidação do Estado moderno condiciona não apenas as relações entre os diversos campos sociais, mas age na conformação das estruturas cognitivas, contribuindo na construção das identidades legítimas segundo os parâmetros oficiais delimitados em termos nacionais<sup>213</sup>.

Esse processo de unificação cultural e linguística implica na imposição da cultura e língua dominantes como legítimas, remetendo as demais à marginalidade. A construção e imposição de uma cultura dominante como sendo universal implica na desqualificação e particularização das demais formas de expressão, significação e existência. Em outras palavras, universalizam-se as demandas culturais necessárias para se acessar os recursos materiais e simbólicos legítimos, mas não as condições de acesso para satisfazer essas demandas<sup>214</sup>. Estas permanecem altamente restritas, de maneira que a definição dessas condições são alvo constante de disputas entre os grupos dominantes que constituem os diversos campos sociais.

O apelo ao universal se consolida, portanto, como o elemento central de legitimação e mediação das disputas pelos recursos regulados pelas instituições estatais modernas. Atravessa os diversos campos sociais, mas sobretudo os campos que integram o Estado (burocrático, jurídico, político). A autoridade do Estado é, nesse sentido, produto da crença generalizada em uma entidade que representaria o interesse público, universal e, por isso mesmo, oficial. Segundo Bourdieu, a gênese do Estado seria inseparável da constituição do monopólio do universal, de maneira que, ao estipular os padrões e regras que definem o que constitui o “interesse geral” e os valores da universalidade, tende a marginalizar aqueles que não estão inseridos nessas

---

<sup>212</sup> WACQUANT, Loïc. “O poder simbólico e a prática democrática”. In: *O Mistério do Ministério*, Pierre Bourdieu e a política democrática. Loïc Waquant (Org.) - Rio de Janeiro: Revan, 2005 p.30.

<sup>213</sup> BOURDIEU, P. “Espíritos de Estado: Gênese e Estrutura do Campo Burocrático” (Cap.4). In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p.105.

<sup>214</sup> Idem, *ibidem*, p.107.



categorias<sup>215</sup>.

Desta forma, a ideia da luta pelo universal, da luta pelos bens e interesses gerais passa a ser integrada aos meios institucionais e a ser base das disputas por legitimidade. As regras dos espaços sociais institucionalizados, oficiais, incorpora os princípios retóricos de nomeação e enunciação em prol do “bem geral” e dos “interesses universais”. O capital do universal enquanto fonte de legitimidade é objeto de intensa disputa no espaço social. A ideia da figura pública que busca representar os interesses gerais torna-se fonte de grande prestígio.

Em suma, esse centro cultural de valores dominantes, que é o Estado em sentido mais amplo, é uma das matrizes centrais de organização material e simbólica do espaço social e, portanto, de produção das regras e dos princípios lógicos de definição do que é legítimo e do que é legitimamente reconhecido como público. É, portanto, um dos centros fundamentais a serem considerados para uma compreensão da dinâmica histórica do campo do poder e da produção das identidades sociais legítimas.

Bourdieu, portanto, oferece instrumentos que permitem pensar as condições sociais de produção do público a partir de uma perspectiva que articula, fundando-se na dupla objetividade que atravessa a prática social, a relação entre legitimidade, a hierarquia dos campos sociais e os processos de produção de identidade social.

Nesse sentido, é a partir desse prisma conceitual do campo do poder, do monopólio do universal e das disputas em torno da definição do espaço social que busca-se apreender a atuação do MORE, enquanto movimento que se pretende público, em Niterói. O espaço público não é tomado aqui como uma esfera idealizada de debates e conflitos, mas como o produto relacional das disputas de grupos e sujeitos desigualmente distribuídos no espaço social tendo como centro estruturante o campo do poder.

Aquilo que costuma ser denominado como “público” pelo senso comum, enquanto algo objetivo e óbvio, é aqui tomado como o público legítimo, ou seja, produto de um processo intenso de disputas e de esforços de definição e naturalização. Nesse sentido, podemos falar de uma hierarquia dos espaços públicos produzida pela relação da pluralidade de grupos desigualmente distribuídos no espaço social e organizados em relação aos centros de poder. Nessa relação, o campo do poder – com destaque para o peso do campo das instituições estatais, da grande mídia e, obviamente,

---

<sup>215</sup> BOURDIEU, P. “As duas faces do Estado”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, jan. 2012, p. 14-17.

do campo econômico – é um centro fundamental de formação dos referenciais compartilhados do que é ou não legítimo e publicizável.

O público, portanto, existe enquanto produto de uma instituição (incorporada) de moral, de valores de percepção, apreciação e de julgamento constituídos relacionalmente através da vivência e das posições (mais ou menos centrais ou marginais) de sujeitos e de grupos experimentadas ante os centros de poder. Assim, práticas públicas marginais tendem a se desdobrar inscritas apenas no nível local, na discricção, no silêncio: porque são reprováveis diante da moral dominante, não são socialmente aceitáveis de ocupar o espaço visível; tendem a ser práticas públicas com pouco poder de se fazerem publicizáveis, ou publicizáveis apenas em nível restrito, uma experiência e um espaço recluso experimentado coletivamente.

É partindo desse referencial que busca-se analisar o movimento não apenas como resultado de um contexto favorável, mas como o processo resultante do encontro das disposições que fundamentam a percepção do espaço público legítimo – cuja legitimidade é produto do trabalho de socialização e naturalização dos valores e disposições definidos em relação ao campo do poder – com as estruturas de oportunidades (que configuram e reconfiguram campos sociais e, de maneira mais ampla, o campo do possível) de um dado contexto histórico.

### *2.2.2 A gênese do Movimento de Resistência Ecológica*

A Niterói de fins dos anos 1970 e início dos anos de 1980 foi marcada por um contexto de efervescência social e política. Em meio ao intenso processo de urbanização e crescimento demográfico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a cidade de Niterói apresentou um intenso crescimento populacional (embora inferior ao de outras cidades da Baixada Fluminense), quase triplicando entre 1940 e 1980. Como já apontado no primeiro capítulo, a população salta de 146.414 habitantes, em 1940, para cerca de 400 mil, em 1980<sup>216</sup>.

A distribuição demográfica no território da cidade é bastante desigual, considerando-se os condicionantes naturais de seu relevo. Há uma tendência de concentração nas áreas do entorno da Baía de Guanabara, com planícies e colinas que configuram relevo mais suave, além de fácil acesso ao mar, enquanto as áreas de relevo mais acidentado, que cortam o município no sentido sudoeste-nordeste, assim como

---

<sup>216</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecilia. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.55-58.

áreas no interior do território marcadas por grande adensamento de vegetação (muitas vezes protegidas por dispositivos legais) são marcadas por uma ocupação menos intensa<sup>217</sup>.

Essa rápida expansão demográfica, ligada ao crescimento econômico da década de 1970, à conclusão da Ponte Rio-Niterói (em 1974) e ao fácil acesso da classe média ao automóvel, gerou um significativo aumento da demanda de imóveis em Niterói. A indústria imobiliária se expande exponencialmente na cidade, com a presença de grandes empresas do setor tanto do Rio de Janeiro quanto de Niterói. Se na década de 1960 já era possível perceber um deslocamento gradual na concentração dos investimentos em obras da região do Centro para a Zona Sul (notadamente, os bairros de Icaraí, Ingá e Boa Viagem) da cidade, a partir da década de 1970 esta se torna o epicentro da construção imobiliária - concentrando mais de 50% das obras (comerciais e residenciais) da cidade entre 1971-78 e reduzindo o ritmo, embora ainda liderando, entre 1979-84, com índice próximo a 30%<sup>218</sup>.

Esse rápido crescimento dos bairros da Zona Sul (Icaraí, Ingá, Boa Viagem, Vital Brasil, Santa Rosa), com ação intensa do mercado imobiliário, implicou na formação de uma área constituída por altos edifícios, alta densidade demográfica e uma relação entre equipamentos urbanos e população que tendeu a diminuir a qualidade de vida dos moradores. A densificação das construções comerciais, industriais e residenciais em Icaraí implicou em alguns problemas centrais: falta de controle sobre limitação do gabarito das construções, que frequentemente ultrapassam o limite estimulando ainda mais o adensamento populacional; poluição atmosférica gerada pelo grande número de veículos; mobilidade urbana; poluição da Baía de Guanabara por esgotos e resíduos industriais<sup>219</sup>.

Soma-se a esses fatores a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que implicou na perda, por Niterói, da condição de capital estadual. A consequência imediata foi uma ampla transferência de repartições públicas que enfraqueceram as estruturas estatais na cidade. Esse novo contexto institucional, juntamente com o contexto de abertura política, constrói um terreno propício para a mobilização da

---

<sup>217</sup> Plano Diretor de Niterói – Diagnóstico Ambiental, 1991. Disponível em: <[http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/arquivos\\_biblioteca/planejamento/planodiretor1992](http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/arquivos_biblioteca/planejamento/planodiretor1992)>

<sup>218</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecilia. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.58-59.

<sup>219</sup> Idem, *ibidem*. p.65-69.

sociedade civil local<sup>220</sup>.

A crise do “milagre econômico”, com elevação do desemprego, da inflação e a consequente erosão do poder aquisitivo da população, faz do fim dos anos 1970 um período no qual as camadas populares e médias entram na cena política, sobretudo com as campanhas nacionais pela Anistia e o movimento contra a carestia<sup>221</sup>. Os anos de 1978-79 são marcados por greves no país (por volta de trezentas e sessenta)<sup>222</sup> e nesse contexto despontam movimentos de mães, de minorias, de operários.

Dentro desse quadro, emerge o movimento associativo de bairro, que foi profundamente atrofiado entre 1964 e meados de 1970. Na cidade do Rio de Janeiro, onde o movimento se consolidou de maneira mais expressiva, foram criadas 166 associações de moradores entre 1979-1981, contra apenas 150 no espaço dos 15 anos anteriores (1964-1978). Em Niterói, o movimento retorna a partir da organização do movimento dos moradores de Pendotiba (UNAMPPI – União das Associações de Moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipu), que estimulou o surgimento de movimentos do tipo em outros bairros e favelas – lutando por pautas ligadas predominantemente à subsistência imediata, como empregos, salários, direito à posse da terra; pautas centrais para os grupos de menor renda na cidade em fins dos anos 70 e início dos 80<sup>223</sup>.

Nos bairros de classe média, as pautas das associações de moradores que se formavam giravam em torno da defesa da ecologia, a regulamentação do gabarito via interferência no código de obras da prefeitura, ou maior segurança através do reforço policial contra a violência urbana, sempre centrada na questão da manutenção da qualidade de vida<sup>224</sup>.

O MORE se forma em meio a esse quadro de transformações históricas e, como já apontado, de configuração de oportunidades políticas propícias à formação de canais institucionais de acesso às disputas públicas legítimas, bem como de mobilização de grupos interessados em se engajar nessas disputas.

---

<sup>220</sup> KNAUSS, Paulo (coordenador). *Sorriso da Cidade: Imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

<sup>221</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecília. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.113-115.

<sup>222</sup> PESSANHA, Eliana G. A Fonte. “Niterói Operário: o caso dos trabalhadores da indústria naval”. In: MARTINS, Ismênia; KNAUSS, Paulo (org.). *Cidade Múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997, p.159-162.

<sup>223</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecília. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.116.

<sup>224</sup> Idem, *ibidem*, p.117.

No dia 28 de junho de 1980 ocorre o primeiro ato que começa a conformar e dar existência pública ao grupo que viria a formar o movimento: uma regata de protesto contra a poluição da Baía de Guanabara nos bairros de Charitas e Jurujuba, situados na região das Praias da Baía. Organizado por um grupo de amigos ligados a prática do iatismo – dentre os quais, integrantes da família Grael<sup>225</sup>, notadamente Axel Grael<sup>226</sup>, que viria a se tornar presidente do movimento – o protesto mobilizou cerca de 70 embarcações, predominantemente velas e pranchas de windsurf, que exibiram faixas pretas em sinal de luto pelas condições da Baía. O alvo central eram três fábricas de sardinha localizadas em Jurujuba (Santa Iria, Atlantic e Conservas Ribeiro S.A.), acusadas de despejar dejetos com grandes quantidade de óleo diretamente no mar.

A ideia do protesto iniciou-se algumas semanas antes. O incômodo de Axel Grael com o óleo de sardinha da Baía em Jurujuba, que atrapalhava a prática da vela esportiva (Axel era, então, vice-campeão sul americano de iatismo na classe Soling, vice campeão brasileiro da classe Snipe e campeão carioca de Lightning) levou-o a ir na biblioteca da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) procurar dados sobre esse óleo, já que a entidade tinha enormes estudos sem execução. Saiu de lá com a iniciativa de fazer uma abaixo-assinado entre iatistas e moradores de Jurujuba. A partir daí, ele e o Hilário Alencar (estudante de direito e também iatista) tiveram a ideia de fazer uma regata de protesto na região<sup>227</sup>.

Na reportagem do Jornal do Brasil que descrevia o protesto, assinada por Luiz Antônio Mello<sup>228</sup> (jornalista e um dos fundadores do MORE), aponta-se que, para

---

<sup>225</sup> Tradicional família de Niterói, a família Schmidt Grael tem forte ligação com a prática da vela – sobretudo em função do grande destaque internacional de Torben Grael e Lars Grael, medalhistas olímpicos consagrados na modalidade, com respectivamente cinco e duas medalhas olímpicas. A ligação, no entanto, é anterior: seus tios Erick e Axel Schmidt foram campeões mundiais no esporte (em 1961, 63 e 65). Seus pais são Dickson Melges Grael (influente coronel militar que foi oficial de gabinete dos presidentes Café Filho e Carlos Luz (1955), ocupando importante cargos ligados a prática esportiva nas forças armadas) e Ingrid Schmidt Grael (foi atleta, professora, Miss Niterói, Miss Rio de Janeiro e vice-Miss Brasil). Axel Grael (que tem o mesmo nome do tio) é o filho mais velho do casal e irmão de Torben e Lars Grael, também tendo tido experiência na prática da vela competitiva em sua juventude, sendo vice-campeão sulamericano e brasileiro. É engenheiro florestal, ambientalista, com carreira como servidor público, tendo dirigido órgãos públicos e cargos políticos eletivos.

<sup>226</sup> Ocupou importantes cargos públicos e privados ligados a questão ambiental. Foi presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF) em 1991, presidiu a FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente em duas gestões (1999-2000 e 2007-2008), foi Subsecretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, vice-prefeito de Niterói – 2013-2016 e atualmente é Secretário Executivo da Prefeitura de Niterói (jan. 2017- presente).

<sup>227</sup> “‘Resistência Ecológica’: Jovens querem todos lutando em favor de Piratininga e Jurujuba”. Jornal de Icaráí, 15 a 21.08.1981.

<sup>228</sup> Na época ( mais precisamente, entre 1975 e 1981) o jornalista trabalhava na Rádio Jornal do Brasil e colaborava no Caderno B do Jornal do Brasil (onde escreveu a referida reportagem sobre o protesto). Foi

enfrentar a questão, já havia sido criada a “associação conservacionista Resistência Ecológica de Niterói”, que teria identificado diversos pontos de Charitas e Jurujuba em com alta concentração de óleo<sup>229</sup>. Para combater esse problema, é apontado que o movimento buscava fazer uma visita ao presidente da FEEMA, Evandro de Britto, para solicitar providências (a instalação de filtros pelas fábricas, o que já estaria previsto em lei), além de fazer contato com a colônia de pescadores de Jurujuba, vítima direta da poluição. A ideia seria entregar para o presidente da instituição um relatório assinado com mais de mil e quinhentas assinaturas, com dados de estudos da própria FEEMA sobre a poluição de fábricas de sardinha. Afirma que a pretensão do movimento de se articular com autoridades do governo e empresários de estaleiros. Já projeta ações na lagoa de Piratininga, que também estaria em processo de degradação.

Esse primeiro evento é bastante significativo. O fato de ter sido organizado na forma de uma regata esboça o perfil de seus integrantes: pessoas de classe média e classe média alta. A maioria eram moradores da Zona Sul de Niterói, sobretudo Icaraí e São Francisco. Todos os que constituíram o núcleo do movimento concluíram o nível superior<sup>230</sup>, tendo a maioria alcançado postos relevantes, seja na burocracia pública, no campo político ou no setor privado.

No ano de 1980, o núcleo do movimento era constituído por estudantes universitários e recém formados, notadamente, os já citados Axel Graef (estudante de engenharia ambiental) e Hilário Alencar (estudante de direito), Eric Fischer Rempe (estudante de biologia) e os jornalistas Luiz Antônio Mello e Jardel de Azevedo Ferre Jr. É evidente que desde os primeiros passos da militância, o grupo era marcado pelo domínio das aptidões linguísticas e comportamentais legítimas. Nesse sentido, passaram pelo processo de socialização familiar e educacional que ensina a reconhecer os espaços legítimos como desejáveis e acessíveis, concebendo o ensino formal, sobretudo o superior, como um bem necessário (quase incontornável) para a construção de si enquanto sujeito bem sucedido e capaz de integrar e ter um bom desempenho no mercado de trabalho. Isso também envolve uma miríade de outras construções sociais

---

fundador da *Rádio Fluminense FM (A Maldita)* em 1982, é um importante jornalista e radialista, tendo trabalhado nos principais jornais e rádios do país (dentre as quais: na Rádio e no *Jornal do Brasil*, no *Pasquim*, *Folha de Niterói*, *O Estado de São Paulo* e *O Fluminense*, além das rádios *Tupi*, *Globo*, *Manchete* e *Band News*).

<sup>229</sup> “Nas águas poluídas da Baía, a regata do protesto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02.07.1980.

<sup>230</sup> Trata-se de um dado notável, considerando-se que entre 1980 e 1987 o número de matrículas na educação superior manteve-se estável abaixo de 1,5 milhão de matrículas por ano; que a população no Brasil variou de 122,2 milhões para 150,4 milhões entre 1980 e 1990 (MEC/INEP); e que a taxa de analfabetismo estava na casa dos 25% da população em 1980 (IBGE, Censo Demográfico 1980/2010).

(que, por motivos de foco, não serão devidamente analisadas nesse trabalho), como o conceito de família desejável, de amor, de prestígio pessoal, de sucesso etc. Em suma, foram socializados em espaços capazes de produzir aptidões valorizadas e demandadas para se ter acesso aos bens materiais e simbólicos legítimos – espaços privilegiados no mercado de trabalho, nos espaços culturais mais bem avaliados, acesso aos meios institucionais etc.

Nesse sentido, as estratégias mobilizadas na articulação do protesto são um reflexo do fato de que esse grupo de estudantes, que tinham, em média, vinte anos de idade, já apresentava notável alinhamento cognitivo com as estruturas do campo do poder: o reconhecimento das instituições estatais como constituindo os canais legítimos de reivindicação e protesto – fundado na ideia de que as transformações devem ocorrer dentro das regras que integram os campos sociais legítimos; o conhecimento do estudo técnico realizado pela FEEMA sobre o impacto das fábricas de sardinha nas condições da Baía de Guanabara, bem como dos dispositivos legais que demandam o uso de filtros pelas fábricas demonstra um domínio ao menos embrionário do saber técnico-legal que permeia os espaços institucionalizados do poder público; o fato de um encontro com o presidente da FEEMA e de articulações com empresários estarem diretamente presentes no campo de expectativas dos integrantes do movimento, o que expressa o capital social acumulado que faz parecer natural a possibilidade de articulação com sujeitos que ocupam posições sociais com alto grau de legitimidade.

Em seguida ao protesto, Axel Graef encaminhou uma denúncia contra as fábricas de sardinha para a FEEMA e a CECA (Comissão Estadual de Controle Ambiental). Ainda em fins de 1980, o MORE reúne cerca de 3 mil assinaturas num abaixo-assinado para ser entregue às autoridades federais e estaduais, alegando que a poluição estava se alastrando por várias praias da região, contaminando poços de água potável que abasteciam camadas humildes da população local e paralisando as atividades de pesca e a prática do iatismo por esportistas. Assim, Axel afirma que as empresas estariam “desafiando o poder público e os direitos da população”, apontando ainda o “completo despreparo do prefeito Wellington Moreira Franco para os problemas ecológicos de Niterói”<sup>231</sup>.

Poucos dias depois o presidente da FEEMA, Evandro de Britto, declara que iria propor à CECA a interdição da fábrica de sardinhas Conservas Ribeiro, caso ela não se

---

<sup>231</sup> “Jurujuba protesta contra as fábricas de sardinha”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.12.1980.

adequasse às normas de tratamento de resíduos, alegando ainda já ter multado a fábrica da Atlantic<sup>232</sup>.

Esse quadro demonstra que, desde suas primeiras movimentações, o grupo que constituía o MORE apresentava-se como sendo capaz de jogar o jogo das lutas públicas legítimas com eficiência, empreendendo diferentes estratégias de protesto, se articulando para mobilizar veículos da imprensa de Niterói (notadamente, o *O Fluminense*) e do Rio de Janeiro (como o *Jornal do Brasil* e *O Globo*), além de demonstrar capacidade de inserção nas instituições da burocracia estatal. Desde o início do movimento os ativistas apontam a incompetência e morosidade dos agentes públicos oficiais, ou mesmo a influência de interesses privados e ilegítimos<sup>233</sup> no campo das instituições estatais para, assim, afirmarem sua própria condição de agentes desinteressados e comprometidos com o universal. Investem-se da tarefa estatal de inspecionar o mundo social, construindo para si a virtude política que legitima os mandatários do Estado, qual seja, o desinteresse, o papel de responsável pelo atendimento aos “interesses gerais”.

Esse papel de submissão aos interesses universais, sobretudo nos termos da defesa desinteressada da natureza – enquanto bem público e, por isso mesmo, sagrado –, é reificado enquanto norma do grupo quando o MORE é registrado oficialmente em cartório, no dia 9 de janeiro de 1981<sup>234</sup>. Em seu estatuto, o movimento é definido como uma entidade civil, apolítica e sem fins lucrativos, definindo quatro objetivos centrais para sua atuação: a) iniciativas comunitárias visando conscientização e mobilização da população em relação a proteção ambiental; b) opor-se a passividade das elites da geração contemporânea em relação ao desregramento do processo ecológico de Niterói; c) motivar e educar crianças e jovens para a importância da participação no processo

---

<sup>232</sup> “Indústria de sardinha que polui enseada de Niterói vai ser punida dela FEEMA”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18.12.1980.

<sup>233</sup> Bourdieu defende a relação entre a noção de oficial com a de público, em oposição ao privado. O privado é, ao mesmo tempo, o que é singular e oculto ou passível de ser oculto. O público é o geral e o visível. O oficial, nesse sentido, se funde com a noção de público: é aquilo que, em nome do universal, nega ou abdica do privado. O desinteresse e a profissão de fé no universal é constitutiva do papel investido da oficialidade, sendo o fundamento da legitimidade do mandatário oficial. Se o agente investido da oficialidade se desvia de seu papel, seja através do descaso e da indiferença aos problemas gerais, seja revelando em público seu interesse privado, se apropriando privadamente de seu personagem público, constitui-se o peso da crítica da opinião pública, ou, no limite, o escândalo da corrupção, marcado pelo desvio do capital simbólico coletivo em proveito da pessoa privada. Ver: BOURDIEU, Pierre *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. 1ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p.85-90.

<sup>234</sup> Registro Oficial do Movimento de Resistência Ecológica. 09.01.1981. Integra o acervo pessoal de Albn. Disponível no acervo “Movimento Ambientalista de Niterói”- LABHOI-UFF



ecológico; d) cooperar com o Serviço Público, alertando e denunciando violações à natureza. Define-se ainda como “uma entidade aberta a qualquer interessado” em que é “proibida manifestações de caráter político-partidário”.

Esse processo inicial da gênese do movimento é marcado por uma série de pequenos atos fundacionais que têm o efeito de fazer emergir o duplo processo de construção de uma existência externa e interna do movimento, ou seja, enquanto entidade de expressão pública e enquanto uma rede de laços coletivos que conformam uma identidade de grupo.

A repercussão do primeiro protesto conduzido pelo grupo (então denominado “Resistência Ecológica de Niterói”) é o passo inicial da experimentação do sentimento de reconhecimento público de se engajar numa luta universal – a defesa dos bens naturais – e, por isso mesmo, honrada. A continuidade desse processo tende a gerar um sentido para a existência que fundamenta uma identidade simultaneamente individual e coletiva: a de integrar um grupo que luta “pelo bem comum”. Nesse sentido, a multiplicação dos chamados “movimentos sociais” em fins dos anos 1970 e nos anos 1980 não é simplesmente (embora isso seja um fator muito relevante) o produto da abertura política e das novas oportunidades institucionais, que gerariam um efeito de geração espontânea. Antes, é resultado do encontro de disposições compartilhadas que reconhecem o valor de certas formas de engajamento nas causas universais com a ampliação das possibilidades de se engajar nessas causas e experimentar o reconhecimento que delas advém. É a consolidação de oportunidades concretas de se construir uma identidade socialmente valorizada que produz um sentido legítimo para a existência. Mas a legitimidade desse engajamento não se dá de qualquer maneira: tem que se expressar a partir dos critérios legítimos (por serem socialmente incorporados e compartilhados como tal) de disputa das causas universais.

O grupo que veio a formar o MORE, sendo imbuído dessas disposições e critérios, tende a seguir os ritos e atos que fazem a mobilização pelo universal se cristalizar na forma de uma manifestação social legítima, marcada por signos, hierarquias, pautas e procedimentos que transformam o grupo num “movimento social” e, mais especificamente, num “movimento ambientalista”. É a partir dessas expectativas e critérios que o movimento se define e se redefine ao longo de sua trajetória de articulações e de incorporação de novas experiências, conhecimentos, laços sociais e possibilidades de formulação de estratégias.

No início de agosto de 1980, por volta de um mês após o primeiro ato, define-se

o nome definitivo que representaria o grupo, que era, então, formado por dez pessoas: Movimento de Resistência Ecológica<sup>235</sup>. A iniciativa de nomeação do coletivo é central para fazer o grupo existir publicamente, enquanto representação para si e para os outros do grupo enquanto unidade<sup>236</sup>. Esse processo continua na medida em que novas ações e manifestações se concretizam, em que o movimento é representado nos meios de comunicação como agente da defesa da natureza – como acontece com as medidas tomadas em relação às fábricas de sardinha e à FEEMA nos meses finais de 1980. A oficialização em cartório, a definição do estatuto e da hierarquia do movimento unificam esse processo de criação do MORE na forma simbólica de um documento público.

A definição de uma hierarquia interna permite perceber quais eram as figuras centrais do MORE nesse momento inicial. O núcleo mais ativo do movimento era constituídos, como já citado, por Axel Grael, Hilário Alencar, Eric Fischer Rempe, Luiz Antônio Mello e Jardel Azevedo Ferre Júnior. Axel e Jardel ocuparam, respectivamente, os cargos de presidente e vice-presidente. Eric Fischer foi diretor de operações e Luiz Mello, diretor de divulgação.

Ressalta-se também a presença de integrantes pouco atuantes na linha de frente do movimento, mas que demonstram o capital social acumulado do grupo. Primeiramente, o pai de Axel, Dickson Melges Grael, estava registrado como vice-tesoureiro, reforçando a marca da influente família Grael no movimento. Os cargos de secretário e tesoureiro eram ocupados, respectivamente por Márcia Saad Silveira e Elisabeth Maria Saad, integrantes da tradicional família Silveira<sup>237</sup>, detentora de grande capital político não só na cidade de Niterói, como no estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, as reuniões do movimento se davam na casa da Elisabeth Saad.

Essa posição privilegiada no espaço social permite que o movimento, desde seu início, se engaje nas lutas públicas com um arsenal de possibilidades de legitimação mais amplo do que a média dos movimentos sociais recém criados nesse período. No

---

<sup>235</sup> No registro oficial do movimento, feito em 9 de janeiro de 1981, consta que o movimento foi fundado em 01 de agosto de 1980. Nesse mesmo registro constam as dez pessoas que formavam o movimento.

<sup>236</sup> BOURDIEU, P. “O mistério do ministério: das vontades particulares à ‘vontade geral’”. In: *O Mistério do Ministério, Pierre Bourdieu e a política democrática*. Loïc Waquant (Org.) - Rio de Janeiro: Revan, 2005 p.77.

<sup>237</sup> Márcia é irmã do Jorge Roberto Silveira (que era então deputado estadual pelo MDB e viria a ser quatro vezes prefeito de Niterói – 1989-1992, 1997-2000, 2001-2002 e 2009-2012), ambos filhos do Roberto Silveira (que foi governador do estado do Rio de Janeiro – 1959-1961) e da Ismélia Saad Silveira, além de sobrinhos de Badger da Silveira (também ex-governador do Rio – 1963-1964). Elisabeth Saad é prima de Márcia Saad por parte de mãe.

entanto, esse arsenal de possibilidades não é estático, variando na medida em que o movimento se engaja em novos atos de protesto, desenvolve novos projetos e constrói novas alianças.

Após sua criação oficial, a intensidade da atuação do grupo se dá de forma gradual. Entre 1981 e 1983, algumas articulações tomam forma – embora ainda em nível local e com projeção pública limitada – a partir de declarações públicas de apoio a iniciativas de outras organizações, presença em eventos e debates sobre políticas públicas, encontros de movimentos sociais ou parcerias em torno de causas locais.

Os anos de 1981 e 1982, são marcados pelo engajamento na luta pela preservação das lagoas de Piratininga e, secundariamente, de Itaipu<sup>238</sup>. Juntamente com a questão da luta contra a poluição da Baía de Guanabara em Jurujuba, a preservação das lagoas de Niterói é uma pauta que vai acompanhar o movimento durante toda a década de 1980. Apesar de ter sido atuante ao longo dos anos 1980, não se pode dizer que assumiu uma posição de tanto protagonismo nessa questão se comparado a outras frentes com às quais viria a se envolver. Em seus primeiros anos de existência, o papel do MORE nessa pauta era ainda embrionário, enquanto nas lutas contra a poluição de Jurujuba se consolidava como uma das principais vozes.

Em 1981 o MORE permaneceu pressionando a FEEMA pela intervenção nas fábricas de sardinha (a Atlantic chegou a ser interditada pela FEEMA por volta de julho, reabrindo algumas semanas depois) e, em agosto, o movimento encaminha um ofício para a superintendência da SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas) para que tomasse providências em relação ao processo de retração do espelho d'água da Lagoa de Piratininga<sup>239</sup>.

Esse trabalho simbólico de consolidação da existência pública do grupo

---

<sup>238</sup> O problema da Lagoa de Piratininga se inicia em 1978, quando a construtora Veplan, empresa imobiliária sediada no Rio de Janeiro, conduz um projeto de loteamento na região das praias de Cambinhas e do entorno da Lagoa de Itaipu. A construtora cria, em 1979, um canal permanente que liga a Lagoa de Itaipu ao mar. Com o processo de dragagem do fundo da Lagoa de Itaipu, que amplia a faixa de terras ocupáveis no seu entorno, esta fica abaixo do nível da Lagoa de Piratininga (ambas são ligadas pelo Canal do Camboatá), gerando um processo de sangria da segunda para a primeira, e desta para o mar. O processo só se inverte na maré alta, cuja frequência é insuficiente para repor as perdas de água da Lagoa de Piratininga, gerando um secamento gradual (calcula-se que perdeu por volta de 40% de seu espelho d'água entre 1979-86, tendendo a estabilizar-se a partir de então), de maneira que suas margens vão sendo progressivamente ocupadas por projetos imobiliários e posseiros de diferentes níveis de renda. Assim sendo, trata-se de uma questão complexa, que envolveu (e envolve) grande número de atores e grupos sociais, se estendendo até os dias de hoje. Ver: Plano Diretor de Niterói – “Relatório das visitas realizadas a órgãos públicos e entidades para obtenção de informações e dados”, 1991. Disponível em: <[http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/arquivos\\_biblioteca/planejamento/planodiretor1992/RelatorioDeVisitaAOrgaosPublicosEEntidades.pdf](http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/arquivos_biblioteca/planejamento/planodiretor1992/RelatorioDeVisitaAOrgaosPublicosEEntidades.pdf)>. Acessado em 14.05.2016.

<sup>239</sup> “Movimento defende Piratininga”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12.08.1981.

enquanto “movimento ambientalista” – com atividades que construíam a entidade como uma representante legítima dos interesses de defesa da natureza e da qualidade de vida – logo começaram a dar frutos. Em fins do ano de 1981, o *Jornal de Icarai* aponta Axel Grael como um dos “destaque do ano” de Niterói, por ter “conseguido agrupar centenas de jovens universitários com o único objetivo de preservar o verde em nossa cidade”<sup>240</sup>.

É possível observar, ao longo desses anos iniciais, o constante trabalho articulação necessário para a produção da relação do grupo com o papel de representante da defesa do universal. Gradativamente vão sendo construídas redes entre grupos que se denominam e se reconhecem como movimentos sociais e/ou ambientais, engajados em pautas publicamente reconhecidas como ligadas à “defesa da natureza”. Esse esforço de construção horizontal de relações e alianças é indissociável da estrutura hierárquica ligada à definição das causas públicas – notadamente o reconhecimento e a busca por tornar visível para “as autoridades” (que integram os campos jurídico, burocrático e político) suas pautas e demandas.

Assim, em 1982, o MORE participa de uma manifestação organizada pela Associação Brasileira de Ecologia (ABE), pela Colônia de Pesca Z-7 e diversas associações de bairro, que reuniu 400 pessoas em Piratininga em defesa das lagoas de Itaipu, Piratininga e Itacoatiara<sup>241</sup>.

Em março do mesmo ano, faz uma nova regata de protesto na praia de Charitas, denominada “Regata do Esfregão”. A motivação seria protestar contra a pichação eleitoral feita nas pedras da Ilha dos Amores, pintada com os dizeres “Candidato Wolney 82”<sup>242</sup>. O protesto reuniu mais de 60 pranchas de windsurf e várias classes de barco a vela que competiram em diferentes categorias. Axel declara à imprensa que a pichação vai contra a função do político, que é “defender os interesses da comunidade”, afirmando que vai ampliar a campanha contra pichações eleitorais através da imprensa e de uma parceria com a Associação Brasileira de Prevenção a Poluição do Ar (Abppolar), cujo presidente estava presente<sup>243</sup>.

O trabalho de divulgação do evento foi feito pela Rádio Fluminense FM, “A Maldita”, de Niterói, que desde 1981 contava com os jornalistas Luiz Antônio Mello e

---

<sup>240</sup> “Os destaques do ano”. *Jornal de Icarai*, 19 a 25.12.1991.

<sup>241</sup> “Niterói quer lagoa preservada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17.10.1982.

<sup>242</sup> Trata-se do, então, candidato a vereador Wolney Trindade pelo PDS (Partido Democrático Social), eleito em 1982 para seu terceiro mandato.

<sup>243</sup> “Regata do Esfregão, em Niterói, limpa ilha que político pichou com cal”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.03.1982.

Samuel Wainer Filho<sup>244</sup>. Mello era integrante do MORE e um importante canal para a divulgação e projeção das ações do movimento. Dois locais foram apontados (através de panfletos) para receber inscrições e fornecer informações sobre o protesto e sobre o MORE: a Rádio Fluminense FM e o Rio Yacht Club<sup>245</sup>, que era, então, a sede da entidade na qual o grupo se reunia semanalmente às quintas-feiras<sup>246</sup>.

Em fins do ano de 1982, o movimento já contava com 130 membros e construía relações e parcerias com alguns dos principais movimentos ambientalistas da cidade, como a Associação Brasileira de Ecologia (ABE, liderada pelo advogado Alberto Lemos Monteiro da Silva) e Associação Habitat de Educação Ecológica, além de associações de moradores, notadamente a AMAI (Associação de Moradores e Amigos de Icaraí).

Em 1983, já num contexto pós eleições de 1982, as oportunidades de articulação tenderam a se ampliar. Em maio de 1983, o MORE participa do I ENCAMON (Encontro de Associações de Moradores de Niterói), juntamente com a FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), a OAB-Niterói, a AFEA (Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos) e o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) – posteriormente essas últimas três organizações viriam a formar alianças com o MORE em algumas das pautas mais importantes da cidade. O encontro, que reuniu 26 associações de moradores além de outras organizações civis, girou em torno da definição dos problemas centrais da cidade sobre os quais o movimento associativo de bairro se organizaria – como transporte, saúde e saneamento básico, a carestia, educação, urbanismo, uso do solo e ecologia. O ENCAMON foi percebido como o marco de consolidação do movimento associativo de bairro da cidade, que seria formalizado com a fundação da FAMNIT (Federação das Associações de Moradores de Niterói) em 07 de agosto de 1983<sup>247</sup>.

Em fins de agosto, a AMAI (Associação de Moradores e Amigos de Icaraí), a AMIGA (Associação de Moradores do Ingá), o MORE, a recém-criada FAMNIT e Habitat iniciam uma campanha por uma série de tombamentos, que incluem o Campo

---

<sup>244</sup> Mello e Wainer iniciaram, em 1981, o projeto que reformulou a rádio, criando uma programação totalmente voltada para o Rock. Isso deu grande projeção para a rádio, que ficou conhecida como a Maldita e experimentou grande popularidade durante a década de 1980.

<sup>245</sup> Trata-se de um dos mais tradicionais clubes de iate esportivo do Brasil, localizado na Estrada Leopoldo Fróes, 418, bairro de São Francisco, em Niterói. Teve como integrantes diversos campeões olímpicos, mundiais, panamericanos e brasileiros, notadamente, as diferentes gerações de esportistas da família Graef.

<sup>246</sup> Panfleto de divulgação da “Regata do Esfregão”. 14.03.1982. Integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” - LABHOI-UFF.

<sup>247</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecilia. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987, p.247-252.

de São Bento (principal área verde do bairro de Icarai, com cerca de 40 mil m<sup>2</sup>), as pedras do Índio, de Itapuca e a Ilha dos Cardos. A estratégia da mobilização se pautou na circulação de abaixo-assinados na UFF e em escolas, a serem encaminhados ao Secretário da Cultura, Darcy Ribeiro, e ao diretor do INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural), Italo Campofiorito<sup>248</sup>.

O MORE atua, sobretudo, promovendo, em parceria com a AMAI, “manhãs ecológicas de lazer” no Campo de São Bento e no Horto da Fonseca, com atividades para crianças, promoção de mutirão de limpeza das alamedas do horto, plantio de mudas de árvores e piqueniques<sup>249</sup>.

Assim, vai-se desdobrando um processo de construção gradual de conexões com novos movimentos. O MORE passa a frequentar mobilizações de outras organizações, acumulando experiência nas formas convencionais de protesto e conhecendo redes de ambientalistas e de movimentos sociais que se engajam e constroem as pautas públicas ambientais. Ao mesmo tempo, desenvolve estratégias para lidar com a imprensa, conseguindo se projetar, ainda timidamente (se comparado à sua projeção posterior), nas páginas de jornais – representado pela figura de seu presidente, Axel Grael, que fala em nome do movimento em todas as reportagens nos primeiros anos de sua existência.

No contexto de construção dos partidos e das eleições de 1982, a dinâmica dos movimentos sociais é permeada pela ampliação do campo político. Nas associações de moradores, multiplica-se o número de pessoas com associação em agremiações partidárias<sup>250</sup>, num processo dialético de confluência: a expansão das associações tende a atrair militantes de partidos políticos, ao mesmo tempo em que os integrantes mais ativos das associações tendem a se aproximar da militância, que dispõe de iniciativa para o engajamento e alguma intimidade com as estratégias de disputa de pautas públicas ante às autoridades do Estado. A política institucional tende a ser um canal poderoso de consagração pública e de viabilização de pautas e projetos (além de assegurar uma boa condição econômica), de maneira que não foi incomum lideranças de associações de moradores concorrerem às eleições de 1982 (sobretudo na cidade do Rio de Janeiro).

---

<sup>248</sup> “Cidade Se Mobiliza Para Tombar Seus Monumentos Naturais – O verde deve ficar. E as pedras também”. *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 28.08.1983 “Lazer no Campo de São Bento”. *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 28.08.1983.

<sup>249</sup> “More se une a AMAI na luta para tombar o verde”. *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 04.09.1983. “Domingo Ecológico”. *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 09.10.1983.

<sup>250</sup> MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecilia. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987.

O alinhamento do MORE com essas associações – sobretudo as de classe média da Zona Sul de Niterói, como a de Icaraí, São Francisco e Ingá – se dá no contexto de interpenetração (marcada por diversas tensões) da política partidária com os grupos denominados de movimentos sociais – permeabilidade que praticamente inexistia durante a fase institucionalmente mais rígida da ditadura militar, até meados dos anos 1970. Embora, nesse momento, o MORE não fosse claramente atravessado por um engajamento partidário específico, seus integrantes participavam de encontros das associações de bairro e de debates políticos.

Deve-se ressaltar que a política partidária era vista com desconfiança por grandes parcelas da população, já que no Brasil havia (e permanece) a ideia de uma forte associação entre a política formal com a corrupção e a realização de interesses do jogo eleitoral que frequentemente contrariam os interesses públicos. Nos movimentos sociais e ambientalistas, essa questão frequentemente opôs aqueles que defendiam a inserção na política partidária e aqueles que acreditavam que esta cooptaria e desvirtuaria o movimento das pautas universais que definem sua identidade – questão que se coloca com mais força para os movimentos ambientalistas na segunda metade dos anos 1980<sup>251</sup>.

Esse contexto de transformação do campo político, de valorização das lutas públicas, de ampliação das possibilidades de engajamento e, portanto, de disseminação das disposições em disputar o espaço público legítimo é central para compreender a formação identitária do grupo.

A multiplicação de grupos interessados na disputa do sentido público legítimo implica na configuração gradual de uma esfera coletiva de movimentos sociais, na medida em que esses grupos reconhecem regras e padrões de militância, de reivindicação, de construção, de disputas de pautas públicas e de representação de interesses coletivos<sup>252</sup>. Essa esfera de relações de sentido se subdivide na medida em

---

<sup>251</sup> HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Duke University Press, 2007, p.85-88.

<sup>252</sup> Angela Alonso analisa esse processo de construção de uma identidade coletiva do movimento ambientalista a partir da Teoria do Processo Político (com base nos trabalhos de Sidney Tarrow e Charles Tilly), identificando estruturas de oportunidade política que teriam favorecido alianças e *frames* ambientalistas – *frames* seriam quadros interpretativos que simplificam e condensam a realidade numa visão de mundo unificada – que teriam formado a identidade dos ativistas como pertencendo ao “movimento ambientalista brasileiro”. Identifica três estruturas de oportunidades políticas: 1- Redemocratização: incentivou a organização de grupos de protestos na sociedade civil, encaminhando a conversão de simpatizantes ambientalistas em ativistas, esboçando coalizões ainda frágeis. 2- Constituinte: abriu um leque de oportunidades e estratégias possíveis/disponíveis que levou os grupos ambientalistas a convergirem para uma coalizão de associações, como forma prioritária de apresentar

que os movimentos se reconhecem e se reúnem a partir de sua prática em torno de pautas específicas, de maneira que pode-se falar de uma esfera da militância ambientalista<sup>253</sup>.

Começam a se formar movimentos com graus de legitimidade e representatividade distintos, coletivamente identificados e identificáveis segundo critérios compartilhados que são tanto mais claros quanto mais inserido o sujeito está na experiência da militância nos movimentos sociais. Soma-se a isso a formação de instituições e associações representativas mais amplas<sup>254</sup> que reforçam um sentido coletivo de luta pública e de classificação dos grupos numa hierarquia de capacidade de representatividade, mobilização popular e realização de pautas e projetos.

Nesse sentido, a trajetória de legitimação do movimento se dá sempre de maneira relacional com os outros sujeitos e grupos que passam a ingressar no campo das lutas públicas – esse espaço de confluências e tensões entre a militância dos movimentos sociais, o campo das instituições estatais e os meios de comunicação. Entre as organizações sociais civis, existem forças de aproximação e divisão fundadas pelos princípios da proximidade no espaço social – ou seja, a tendência de aproximação entre pessoas e grupos que compartilham condições, disposições e interesses semelhantes, produzindo o sentido de um pertencimento social<sup>255</sup>. Pertencer a um movimento ambientalista implica, portanto, no processo de se reconhecer, se identificar e se engajar nessa série de atos, estruturalmente unificados pelo compartilhamento de posições e

---

suas reivindicações na esfera pública. 3- Rio-92: coagiu a coalizão de associações formada na constituinte a negociar um único frame, cujo significado pudesse ser compartilhado pelo movimento como um todo. Como já apontado, essa perspectiva tem o problema de reduzir a formação de movimentos sociais diretamente dos contextos, ignorando os processos de gênese das disposições sociais gestadas pela experiência incorporada das estruturas dos campos sociais e do espaço social, de maneira mais ampla, e todas as implicações analíticas que envolvem a observação da relação entre disposições, a configuração histórica das expectativas, estratégias e oportunidades de ação. Ver: ALONSO, Angela. “O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil”. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis. ALONSO, Angela. A teoria dos movimentos sociais. Revista Lua Nova, nº 76, São Paulo, 2009.

<sup>253</sup> Evitou-se, aqui, utilizar o conceito de “campo”, de Bourdieu, para definir essa esfera de relações de sentido. Isso porque, apesar de haverem algumas das propriedades que constituem o campo, quando tratamos das organizações de militância ambientalista, considerou-se que há um grau de autonomia muito baixo dessa coletividade para se fazer uso do conceito – a atividade dos movimentos sociais e seus objetivos encontram-se consideravelmente submetida e diluída na intersecção do campo político, burocrático e midiático.

<sup>254</sup> Como a FAMERJ (Federação Das Associações De Moradores Do Estado Do Rio De Janeiro, em 1978), a FAMNIT (1983), APEDEMA (Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente, em 1983), a breve experiência da CIEC (Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembleia Constituinte, em 1986) etc.

<sup>255</sup> BOURDIEU, P. “Espaço social e poder simbólico”. In: \_\_\_\_\_. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.



disposições sociais, que fazem avançar as ligações duráveis e elementos de representação da unidade coletiva (que incluem o reconhecimento jurídico, como no caso do registro em cartório) que tem o efeito de transformar um grupo nisso que denominamos de movimento social – uma coletividade publicamente reconhecida por seu engajamento específico em nome de uma causa universal.

É dentro desse sistema de relações que se constroem os laços sociais internos (no grupo) e externos (entre grupos) ao MORE em torno de um interesse comum – a luta pública pelo meio ambiente –, que se realiza através do engajamento constante em ações coletivas e atos simbólicos que formam o sentido da militância, que se integra à identidade de cada um dos integrantes do grupo.

Assim, o MORE tende a construir uma rede de relações com outros grupos socialmente próximos e que defendem ao menos algumas pautas em comum (nesses anos iniciais, destacam-se a AMAI, AMIGA, ABE, Habitat, FAMNIT). Essa rede vai se modificando e ampliando na medida em que escala na hierarquia das lutas públicas, reconfigurando seu campo de possibilidades de ação e de produção de enunciados legítimos sobre o mundo social. Como veremos mais a frente, nesse processo o MORE vai gradativamente sendo reconhecido como “especialista” em algumas pautas – concentrando (mesmo que em pequenas quantidades, nesses três primeiros anos de existência) o direito de enunciar publicamente opiniões sobre as pautas coletivamente reconhecidas como ambientais, cujo sentido o movimento disputa de maneira cada vez mais efetiva.

Assim, os atos e laços que constantemente produzem a existência do grupo – produzindo o grupo enquanto movimento social – são o produto da complexa relação entre 1- as condições objetivas de degradação ambiental e da qualidade de vida no contexto de urbanização intensa; 2- as disposições dos sujeitos em relação a percepção da natureza e da esfera pública legítima; 3- o contexto de abertura política e de ampliação das possibilidades de engajamento, que se integra ao processo de expansão do campo de possibilidades de acesso ao lucro simbólico (na forma de reconhecimento/capital simbólico) que a luta pública encerra, aumentando o número de sujeitos e grupos empenhados em integrar a luta política pela definição do universal; 4- a relação entre os grupos que emergem nesse contexto e a configuração dos campos que constituem o sentido público legítimo em disputa.

### **2.3 O trabalho político de formação do MORE**

Os anos seguintes a 1983 são um período em que a pauta ambiental se expande consideravelmente no debate público. A primeira metade da década de 1980 é marcada pela proliferação de movimentos ambientalistas, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste – embora a maioria com duração inferior a um ano<sup>256</sup>. Entre 1980 e 1985, os grupos ambientalistas com pelo menos um ano de existência saltaram de 40 - constituídos predominantemente por pessoas de formação universitária, com uma renda acima da média brasileira, uma maioria de profissionais e uma minoria de estudantes - para mais de 400<sup>257</sup>. Na política pública, alguns porta-vozes ambientalistas se consolidavam em razão de seu sucesso nas eleições de 1982, sendo eleitos deputados estaduais e vereadores tais como Liszt Vieira (RJ), Walter Lazzarini (SP) e Caio Lustosa (RS)<sup>258</sup>. Em 1983, formavam-se APEDEMAS (Assembleia Permanente de Defesa do Meio Ambiente<sup>259</sup>) em São Paulo e no Rio de Janeiro (onde Carlos Minc se destaca como diretor). Em 1985 o debate político partidário é uma realidade entre muitos movimentos ambientalistas, sobretudo em função do peso das eleições que estavam por vir em 1986, que viriam a eleger os integrantes da Câmara dos Deputados e Senado, incumbidos da missão de atuar na Assembleia Nacional Constituinte<sup>260</sup>.

No entanto, apesar de ter alcançado mais de 100 afiliados até 1983<sup>261</sup>, a atuação do MORE cai significativamente entre 1984 e 1985, de maneira que ele aparece com menos frequência nos noticiários<sup>262</sup>. O movimento se restringe a uma experiência mais

---

<sup>256</sup> ANTUNIASSI, M. H. R.; MAGDALENA, C. ; GIANANTI, R. . O Movimento Ambientalista Em São Paulo: Análise Sociológica de Um Movimento Social Urbano. São Paulo, CERU, Coleção de Textos, n.2, 1989.

<sup>257</sup> VIOLA, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico. Coordenadora: Miriam Goldenberg – Rio de Janeiro: Revan, 1992.

<sup>258</sup> VIOLA, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico. Coordenadora: Miriam Goldenberg – Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.59.

<sup>259</sup> Posteriormente denominada de Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente.

<sup>260</sup> HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Duke University Press, 2007, p.86.

<sup>261</sup> Uma reportagem do Jornal do Brasil de março de 1982 fala em 150 filiados. “Regata do Esfregão, em Niterói, limpa ilha que político pichou com cal”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.03.1982.

<sup>262</sup> Acredita-se que a explicação para a redução da atividade se dá devido ao ingresso recente de seus integrantes no mercado de trabalho. Axel Graef se forma em engenharia florestal pela UFRRJ em 1983. Em 1984 é contratado como engenheiro responsável pelas atividades ambientais da VEROLME Estaleiros Reunidos do Brasil S.A., de Angra dos Reis, RJ. Atuou no gerenciamento ambiental, arborização urbana e paisagismo. Acredita-se que o trabalho em uma empresa de outra cidade o afastou temporariamente do MORE, perdendo a intensidade de atuação e participação nas pautas públicas. Sinal marcante disso é a ausência do MORE nos protestos contra a poluição de Jurujuba feitos no período, que passam a ser encabeçados por representantes da associação comunitária local em parceria com a Unidade Municipal de Saúde, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e estudantes da Universidade Federal Fluminense

técnica no período, participando do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) em 1984 e no Conselho Consultivo do Sistema Lagunar do Litoral Fluminense vinculado à SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas), em 1985.

A entidade retoma a intensidade das atividades no ano seguinte. Entre fins de 1986 e 1989 o movimento experimenta o seu auge, com um crescimento considerável<sup>263</sup>. Nesse período, algumas pessoas que começaram a integrar o movimento ainda quando estudantes universitários passam a ocupar posições de liderança dentro do grupo, na medida em que vão se formando em seus cursos e adquirindo maior conhecimento técnico, além de experiência de militância. Assim, em 1987, se estabelece na direção do grupo o núcleo que faz o movimento assumir grandes proporções na cena pública. Destacam-se Eduardo Corrêa Lins (presidente do MORE no biênio 1987-89<sup>264</sup>, formado em engenharia florestal em 1987), Axel Graef (formado em engenharia florestal), Werther Holzer (formado em arquitetura e urbanismo), Paulo Bidegain, Alba Simon, Kátia Salomé, Paulo Carvalho (os quatro formados em biologia).

Nesse período, as principais pautas do movimento giram em torno da poluição da Baía de Guanabara, do sistema lagunar de Piratininga e Itaipu, a criação do Parque da Cidade no Morro da Viração, apoio às associações de moradores, organização de debates, palestras e atividades culturais e se inicia uma inserção mais contundente nas discussões das bases jurídicas dos problemas ambientais e de qualidade de vida em Niterói. A entidade passa a atuar em pautas centrais do campo de poder local, a partir de mobilizações multi-organizacionais para desenvolver as estratégias mais eficazes na disputa da definição das pautas públicas mais legítimas. Destaca-se, sobretudo, as disputas pela aprovação da Lei de Uso dos Solos e da Lei Orgânica Municipal, que interferem diretamente na definição das bases legais para a efetuação dos interesses de forças dominantes no jogo de poder do município, notadamente o capital imobiliário e as empresas de ônibus.

Para se compreender o rápido crescimento, projeção e legitimação do movimento é preciso considerar uma série de fatores estruturais e contextuais que

---

(UFF). “Em Jurujuba, Ceca vai multar quem suja Baía” - *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 06.05.1984. “Quem não parar de poluir vai parar de fabricar” - *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 24.06.1984.

<sup>263</sup> O número de associados salta menos de duzentos para mais de mil e cem filiados entre 1986 e meados de 1988.

<sup>264</sup> É presidente do início de 1987 até fins de abril de 1989. “Eduardo faz balanço, mostra vitórias e lamenta descaso oficial”, *O Globo-Niterói*, 14.05.1989.

condicionaram as disposições, interesses e estratégias do movimento e configuraram a estrutura de oportunidades que marcaram a trajetória do movimento.

Esse período que entremeia as Diretas Já, as eleições de 1986, a formação e atuação da Assembleia Constituinte – e as disputas em torno da criação da constituição de 1988 – é central para se compreender a conformação do campo de possibilidades de ação nas arenas públicas legítimas (que engloba o campo político e burocrático em seus diferentes níveis, do município à União e os meios de comunicação). A ampliação de canais institucionais favorece a ideia de que para se mudar a realidade era necessário se engajar na política institucional, que já vinha ganhando força entre os diversos movimentos sociais desde o início dos anos 1980.

Entre os ambientalistas amplia-se a tendência de formação de coalisões em torno de quatro estratégias: 1- formação de associações profissionalizadas com atuação especializada (como a SOS Mata Atlântica, formada em 1986 e a transformação dos meios de ação da AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – e da FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), voltadas para lobbies em instituições políticas e o apoio de candidaturas de partidos e candidatos que se comprometessem com propostas verdes; 2- grupos voltados para manifestações na sociedade civil e para o lançamento de candidaturas avulsas apartidárias de ativistas ou simpatizantes do movimento. 3- apoio a candidaturas dentro dos partidos de esquerda já organizados. 4- formação de um partido verde para representar institucionalmente o ativismo ambiental<sup>265</sup>.

Junto a isso, a criação da Lei Federal n. 7.345, que institui a Ação Civil Pública em outubro de 1985 se revela um importantíssimo canal para viabilizar juridicamente as ações e pautas ambientais de grupos ambientalistas e associações de bairro. No mesmo ano, no estado do Rio de Janeiro, é criado o primeiro órgão do Ministério Público Estadual especializado em meio ambiente: a Curadoria do Meio Ambiente e do Patrimônio Comunitário, sendo o canal responsável por instaurar Ações Cíveis Públicas em defesa do “interesse público difuso” e, particularmente, nas causas definidas como ambientais<sup>266</sup>. Entre 1986 e 1988 (ano em que é extinta a curadoria), o Curador foi o Promotor de Justiça João Batista Petersen, um dos grandes aliados do movimento

---

<sup>265</sup> ALONSO, Angela. “O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil”. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil, p.133.

<sup>266</sup> FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001, p.72-73.

ambientalista de Niterói e Maricá, sobretudo nas questões ligadas a conflitos ambientais na Serra da Tiririca.

Destaca-se a instituição do mecanismo de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) a partir de 1986, com a Resolução CONAMA 001. Isso foi central para que o órgão ampliasse sua força regulatória, passando a requerer estudos de impacto ambiental para todas as atividades potencialmente degradantes ao meio ambiente. A dupla implicação desse mecanismo foi, por um lado, a ampliação da possibilidade de setores da burocracia estatal e de grupos organizados da sociedade civil regularem as atividades empresariais, por outro, a necessidade das empresas contratarem técnicos ligados à questão ambiental para validarem suas atividades ante as instituições constituídas.

Essa tendência à intensificação das articulações entre os grupos ambientalistas, a ampliação das possibilidades legais de acessar o campo das instituições estatais para mobilizar recursos materiais e simbólicos (na forma do processo, da intimação, da multa, da interdição etc.) em conflitos ambientais, bem como a constituição de setores da burocracia estatal especializados nas pautas ambientais legítimas são centrais no processo de consagração da figura do “ambientalista”, consolidando o poder simbólico da expertise técnico-científica na questão ambiental como um instrumento para legitimação de pautas e reivindicações nos espaços públicos legítimos. As disputas que o MORE se engaja a partir de 1987 e 1988 e as alianças que ele constrói expressam bem essa relação entre as disposições sociais, a estrutura do espaço social e a configuração das possibilidades e oportunidades num dado contexto.

Primeiramente, aponta-se para o fato de que o trabalho técnico e as articulações políticas são feitas simultaneamente com um trabalho de divulgação de base na universidade, em ruas, praças e praias de Niterói. Mostras de cinema e ecologia<sup>267</sup>, recuperação de praças abandonadas<sup>268</sup>, recitais de poesia<sup>269</sup>, protestos de rua com panfletagens contra a poluição das fábricas de sardinha em Jurujuba<sup>270</sup>, protestos de bicicleta<sup>271</sup>, promoção de festas ecológicas<sup>272</sup> etc. foram atividades que estiveram bastante presentes nas estratégias da entidade. Isso reforça a ideia de que o acúmulo de

---

<sup>267</sup> “More promove um ciclo de ‘Cinema e Ecologia’”. *O Globo-Niterói*, 08.03.1987.

<sup>268</sup> “Pró-verde, uma ideia para salvar as praças”. *O Globo-Niterói*, 12.04.1987.

<sup>269</sup> “Para todos os gostos”, *O Globo-Niterói*, 01.11.1987.

<sup>270</sup> “Poluição em Jurujuba movimenta ecologistas”. *Jornal do Brasil*, 23.07.1988.

<sup>271</sup> “More promove hoje um ‘bicicleato’”. *O Globo-Niterói*, 20.12.1987

<sup>272</sup> Panfleto de divulgação da “Festa do MORE”, programada para acontecer no dia 16/06/1988, no Casarão das Artes, no bairro Charitas, em Niterói. - Acervo de Alba Simon, que integra o acevo “Lideranças Ambientalistas Niteroienses” do LABHOI-UFF.

experiência de militância e de mobilização dos meios de comunicação não se dá descolado da vida pessoal dos militantes. Pelo contrário, integra de maneira central o processo de construção identitária, de produção de um sentido da existência que é simultaneamente produzido em relação à hierarquia dos espaços sociais e através da formação de laços de sociabilidade que conformam o sentido de pertencimento a um grupo – aqui não me refiro apenas ao MORE, mas aos amigos e colegas da universidade, do trabalho, ou ainda, de uma maneira mais ampla e difusa, a um certo ideal compartilhado de juventude e de estilo de vida coletivo.

A mostra de filmes “Cinema e Ecologia”, no Cine Arte UFF, promovida pelo MORE e o Departamento de Difusão Cultural da UFF (com apoio da Sanitária Fluminense), ilustra bem essa conjunção entre a atuação política e a socialização afetiva. Ocorrido entre 05 a 15 de março 1987, previa a exibição de nove longas-metragens, além de curtas que seriam discutidos de maneira articulada com o debate “Alternativas de Resistência Ecológica” com a presença dos deputados estaduais Carlos Minc, Jorge Roberto Silveira e o vereador Sérgio Marcoline (que chegou a ser diretor do MORE antes de ser vereador)<sup>273</sup>. Assim, a divulgação lúdica da pauta ecológica se expressava em conjunção com as articulações políticas que o movimento construía que, como veremos mais a frente, se intensifica na medida que o movimento ganha projeção.

Outro fator decisivo para o crescimento do movimento foi sua inserção na Rádio Fluminense FM, a “Maldita”, com o programa diário “Verde que te quero ver”, feito pelas integrantes do MORE, as biólogas Alba Simon e Kátia Salomé. Iniciado em 1987, tratava-se de um informativo ecológico que ia ao ar de segunda a sexta, 6 vezes por dia, através de breves inserções. O canal central que permitiu o acesso do MORE a uma rádio com tamanha audiência foi Hilário Alencar, integrante do movimento e que foi coordenador da Fluminense FM no período<sup>274</sup>. O movimento ganhou uma visibilidade inédita com o programa, sendo um fator marcante para a explosão de filiações. O processo se intensifica quando, em novembro de 1988, o movimento passa a ter espaço no programa televisivo “Baleia Verde”, da TVE (TV Educativa), apresentando informes ecológicos exibidos aos domingos (às 17h) e reprisados às quartas-feiras (às 19h)<sup>275</sup>.

Ao mesmo tempo, na medida em que os integrantes do movimento passam a

---

<sup>273</sup> “Ecologia Resiste”. *Jornal do Brasil*, 05.03.1987. “More promove um ciclo de ‘Cinema e Ecologia’”. *O Globo-Niterói*, 08.03.1987.

<sup>274</sup> “A hora é de falar o que o povo entende”. *Jornal do Brasil*, 04.04.1988.

<sup>275</sup> “More ganha espaço na TV para defender a ecologia”. *O Globo-Niterói*, 27.11.1988.

ingressar no mercado de trabalho<sup>276</sup> e a conhecer tecnicamente as principais pautas ambientais da cidade de Niterói, profissionais e técnicos são gradativamente atraídos. Dentre estes, destaca-se a atuação de Emílio Eingenheer como integrante da entidade a partir de 1987. Professor de filosofia da Universidade Federal Fluminense e representante do Centro Comunitário de São Francisco, conectou-se o MORE a partir da atuação conjunta no projeto “Pró-Verde” – que consistia numa parceria dessas duas entidades com a UFF e o governo do estado do Rio (através da CERJ – Companhia Estadual de Energia Elétrica), contando com o financiamento do Ministério da Educação e pelo governo da República Federal da Alemanha (na época, também conhecida como Alemanha Ocidental). Integrando o PATAE (Programa de Assistência Técnica e Assessoria Empresarial) Emílio articulava o o projeto de coleta e reaproveitamento do lixo da região, com o qual já estava engajado, com esse novo projeto, que consistia num mutirão para preservação e arborização do bairro, com podas coletivas e substituição de árvores condenadas<sup>277</sup>.

A visibilidade advinda do aprimoramento dos conhecimentos técnicos do MORE levou a uma aproximação com o PATAE, mediada pela atuação do Engenheer, que se filia à entidade, ampliando as conexões do movimento com a especialização técnica ambiental ligada ao universo empresarial.

Em relação às pautas centrais da política da cidade, o MORE se articula com alguns dos movimentos e organizações mais influentes do município no contexto dos debates pela aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo nos bairros populosos<sup>278</sup>, em 1987. Por volta de março deste ano, forma-se o Comitê de Defesa de Niterói (CDN), constituído pelo IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), FAMNIT (Federação das Associações de Moradores de Niterói), MORE, CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), ANDEF (Associação Niteroiense de Deficientes Físicos), a AFEA (Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos) e a OAB-Niterói (Ordem dos Advogados do Brasil), se firmando como um dos principais

---

<sup>276</sup> Entre 1986 e 1990, Axel Graef torna-se Coordenador de Projetos de recuperação ambiental de áreas mineradas da ENGE-RIO Engenharia e Consultoria S.A., atuando em projetos em diversos biomas do país, em particular na Amazônia. Rio de Janeiro. Poucos anos depois, no fim da década de 1980, Paulo Bidegain, que se torna uma das principais referências técnicas do movimento, entra para a mesma empresa. Essa entrada no mercado é um padrão dentro do movimento, que aprimora ainda mais a capacitação técnica dos militantes.

<sup>277</sup> “Mutirão por um São Francisco verde”. *O Globo-Niterói*, 06.04.1986.

<sup>278</sup> A lei debatida, votada e aprovada em fins de 1987 tratava apenas dos bairros de Icaraí, Santa Rosa, Ingá, São Domingos, Gragoatá, Centro e da Zona Norte. A versão que tratava da Região Oceânica seria debatida apenas no ano seguinte.

interlocutores da Câmara dos Vereadores enquanto representante da “sociedade civil”. O CDN atuou intensamente nessa pauta, tendo como principais porta-vozes Omar Serrano<sup>279</sup> de Abreu (representante da FAMNIT) e o presidente da AFEA, José Chacon<sup>280</sup>.

A disputa central em torno da lei era a “ocupação desordenada” da cidade e a falta de controle sobre o gabarito dos prédios construídos, o que geraria uma explosão demográfica em alguns bairros, implicando uma série de problemas sociais e ambientais. Os movimentos sociais de base faziam um lobby por um controle mais rígido sobre os gabaritos, visando preservar a qualidade de vida dos bairros da cidade e evitar a formação de “novas Icaraís”<sup>281</sup>. O MORE também investe numa estratégia de atuação técnica sobre a questão, desenvolvendo uma “Proposta para a execução de um diagnóstico ambiental para subsidiar o planejamento territorial e a elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo”<sup>282</sup>. Trata-se de um documento voltado para a análise das diversas dimensões do planejamento territorial do município, com observações técnicas, sugestões metodológicas e um ementário legislativo para dar suporte ao diagnóstico.

O principal grupo de oposição à essa iniciativa era a AEMIN (Associação de Empresas do Mercado Imobiliário)<sup>283</sup>, uma das instituições civis mais influentes na política niteroiense e que reunia, na época, 53 empresas de Niterói. No dia 11 de agosto de 1987 o código é aprovado, sendo sancionado no dia 28 do mesmo mês. Na mídia, repercute o descontentamento da AEMIN, por um lado, e, por outro, a articulação do CDN para que se iniciasse o debate e implementação de uma lei para a Região Oceânica, onde o capital imobiliário se expandia desenfreadamente.

---

<sup>279</sup> Omar Serrano de Abreu (1931-2010) foi um militante de diversos movimentos populares na cidade de Niterói. Entre os anos 1980 e 2010 foi representante/conselheiro de significativos movimentos socioambientais. Participou, em Niterói, dos diversos atos de resistência à especulação imobiliária nas áreas de preservação permanente e às invasões no Parque Estadual da Tiririca, Parque Municipal Darcy Ribeiro, Parque da Cidade, Lagoa de Piratininga. Participou de mobilizações em defesa: das comunidades tradicionais do Morro das Andorinhas; dos pescadores artesanais da praia de Itaipu; dos sítios da Serra da Tiririca. Participou das discussões nacionais e internacionais sobre o processo de perda da biodiversidade na Mata Atlântica. Atuou, em fins dos anos 1990, como assessor parlamentar na Câmara de Vereadores de Niterói e, em seus últimos anos de vida, participou ativamente do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara, representando Niterói no Conselho Comunitário da Orla da Baía.

<sup>280</sup> Foi entrevistado para o projeto “Movimento ambientalista em Niterói: história e culturas políticas (1973-2002)” em maio de 2015. CHACON DE ASSIS, José. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:22:04h; Transcrição: 32 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 27 mai. 2015.

<sup>281</sup> “Comitê quer discutir o novo código de uso de solo urbano”. *O Globo-Niterói*, 12.04.1987.

<sup>282</sup> Disponível no acervo “Movimento Ambientalista de Niterói”, no LABHOI-UFF.

<sup>283</sup> Era representada por Fernando Policarpo, empresário proprietário da Soter Sociedade Técnica e Engenharia S.A. e o presidente que mais vezes representou a associação, ocupando por cinco vezes o cargo entre 1984 e 1992.



O engajamento em disputas dessa dimensão, que mobilizavam os principais grupos dos diferentes setores do campo de poder de Niterói, foram centrais para o processo (retroalimentativo) de legitimação do movimento nas pautas públicas institucionais da cidade e para a ampliação das redes que possibilitavam contatos cada vez mais influentes. Pode-se citar como exemplos Omar Serrano de Abreu, representante da FAMNIT que chegou a se filiar ao MORE e ao Movimento Cidadania Ecológica<sup>284</sup>; João Batista Petersen, que participou do CDN como representante da OAB e teve atuação intensa em pautas ambientais, sobretudo na Serra da Tiririca, quando esteve à frente da Curadoria de Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro; José Chacon, que presidiu a AFEA por diversas vezes, foi uma articulação (ainda que marcada por tensões) que se manteve em pautas como a Lei Orgânica de Niterói, o Plano Diretor e as lutas pela criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

Ressalta-se ainda o papel do, então, vereador Sérgio Marcolini (PDT – Partido Democrático Trabalhista) como um canal relevante de articulação. Nesse sentido, as disputas pela definição de que grupo representaria “realmente” o interesse público são uma marca constante do debate para a aprovação da lei de Uso do Solo. A coalizão do CDN com as associações de moradores (com destaque para a AMAI) e o Marcolini tenta mobilizar a opinião pública a partir de críticas constantes à negociação do prefeito com os “interesses privados” das imobiliárias ao adiar a aplicação da lei, o que iria “contra o interesse público representado pela Lei do Solo”, cujo fim seria a “qualidade de vida da população”.

A busca pela integração da questão da “qualidade de vida” (construída, notadamente, a partir da experiência de bairros da Zona Sul) como um elemento de interesse universal é parte integrante do processo de construção política do grupo, que se define em relação (e em oposição) aos interesses dominantes na cidade. Assim, se a luta ambiental tende a se integrar efetivamente às disputas do campo do poder, o faz a partir do processo de legitimação de grupos que acumulam disposições, articulações e recursos que os localizam no setor dominado desse campo, dispondo de menor capacidade mobilização políticas e econômicas para universalizar pautas, valores e

---

<sup>284</sup> Em fins de 1988 ocorre uma cisão no MORE em função da aproximação de grande parte do núcleo do movimento com a fundação e atuação no Partido Verde de Niterói. Num conflito que se polarizou entre Eduardo Lins e Axel Graef, o movimento se separa. Eduardo Lins permanece no MORE, mas a maior parte do núcleo ativo do movimento se retira, passando a ter uma atuação mais forte no Partido Verde e fundando o Movimento Cidadania Ecológica em 7 de novembro de 1989 (oficialmente registrado em 08 de janeiro de 1990).

interesses. Entretanto, em um contexto de maior abertura das possibilidades de disputa de pautas públicas e da considerável articulação dos movimentos sociais legítimos em torno da questão (que já reverberava entre as principais pautas dos movimentos de bairro no início da década de 1980), vitórias foram possíveis, ainda que parciais e pouco frequentes.

A consolidação do MORE como um agente que gradativamente se alinha com fração dominada do campo do poder da cidade torna-se mais clara quando observamos sua inserção na política partidária, na formação do núcleo do PV em Niterói e a posterior experiência de integrantes do movimento no governo municipal.

Em 1987, o contato do movimento com Carlos Minc para debater na exibição de filmes da mostra de cinema organizada pelo MORE já era uma marca da aproximação de alguns dos militantes com o Partido Verde. Em 1988, militantes do movimento já estavam seriamente engajados com a política partidária e tinham grande peso na formação do núcleo do partido em Niterói. Nesse contexto que ocorre a cisão do movimento já mencionada. Com a saída do núcleo mais próximo do Axel Graef, estes passam a atuar mais diretamente no Partido Verde da cidade. Assim, se engajam na campanha das eleições municipais<sup>285</sup>, conseguindo vencer as eleições numa coligação com o PDT e o PT que elegeu Jorge Roberto Silveira (PDT) como prefeito. Nesse contexto, o integrante do MORE e então presidente do Instituto de Arquitetos Brasil (IAB) é nomeado Superintendente do Meio Ambiente de Niterói, convocando alguns integrantes (com destaque para a Alba Simon, que se torna gerente de controle

---

<sup>285</sup> Axel Graef estava cotado para concorrer pelo PV como vereador da cidade. No entanto, no contexto de cisão do MORE e de conflito entre Eduardo Lins e Graef, o primeiro foi convidado a ingressar no partido por Lizst Vieira e Carlos Minc. Num quadro de tensão marcado pelo ingresso de integrantes do PT no Partido Verde, Lins é nomeado interventor visando, nas palavras de Lins, “expurgar os petistas que estava se infiltrando no partido”. A intervenção, no entanto, é revertida, a partir da pressão interna do partido, conduzida, em grande medida, pelos dissidentes do MORE que ingressaram no PV, notadamente Graef, Werther Holzer, Alba Simon. Visando impedir a candidatura de Graef, vista como “imoral” por Lins, este também pleiteia a vaga para se candidatar para vereador, renunciando em seguida, quando já não havia mais tempo hábil para o registro de outro nome. Em suas palavras, “Como eu tinha uma ascendência política grande naquele momento, resolvi pleitear também a vaga apenas para não correr o risco de o PV patrocinar uma candidatura imoral”. Esse episódio demonstra a efetiva inserção do grupo que formou o MORE no campo político, se articulando com quadros importantes do PV e PT (Eduardo Travassos, Renato Guima, Carlos Minc, Lizst Vieira), pleiteando vagas eleitorais e se articulando no jogo partidário para ocupar espaços da burocracia estatal voltada para o meio ambiente. Ver: 1- “Uma crítica ao romantismo do Partido Verde” [entrevista de uma página inteira (p.15) com Eduardo Lins], *O Globo-Niterói*, 04.06.1989. 2- “Travassos rebate críticas de Lins” [entrevista com Eduardo Travassos], *O Globo-Niterói*, 11.06.1989. 3- “Guima lamenta desunião no movimento ecológico”, *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.

ambiental da prefeitura do município<sup>286</sup>) do movimento para acompanhá-lo<sup>287</sup>. Ao mesmo tempo, Kátia Salomé, também ex-integrante do MORE e militante do PV, vai atuar na gestão ambiental na prefeitura de Maricá, na gestão do então prefeito Sérgio Marcolini (ex-vereador e também ex-integrante do MORE).

A experiência dura apenas um ano. Diante da grande dificuldade de ter acesso aos recursos e apoio político para implementar as pautas e projetos da superintendência, Werther Holzer e o grupo do PV se retiraram da gestão municipal. Essa “marginalização” do setor ambiental dentro da hierarquia do campo burocrático municipal é um reflexo da oposição estrutural que organiza esse campo em todos os níveis do Estado entre as áreas que financiam e gerem o capital econômico e os setores assistencialistas (de assistência social, proteção de minorias e proteção ambiental)<sup>288</sup>. Essa oposição se apresenta segundo os mesmos parâmetros nas disputas ambientalistas no espaço social, quando identificamos as assimetrias de recursos materiais e simbólicos que permeiam as tensões entre os grupos ambientalistas ou engajados em alguma causa ambiental e os grupos econômicos interessados na exploração dos recursos naturais e que tendem a gerar os impactos ambientais mais evidentes.

Esse fato, entretanto, não implica na impossibilidade de atuação dos setores dominados no interior do campo burocrático. Nesse sentido, a Superintendência de Meio Ambiente conseguiu algumas vitórias relevantes na gestão de Holzer. A principal delas foi o embargo das obras da Ubá Imobiliária, no bairro de Itaipu, na encosta da Serra da Tiririca. O embargo baseou-se em uma Ação Civil Pública feita em fins de 1986 pelo Curador Estadual do Meio Ambiente, João Batista Petersen, a partir da mobilização de moradores da região (notadamente, Paulo Carvalho, biólogo que era, então, integrante do MORE)<sup>289</sup>. O embargo, feito por Holzer em fevereiro de 1989, teve

---

<sup>286</sup> “Parque para proteger a serra”, *Jornal do Brasil*, 28.08.1989.

<sup>287</sup> De acordo com Werther Holzer, o grupo que formava o PV em Niterói tinha acordado com o Jorge Roberto Silveira que, se ele ganhasse, criaria a Secretaria de Meio Ambiente. No entanto, foi oferecida apenas uma superintendência dedicada ao meio ambiente. O Axel teria rejeitado a proposta, de maneira que Werther Holzer viria a se tornar o Superintendente do Meio Ambiente da cidade. Ver: HOLZER, Werther. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:24:41h; Transcrição: 29 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 10 fev. 2015. Não foi possível verificar empiricamente essa possível proposta recebida por Axel, mas o ingresso e a atuação de Holzer como Superintendente a partir do início da gestão de 1989 é bem documentado pela mídia impressa. Ver: “Desmatamento na Tiririca cria problema”, *O Globo-Niterói*, 05.02.1989. “Derrubada de mata em Itaipu provoca polêmica”, *O Globo-Niterói*, 5.02.1989. “Decreto veta loteamento na área de Itaipu”, *O Globo-Niterói*, 26.03.1989.

<sup>288</sup> BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. 1ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2014

<sup>289</sup> “A luta pela implantação de um parque na Serra da Tiririca”. [sem data – entre 15 de outubro e 28 de novembro de 1991] Texto de Jorge Antônio Pontes presente em seu acervo pessoal, que integra o

impacto significativo nas mobilizações iniciais para a criação de um parque florestal na região, como apontado por reportagens da época<sup>290</sup>.

A nível nacional, o MORE participou ativamente das mobilizações em torno da aprovação do capítulo de meio ambiente da Constituição de 1988<sup>291</sup>. Numa iniciativa da entidade em parceria com a FBCN, mobilizaram as principais entidades ambientalistas do estado do Rio de Janeiro, dentre outras organizações não especializadas no tema (por volta de 16 entidades de todo o estado), para redigir o manifesto “Queremos o meio ambiente inteiro”, objetivando sensibilizar e pressionar os constituintes a votarem contra as propostas do “Centrão”<sup>292</sup> para o capítulo de Meio Ambiente.

Simultaneamente a essas frentes, os militantes têm uma atuação técnica de grande influência naquela que foi uma das principais pautas do movimento: as mobilizações pela Lei Orgânica de Niterói<sup>293</sup>. Em 29 de junho de 1989, o então presidente da Câmara Municipal, Armando Bacellos (PDT), publica o decreto que cria uma comissão de estudos para elaborar o anteprojeto da Lei Orgânica do Município. No contexto de consolidação da redemocratização, com a efetivação da Constituição de 1988, foi definido pela primeira vez na história da República que os municípios teriam autonomia para elaborar uma Lei Orgânica (alinhada com a constituição estadual e federal)<sup>294</sup>.

Nesse contexto de abertura de oportunidades políticas ao nível municipal, o grupo de militantes aqui considerado (que já não pertenciam ao MORE, tendo forte atuação no PV) consegue se articular para definir a redação do capítulo de Meio Ambiente da lei. O grupo se organiza para escrever o anteprojeto dos capítulos de Urbanismo, de Política Urbana e do Meio Ambiente, apresentado na Comissão Popular de Urbanismo e Meio Ambiente da Lei Orgânica. Conseguindo articular canais de apoio na Câmara Municipal – notadamente com o vereador Marcos Antônio Vasconcellos

---

acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF.

<sup>290</sup> “A serra protegida – ecologistas se reúnem na AFEA para defender a Serra da Tiririca”. *Jornal do Brasil*, 19.08.1989.

<sup>291</sup> VERSIANI, Maria Helena; SANTOS, Nubia Melhem (Org.). *A voz e a letra do cidadão*. Rio de Janeiro: Jauá Editora/Museu da República, 2009; SADER, Emir. *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>292</sup> Como ficou conhecida a coalizão de caráter conservador que se formou durante a elaboração da Constituição de 1988, que tentou embargar a modificar muitas das propostas progressistas defendidas pelos movimentos sociais da época.

<sup>293</sup> Pode ser considerada a lei mais importante de um município, funcionando como uma Constituição Municipal – cuja elaboração foi demandada pela Constituição Federal de 1988. Em Niterói, foi aprovada no dia 4 de abril de 1990.

<sup>294</sup> Anteriormente, era papel das Assembleias Legislativas estaduais a tarefa de elaborar uma lei genérica para todos os municípios de seus estados.

Gomes (PSB – Partido Socialista Brasileiro) – o anteprojeto contou com a participação de especialistas do ramo da biologia, sanitarismo, engenharia florestal, arquitetura e direito ambiental, o anteprojeto embasou, em grande medida, as discussões entre as entidades engajadas, sendo aprovado em sua quase toda totalidade. Dentre outras coisas, o anteprojeto já apontava o engajamento inicial do movimento ambientalista niteroiense naquela que é considerada a principal causa ambiental da região: a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Isso porque conseguiu-se aprovar o artigo 323 da Lei Orgânica de Niterói, que declara a região ocupada pela serra como Área de Preservação Permanente – o mesmo ocorrendo na cidade de Maricá, que inclui em sua Lei Orgânica o artigo 339, que protege a serra com a categoria jurídica de Área de Proteção Ambiental.

Quando observamos esse conjunto de atos que se constroem como públicos – na medida em que se manifestam nos espaços públicos legítimos assumindo as formas simbólicas adequadas a esses espaços – é possível ver mais do que estratégias eficientes de disputa dos recursos estatais. Trata-se do processo de construção, através da experiência concreta, de um sentido de existência para si e para o grupo, que se torna cada vez mais valorizada quanto mais a trajetória dos militantes se adequa as expectativas legítimas de uma existência pública: uma posição qualificada no mercado de trabalho; a atuação num movimento social com poder para produzir uma falar publicamente reconhecida como engajada na defesa de uma causa universal; a construção da capacidade de tornar efetivo esse discurso nas disputas públicas legítimas, através da formação de redes de influência que atravessam o campo burocrático, político, jurídico etc. A transformação das ações do movimento é a transformação da relação entre as disposições dos militantes e a configuração histórica do espaço público legítimo, que tende a integrar novos grupos, movimentos sociais (que multiplicam-se vertiginosamente) e interesses no contexto de expansão das possibilidades de se engajar nas lutas públicas, de se experimentar o lucro simbólico das disputas pelo universal. A expressão mais evidente do aumento da permeabilidade do campo das disputas públicas são os processos de reformulação dos corpus legais mais abrangentes, estruturantes e influentes do sistema estatal, notadamente a constituição federal e as leis orgânica municipais.

Nesse sentido, a trajetória do grupo atuante no MORE condensa esses processos: ao incorporar as representações que as instituições estatais unificam no mundo social através de um longo trabalho de socialização coletiva (a busca da educação legítima, do

título universitário, do currículo, da hierarquia dos empregos do mercado legítimo, das instituições burocráticas e jurídicas como o espaço legítimo de mediação de conflitos etc.), os militantes desenvolvem um interesse em mudar e disputar a realidade sempre dentro desse sistema de crenças incorporadas na forma de disposições e expectativas. Integrado a esse conjunto de princípios estruturais e mentais, o próprio interesse na luta pública só se torna possível na medida em que ele gera um reconhecimento positivo, ou seja, uma identidade legítima. E para ser legítima, essa luta não pode ser feita de qualquer maneira, sob o risco de ser considerada radical, perigosa, sem sentido ou, no limite, insana e intolerável. Assim, ela se torna legítima na medida em que trata 1- de pautas sensíveis ou aceitáveis dentro do campo do possível da média das pessoas num dado contexto; 2- se adequa aos padrões socialmente aceitos de reivindicação e protesto capaz de mobilizar significativamente grupos sociais e meios de comunicação; 3- é capaz de mobilizar os recursos públicos legítimos, sobretudo estatais (leis, sanções, projetos, investimentos, políticas públicas etc.).

Assim, se os integrantes do MORE incorporam a lógica dos centros legítimos do espaço social, seu desenvolvimento enquanto militantes ambientalistas – engajados em representar a luta pública desinteressada<sup>295</sup> – é conformado pelo encontro dessas disposições com as oportunidades históricas. Trata-se de um contexto que proporcionou que a disputa política pelo meio ambiente e a expertise técnico-científica na questão ambiental fossem dignas não apenas de reconhecimento público, mas da abertura de possibilidades de ascender no mercado de trabalho, na burocracia estatal e no campo político.

A alta atividade de base do MORE somada ao alinhamento das disposições do grupo com as regras do jogo político e burocrático-legal faz com que o movimento ganhe uma dupla legitimidade: a projeção nos meios de comunicação e no campo da militância pública como uma entidade engajada e, ao mesmo tempo, qualificada para integrar os debates institucionais das instituições estatais. Sua projeção e acumulação de capital simbólico para enunciar e representar as pautas ambientais legítimas (monopólio do universal) permite um aumento gradual das possibilidades de criar alianças duradouras com instituições igualmente legítimas (na medida em que passa e frequentar os espaços institucionais de decisão pública e a conhecer as pessoas que também o frequentam) e se elevar na hierarquia do jogo das disputas públicas.

---

<sup>295</sup> WACQUANT, Loïc (Organiz.). *O Mistério do Ministério, Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Nesse sentido, a formação identitária e de grupo se dá, primeiramente, a partir de um conjunto de atos simbólico e políticos que constroem continuamente a visibilidade e o sentido do grupo enquanto entidade pública que não pode ser reduzida a um conjunto de indivíduos, na medida que se constrói a partir de signos que produzem uma imagem pública supra-individual com um certo grau de autonomia (assim como ocorre com partidos políticos, sindicatos etc.). Em segundo lugar, pelo processo de criação de laços duráveis de sociabilidade dentro dos grupos e com os demais agentes que se ligam aos militantes na experiência do engajamento nas disputas públicas legítimas. Um terceiro fator é a trajetória do grupo (que constitui o núcleo do movimento) na hierarquia das lutas públicas legítimas. Na medida em que os militantes ganham experiência técnico-profissional, de militância e de ocupação de novos espaços legítimos, vão atualizando suas disposições e desenvolvendo novas possibilidades de articulações com grupos e pessoas melhor posicionadas socialmente e, assim, desenvolvendo novas estratégias de ação. Nesse processo, vão definindo e redefinindo seus laços, amizades, sua imagem pública e de grupo, consolidando um sentido de existência ligado à vida pública.

## Capítulo 3

---

### *A institucionalização da natureza: universalização de perspectivas na criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca*

A criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) é majoritariamente apontada pelos militantes entrevistados nessa pesquisa como sendo a maior conquista do movimento ambientalistas de Niterói. O sentido central dessa empreitada, tanto nos discursos da época, como na forma como se integraram à identidade dos ambientalistas e se concretizaram enquanto memórias e narrativas foi o seguinte: o Parque seria o resultado de uma luta para assegurar o caráter público da natureza, disponível para ser usufruída por todos, e não apropriada privadamente por empresas imobiliárias e seus respectivos consumidores.

A relevância material da empreitada, a dimensão dos conflitos políticos que engendraram a sua projeção pública na mídia e entre os moradores da região, fizeram das disputas em torno do parque, que se arrastam até os dias de hoje<sup>296</sup>, um dos principais referenciais da identidade ambientalista local.

O processo de criação dessa unidade de conservação é revelador de como grupos ambientalistas de Niterói, em posições mais altas na hierarquia de poder do espaço social local, conseguiram se engajar nas disputas pela institucionalização e universalização de um sistema de classificação da natureza mais alinhado com a identidade e interesses políticos dos militantes. O objetivo, portanto, é perceber como se desdobrou esse processo que construiu um referencial de legitimidade para se relacionar

---

<sup>296</sup> Embora criado em novembro de 1991, os limites do parque foram definidos apenas em 2007, com a Lei Estadual nº5079, incorporando o Morro das Andorinhas nos limites do parque. Em 2008, o parque foi ampliado com o Decreto Estadual 41.226/2008, incorporando o entorno do sistema lagunar de Itaipu e sítios arqueológicos da Duna Pequena e da Duna Grande, em Niterói. Em 2012, a partir do Decreto Estadual 43.913, o parque é novamente ampliado, anexando parte da Reserva Ecológica Darcy Ribeiro, o Morro da Peça e as ilhas do Pai, da Mãe e da Menina. Em 2015, o STF acata um mandato de segurança expedido pela empresa imobiliária Pinto de Almeida Engenharia S/A, demandando a revogação da ampliação do PESET feita por decreto em 2008, que incorporava o entorno da Lagoa de Itaipu (área de alto valor e interesse imobiliário). Em 2017 (até o momento, em 2018), há disputas em torno da região que tornou-se alvo de um plano de construção de um complexo de 210 prédios de seis andares na faixa entre a Lagoa e o mar. Associações de moradores, de pesca artesanal, ambientalistas e associações locais se mobilizaram em protestos contra o empreendimento, demandando que a área do entorno da lagoa fosse incorporada ao Plano Diretor de Niterói como Área de Preservação Permanente. O deputado estadual Carlos Minc entrou com um projeto de lei para ampliar o PESET e incluir em definitivo a área do entorno da lagoa – já que o questionamento acatado no STF foi de que o PESET não poderia ter sido ampliado por decreto, como feito em 2008.



com o meio ambiente local, produzindo, por um lado, incentivos simbólicos e materiais para aqueles que querem apreciar a natureza enquanto espaço de contemplação e de lazer e, por outro, tendendo a coagir e estigmatizar como criminosas ou ilegais não apenas as ações de grande impacto de empresas imobiliárias, mas a pluralidade de práticas socioculturais pautadas no uso e extração dos recursos naturais da região, como feito por sítiantes tradicionais ou comunidades de pescadores alojadas em encostas de morros.

Nesse sentido, a campanha pela criação do PESET só pode ser devidamente compreendida se considerada a partir das relações de força estabelecidas em Niterói e, especificamente, na Região Oceânica.

### **3.1 Relações de poder e espaço social na Região Oceânica de Niterói**

A Região Oceânica se localiza na região sudeste de Niterói. É cercada por serras com remanescentes de Mata Atlântica (os morros do Catumbi, Preventório, Viração, Serra Grande, Cantagalo, Jacaré e Serra da Tiririca), concentrando cerca de 90% da cobertura florestal da cidade e condicionando os limites e a ocupação da região, juntamente com o Oceano Atlântico<sup>297</sup>. Divide-se em onze bairros, definidos oficialmente a partir do Plano Diretor de 1992: Cafubá, Camboinhas, Engenho do Mato, Itacoatiara, Itaipu, Jacaré, Jardim Imbuí, Maravista, Piratininga, Santa Antônio e Serra Grande. A área florestal denominada Serra da Tiririca compreende (na parte de Niterói) os bairros do Engenho do Mato, Itacoatiara, Itaipu e Várzea da Moças (na Região Leste da cidade).

A área que hoje constitui o PESET é margeada por três sub-regiões da Região Oceânica, constituídas por diversos loteamentos e condomínios. Alba Simon fez o seguinte levantamento dos mesmos:

- 1) na sub-região de Itaipu, o Parque tem como limite: o bairro de Itacoatiara, sobretudo junto aos condomínios Jardim Itacoatiara, Ubá Itacoatiara; o bairro de Itaipu, sobretudo junto aos loteamentos: Loteamento Recreio da Fonte; o Loteamento Fonte de Itaipu; o Loteamento Fonte; o Loteamento Jardim da Fonte; o Loteamento Cidade Balneária de Itaipu e parte do Loteamento Maravista; 2) na Sub-região do Engenho do Mato: o Condomínio Ubá Floresta; o

---

<sup>297</sup> SIMON, Alba Valéria Santos. *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Alba Valéria Santos Simon: Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003, p.155.

Loteamento Vale Feliz; o Loteamento Fazenda Engenho do Mato (Terrabrás); o Loteamento Jardim Fluminense; 3) na Região Leste, o PEST é inserido na Sub-região de Várzea das Moças da seguinte forma: o Loteamento Jardim Lisboa; o Loteamento Fazenda Monfreita; o Loteamento Monte Alegre; parte da Rua Itália e ainda grandes Glebas situadas na Estrada Velha de Maricá e Rodovia Amaral Peixoto<sup>298</sup>.

Como apontado no capítulo 1, é a partir da década de 1940 que se inicia de maneira mais intensa o processo de urbanização da Região Oceânica, com o processo de criação de loteamentos de seu território e na conversão de terras agrícolas em lotes urbanos.

Os loteamentos da região do Engenho do Mato são, em grande medida, desmembramentos da antiga Fazenda do Engenho do Mato, que existiu desde fins do século XVIII e foi uma relevante produtora de açúcar, café e cachaça da região, abrigando um dos quatro engenhos de açúcar da freguesia de São Sebastião<sup>299</sup>. A ocupação da região é marcada pela presença de pequenos colonos que, ao longo do século XIX e XX, ocupavam a porções da Fazenda Engenho do Mato, passando-a através das gerações. Prestavam serviços para o proprietário<sup>300</sup>, tendo possibilidade de desenvolver uma pequena produção agrícola própria, cujo o excedente era vendido ou trocado nas localidades próximas e no centro de Niterói<sup>301</sup>.

Desde a década de 1930 a fazenda pertencia ao casal Fábio de Azevedo Sodré e Irene Lopes Sodré. Em 1947, Irene Lopes Sodré veio a falecer, de maneira que, num quadro de expansão imobiliária, a Empresa Imobiliária e Comercial Terrabraz Ltda. adquire a parte sul da fazenda e inicia o loteamento da área<sup>302</sup>. Surgem, nesse contexto, dois loteamentos: o “Loteamento Jardim Fazendinha” e o “Parque da Colina”. Iniciava-

---

<sup>298</sup> Idem, *ibidem*, p. 156.

<sup>299</sup> DIAS, Eduardo Camacho. *Ruralidade e expansão urbana em análise para o desenvolvimento do turismo de base local no Engenho do Mato, Niterói*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Turismo na UFF. Niterói, 2011, p.52.

<sup>300</sup> A fazenda teve diferentes proprietários ao longo do tempo. Foi inicialmente adquirida por Joaquim Fróes da Cunha, então proprietário da “Fazendinha de Itaipu”. Em 1905 foi vendida para Lindolpho de Paula Antunes passando, na década de 1930, para a posse do casal Fábio de Azevedo Sodré e Irene Lopes Sodré. Em 1953 passa a pertencer a Empresa Imobiliária e Comercial Terrabraz Ltda. SIMON, Alba Valéria Santos. *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003, p. 218.

<sup>301</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>302</sup> SATHLER, Evandro Bastos. *Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”*: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. Dissertação de Doutorado. Niterói, UFF/Pós Graduação em Geografia, Niterói, 2010.

se, assim, o processo de transformação das terras agrícolas locais em lotes urbanos fragmentados, tendendo a confrontar a presença histórica de posseiros e dando início a um litígio judicial, uma vez que quase metade da área da fazenda era ocupada por estes<sup>303</sup>.

Impõe-se sobre a região uma nova política urbana, planejada em torno da lógica fundiária das cidades, não mais das práticas agrícolas. Esse processo implicou numa multiplicação de tensões e conflitos fundiários, sobretudo em função da pressão do capital imobiliário responsável pelo loteamento da fazenda do Engenho do Mato sobre os pequenos grupos sitiantes organizados em torno das práticas agrícolas – notadamente a extração de lenha, o plantio de banana prata e o plantio de subsistência<sup>304</sup>. A presença de invasores, as disputas imobiliárias em torno da região ante a demanda das classes média e alta e a precária documentação sobre a posse da terra colocou os sitiantes tradicionais numa situação fundiária consideravelmente fragilizada, que se estendeu durante as décadas seguintes.

Ante esses conflitos fundiários, na década de 1960, o governo estadual tenta executar o “Plano Piloto de Ação Agrária”, visando desapropriar as terras ocupada pelos posseiros e desenvolver uma reforma agrária no local, preservando a prática do cultivo de áreas agricultáveis. Segundo os formuladores do plano, o objetivo era, por um lado, evitar a perda de terras agricultáveis e de produção agrícola com potencial de abastecimento de áreas urbanas e, por outro, frear o processo de expulsão dos posseiros rumo às favelas<sup>305</sup>.

O plano ainda consideraria as tensões entre as famílias produtoras agrícolas da região com o projeto turístico que se desenhava na região, sobretudo com a inclusão de Itaipu no Plano Estadual de Turismo. Assim, seria identificada uma contradição entre a ocupação desenfreada e predatória do solo da Região Oceânica em função de seu potencial turístico e paisagístico e uma ocupação mais racional, que preserve a produção agrícola local. Segundo os formuladores do plano:

---

<sup>303</sup> Dos 540 hectares, 256 eram ocupados pelos posseiros. VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 89.

<sup>304</sup> SIMON, Alba Valéria Santos. *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Alba Valéria Santos Simon: Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003, p.218-19.

<sup>305</sup> PEREIRA, Irênio de Mattos – Org. *Plano de Ação Agrária: Estudo sobre a fazenda Engenho do Mato*. Rio de Janeiro, IBGE, 1962. *Apud* VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 90.

A zona litorânea de Itaipu presta-se muito para um aproveitamento para fins turísticos. O aspecto físico da região favorece o seu envolvimento para a composição para um quadro mais amplo de atuação, ligando as lindas praias aos vales e montes que a envolvem. Ora, permitir que se retalhem desordenadamente os terrenos em que se situa a fazenda Engenho do Mato e deixar que a desenfreada ambição dos loteadores inutilize as belezas naturais da região, restringindo o campo turístico aproveitável. Uma organização agrária bem projetada e organizada poderá favorecer vantagens ao turismo, pois além do abastecimento fácil dos núcleos populosos próximos, oferecerá ao visitante o quadro interessante de uma agricultura modernizada<sup>306</sup>.

O processo de urbanização e de multiplicação dos loteamentos das décadas de 1940 e, sobretudo de 1950, geraram uma rede de tensões em torno da forma legítima de se relacionar com o espaço biofísico que se tornou muito visível nas disputas fundiárias do Engenho do Mato na década de 1960. O modelo mercantilização do ideal de natureza e de exploração do valor paisagístico do espaço se consolida como força dominante em Niterói, sobretudo na Região Oceânica, tendendo a marginalizar formas distintas de ocupação e uso do espaço.

Nesse sentido, se em 1961 o governo do estado desapropria parte do território da antiga fazenda Engenho do Mato<sup>307</sup> para iniciar uma reforma agrária, o plano não se concretiza. Por um lado, por que a Empresa Imobiliária e Comercial Terrabraz Ltda. decreta falência em 1962, graças a impossibilidade de conseguir contornar a complexa situação jurídica do Loteamento Jardim Fazendinha. A presença dos sitiantes/posseiros, a venda de lotes que já estavam ocupados para compradores de boa fé e o processo de invasão e ocupação de áreas por pessoas que não tinham qualquer relação com os ocupantes tradicionais fez com que a Terrabraz não conseguisse honrar seus compromissos, sendo obrigada a fechar as portas – o que tornou a situação fundiária local ainda mais caótica<sup>308</sup>. Por outro lado, no contexto de ditadura pós-64 as ações previstas no plano não tiveram continuidade, de maneira que problemas fundiários se

---

<sup>306</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>307</sup> A partir do Decreto-lei nº 7577, de 2 de agosto de 1961.

<sup>308</sup> MENDONÇA, Lúcia, M. *De fazenda a bairro: Notas para a historiografia do Engenho do Mato*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História do Brasil. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008 p.24-26.

arrastam até os dias de hoje no bairro<sup>309</sup>.

Assim, nas décadas que se seguiram a região foi marcada por uma tensa coexistência de situações fundiárias distintas. Os sitiantes eram pressionados por diversos segmentos: o grupo que arrematou a massa falida da Terrabraz, os grupos que compraram os lotes da empresa, além de invasores que se aproveitaram da situação para tentar se apropriar de lotes ainda não vendidos ou abandonados. Com uma documentação precária atestando a posse da terra, muitos sitiantes venderam suas terras para grupos de maior poder aquisitivo, sobretudo a partir da década de 1970, quando o assédio se intensificou em função da valorização imobiliária da região. Na década de 1980 o loteamento já se caracteriza pela consolidação da urbanização e da predominância da ocupação de grupos com maior poder aquisitivo, que se apropriam das características rurais da região segundo novos parâmetros: a lógica da moda *country*, representada pela prática da criação de grande quantidade de cavalos de raça e da construção de haras nos sítios elitizados do local<sup>310</sup>. As famílias de sitiantes que permaneceram ainda sofrem com a insegurança jurídica com relação à posse da terra.

A urbanização da região tendeu a suprimir seu caráter rural, com a modificação do ITR (Imposto Territorial Rural) para IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e com a transformação de terras agrícolas em jardins, condomínios e casas de veraneio<sup>311</sup>.

Os bairros litorâneos da Região Oceânica, como Itaipu, Itacoatiara, Piratininga e Cambinhas, constituem o conjunto de maior valor de mercado, em função do grande valor paisagístico de suas praias, lagoas e morros, enquadrando-se perfeitamente nos ideais de apreciação da natureza dominantes no meio urbano.

Com a reincorporação da Região Oceânica (então denominada Distrito de Itaipu) à cidade de Niterói<sup>312</sup>, em 1943, a região consolida-se como área estratégica de expansão urbana do município. Uma série de grandes loteamentos são lançados a partir desse período: o “Cidade Balneária Itaipu” (em 1945), o loteamento “Maravista” (em

---

<sup>309</sup> DIAS, Eduardo Camacho. *Ruralidade e expansão urbana em análise para o desenvolvimento do turismo de base local no Engenho do Mato, Niterói*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Turismo na UFF. Niterói, 2011, p.54.

<sup>310</sup> MENDONÇA, Lúcia, M. *De fazenda a bairro: Notas para a historiografia do Engenho do Mato*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História do Brasil. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008 p.26-27.

<sup>311</sup> SIMON, Alba Valéria Santos. *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Alba Valéria Santos Simon: Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003, p.219-20.

<sup>312</sup> Desde 1890, o Distrito de Itaipu integrava o município de São Gonçalo. A reincorporação é feita através do decreto nº 1055, implicando num aumento territorial da cidade de Niterói de 89 km<sup>2</sup> para 131 km<sup>2</sup> visto como estratégico para o desenvolvimento urbano da cidade.

1949), o loteamento “Marazul” (1951) e o “Bairro Piratininga” (em 1952)<sup>313</sup>.

O maior desses loteamentos, o “Cidade Balneária Itaipu”, adquirido pela “Companhia Territorial de Itaipu S/A”, foi apresentado à prefeitura de Niterói com o objetivo de fracionar e comercializar a terra. O empreendimento incluía três loteamentos – Bairro Itaipu, Bairro Boavista, Bairro Atlântico (correspondente ao bairro de Camboinhas) –, aprovados em 1945<sup>314</sup>. O desenho urbano do loteamento remete aos projetos dos *bairros-jardim*, que se popularizaram na época como uma adaptação do modelo das *ciudades jardim*<sup>315</sup> (*garden cities*) – embora, contraditoriamente, a execução do projeto não tenha tido o devido cuidado com os aspectos ambientais e mesmo paisagísticos da região<sup>316</sup>. Entretanto, o processo inicial de ocupação dos loteamentos não teve muito sucesso, sobretudo pela falta de infraestrutura disponível na região e pela escassez de sistemas de crédito acessíveis para a aquisição dos lotes. A comercialização dos lotes em Itaipu tendeu a ficar estagnada no período, já que a venda ficou mais condicionada à investimentos financeiros de longo prazo ou para uso futuro de veraneio.

Em 1973, num contexto de formação de grandes conglomerado no setor imobiliário e com a aceleração do processo de ocupação da Região Oceânica, a Veplan Residência Companhia de Desenvolvimento de Turismo Territorial Itaipu, subsidiária da Veplan Residência (uma das maiores empresas imobiliárias do país na época) adquire o controle acionário da Companhia Territorial de Itaipu S/A. A empresa passa a deter uma área de 800 ha na bacia da Lagoa de Itaipu, abrangendo o litoral de Itaipu e parte

---

<sup>313</sup> MARCOLINI, Sérgio. *Ambiente urbano e geração de viagens: Niterói, um estudo de caso*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2011, p. 93.

<sup>314</sup> AZEVEDO, Marlice; SERRANO, Cinthia. “Expansão Urbana e Urbanização dispersa. Duas faces da mesma moeda?”. LIII Congresso Internacional de Americanistas. 2009, p.12. Acessado em meio de 2017. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7146650-Expansao-urbana-e-urbanizacao-dispersa-duas-faces-da-mesma-moeda-marlice-nazareth-soares-de-azevedo-1-cinthia-lobato-serrano-2.html>>.

<sup>315</sup> Trata-se de um modelo de planejamento urbano que se popularizou com o trabalho do britânico Ebenezer Howard, publicado em seu livro *Tomorrow: A Peaceful Path to Social Reform*, em 1898. Tratava-se de um esforço para escapar do modelo não planejado das cidades industriais, que se expandiam rapidamente com alta densidade populacional e problemas de saúde e saneamento. Propunha um modelo que articulasse as vantagens do campo e da cidade, congregando a oferta de trabalho industrial com os espaços saudáveis e arborizados do campo. Concebia, assim, uma cidade com áreas centrais públicas, e arborizadas, das quais partem vias arborizadas radiais, com amplas vias arborizadas. Concebia faixas concêntricas que teriam serviços comunitários próximos à região central; na periferia se localizariam as indústrias e, nas áreas mais afastada, um cinturão agrícola para abastecer a população. O conceito foi largamente reapropriado e ressignificado para a construção de subúrbios e bairros com desenho urbano planejado, com uma concepção de ampla arborização, com habitações unifamiliares e baixa densidade populacional em relação às regiões urbanas centrais.

<sup>316</sup> VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 192.

relevante de Cambinhas<sup>317</sup>. Tratava-se de uma aquisição estratégica pelos empreendedores, já que a construção da Ponte Rio-Niterói estava em fase final e abria novas possibilidades de acessibilidade do fluxo de pessoas e de capital à cidade.

O projeto de loteamento é apresentado à prefeitura através do “Plano Estrutural de Itaipu”, aprovado em 1976 e a licença para as obras é dada a partir da aprovação do RIMA (Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente), elaborado pela Engenheiros Consultores Projetistas S.A, em 1979<sup>318</sup>.

Tendo como referência o modelo de ocupação de Itacoatiara<sup>319</sup> e de comunidades planejadas na Europa e Estados Unidos, o empreendimento se pautou em lotes com metragens mais amplas, diferente do modelo anterior mais centrado em grandes quantidades de lotes menores com ruas estreitas<sup>320</sup>.

O modelo dominante de mercantilização do ideal de natureza se expressa de maneira muito clara nesse projeto imobiliário. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (1979) do Plano Estrutural de Itaipu (1976), que foi apresentado à Prefeitura Municipal de Niterói:

(...) Nós todos aprendemos muito, nos últimos anos, com a urbanização desordenada, com a explosão demográfica, com a multiplicação dos fatores poluentes. E hoje, sabemos que as cidades podem ser planejadas em harmonia com a natureza e a vida modernas – ao invés de crescerem e se multiplicarem caoticamente. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Espanha, em Portugal, enfim, por toda parte estão brotando comunidades de porte médio para residência lazer e turismo, que são verdadeiras cidades de sonho (...) <sup>321</sup>.

E ao perguntarem: “E como se situa o Brasil neste despertar mundial para as cidades sonho?”, a resposta apela às belezas naturais de Itaipu:

“Durante mais de 400 anos, enquanto a cidade do Rio de Janeiro

---

<sup>317</sup> PAEZ, Luciano G. *Dinâmica territorial no município de Niterói: um foco na emergência dos condomínios fechados da Região Oceânica*. Dissertação de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2006, p. 64.

<sup>318</sup> VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001, p. 100.

<sup>319</sup> Itacoatiara é um bairro composto por loteamentos da década de 1950, com metragens acima da média e ocupado por famílias de classe média e alta, com um padrão de construção orientado por convenções internas ao bairro.

<sup>320</sup> VALVERDE, L.F. Op. cit. p.101

<sup>321</sup> RIMA – Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente. Plano Estrutural de Itaipu, Volume I, 1979. Apud VALVERDE, L.F. Op. cit. p.101.

crecia aceleradamente, espremida entre o mar e a serra, uma região de topografia e dimensões extremamente semelhantes a Ipanema e Leblon, situada em frente á Praia de Copacabana, permanecia intocada: Itaipu (...) um local perfeito para a implantação de uma comunidade planejada, do mais alto padrão internacional. E o que faltava para que isso acontecesse? Faltava a facilidade de acesso ao local, atualmente proporcionada pela Ponte Rio-Niterói e pela expansão da rede viária das praias oceânicas fluminenses<sup>322</sup>.

Ao se referir ao plano de organização do bairro de Cambinhas, o relatório segue:

Por aqui começará a ocupação ordenada da região de Itaipu. (...) Entre a avenida e a praia, apenas oito núcleos, cada qual constituído de 17 terrenos destinados exclusivamente a residências unifamiliares. Cada núcleo é servido por uma rua terminada em cul-de-sac, para garantir a tranquilidade e a privacidade dos moradores. Os núcleos serão separados uns dos outros por jardins de passeios de acesso à praia, exclusivo para os pedestres. Do outro lado da Avenida, uma outra concepção arquitetônica igualmente integrada a paisagem. (...) Um projeto assim, num local como esse é tão exclusivo que, à par de representar um patrimônio de valorização incalculável, desdobra ante cada morador uma nova postura face a própria vida<sup>323</sup>.

O projeto expressa de maneira clara um conjunto de desejos e expectativas que permeiam a cultura urbana dominante, vivenciada, sobretudo, pelos grupos mais bem posicionados no espaço social da cidade. A ideia de Itaipu como “natureza intocada”; a concepção de uma domesticação dessa natureza a partir da “implantação de uma comunidade planejada”; a busca da “tranquilidade” e “privacidade” (garantida não só pela proximidade com a natureza, mas pela projeção de núcleos residenciais em ruas sem saída); o investimento em jardins, visando intensificar a integração com a “natureza”. Tudo isso integrando a ideia de valor patrimonial e de exclusividade com a noção de qualidade de vida, de “uma nova postura face a própria vida”. Trata-se da “harmonia entre a natureza e a vida modernas”, numa comunidade que articula “residência lazer e turismo”.

Eis o fundamento dos projetos imobiliários na Região Oceânica, notadamente a

---

<sup>322</sup> Idem, ibidem, p.102.

<sup>323</sup> Idem, ibidem, p.102.



partir da década de 1970. Tal como no Rio de Janeiro, em Niterói as classes média e alta tenderam a ocupar a orla da cidade, a partir de projetos imobiliários (em parceria com planos e investimento públicos) largamente pautados na exploração desse ideal urbano de natureza, predominantemente acessível para grupos mais bem posicionados no espaço social, tanto em termos da socialização cultural relativa à definição e interesse na natureza, quanto às expectativas habitacionais e às possibilidades materiais de concretizá-las.

Nos anos 1970 e 1980, consolida-se o condomínio como modelo imobiliário na Região Oceânica, destinado a grupos com poder aquisitivo mais alto. São caracterizados por terem um acesso único controlado, situados em lotes que variam entre quinhentos e dois mil metros quadrados<sup>324</sup>. Assim, o modelo de ocupação da região tende a ser pautado pelas habitações unifamiliares e pela ocupação de grupos de alto poder aquisitivo, sobretudo nas áreas próximas ao litoral, que se intensifica com os fluxos de pessoas e capital possibilitados pela construção da Ponte Rio-Niterói e pelos investimentos em infraestrutura na região. Isso é verificável pelos dados da distribuição de aceites de obras pela Prefeitura de Niterói. Na década de 1980, 72,8% das unidades unifamiliares aprovadas no município localizavam-se na Região Oceânica, enquanto os aceites de apartamentos concentraram-se na Região das Praias da Baía (69,7%). Se em 1970 a população da Região Oceânica era de apenas 7.374, em 1980 chega a 12.138, saltando para incríveis 33.245 em 1991. A taxa de crescimento na década de 1980 chegou a impressionantes 10,6% ao ano – com destaque para os bairros de Cambinhas, Engenho do Mato, Piratininga e Itaipu, que registraram taxas de crescimento de, respectivamente, 16,45%, 13,89%, 12,26% e 11,49% ao ano<sup>325</sup>.

Como a maior parte da Região Oceânica foi loteada entre os anos 1940 e 1960, muitos condomínios tenderam a ocupar áreas de encosta, frequentemente invadindo áreas de mata nativa<sup>326</sup>. Essa tendência foi recorrentemente defendida por representantes do mercado imobiliário e mesmo do poder público local como um fator que evitaria a favelização e, em última instância, ajudaria a resguardar áreas de interesse ambiental –

---

<sup>324</sup> PAEZ. Luciano G. *Dinâmica territorial no município de Niterói: um foco na emergência dos condomínios fechados da Região Oceânica*. Dissertação de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2006, p. 73.

<sup>325</sup> Dados dos censos demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991 e 2000, sistematizados em: DIAS, Eduardo Camacho. *Ruralidade e expansão urbana em análise para o desenvolvimento do turismo de base local no Engenho do Mato, Niterói*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Turismo na UFF. Niterói, 2011, p. 50.

<sup>326</sup> VALVERDE, L.F. Op. cit. p.197.

tese por vezes questionada por alguns grupos ambientalistas, pesquisadores, determinados setores do esfera estatal, gerando conflitos públicos e judiciais.

### **3.2 O Movimento Cidadania Ecológica e a campanha pela criação do Parque da Serra da Tiririca**

Esse contexto de intensa urbanização e ocupação da Região Oceânica segundo a lógica imobiliária da venda de uma experiência exclusiva da natureza é central para se compreender as tensões que marcam o engajamento dos grupos ambientalistas naquela que, como já dito, é considerada a maior conquista do movimento ambientalista da região Niterói-Maricá: a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Nesse processo, se tornam mais claras as tensões entre universalização e exclusão que são inerentes às disputas que se adequam ao campo do poder em torno da definição do público legítimo.

A mobilização de grupos ligados ao ambientalismo em torno da proteção (numa perspectiva conservacionista) da Serra da Tiririca se inicia já na primeira metade dos anos 1980, com iniciativas pontuais. O geólogo e professor da Universidade Federal Fluminense, Cláudio Martins, já atuava na elaboração de alguns estudos ambientais localizados que fundamentavam denúncias (feitas por ele juntamente com outros moradores locais) contra caçadores de animais silvestres e ações de desmatamento ilegal na região<sup>327</sup>. Em 1988, viria a ser um dos fundadores do Movimento Ecológico de Itaipuaçu (MEI), que se tornaria um dos grupos mais atuantes na Frente em Defesa da Serra da Tiririca (fundada em 1989, também conhecida como Frente Tiririca), uma coalizão de movimentos sociais formada para pressionar pela criação do parque na região.

O professor de biologia Jorge Antônio Pontes (que viria a integrar o Movimento de Cidadania Ecológica), teria iniciado estudos sistemáticos sobre a composição biológica local em 1985<sup>328</sup>, publicando o material de suas pesquisas no boletim da FBCN de 1987, já alertando para o valor de seu “patrimônio biológico” e para a

---

<sup>327</sup> SIMON, Alba Valéria Santos. Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Alba Valéria Santos Simon: Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003, p. 144.

<sup>328</sup> Foram identificados desenhos de sua autoria sobre espécies nativas da flora local que constam desde maio de 1985, presentes no seu acervo pessoal, que integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF.

necessidade de criação de uma Unidade de Conservação<sup>329</sup>. Um ano antes, no dia 14 de novembro de 1986, criou o Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana (CNES), centrado no estudo da Serra da Tiririca e na educação ambiental – também vindo a compor a Frente Tiririca. Já engajada na institucionalização da região de floresta da Serra da Tiririca, o grupo dirigido por Pontes tinha um caráter preservacionista, bastante evidente em seu manifesto de defesa ambiental da região, ainda em 1987:

(...) Projetos imobiliários inadequados, desmatamentos, queimadas e caça estão destruindo toda essa beleza natural. Com isso, a qualidade de vida será afetada. Isto sem contar o risco de desmoronamentos após o desmatamento. E as moradias nas proximidades ficarão seriamente ameaçadas.

O Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana vem há alguns anos pesquisando a Serra da Tiririca e sua frágil ecologia para poder protegê-la. Estamos tentando que autoridades a transformem em uma unidade de conservação, livre de qualquer mudança causada pelo homem. Se você realmente sabe da importância que as matas podem trazer para o homem, não deixe destruí-la. (...) Venha se unir ao CNES nessa luta! Vamos preservá-la para os nossos filhos! (...) Queremos sua ajuda para preservar a Serra da Tiririca. Até podemos conduzi-lo pelas trilhas da região e mostrar a beleza que existe<sup>330</sup>.

No mesmo ano, moradores do bairro Peixoto, em Itaipu, denunciaram a tentativa de destruição de um dos trechos mais valorizados da serra, o Vale do Córrego dos Colibris, por parte da Ubá imobiliária, do empresário Nelson Gomes de Almeida<sup>331</sup>. No período, essa empresa já se consolidava como uma referência na construção de condomínios de alto padrão na região. Em 1972 foi aprovado o primeiro condomínio horizontal desse tipo (marcados pela maior amplitude dos lotes, de 600 a 750 m<sup>2</sup>, com áreas comuns de lazer e acessos restritos a uma ou duas entradas): o Ubá 1. Em 1979, é aprovado o Ubá 2. Ambos somavam 267 lotes, situados em Itaipu, sendo um sucesso de

---

<sup>329</sup> PONTES, J.A.L. "Serra da Tiririca, RJ. Necessidade de conservação (1a Contribuição)". Bol. FBCN, Rio de Janeiro, n. 22, p. 89 – 94, 1987.

<sup>330</sup> "Proteção para a Serra da Tiririca". Manifesto do Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana (CNES), assinado pelo seu presidente, o biólogo Jorge Antônio Pontes. 1987. O documento faz parte do acervo pessoal de Pontes, que integra o acervo "Movimento Ambientalista de Niterói" – LABHOI-UFF.

<sup>331</sup> "Niterói teme invasão de reserva florestal", *O Fluminense* – 27.11.1986.

vendas e constituindo-se como modelo imobiliário que se reproduziu na região<sup>332</sup>.

A empresa mostrou-se dominante no mercado de construção e venda de condomínios, de maneira que o “Ubá” se tornou uma verdadeira marca na região multiplicando-se ao longo da década de 1980 com a construção do Ubá II (1980), Ubá Terra Nova (1980), Ubá Itaipu (1982), Ubá III (1984), Ubá IV (1985), Ubá Floresta (1987), Ubá Itacoatiara (1987), Ubá VI (1987), Ubá Piratininga (1988) e Ubá Cambinhas (1992)<sup>333</sup>.

Na década de 1980 e 1990, a empresa fez investidas sobre a região do Córrego dos Colibris, em função de seu valor paisagístico, com característica de bosque, e sua proximidade da natureza, com cursos d’água e área florestada na encosta da Serra da Siririca. Essa primeira investida, iniciada em 1986, foi denunciada por moradores locais e não teve resposta significativa da prefeitura da cidade, que não tomou as medidas cabíveis. O Curador de Justiça do Meio Ambiente e do Patrimônio Comunitário do estado, João Batista Petersen, que tinha contato com militantes ambientalistas da cidade, entrou com uma Ação Civil Pública<sup>334</sup> contra a Ubá Imobiliária, que queria implantar um condomínio de luxo em lotes que invadiam a área protegida nas encostas da Serra (especificamente nas quadras 51 e 52)<sup>335</sup>. Os lotes foram comprados da Veplan Imobiliária e integravam o loteamento “Cidade Balneária de Itaipu”<sup>336</sup>.

Os réus foram a empresa e a prefeitura municipal, acusada de negligência na verificação da invasão da área de reserva florestal. O antigo IBDF-RJ (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal do Rio de Janeiro) chegou a liberar uma licença para que a área fosse desmatada, mas foi verificado que a proposta do empreendimento omitiu dados ambientais relevantes, como as áreas limítrofes instituídas como reserva florestal pelo loteador primitivo, em 1943<sup>337</sup>. A Ação Civil

---

<sup>332</sup> AZEVEDO, Marlice; SERRANO, Cinthia. “Expansão Urbana e Urbanização dispersa. Duas faces da mesma moeda?”. LIII Congresso Internacional de Americanistas. 2009, p. 9. Acessado em meio de 2017. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7146650-Expansao-urbana-e-urbanizacao-dispersa-duas-faces-da-mesma-moeda-marlice-nazareth-soares-de-azevedo-1-cinthia-lobato-serrano-2.html>>.

<sup>333</sup> PAEZ, Luciano G. *Dinâmica territorial no município de Niterói: um foco na emergência dos condomínios fechados da Região Oceânica*. Dissertação de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2006, p. 74.

<sup>334</sup> Processo 18026/86, na 6ª Vara Cível que teve início em 01.12.1986.

<sup>335</sup> “A luta pela implantação de um parque na Serra da Tiririca”. [sem data – entre 15 de outubro e 28 de novembro de 1991] Texto de Jorge Antônio Pontes presente em seu acervo pessoal, que integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF. “Prefeitura de Niterói e empresa são acionadas por desmatamento ilegal”, *O Globo-Niterói* - 17.11.1986.

<sup>336</sup> “Niterói teme invasão de reserva florestal”, *O Fluminense* – 27.11.1986.

<sup>337</sup> Carta enviada pela Curadoria de Justiça do Meio Ambiente e do Patrimônio Comunitário, representada pelo curador João Batista Petersen, para o delegado representante do IBDF-RJ, José

Pública viria a ser julgada e sua sentença prolatada em 11 de janeiro de 1994, sendo os réus condenados. Os mesmos apelaram (Apelação Cível nº 3.039/94), contudo o pedido não foi acolhido pela 4ª Câmara Cível do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), em 18 de outubro de 1994. O loteamento também foi interditado pela deliberação CECA nº 2.353/91<sup>338</sup>.

Em 1989, a mesma imobiliária dá início à construção de um condomínio na mesma região, no Córrego dos Colibris, com novas investidas de desmatamento no local, gerando a reação de ambientalistas e moradores, notadamente do biólogo Paulo Carvalho – que viria a ser um membro ativo do MCE, sobretudo na produção técnica para relatórios e projetos ligados à campanha para a criação do PESET. A empresa contava com uma licença para a construção na área que havia sido concedida por Waldenir Bragança, ainda quando este era prefeito da cidade – que em 1989 passa a ser gerida por Jorge Roberto Silveira<sup>339</sup>.

As associações de moradores da Região Oceânica tiveram papel importante para pressionar pelo cancelamento do empreendimento, notadamente a Associação de Moradores do Bairro Maravista<sup>340</sup>. Essa iniciativa ganha mais força com o início da nova administração de Jorge Roberto Silveira, que se elege em coligação com o Partido Verde, tendo como vice-prefeito Eduardo Travassos, e tendo entregue a Superintendência de Meio Ambiente para Werther Holzer e Alba Simon, todos integrantes do partido – sendo os dois últimos militantes ambientalistas engajados.

Em 20 de fevereiro do mesmo ano, a Superintendência de Meio Ambiente da Prefeitura de Niterói, então comandada por Werther Holzer, emitiu parecer contrário ao empreendimento, de maneira que o projeto foi cancelado pelo Decreto Municipal 5.611/89 de 22 de março de 1989<sup>341</sup>. O projeto de loteamento, que abrangia uma área de 900 mil metros quadrados (embora o empresário alegasse que seriam usados em torno de 30% da área) contava com uma série de omissões, como a ausência de curvas de nível definidas na planta da gleba 5; ignorou a presença de cursos d'água, afloramento

---

Fernando Pedrosa. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1987. Ver: PERTERSEN, João Batista. [Carta] 03 abr. 1987, Rio de Janeiro [para] PEDROSA, José Fernando, Rio de Janeiro. In: Acervo Pessoal de Jorge Antônio Pontes, que integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF.

<sup>338</sup> Ver: BARROS, Ana A. SATHER, Evandro B. CONCEIÇÃO, Maria C. F. da. “Implantação da Unidade de Conservação Postulada em Juízo Via Ação Civil Pública: o Caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca, RJ”. Disponível em: <<http://www.ambiental.adv.br/pest.htm>> Acessado em: 14.03.2017

<sup>339</sup> “Derrubada de mata em Itaipu provoca polêmica”, *O Globo-Niterói*, 5.02.1989.

<sup>340</sup> “Decreto veta loteamento na área de Itaipu”, *O Globo-Niterói*, 26.03.1989.

<sup>341</sup> A íntegra do decreto está disponível em: <<http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Dec.-n5611-89.pdf>>.

de lençol freático e do Brejo das Pacas, além de ter omitido a demarcação dos paredões rochosos<sup>342</sup>.

O empreendedor chegou a iniciar o corte da vegetação, mas as ferramentas foram apreendidas em ação conjunta da fiscalização municipal da então Prefeitura Distrital da Região Oceânica, do Batalhão Florestal e da FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente).

O que se identifica a partir dessas tensões é que o processo de intensificação da ocupação do solo da Região Oceânica tendeu a mobilizar nas principais arenas legítimas de disputa pública local dois modelos de relação e percepção da natureza, ambos alinhados com a cultura urbana dominante. Por um lado, as empresas imobiliárias investem em empreendimentos não apenas próximos à “natureza”, mas que ofereçam à sua clientela uma experiência exclusiva da mesma, englobando áreas de floresta e jardins disponíveis para a apreciação apenas daqueles que podem comprar os imóveis de seus condomínios, destinados para grupos de classe média alta e alta. Trata-se de produzir uma experiência privada da natureza, de maneira a extrair o maior valor de mercado possível das expectativas e ideais qualidade de vida, saúde e habitação compartilhados por esses grupos de consumidores de alto padrão econômico.

Por outro lado, as associações de moradores e movimentos ambientalistas tinham como preocupações centrais a manutenção da qualidade de vida local, associada a regulação da expansão imobiliária e populacional local, manutenção das áreas verdes, dos recursos hídricos, do valor paisagístico da região e de seu potencial para a contemplação, uso esportivo (caminhadas, escaladas, surf etc.) e turístico. No caso do movimento ambientalista, com considerável experiência técnica e de militância, somam-se a esses fatores uma preocupação destacada com a manutenção da fauna e flora originais da região, as implicações climáticas e hídricas que as áreas de floresta tem sobre a cidade e um investimento técnico-legal para mobilizar categorias jurídicas que restrinjam as relações com o meio ambiente aos usos acima mencionados.

Nesse sentido, é possível identificar um embate entre uma visão que prega o uso altamente restritivo da natureza, pautado na produção de uma experiência exclusiva com alto valor de mercado, e uma outra perspectiva mais ampliada das possibilidades de se

---

<sup>342</sup> BARROS, Ana A., PONTES, Jorge A., et al. “Aspectos ambientais e legais da conservação do Córrego dos Colibris no Parque Estadual da Serra da Tiririca/RJ”. II Simpósio de Áreas Protegidas. Conservação no Âmbito do Cone Sul. Pelotas, RS. Anais, p. 390-397. 2003

relacionar com a natureza, que busca oferecer a “todos”<sup>343</sup> o acesso a uma forma de ver, apreciar e utilizar a natureza que é específica da cultura urbana dominante partilhada por grupos de classe média e alta. Essa busca pela generalização das possibilidades de apreciação da natureza segundo esses fundamentos de classe é o que o movimento ambientalista vai denominar como um esforço de “tornar a natureza pública”. O que se vê, portanto, são duas perspectivas que vão ser disputadas nas arenas legítimas segundo uma oposição entre público e privado. Ambas são estruturadas, em última instância, pelo mesmo fundamento de classe, mas distinguem-se (e isso não é pouca coisa, já que as implicações práticas dessa distinção são relevantes) pelo grau de acesso que defendem para a apreciação dessas áreas verdes, opondo a ideia de “exclusividade” à de “acesso público” – sobretudo quando essas áreas são concebidas sob a categoria de parques ambientais<sup>344</sup>.

Essa oposição permeia profundamente as disputas em torno do processo institucionalização da Serra da Tiririca sob a categoria parque, sendo central para compreender os fundamentos das identidades ambientalistas e as tensões entre inclusão/exclusão no processo de construção de uma “natureza pública”, que tende a invisibilizar outras formas de se relacionar com a natureza que não as fundamentadas pela cultura urbana dominante.

De fato, é relevante ver como essa oposição não apenas fundamentava o debate e a identidade ambientalista no período, mas como se tornou um fator estruturante durável dessa identidade, integrando as narrativas de vida e o sentido de existência desses sujeitos. Em entrevista oral, Alba Simon sintetiza de maneira significativa o fundamento dessa identidade ambientalista, presente em todas as narrativas dos militantes entrevistados<sup>345</sup>:

---

<sup>343</sup> Coloco essa palavra entre aspas para ressaltar a necessidade de se considerar as distinções consideráveis nas possibilidades sociológicas (disponibilidade de tempo, de dinheiro, a proximidade com o local de moradia, as condições de locomoção/transporte, o tipo de lazer com que o sujeito foi socializado etc.) de acessar a apreciar esse espaços públicos naturais.

<sup>344</sup> Para escapar a um possível reducionismo, deve ser ressaltada uma outra distinção cara à identidade e ao discurso do movimento ambientalista: a preocupação com as externalidades ligadas a destruição ambiental, que tem impactos que extrapolam o nível local, agindo sobre o clima, os recursos hídricos, desequilíbrio da fauna, possibilitando a extinção de certas espécies e a multiplicação de outras, que podem gerar infestações ou mesmo disseminação de doenças etc.

<sup>345</sup> Deve-se ressaltar, no entanto, que o sentido do que é essa “natureza pública” se modificou ao longo do tempo. Alba Simon, por exemplo, teve uma experiência de gestão ambiental no governo do Acre, tendo contato com as reservas extrativistas de seringueiros, o que a fez incorporar de maneira significativa ideias socioambientais à sua identidade, concebendo como legítimo o uso racional dos

Eu fiquei pensando, o que uniu pessoas supostamente tão diferentes, numa pauta dessas, ambientalista, se ninguém tem... Eu não vim de uma cidade grande, industrial... Eu acho que eu sei o que nos uniu nessa história. É a indignação pelo caráter público do meio ambiente, é um resgate do caráter público do meio ambiente. Não importa se cada um teve uma trajetória, um tipo de pai, militar ou não. Mas teve uma coisa que todo mundo tinha na cabeça e que veio de sua trajetória, que é: o meio ambiente é de todo mundo, não pode ser privatizado. É por isso que é difícil entender que ele poderia ser utilizado por um coletivo, de pescadores, de sítiantes... Porque a gente é de uma geração que aprendeu e lutou para que ele fosse de todo mundo e não de um grupo, mesmo que esse grupo fosse tradicional. Então o resgate do caráter público do meio ambiente e, para biólogos, dos recursos naturais, é que moveu a gente a se juntar. É isso que a gente tem de comum, porque de resto a gente tem muitas coisas diferentes<sup>346</sup>.

Esse processo, portanto, evidencia como luta pelo monopólio do universal, ou seja, pela condição de falar em nome de um interesse posto como o universal, é atravessada pela dialética da democratização e da restrição ligada à posição de social do grupo que busca proferir essas verdades universais. Em outras palavras, o engajamento da militância para institucionalizar a natureza como um bem público é, na realidade, um esforço para universalizar uma forma específica de se relacionar com a mesma, típica dos grupos mais bem posicionados no espaço social urbano local.

Tais embates contra a invasão de condomínios em áreas de reserva ambiental, notadamente o caso do loteamento da Ubá Imobiliária no Córrego dos Colibris, em 1989, são vistos pelos ambientalistas<sup>347</sup> como um marco para o processo de engajamento numa campanha pública para a proteção ambiental da região na forma de

---

recursos naturais por populações nativas e participando, inclusive, do processo de aprovação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, criada em setembro de 2013.

<sup>346</sup> SIMON, Alba. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:27:35h; Transcrição: 31 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 23 out. 2014, p. 25.

<sup>347</sup> Esse fato é destacado nas narrativas de Axel Grael, Alba Simon, Jorge Antônio Pontes, Werther Holzer, Paulo Bidegain e José Chacon, seja em entrevistas para jornais em períodos próximos às datas dos fatos considerados, seja entrevistas orais concedidas entre 2014 e 2015 e arquivadas no LABHOI-UFF. Ver: 1- “Toda luta que houver nessa vida – José Chacon, presidente da AFEA, abraça qualquer causa na cidade” [entrevista], *Jornal do Brasil*, 09.04.1989. 2- “A luta pela implantação de um Parque na Serra da Tiririca” [texto de Jorge Antônio Pontes], *Folhas D’água*, nº3, ano 1, novembro, 1991. 3- GRAEL, Axel S. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 1:40:27h; Transcrição: 17 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 16 set. 2014, p.5-6; 4- BIDEGAIN, Paulo. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:16:13h; Transcrição: 24 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 13 nov. 2014, p.7. 5- SIMON, Alba. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:27:35h; Transcrição: 31 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 23 out. 2014, p.15-16. 6- HOLZER, Werther. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:24:41h; Transcrição: 29 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 10 fev. 2015, p.13-14.



parque. De fato, esse processo é um referencial cronológico relevante para marcar o processo de explosão da cobertura midiática sobre Serra da Tiririca enquanto espaço a ser protegido por ambientalistas e pela legislação. Antes disso, as notícias giravam em torno de campanhas ambientais específicas ligadas às pautas ambientais dos movimentos de bairro e movimentos ambientalistas legítimos que atuavam na Região Oceânica (o que incluía o MORE, com amplo destaque até 1989 e o MCE a partir desse ano) – como a ocupação do entorno das lagoas de Itaipu e Piratininga e sua poluição, programas de coleta de lixo, a poluição das praias etc.

Isso é verificável observando a relação entre o volume e o conteúdo das reportagens produzidas no período. Reportagens pautadas pela ideia da “Serra da Tiririca” enquanto um complexo florestal abrangente, que é objeto de ameaça/proteção, não aparecem de maneira relevante antes da projeção das disputas pelo cancelamento do loteamento da empresa Ubá<sup>348</sup>. A cobertura desse caso se concentra entre início de fevereiro de 1989 até o final de março<sup>349</sup>, alguns dias após a publicação do decreto que cancelou o empreendimento, em 22 de março. É ao longo de 1989 que a institucionalização do espaço ganha força no debate público a partir de mobilizações sistemáticas de grupos ambientalistas com visibilidade, de associações da Região Oceânica com capital político, notadamente o CCRON (Conselho Comunitário da Região Oceânica) e a Associação de Moradores de Maravista.

No mesmo ano, no dia 13 de agosto, é promovido um encontro na sede da AFEA (Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos, sob a liderança do engenheiro José Chacon de Assis), congregando grupos engajados em causas ambientais e, especificamente, na proteção da Serra da Tiririca<sup>350</sup>. Dentre eles, destaca-se a Federação das Associações de Moradores de Maricá (FAMMAR), o Grupo de Estudos Ecológicos do Rio de Janeiro (Grupo de estudantes do Colégio Itapuca, no bairro Piratininga, incentivado por Jorge Antônio Pontes, então professor de biologia na escola), o Clube

---

<sup>348</sup> No acervo online do Globo, por exemplo, quando buscamos por “Serra da Tiririca” na década de 1980 são identificadas um total de 38 reportagens. Cinco em 1980, uma em 1984, duas em 1985, duas em 1987 e 28 em 1989. É interessante notar que, antes de 1989, nenhuma das reportagens selecionadas se refere à Serra da Tiririca dentro de uma temática ambientalista, ligada à defesa ou ameaça da natureza. As reportagens de 1989, por outro lado, tratam da temática ambientalista em termos mais totalizantes, sendo que as primeiras reportagens que citam o tema se iniciam em fevereiro e março, tratando da questão do desmatamento do local em função do empreendimento da Ubá Imobiliária. A primeira reportagem da Globo sobre o tema é: “Desmatamento na Tiririca cria problema”, *O Globo-Niterói*, 05.02.1989. Esse padrão se repete também com o *Jornal do Brasil*, dentre outros.

<sup>349</sup> “Desmatamento na Tiririca cria problema”, *O Globo-Niterói*, 05.02.1989; “Decreto veta loteamento na área de Itaipu”, *O Globo-Niterói*, 26.03.1989.

<sup>350</sup> “Em defesa da Serra da Tiririca”, *O Globo-Niterói*, 13.08.1989.

de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana (CNES, representado por Jorge Antônio Pontes), o Movimento Ecológico de Itaipuaçu (representado por Cláudio Martins) e o Partido Verde – que reunia o núcleo do que viria a ser o MCE, três meses depois, e que na época tinha integrantes ocupando a gestão municipal, notadamente Werther Holzer, como Superintendente do Meio Ambiente e Alba Simon, como Gerente de Controle Ambiental. Inclusive reportagens do período colocam os esforços para embargar o condomínio Ubá como o motor inicial do engajamento na proteção da Serra da Tiririca, destacando que:

Depois que a prefeitura de Niterói conseguiu embargar a construção de um condomínio na Serra da Tiririca, vários movimentos ecológicos da cidade – animados com essa importante vitória – se unem para um voo [sic] mais alto. ‘Queremos fazer da serra uma região preservada que sirva de instrumento de educação ecológica’, explica o presidente da AFEA, José Chacon de Assis<sup>351</sup>.

O debate girava em torno da definição da melhor categoria jurídica para proteger a região. A princípio, Jorge Antônio Pontes já vinha, desde meados dos anos 1989, juntamente com estudantes do Colégio Itapuca, com a proposta de criação de uma Reserva Biológica na região, fazendo abaixo-assinados e divulgando essa proposta em eventos promovidos em parceria com o núcleo do PV que viria a formar o MCE<sup>352</sup>. Entretanto, na medida em que a campanha se avolumava, a ideia foi perdendo força, na medida em que trata-se de uma categoria extremamente restritiva, já que pressupõe a total exclusão do agente humano do ambiente protegido, o que seria praticamente inviável numa região tão urbanizada e com populações que historicamente vivem dos recursos naturais da região<sup>353</sup>. Logo foi sendo criado um consenso sobre a categoria de “parque”. A criação de parques municipais em Niterói e Maricá era vista com bons olhos, sobretudo em função da presença do PV (com quadros ambientalistas locais) no governo de Niterói, embora se considerasse que a criação de dois parques poderia ser logisticamente complicada em termos de aprovação nos meios institucionais e de superação das influências de grupos de interesse, notadamente do mercado imobiliário,

<sup>351</sup> “A serra protegida – ecologistas se reúnem na AFEA para defender a Serra da Tiririca”. *Jornal do Brasil*, 19.08.1989.

<sup>352</sup> “Passeio, vídeo e projetos. Tudo pela ecologia”. *O Globo-Niterói*, 04.06.1989. “Ecologistas defendem a Serra da Tiririca”, *O Fluminense*, 09.06.1989. “Professor quer transformar área em Reserva Biológica”, *O Globo-Niterói*, 11.06.1989. “Hoje, uma declaração de amor à Serra da Tiririca”, *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.

<sup>353</sup> “Em defesa da Serra da Tiririca”, *O Globo-Niterói*, 13.08.1989.

ao nível local<sup>354</sup>. Assim, a criação de um parque estadual já era vista como um caminho possível.

Um novo encontro é realizado no dia 27 do mesmo mês, quando é produzido um manifesto em que a coalizão, então formada por doze entidades<sup>355</sup>, se autodenomina “Frente em Defesa da Serra da Tiririca” (FDST). Nesse momento a categoria de parque estadual já era assumida como a bandeira do movimento<sup>356</sup>.

Nesse contexto, fica visível como o grupo que atuou no MORE, atuava no PV e que passou a integrar a prefeitura de Niterói (a partir de 1989, na gestão Jorge Roberto Silveira) se reúne em torno da pauta da criação do parque, construindo um sentido ao grupo alinhado com as disposições gestadas nos espaços oficiais da política, da burocracia, do mercado de trabalho e da militância em torno das principais pautas públicas legítimas da cidade. Assim, a maior parte do grupo que constituía o núcleo ativo do MORE (notadamente, Axel Graef, Alba Simon, Paulo Bidegain, Paulo Carvalho, Werther Holzer, Selma Holzer) cria uma nova entidade em novembro do mesmo ano: o Movimento Cidadania Ecológica (MCE)<sup>357</sup>.

A dimensão de classe média e alta continua a atravessar esse novo grupo que se forma em torno do antigo núcleo do MORE. Dos onze integrantes que ocupam cargos na hierarquia do MCE, cinco moram no bairro de Icaraí, três em São Francisco, um em Itacoatiara, um no bairro Badu, na região de Pendotiba, e um na cidade de São Gonçalo<sup>358</sup>.

O movimento assume seu caráter técnico já em seu estatuto, afirmando não apenas “cobrar o cumprimento da legislação ambiental em todos os níveis”, como também “assessorar tecnicamente e apoiar iniciativas relacionadas à defesa do meio ambiente e da qualidade de vida”. Afirma, ainda, que entre suas estratégias de ação estão “a elaboração de documentos técnicos descrevendo projetos e propostas”; “a redação de minutas de projetos-de-lei, decretos e outras normas legais relativas à

---

<sup>354</sup> “A serra protegida – ecologistas se reúnem na AFEA para defender a Serra da Tiririca”. *Jornal do Brasil*, 19.08.1989.

<sup>355</sup> São elas: AFEA, Movimento Ecológico de Itaipuaçu, Partido Verde, Federação das Associações de Moradores de Maricá (FAMMAR), Grupo de Estudos Ecológicos do Rio de Janeiro (GEECORJ), Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana (CNES), a FBCN, o Grupo Terra, Fundação Pró-Zoo de Niterói, o Conselho Comunitário da Região Oceânica, Associação de Moradores de Maravista, e a Associação Protetora da Flora, Fauna e Extensionismo Rural (APFFER).

<sup>356</sup> Manifesto e programa de atividades da Frente de Defesa da Serra da Tiririca, 28 de agosto de 1989. Integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” - LABHOI-UFF.

<sup>357</sup> Criado em 7 de novembro de 1989 e oficialmente registrado em 08 de janeiro de 1990.

<sup>358</sup> Registro Oficial do Movimento Cidadania Ecológica – 08.01.1990. Integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” - LABHOI-UFF.

proteção e melhoria do meio ambiente, com posterior apresentação e discussão junto aos poderes Legislativo e Executivo”; “estreitamento de relações com a comunidade científica visando embasar a entidade em sua atuação”; “assessoria técnica em atividades de outras entidades ecológicas e associações de moradores”; “promoção de Ações Cíveis Públicas Ambientais, na forma da lei 7.347/85”<sup>359</sup>. Apesar de preservar um escopo de atuação amplo, que vai desde a defesa da Baía de Guanabara até as articulações em torno da ECO-92<sup>360</sup>, a pauta central do movimento era e criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

Os integrantes do movimento eram majoritariamente formados em cursos superiores e atuantes profissionalmente com uma predominância de biólogos, embora houvesse uma diversidade razoável de profissionais, dentre os quais engenheiros florestais, administradores, arquitetos, jornalistas, geógrafos, geólogos etc., com um número considerável de militantes com experiência prévia no trato político e com prática na produção técnica ligada às disputas públicas ambientais<sup>361</sup>.

Já nesse período, desde meados de 1989, Paulo Bidegain e Axel Grael (ambos integrando o PV, ainda antes da criação do MCE) passam a atuar dando assistência técnica na questão para o Ministério Público, muito em função da relação de proximidade construída com o já citado João Batista Petersen, relação que se estende até abril de 1991, quando Axel assume a presidência do Instituto Estadual de Florestas e indica o biólogo Jorge Antônio Pontes para substituí-lo na assistência técnica do MP<sup>362</sup>.

Werther Holzer e Alba Simon ganhavam experiência de gestão pública na Superintendência de Meio Ambiente, o primeiro como superintendente e a segunda como gerente de controle ambiental. Jorge Antônio Pontes já vinha trabalhando desde 1985 no levantamento técnico da composição da flora e da fauna da região.

Nesse sentido, o que se vê na defesa ambiental da região é a explicitação de um

---

<sup>359</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>360</sup> O MCE era membro do Fórum de Organizações Não-Governamentais Brasileiras para o Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

<sup>361</sup> Dos que tinham experiência na questão das estratégias de ação de produção técnica em causas públicas ambientais, pode-se citar o Axel Grael, Paulo Bidegain, Alba Simon, Werther Holzer, Selma Holzer, Paulo Carvalho, Jorge Antônio Pontes, Omar Serrano Cláudio Martins. Registro Oficial do Movimento Cidadania Ecológica – 08.01.1990. Integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” - LABHOI-UFF.

<sup>362</sup> Ver a declaração do então Promotor de Justiça Pedro Elias Erthal Sanglard, da Equipe de Proteção ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Comunitário, feita em 25/04/1991, relatando a situação e alertando da necessidade de substituir Grael por Pontes. O documento integra o conjunto de documentos anexados na Ação Civil Pública 18.026/86, que faz parte do acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, que integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF.

processo que já vinha se gestando ao longo do processo de especialização do movimento, a saber, a incorporação e adequação de um olhar sobre a natureza construídos desde os primeiros processos de socialização ao jogo do campo burocrático e político. Como já apontado no capítulo anterior, o MORE se forma a partir do encontro do compartilhamento coletivo de um grupo pelo interesse na luta pública com a ideia de uma natureza “pura”, integrada ao estilo de vida saudável e passível de ser contemplada e vivenciada na forma de lazer, da suspensão do interesse e do tempo<sup>363</sup>.

A construção da figura do ambientalista, enquanto enunciador legítimo das necessidades, princípios e métodos que precisam ser mobilizados para uma verdadeira defesa da natureza e preservação do bem-estar comum é indissociável da compreensão e domínio das disposições e percepções adequadas aos campos legítimos de definição do público e dos problemas a ele atinentes. A mobilização de populações locais se articula com a necessidade de mobilização de técnicos, burocratas e políticos, que se dá dentro das regras que possibilitam as articulações para votações de projetos de lei, implementação de decretos, produção de relatórios técnicos e uma série de artifícios que compõem a linguagem dos jogos legítimos de definição do público.

Ao olhar para a natureza, os militantes em questão fazem mais do que uma seleção inconsciente dos espaços físicos associados ao bem-estar, a saúde e a pureza supostamente alheios ao ritmo e poluição da vida urbana, dignos, portanto, de apreciação e de proteção. Embora essa percepção estruture um certo padrão de apreensão do mundo que permanece, o olhar dos militantes passa a identificar uma série de padrões e propriedades que dão ao espaço a ser protegido seu valor enquanto bem jurídico e político. Assim, há todo um trabalho feito em múltiplas frentes para projetar politicamente não apenas a visão de natureza dos grupos dominantes que disputam seu sentido e que dão à região o seu valor simbólico específico (como fonte de qualidade de vida, com valor paisagístico e como área de grande valor de mercado), mas as propriedades que caracterizam a região como área digna de ser juridicamente protegida ante os olhos dos órgãos públicos. Trata-se de, simultaneamente, mobilizar politicamente os grupos sociais mais interessados na proteção da área (notadamente grupos de classe e média e alta com acesso à região), apelando para os fundamentos específicos de seus interesses na natureza, e produzir as bases para fundamentar uma argumentação capaz de mobilizar a legislação vigente adequando-se às demandas

---

<sup>363</sup> “O ser social, o tempo e o sentido da existência”. In: *Meditações pascalianas*. Tradução Sergio Miceli. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 253-300.

técnicas das arenas formais de decisão pública.

Nesse sentido, é claro o esforço de construção da representação da região da Serra da Tiririca, simultaneamente, como um local de um recanto de lazer e contemplação para a população em geral; enquanto um patrimônio biológico e genético; como área enquadrada nos parâmetros jurídicos de proteção ambiental (notadamente, pelas leis 4771/65, 6766/79, Resolução CONAMA 04/85, Decreto nº 99.547/90); como fonte de abastecimento dos bairros locais (a partir, sobretudo, da oferta de água); enquanto espaço para a prática científica e educação ambiental; como fator de valorização da região, fomentando o turismo e a economia<sup>364</sup>.

A exposição midiática da campanha pela criação do PESET foi notável. Inicia-se em 1989, ainda tímida em termos de volume de reportagens que tratam do tema<sup>365</sup>. As mobilizações com destaque na mídia iniciam-se em junho, a partir da organização de uma semana de eventos em torno da causa ambientalista local em razão do Dia Mundial do Meio Ambiente<sup>366</sup>. A organização foi feita pelos ecologistas do PV que vieram a constituir o MCE cinco meses depois (em novembro), dos quais alguns estavam ocupando a Superintendência de Meio Ambiente de Niterói, pela Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (AFEA) e pelo Grupo de Estudos Ecológicos do Rio de Janeiro (Geecorj), feito por estudantes do Colégio Itapuca, onde Jorge Antônio Pontes dava aula de biologia e incentivava atividades ligadas à proteção ambiental<sup>367</sup>.

Ao longo da semana foram feitas exibições de um vídeo do Chico Mendes, exibida no Centro Pascoal Carlos Magno, no Campo de São Bento; Jorge Pontes e o grupo de alunos do Itapuca se reuniram ao longo da semana na Praça Araribóia, no centro de Niterói, para coletar assinaturas para pressionar os órgãos públicos a

---

<sup>364</sup> Ver: "Projeto de Lei nº1341/90 – Dispões sobre a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca e outras providências - Exposição de motivos", formulado pela equipe técnica constituída por Paulo Bidegain, Paulo Carvalho Filho e Jorge Antônio Pontes (biólogos), Werther Holzer(arquiteto), Axel Grael (eng. Florestal) e Carlos Alberto do Nascimento (Desenhista) - todos integrantes do MCE.

<sup>365</sup> Foram identificadas pouco mais de 20 reportagens tratando do tema, predominantemente dos jornais *O Globo-Niterói*, *Jornal do Brasil* e *O Fluminense*.

<sup>366</sup> O dia do meio ambiente foi criado em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo. A conferência teve início no dia 5 de junho, sendo esta a data definida para a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

<sup>367</sup> Pontes deu aula no local entre 1987 e 1994. No período, levava seus alunos para ter noções de educação ambiental em áreas da Serra da Tiririca, inclusive se mobilizando juntamente com eles fazendo abaixo-assinados em defesa da criação de uma Reserva Biológica Municipal na região. Ver: "Professor quer transformar área em Reserva Biológica". *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.

transformarem a Serra da Tiririca em área de preservação ecológica<sup>368</sup>; foi levada à Câmara Municipal projetos de lei para embasar uma política ambiental na cidade<sup>369</sup>; organizaram uma manifestação em defesa do tombamento do Campo de São Bento; foi feito um evento (com cobertura jornalística destacada) denominado “Declaração de amor à Serra da Tiririca”, com uma excursão informativa sobre a região<sup>370</sup>. Em meio as comemorações do Dia do Meio Ambiente, o prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira, assinou um decreto tornando a Serra da Tiririca Área de Preservação Permanente (APP). De acordo com o a imprensa, a medida buscava atender “a uma reivindicação antiga de entidades ambientalistas da cidade, que sempre lutaram pela preservação da Serra da Tiririca”<sup>371</sup>. Assim, produz-se uma narrativa que busca integrar o sentido recente da luta pública ambientalista (qual seja, da construção das áreas verdes unidas sob o signo da “Serra da Tiririca” enquanto um bem a ser juridicamente preservado) à trajetória histórica das lutas ambientalistas locais.

Na semana seguinte, no dia 15 de junho, Jorge Pontes e Alba Simon fizeram uma palestra no Pampo Clube, em Itacoatiara, realizada pela Superintendência do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Niterói e pela SOAMI (Sociedade dos Amigos de Itacoatiara). As temáticas eram, respectivamente, “Necessidade de Conservação da Serra da Tiririca”, em que Pontes enfocara a riqueza biológica da mata e sua importância para a regulação do clima na região, e “Serra da Tiririca e a Legislação Ambiental”, tratando dos critérios legais para se definir uma área como reserva ecológica<sup>372</sup>.

A partir de agosto, as articulações em torno da preservação da região se intensificam, congregando um número maior de grupos tanto de Niterói quanto de Maricá, notadamente a AFEA, o PV, o Grupo de Estudos Ecológicos do Rio de Janeiro

---

<sup>368</sup> “Ecologistas defendem a Serra da Tiririca”. *O Fluminense*, 09.06.1989.

<sup>369</sup> Dentro da nova política ambiental proposta pelo núcleo do Partido Verde à Câmara Municipal, destaca-se a instituição de normas mais rígidas para a obtenção de licenciamento ambiental. A construção, instalação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais passariam a precisar de um Documento Básico Ambiental (DBA), que dependeria da aprovação da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Essa Secretaria seria responsável pelo cumprimento dessas leis, com a ajuda do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Batalhão de Polícia Florestal. “Novas normas ambientais”, *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.

<sup>370</sup> “Passeio, vídeo e projetos. Tudo pela ecologia”. *O Globo-Niterói*, 04.06.1989.

<sup>371</sup> “Serra da Tiririca tem preservação por decreto”, *O Fluminense*, 06.06.1989. “Serra da Tiririca é preservada de desmatamentos”, *O Globo-Niterói*, 10.06.1989.

<sup>372</sup> Panfleto de divulgação do evento [sem data]. Integra o acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, disponível no acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF. “Biólogos fazem palestra sobre Serra da Tiririca”, *O Fluminense*, 15.06.1989.

(Geecorj), o Clube de Conservação e Exploração Suçuarana (CNES), a Federação das Associações de Moradores de Maricá (Fammar) e o Movimento Ecológico de Itaipuaçu (MEI), sendo a base do que viria a ser a Frente de Defesa da Serra da Tiririca<sup>373</sup>.

A projeção midiática que esses grupos ganharam é reveladora dos fundamentos que pautavam o debate público sobre a natureza. A lógica da sacralização e da necessidade de defesa da natureza coloca-se como centro das estratégias de mobilização em torno da pauta, sendo amplamente reproduzida pela mídia impressa, incluindo participação de representantes do movimento no rádio e na TV.

As manchetes centravam-se na noção da natureza como um bem ameaçado a ser protegido: “Ecologistas defendem a Serra da Tiririca”<sup>374</sup>; “Serra da Tiririca: uma frente para a sua preservação”<sup>375</sup>; “A serra protegida”<sup>376</sup>; “Parque para proteger serra”<sup>377</sup>; “População se mobiliza em defesa da serra”<sup>378</sup>; “Por amor à Tiririca”<sup>379</sup>; “Hoje é o Dia da Terra. Ajude a salvar a mata da Serra da Tiririca”<sup>380</sup>; “A luta para preservar as encostas”<sup>381</sup>; “Morador tenta salvar ‘santuário’”<sup>382</sup>; “Consciência ecológica tenta salvar ‘último santuário’: Moradores saem em defesa da encosta da Serra da Tiririca”<sup>383</sup>; “Os guardiães da natureza”<sup>384</sup>; “Caminhada pela preservação do verde”<sup>385</sup>; e essa linha de construção das manchetes se segue em diversas outras reportagens.

O conteúdo das reportagens reproduziam a noção da construção pública do meio ambiente enquanto espaço de apreciação, lazer, esporte, saúde, riqueza biológica e fator de equilíbrio da qualidade de vida local. Assim, os jornalistas que cobriam o movimento, como Aura Pinheiro (O Globo-Niterói), Liane Gonçalves (Jornal do Brasil), Kátia Carneiro (O Globo-Niterói) e especialmente Marcela Vigo (O Globo-Niterói)<sup>386</sup>, tendiam a endossar o discurso dos ambientalistas locais, partilhando dos mesmos princípios de percepção do que é a natureza e de qual a relação legítima que as pessoas

---

<sup>373</sup> “AFEA marca ato para a preservação do parque”, *O Fluminense*, 09.08.1989.

<sup>374</sup> *O Fluminense*, 09.06.1989.

<sup>375</sup> *Olho Vivo*, 19.08.1989.

<sup>376</sup> *Jornal do Brasil*, 19.08.1989.

<sup>377</sup> *O Globo-Niterói*, 28.08.1989.

<sup>378</sup> *O Globo-Niterói*, 01.10.1989.

<sup>379</sup> *Jornal da AFEA*, Ano III, nº 16, dezembro, 1989.

<sup>380</sup> *O Globo-Niterói*, 22.04.1990.

<sup>381</sup> *O Globo-Niterói*, 29.07.1990.

<sup>382</sup> *O Fluminense*, 27.10.1990.

<sup>383</sup> *O Fluminense*, 27.10.1990.

<sup>384</sup> *O Fluminense*, 10.11.1990.

<sup>385</sup> *Jornal do Brasil*, 06.05.1991.

<sup>386</sup> Vigo assina várias matérias e é reconhecida por ambientalistas como uma jornalista que cobriu o movimento de maneira atuante, notadamente ao longo de 1991, período em que se concentram suas matérias sobre os atos e pautas ambientalistas em Niterói.



devem estabelecer com a mesma.

Uma reportagem do programa televisivo *Globo Ecologia*<sup>387</sup>, que foi ao ar no dia 08 de setembro de 1991, num contexto em que a aprovação do projeto de lei que criava o PESET<sup>388</sup> estava bem encaminhada, condensa de forma clara o sentido público de natureza consolidado na campanha. A narrativa da reportagem é claramente alinhada com o visão do Movimento Cidadania Ecológica do processo, descrevendo a região de maneira muito semelhante aos textos produzidos pela entidade, notadamente o "Serra da Tiririca: Proposta de Uso e Proteção (Plano de Trabalho) - 1989"<sup>389</sup> e o trabalho "Exposição de motivos para a criação do PESET"<sup>390</sup>, de 1991. Inclusive, os três entrevistados que tem inserções no programa são Alba Simon, então chefe de gabinete do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Axel Grael, presidente do mesmo instituto, e o então deputado estadual Carlos Minc, que já era próximo dos integrantes do movimento desde a formação do diretório do PV em Niterói, além de ter recebido do MCE o projeto para a criação do parque, apresentando-o na ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro)<sup>391</sup>.

O programa trata da campanha pela defesa da Serra da Tiririca, e inicia com a seguinte apresentação:

Aqui no Brasil, os segredos de um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo ainda continuam desconhecidos. E para que a ciência tenha tempo de estudar a Mata Atlântica é preciso proteger a floresta. A comunidade de Niterói, litoral do Rio de Janeiro, dá o exemplo, defendendo a Serra da Tiririca.

---

<sup>387</sup> *Globo Ecologia*, 08.09.1991. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8CcH31AtbbI>>. Acessado em novembro de 2017.

<sup>388</sup> O projeto de lei número 34/91, que estabeleceu a criação do PESET, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) no dia 14 de outubro de 1991, sendo sancionado, na forma da Lei Estadual nº 1901, pelo governador Leonel Brizola no dia 29 de novembro de 1991. Na época da divulgação da reportagem do *Globo Ecologia*, a aprovação do projeto de lei já era vista como muito provável, tanto pelos ambientalistas como pela própria mídia. "Serra da Tiririca pode virar parque estadual", *O Globo-Niterói*, 18.08.1991. "Tiririca, na trilha da preservação", *O Globo-Niterói*, 18.08.1991.

<sup>389</sup> Equipe técnica responsável: Elaborado por Paulo Bidegain e Paulo Carvalho Filho (biólogos); Colaboração técnica: Werther Holzer (arquiteto), Jorge Pontes (biólogo) e Axel Grael (eng. Florestal). O documento faz parte do acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, integrando o acervo "Movimento Ambientalista de Niterói" – LABHOI\_UFF.

<sup>390</sup> Equipe técnica: Paulo Bidegain e Paulo Carvalho Filho (biólogos), Werther (arquiteto), Jorge Pontes, Grael (eng. Florestal) e Carlos Alberto do Nascimento (Desenhista). ). O documento faz parte do acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, integrando o acervo "Movimento Ambientalista de Niterói" – LABHOI\_UFF.

<sup>391</sup> "Serra da Tiririca", carta de Alba Simon ao *Jornal do Brasil*, 26.03.1991. "A lei e a Serra", carta de Carlos Minc ao *Jornal do Brasil*, 29.03.1991. – Trechos de jornal que fazem parte do acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, integrando o acervo "Movimento Ambientalista de Niterói" – LABHOI\_UFF.

Uma voz em *off* dá um panorama das principais ameaças ao ecossistema local:

Durante quase um século, o plantio de cana-de-açúcar e café esgotou o solo da Serra da Tiririca. As sementes das plantas que restaram, carregadas por pássaros e insetos, deram origem a floresta atual. Hoje, os problemas da Serra da Tiririca são outros: loteamentos e novas residências não respeitam a legislação em vigor. A serra é considerada Área de Preservação Permanente e proteção ambiental. A expansão do cultivo de banana e a extração de minérios colocam em risco a mata. Essas atividades desrespeitam o Código Florestal, uma lei federal. Para garantir as áreas da floresta ainda não ocupadas o grupo Cidadania Ecológica vem desenvolvendo um trabalho de educação ambiental junto à população.

Após falar das vitórias já conseguidas pelo MCE (o movimento tende a ser tratado como o único protagonista dessas ações), como o embargo do condomínio Ubá em 1989, no Córrego dos Colibris, o texto segue apontando a riqueza da flora local e afirma: “Agora, o que a Serra da Tiririca precisa é ser transformada em Parque Estadual. A proposta de criação do parque partiu de uma iniciativa comunitária, liderada pelo grupo Cidadania Ecológica”.

Carlos Minc encerra o bloco unificando em sua fala as dimensões que definem a visão de natureza articulada pelo movimento e projetada na mídia:

O parque não basta estar no papel. Ele tem que estar demarcado, tem que haver um processo de educação ambiental, tem que ter biólogos, um levantamento faunístico, florístico, em suma, ele se transformar num tesouro vivo que pertence a toda a população do estado, sobretudo de Niterói e Maricá. E defender o que resta da nossa Mata Atlântica.

A visibilidade das pautas do movimento dialoga, portanto, com os padrões de generalização do discurso científico sobre a natureza, articulando essa visão com e perspectiva dominante entre os grupos urbanos de classe média e alta, que ganha espaço cada vez maior na grande mídia ao longo das décadas de 1980 e 1990. É possível notar as propriedades particulares da luta pelo universal: quando Minc diz que tem que haver um esforço político e técnico para transformar o parque “num tesouro vivo que pertence a toda a população do estado”, está, na realidade, delimitando para todos qual deve ser a relação predominante com aquela área natural, cujas condições sociológicas e culturais

de acesso e de apreciação tendem a se fazer presentes em setores específicos da população.

Nesse sentido, a cobertura jornalística tende a suprimir a visão e as pautas de grupos marginalizados situados no entorno da Serra da Tiririca. Quando são mencionados, tendem a ser retratados como grupos desprovidos da devida preocupação com a proteção ambiental, apegados em práticas arcaicas de plantio e uso dos recursos que ameaçam a natureza, a partir da extração de madeira e da derrubada de árvores para o plantio, sobretudo de banana<sup>392</sup>.

A reportagem “Consciência ecológica tenta salvar ‘último santuário’: Moradores saem em defesa da encosta da Serra da Tiririca”<sup>393</sup>, tem uma estrutura discursiva que expressa bem essa distinção cultural, em termos da possibilidade de construir representações públicas sobre si e sobre os outros, tendendo a generalizar estigmas sobre populações marginalizadas. Trata-se de uma reportagem de página inteira contendo duas reportagens. A primeira tem o título acima destacado, seguida de uma grande foto de casas próximas às encostas da Serra da Tiririca. Abaixo, há um texto de meia página contando a história de dois empresários (Maurício Santiago dos Santos e Belarmino Freire Sobrinho) e um artista plástico (Joel Romano Bartalini) que moram em sítios no Engenho do Mato e que, através de suas práticas de “defesa da encosta da Serra da Tiririca”, expressariam a “conscientização ecológica que se difunde pelo país inteiro”. O destaque seria dado aos seus esforços pelo reflorestamento da região, além de sua dedicação em impedir que sitiantes/posseiros e outros exploradores de pequeno porte, como caçadores de aves, agridas as florestas da região.

Assim, a reportagem destaca que esses moradores dotados de consciência ecológica “estão ajudando a manter a distância os exploradores de madeira e vendedores de carvão, responsáveis por algumas árvores derrubadas nas trilhas da Serra. Muitos deles são os próprios vizinhos, que querem ganhar dinheiro com os terrenos e não se preocupam com a conservação”. A reportagem segue com a fala de um dos empresários: “Eu conheço todos eles, e quando os vejo destruindo alguma coisa explico que eles podem se sustentar com o que plantam nas partes mais baixas e deixar intacta a mata virgem do alto”. A reportagem termina ressaltando a forma legítima de se relacionar com a natureza: “Apesar de ferozes com os agressores do meio ambiente, eles não fazem cara feia para quem só quer curtir a região. Joel não estranha quando vê pessoas

---

<sup>392</sup> “Em defesa da Serra da Tiririca”, *O Globo-Niterói*, 13.08.1989.

<sup>393</sup> *O Fluminense*, 27.10.1990.

passeando por seu terreno, quase sempre espantados com a beleza da mata”. E diz o artista plástico: “Se a pessoa estiver desarmada e só andando, pode acreditar que eu convido para tomar um café comigo e conhecer toda a imensidão da Serra da Tiririca”.

Abaixo dessa reportagem há a foto de um dos empresários que moram na região. Ao lado dessa foto uma pequena reportagem com o seguinte título: “Caso dos posseiros ainda sem definição”, alegando como a situação dos posseiros é um imbróglio jurídico ainda não resolvido e que “quase todos [os posseiros] querem títulos de propriedade do local por usucapião, ou seja, ocupação por mais de cinco anos”.

Ao lado dessa pequena reportagem consta uma estreita coluna com o título “Espécies animais estão acabando”, dando destaque para Jorge Antônio Pontes (enquanto representante do MCE) falando sobre a necessidade urgente de proteger juridicamente a região através da criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, visando preservar as espécies que estão ameaçadas pela exploração comercial da venda de animais silvestres. É apontada a necessidade da mudança de mentalidade dos moradores locais, que devem proteger a área.

A estrutura da reportagem expressa de maneira bastante significativa o grau de legitimidade da maneira dos sitiantes/posseiros de se relacionarem com a natureza frente ao referencial que historicamente se consolidou como público, considerando a relação entre a cultura urbana dominante incorporada por grupos de classe média e alta e o processo que dá a essa visão urbana da natureza uma forma política específica, ambientalista, a partir da formação dos movimentos verdes e do discurso ambientalista a nível tanto global quanto local.

Nesse sentido, a atuação dos militantes ambientalistas de Niterói conflita com grupos situados nos dois espectros do espaço social, sendo tensionado por motivos distintos. Por um lado, confronta-se com a especulação imobiliária, que compartilha os fundamentos da visão urbana da natureza, mas com ela diverge na maneira de usufruir e se apropriar do espaço. Os ambientalistas primam pela manutenção da qualidade de vida dos bairros da Região Oceânica e pela garantia legal da institucionalização do uso público de uma forma específica e restritiva de se relacionar com a natureza, enquanto o mercado imobiliário prioriza uma apropriação privada do espaço, proporcionando uma experiência exclusiva da natureza que maximize os lucros dos imóveis. Por outro lado, há uma tensão com o sitiantes/posseiros marcada por referenciais culturais com estruturas de sentido atribuído ao meio ambiente muito diferentes e diametralmente opostos na hierarquia do poder/legitimidade local. O uso idealizado da natureza pelos

ambientalistas e moradores urbanizados entra em conflito com o uso prático dos recursos feitos pelos sitiantes. É marcante, portanto, uma tendência de estigmatização do grupo sociologicamente pior posicionado no espaço social.

A fala de um militante do PV, o jornalista Renato Guina, ao tratar dos desafios e conquistas dos movimentos ecológicos da cidade em entrevista ao jornal *O Fluminense* reforça essa constatação: “Através da luta do PV e de movimentos ecológicos conseguimos transformar a Serra da Tiririca em Área de Preservação Permanente. Mas não basta o decreto. É imprescindível a vigilância para realmente evitar as queimadas e o desmatamento, provocado tanto pela especulação imobiliária como por pessoas mal informadas que querem plantar frutas numa área remanescente de Mata Atlântica”<sup>394</sup>.

Se por um lado os movimentos sociais se valem de sua expertise na mobilização da imprensa e das comunidades de bairro para projetar a pauta de criação do parque através de diversos eventos e manifestações organizadas pela Frente Tiririca e pelo Movimento Cidadania Ecológica<sup>395</sup>, por outro, há um grande investimento técnico e político na legitimação jurídico-institucional do parque, capaz de mobilizar recursos estatais (materiais e simbólicos) para concretizá-lo.

Entre 1987 e 1991, Jorge Antônio Pontes produz um conjunto de três estudos sobre a flora e a fauna do parque, utilizados para embasar a representação da região como um patrimônio biológico e genético.

Ainda em 1989, o MCE formou um grupo de trabalho para preparar uma proposta técnica de proteção da Serra da Tiririca. Através de sobrevoos, caminhadas para reconhecimento, levantamento de dados ambientais e análise da legislação federal, estadual e municipal foi criado o documento técnico denominado "Serra da Tiririca:

---

<sup>394</sup> “Os guardiães da natureza”, *O Fluminense*, 10.11.1990.

<sup>395</sup> No período entre 1989 até a aprovação do parque, em novembro de 1991, há um grande volume de mobilizações na região. Destaca-se: 1- o I Encontro Pró-Parque Estadual da Serra da Tiririca, em conjunto com a Associação de Moradores e Amigos do Village" de Itacoatiara, para divulgação e arrecadação de fundos para a campanha (maio/91); 2- a festa “Sacudindo a Tiririca”, no bar “La Village”, de Itacoatiara, para a divulgação e arrecadação de fundos para a campanha (maio/91); 3- a caminhada à Pedra do Elefante (ponto mais alto da Serra) em comemoração ao Tombamento Provisório da Serra pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. O Edital Serra do Mar e da Mata Atlântica foi publicado no D.O. de 6/3/91. A caminhada colocou a Serra da Tiririca e o MCE na primeira página do Jornal do Brasil (Edição de 10/3/91); 4- participação no evento "Terra e Democracia", no Aterro do Flamengo, em 1990, e na praia de São Francisco, em Niterói, em setembro de 1991, através da montagem de um stand para divulgação da Serra da Tiririca; 5- participação no programa de televisão Globo Ecologia no dia 8/9/91 sobre a importância ambiental da Serra da Tiririca e a campanha em torno de sua proteção. Ver a compilação de textos e documentos denominado “Histórico do Movimento Cidadania Ecológica”, que integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI\_UFF.

Proposta de Uso e Proteção (Plano de Trabalho) - 1989"<sup>396</sup>. Em 1991, é produzido um trabalho ainda mais detalhado, intitulado "Exposição de motivos para a criação do PESET"<sup>397</sup>. Ambos os textos eram acompanhados de mapas, abaixo-assinado, relatório fotográfico, minutas de projeto de lei, contando ainda com um parecer do Jardim Botânico do Rio de Janeiro sobre a flora da serra.

Nesse sentido, é notável como o argumento científico se articula os ideais urbanos dominantes sobre o usufruto da natureza de maneira a legitimar publicamente a campanha pela criação do parque. Isso fica claro com as justificativas apresentadas pela equipe técnica do MCE para a proteção jurídica da Serra da Tiririca sob a forma de parque, das quais abaixo são destacadas algumas:

- Ser uma área com remanescentes bióticos de Mata Atlântica, unidade biogeográfica que apresenta alto endemismo florístico e faunístico, atualmente reduzida a menos de 6% de sua área original no Brasil e menos de 9% no Estado do Rio de Janeiro (...).
- Apresentar características topográficas e de solo não adequadas à ocupação urbana.
- Possuir em vários trechos áreas consideradas pela Lei nº 4771 de 15.08.65 (Código Florestal) e pela Resolução CONAMA nº 4, de 18.08.85, como de “preservação permanente”, constituindo na forma da lei Reservas Ecológicas cuja ocupação é vedada.
- Ser protetora de uma paisagem cênica com beleza de alta qualidade, com potencial turístico para recreação e lazer. Cabe destacar que a Serra da Tiririca é intensivamente frequentada por grupos de caminhadas, alpinistas e pessoas da região em busca de vistas panorâmicas e do ambiente saudável que proporciona.
- Abrigar exemplares da flora original de Mata Atlântica, formando um banco genético de uma flora em franco processo de erosão genética, em virtude da perda de populações geográficas.
- Possibilitar, futuramente, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e pesquisa científica, por parte de entidades da sociedade civil, escolas de primeiro e segundo graus, universidades e

---

<sup>396</sup> Equipe técnica responsável: Elaborado por Paulo Bidegain e Paulo Carvalho Filho (biólogos); Colaboração técnica: Werther Holzer (arquiteto), Jorge Pontes (biólogo) e Axel Grael (eng. Florestal). O documento faz parte do acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, integrando o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI\_UFF.

<sup>397</sup> Equipe técnica: Paulo Bidegain e Paulo Carvalho Filho (biólogos), Werther (arquiteto), Jorge Pontes, Grael (eng. Florestal) e Carlos Alberto do Nascimento (Desenhista). ). O documento faz parte do acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, integrando o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI\_UFF.

Nesse período, multiplicam-se pesquisas na região, como as encabeçadas pela professora Regina Andreatta com a equipe do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, coletas feitas pelo Museu Nacional, estudos da Feema, entre outras<sup>399</sup>, que ajudam a tornar mais consistente o valor científico atribuído à Serra da Tiririca e sua importância para o equilíbrio ambiental da região.

Simultaneamente a esse processo, o movimento tem, como já apontado, intensa atuação na formulação da Lei Orgânica de Niterói, conseguido pressionar pela aprovação do artigo 323, que declara a Serra da Tiririca como Área de Preservação Permanente. Em Maricá, os ambientalistas ligados ao Professor Cláudio Martins conseguiram incluir um artigo (o art. 329) na Lei Orgânica de Maricá definindo a Serra da Tiririca como Área de Proteção Ambiental (APA)<sup>400</sup>.

Criando as bases técnicas para a mobilização que se organizava em torno da criação do parque, o movimento desenvolveu o projeto de lei (nº34/91) para lhe dar uma existência jurídica. Foi entregue, por meio do Deputado Estadual Carlos Minc, à ALERJ (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), vindo a ser publicada no diário oficial em março de 1991. A forte atuação do movimento no Partido Verde, possibilitou a construção de uma relação e articulação sólida com Minc, que mobilizou seu capital político para fazer o projeto avançar. Ao mesmo tempo, o engajamento dos militantes, que atuavam simultaneamente no MCE e no partido, na campanha de Leonel Brizola (em que o PDT coligou-se com o PV), nas eleições para governador do estado do Rio de Janeiro, em 1990, abriu importantes canais de influência na esfera estadual. Com a vitória eleitoral de Brizola, Graef é nomeado presidente do Instituto Estadual de Florestas, em março de 1991, passando a ter ingerência direta sobre a aprovação do PESET. Em 29 de novembro de 1991, o projeto é sancionado pelo governador.

O processo de construção do espaço da Serra da Tiririca sob o conceito de

---

<sup>398</sup> BIDEGAIN, Paulo; CARVALHO, Paulo et al. "Serra da Tiririca: Proposta de Uso e Proteção (Plano de Trabalho) - 1989". Movimento Cidadania Ecológica, Niterói, 1989. O documento faz parte do acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, integrando o acervo "Movimento Ambientalista de Niterói" – LABHOI\_UFF.

<sup>399</sup> "A luta pela implantação de um parque na Serra da Tiririca". [sem data – entre 15 de outubro e 28 de novembro de 1991] Texto de Jorge Antônio Pontes presente em seu acervo pessoal, que integra o acervo "Movimento Ambientalista de Niterói" – LABHOI-UFF.

<sup>400</sup> Ver: SIMON, Alba Valéria Santos. Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. Alba Valéria Santos Simon: Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003.

parque (e todas as implicações simbólicas que isso mobiliza em termos da representação do espaço) integra, portanto, uma série de fatores complexos. Articula-se a formação do interesse pela luta pública legítima com a percepção da natureza segundo o referencial da cultura urbana dominante, concebendo a natureza a partir de práticas de suspensão do tempo vinculado aos deveres cotidianos da vida urbana capitalista (notadamente, as obrigações do trabalho e da família), dos conceitos de qualidade de vida, saúde e beleza natural. Soma-se a isso a generalização de uma percepção fundamentada pelo campo científico, ligada à necessidade de preservação da riqueza biológica e genética da fauna e flora locais, além da concepção da relação das áreas verdes com o equilíbrio hídrico e climático. Tudo isso mobilizado enquanto visões de mundo sustentadas por grupos sociais inseridos dentro desse sistema relacional de legitimação orientado pela configuração do campo do poder.

Aqui faz-se necessária uma observação. Quando se aponta as estratégias de legitimação do movimento são marcadas pela articulação do discurso científico e técnico-legal com percepções sobre a natureza fundadas em experiências típicas de um certo posicionamento na hierarquia espaço social, não se quer com isso inferir que o discurso ambientalista seja reduzível a disputas de poder e de classe. Se as experiência e visões de classe certamente estruturam as possibilidades de engajamento na luta pública e de concepção das relações legítimas com a natureza, elas não dão conta de todas as dimensões do engajamento dos militantes ambientalistas. A formação universitária, a socialização com a literatura e a prática científica de áreas como a biologia, embora não sejam neutros, fundamentam uma série de constatações objetivas e empiricamente verificáveis e verificadas, tendo causas e consequências reais.

Assim, problemas públicos como o desmatamento, a ocupação sem infraestrutura, a falta de rede de esgotos, a ocupação de encostas, as queimadas e a caça tem, de fato, uma série de implicações que podem ser agravadas caso os problemas se intensifiquem, como alterações na regulação da temperatura e no fluxo de chuvas na região, e precarização nascentes e de cursos d'água locais, a poluição de lençóis freáticos que abastecem áreas que fazem uso de poços artesianos, o aumento do risco de deslizamentos de encostas, a redução da biodiversidade local, a poluição de rios e lagoas, tornando suas águas impróprias para o uso humano etc.

Não se trata, portanto, de tratar as argumentações construídas no campo científico como meras manifestações de jogos de poder. Trata-se de perceber como verdades cientificamente embasadas estão inseridas nas disputas político-culturais de



grupos que mobilizam e/ou produzem essas análises (considerando que parte relevante da análise da flora e fauna locais foram produzidas por biólogos militantes ambientalistas) na disputa da definição do sentido/classificação do mundo social. Na medida em que o discurso científico tem um peso político relevante na definição de pautas públicas, ele se articula com outras formas de discursos políticos, como o ambientalista, que, em nível local, se fundem com tensões de classe, disputas pelo uso do espaço físico, pela definição do espaço público, das políticas públicas e pelo grau de legitimação ou estigmatização dos grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente nesses conflitos. Isso ajuda a compreender o processo de criação de estigmas sobre comunidades tradicionais em meio ao processo de criação do PESET, representados como ignorantes, atrasados e irresponsáveis no trato com a natureza.

Portanto, se, por um lado, as diversas estratégias de mobilização de recursos públicos para disputa do universal – a defesa da natureza na forma da criação de um parque florestal – resultam numa ampliação do conjunto de interesses e agentes na busca por definir as relações legítimas com os recursos naturais (com implicações democratizantes no campo das lutas públicas), por outro, não deixa de incorporar uma propriedade inerente a luta pela definição do público legítimo: suas propriedades monopolistas.

Essa tensão se expressa de maneira clara no caso já mencionado dos sitiante tradicionais do Engenho do Mato – bairro de Niterói que nasce da partilha da Fazenda Engenho do Mato, próximo ao bairro de Itaipu – que possuem famílias situadas na região desde o século XIX.

O processo de imposição das categorias de natureza alinhadas com a experiência urbana dominante se intensifica a partir do processo de transformação das terras agrícolas locais em lotes urbanos fragmentados, que desdobra-se marcadamente a partir da década de 1940, quando a região oceânica como um alvo do mercado imobiliário, constituindo-se gradativamente como área de expansão da cidade. Impõe-se sobre a região uma nova política urbana, planejada em torno da lógica fundiária das cidades, não mais das práticas agrícolas. Esse processo implicou numa multiplicação de tensões e conflitos fundiários, sobretudo em função da pressão do capital imobiliário responsável pelo loteamento da fazenda do Engenho do Mato sobre os pequenos grupos sitiante organizados em torno das práticas agrícolas – notadamente a extração de lenha e o plantio de subsistência. A presença de invasores, as disputas imobiliárias em torno da região ante a demanda das classes média e alta e a precária documentação sobre a

posse da terra colocou os sitiantes tradicionais numa situação fundiária consideravelmente fragilizada, que se estendeu durante as décadas seguintes<sup>401</sup>, como já visto com mais detalhe na parte inicial do presente capítulo.

Quando do processo de criação do PESET, instituiu-se uma série de atos simbólicos e de representações oficiais atinentes ao jogo das lutas públicas legítimas que tenderam a invisibilizar a pluralidade das relações sicionaturais locais que diferentes grupos estabeleciam com a região.

A nomeação do conjunto de morros da região (Morro do Elefante, Alto Mourão, Morro da Penha, Morro do Telégrafo, Serra do Engenho do Mato, Morro do Cordovil, Morro da Serrinha e Morro do Catumbi) sob a alcunha oficial de Serra da Tiririca, ao mesmo tempo que tem a função construir uma unidade simbólica tangível para promover a luta pela criação do parque, se sobrepõe às construções locais da territorialidade e dos sistemas de classificação comunitários.

As tradições locais de exploração dos recursos naturais por parte dos sitiantes sofrem o peso das categorias oficiais que se institucionalizam, definindo como crime ou invasão práticas comunitárias reproduzidas por gerações. Categorias como “desmatamento”, “caça ilegal” etc. passam a se impor sob a forma do estigma àqueles grupos que não estão alinhados com os valores e práticas alinhados com as disposições dominantes, gestadas segundo padrões de experimentação específicos mundo natural e típicos de determinados setores com posições relativamente privilegiadas no espaço social.

A fala de um sitiante (não identificado) em entrevista para Alba Simon, já nos anos 2000, ao tratar da questão do desmatamento, é reveladora desse processo:

Se eu derrubar uns pau que já tá caindo, vem uma dúzia aí que passa aí e vê e começa a dizer que o Zezinho tá derrubando uma madeira que faz gosto. Aí, daqui a pouco vem a polícia me prender. Por quê? Um pau que derruba nasce mais cinquenta! Ainda bem que isso nunca aconteceu comigo, pois já tô sabendo agora da moda, como é que eles faz, fico de olho! Eu não burilo em nada!, eu cuido do meu sítio assim como manda a moda, se a moda manda assim, eu não vou queimar,

---

<sup>401</sup> SATHLER, Evandro Bastos. *Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”*: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. Dissertação de Doutorado. Niterói, UFF/Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2010. SIMON, Alba Valéria Santos. *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Alba Valéria Santos Simon: Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003, p.218-19.

pra levar a pior? Então, agora, eu faço roçada mas eu não desmato. Sabe como é desmatar? Eu aprendi, é assim: tem mato fechado? Se pegar uma foice e roçar tudo, derrubar tudo, tudo isso é desmatar.<sup>402</sup>

Vemos, portanto, um certo paradoxo inerente ao processo de democratização das disputas pelo sentido do público/universal. Por um lado, o transcurso da construção da figura do ambientalista e do movimento ambiental como um porta-voz de defesa do meio ambiente<sup>403</sup> se deu pelo complexo processo de integração das disposições e valores ligados a uma forma específica (notadamente ligada ao chamado mundo moderno e urbano) de apreciação do mundo biofísico com a gestão das disposições e interesses pelo engajamento nas lutas públicas legítimas, num contexto em que as possibilidades de ingresso nesse espaço de disputas se ampliaram. Isso tornou possível o confronto de interesses poderosos no campo do poder, notadamente o capital imobiliário, ampliando as possibilidades de disputa dos usos e percepções legítimas e institucionais dos recursos naturais.

Nesse quadro, os grupos que vieram a se consolidar sob a alcunha de “movimentos ambientalistas”, desenvolvendo disposições gradativamente alinhadas aos espaços legítimos de definição do público, tenderam a se construir como agentes no setor dominado do campo de poder. Isso é visível quando observamos que os grupos de vereadores que se alinham com suas propostas e identidades tendem a ser aqueles de detém menos recursos simbólicos e/ou materiais dentro de seus respectivos campos; da mesma forma, os espaços que representam as pautas ambientais tendem a ser aqueles de menor poder e capacidade de mobilização de recursos dentro do campo das instituições estatais, do nível municipal ao federal – Superintendência de Meio Ambiente, FEEMA, IEF, SERLA, CONAMA, SEMA etc., para citar instituições do período estudado.

Por outro lado, o desenvolvimento da capacidade de disputar o sentido legítimo do meio ambiente, expresso de maneira clara na luta pela criação do PESET, gerou uma tendência a negligenciar e invisibilizar assentamentos de sítios que historicamente habitavam a região em que se estabeleceu o parque. Desprovidos das disposições necessárias para acessar as condições de visibilização de suas pautas, se viram imersos numa complexa situação jurídica sobre a questão do direito à terra, na medida em que

---

<sup>402</sup> SIMON, Alba Valéria Santos. *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Alba Valéria Santos Simon: Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003, p.223.

<sup>403</sup> “Os guardiães da natureza”. *O Fluminense*. 10.11.1990 – Reportagem sobre o papel dos movimentos ambientalistas na preservação de patrimônios naturais de Niterói que expressa claramente essa ideia.

muitos sequer tinham documentos comprobatórios da posse da terra<sup>404</sup>.

O processo de criação do PESET expressa, portanto, as propriedades sociológicas do caráter público da natureza defendida pelo movimento ambientalista, associações de moradores e grupos sociologicamente próximos em termos do alinhamento de experiências, valores e visões de mundo. Faz transparecer, portanto, as propriedades particulares do esforço de universalização da categoria de natureza portada por certos grupos urbanos. Se há um esforço para limitar a expansão da apropriação privada do meio natural operada pelos agentes do mercado imobiliário, busca-se a institucionalização e, portanto, universalização dos valores e formas de se relacionar dominantes entre os moradores locais e grupos ambientalistas legítimos. Nesse sentido, constrói-se um espaço natural público cujas condições de acesso e de apreciação são restritas às formas culturais específicas à determinados setores socializados com as disposições dominantes da cultura urbana. Isso pode ser empiricamente verificado quando observamos quem tende a usufruir do parque.

Entre 2009 e 2012, o Grupo de Trabalho de Turismo em Áreas Protegidas (GTTAP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pelo Dr. Aguinaldo César Fratucci, da Faculdade de Turismo e Hospitalidade dessa universidade, em parceria com a administração do PESET, fez um levantamento do perfil dos visitantes do parque no período, a partir do projeto de extensão denominado “Observatório de Monitoramento dos Impactos do Uso Público no Parque Estadual da Serra da Tiririca”<sup>405</sup>.

De maneira geral, a pesquisa aponta que o perfil predominante dos visitantes do parque é de pessoas ente 18 e 50 anos (com uma concentração um pouco mais destacada na faixa de 18-25 anos), com alto grau de escolaridade, alto nível de renda, predominantemente motivados busca do contato com a natureza, o lazer/turismo e a prática esportiva.

Em termos quantitativos, foram entrevistadas um total de 1029 pessoas nesse período. A maioria dos visitantes mora relativamente próximo ao parque: por volta de 55% moram em Niterói, 15% em São Gonçalo, 12% no Rio de Janeiro e 8% em

---

<sup>404</sup> VALLEJO, Luiz, R. *Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, serra da Tiririca e do Desengano*. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2005.

<sup>405</sup> Sobre detalhes do projeto, ver: PELLEGRINO, Renata C. *Pesquisa e extensão da teoria à prática: o trabalho do GTTAP junto à gestão do uso público no Parque Estadual da Serra da Tiririca – RJ (2009 - 2013)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Maricá<sup>406</sup>. Por volta de 60% visitam o parque com alguma regularidade e em torno de 37% com uma frequência de uma ou mais vezes por mês<sup>407</sup>. O número de pessoas com grau de escolaridade que seja “ensino médio incompleto” ou inferior é de apenas 10%. É bastante significativo que o número de pessoas com ensino superior completo seja de 41%. Se considerarmos a faixa que abrange a categoria ensino superior completo e incompleto e pós-graduação completa e incompleta, valor chega a 67%<sup>408</sup>. A renda familiar também aponta a predominância de um perfil específico dos visitantes: em torno de 9% ganham até 2 salários mínimos. Se estendermos a faixa até um máximo de 5 salários mínimos o número ainda sim é reduzido: 28% do entrevistados. Os que ganham mais de 6 salários mínimos respondem a cerca de 60% dos visitantes, sendo que quase 30% ganham mais de 10 salários mínimos<sup>409</sup>, e em torno de 65% dos entrevistados fazem as visitas através de carro próprio<sup>410</sup>.

As motivações para a visita apontam a relação entre o perfil socioeconômico dos visitantes e sua visão/interesse na natureza. Assim, os interessados no “contato com a natureza/vista/paisagem” respondem a 32% do total; os que buscam “turismo/lazer/passeio” são 27%; e os que anseiam por “praticar esportes/atividade física” são 16% dos entrevistados<sup>411</sup>. Estes três motivos correspondem a 75% do total.

Os dados, portanto, reforçam a tese de que a definição pública da natureza a nível local é estruturada pela experiência de classe e formas específicas de percepção e experimentação da natureza compartilhadas por grupos sociais de classe média e alta. Assim, a partir das experiências de engajamento público possibilitadas pela maior permeabilidade do espaço público na década de 1980 e 1990, e das condições sociais e históricas do grupo analisado de realizar seu interesse em engajar-se na militância pública em defesa da natureza, constrói-se um espaço natural público cujas possibilidades de apreciação e acesso são relativamente restritas, já que são fundamentadas por fatores culturais típicos de determinados setores que incorporam as disposições dominantes da cultura urbana.

Nesse sentido, observando-se o conjunto da atuação dos militantes que

---

<sup>406</sup> “Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Tiririca”, INEA, Anexo 3-13, Tabela 1, Janeiro de 2015, p. 2. Disponível em: <<http://www.femerj.org/wp-content/uploads/Plano-de-manejo-do-Parque-Estadual-da-Serra-da-Tiririca-PESET-Anexos.pdf>>.

<sup>407</sup> Idem, ibidem, Tabela 13, p. 8.

<sup>408</sup> Idem, ibidem, Tabela 6, p. 4.

<sup>409</sup> Idem, ibidem, Tabela 9, p. 6.

<sup>410</sup> Idem, ibidem, Tabela 21, p. 12.

<sup>411</sup> Idem, ibidem, Tabela 22, p. 13.

integraram o MORE e, posteriormente o Movimento Cidadania Ecológica, defende-se que o grupo que formou o MORE/Cidadania tende a disputar, na medida em que se institucionaliza, o sentido das pautas públicas de maneira cada vez mais integrada às regras e princípios legítimos do campo do poder – o discurso e os instrumentos técnicos e legais, as estratégias de mobilização da opinião pública e de construção de pautas nos meios de comunicação, as articulações dentro do campo político. É nesse processo relacional que os militantes se definem, por um lado, enquanto coletividade engajada na defesa do universal e, por outro, enquanto individualidade a partir da construção do sentido da existência de cada um ao longo da integração de sua experiência de engajamento público com as outras dimensões das vivências acumuladas em sua trajetória pessoal.

Retomando os pontos centrais do capítulo, segue-se que: microscopicamente, a construção do sentido do engajamento dos ambientalistas de Niterói, foi produzido no processo de (re)definição do sentido da natureza, que fundamenta o sentido universal da luta pública do grupo, ou seja, o sentido daquilo que se quer defender publicamente. Esse sentido se transforma na medida em que as definições universais se chocam com as diversas contradições práticas dos conflitos locais (sobretudo, com as tensões entre grupos economicamente vulneráveis envolvidos em áreas e práticas ambientalmente danosas).

Macroscopicamente, a inserção gradual do movimento no campo do poder se dá sempre a partir de uma acumulação dos capitais e ocupação dos espaços dominados dentro desse campo dominante, com um baixo grau ingerência sobre o capital econômico. Isso é demonstrável em diversas dimensões. Institucionalmente, ocuparam o PV, a Superintendência de Meio Ambiente da Prefeitura de Niterói, o IEF, o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), etc. – setores dominados do campo burocrático, do campo político. O capital acumulado tende a ser o capital cultural e burocrático, na forma de conhecimento técnico-legal, sem amplo acesso aos recursos econômicos que circulam no campo das instituições estatais. Sua atuação estadual e municipal se dá em oposição às forças dominantes do campo econômico e político, notadamente o capital imobiliário e os grupos políticos dominantes das diferentes esferas institucionais, fazendo com que obter vitórias nessas disputas seja sempre uma tarefa muito difícil, implicando em frequentes derrotas e dependendo de amplas articulações, mobilização social e contexto político favorável.

Ainda assim, isso não anula sua condição de pertencimento ao campo do poder, na medida em que crescem as possibilidades de disputar e alargar as fronteiras do conceito de natureza dominante, tal como demonstrado nas tensões entre a defesa “pública” da natureza feita por ambientalistas em oposição ao projeto privado do uso da natureza segundo a lógica de mercado das empresas imobiliárias e de consumidores que demandam esse tipo de experiência “exclusiva” de áreas naturais. Entretanto, permanecem princípios de exclusão inerentes à lógica do universal dominante – que se manifestam através da invisibilização de outras formas de construção de relações com as dimensões do mundo biofísico que se denominadas como “natureza” e que não se enquadram naquela que se estabelece como dominante. Esses dois processos, macro e microssociais, são indissociáveis na prática, sendo essa divisão aqui operada apenas com finalidades de comunicação acadêmica.

# Considerações Finais

---

A análise da trajetória do movimento ambientalista de Niterói (da origem do MORE em 1980 até a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, em 1991), a partir dos referenciais teóricos aqui considerados, possibilitou a identificação de alguns fenômenos relevantes para se compreender como se constituem os movimentos ambientalistas locais considerando sua relação com as experiências de classe, o contexto político e a configuração das relações de força no espaço social.

A partir do estudo das primeiras socializações dos militantes, foi possível notar como um conjunto compartilhado de experiências urbanas e de classe média estruturou a visão de natureza mais arraigada pelo grupo aqui considerado. Esse olhar é o produto de um conjunto de fatores: os bairros em que moravam, a experiência de um tempo urbano que opõe os espaços das obrigações formais (a profissão, a escola, os estudos, os cuidados com a casa etc.) aos espaços da suspensão dessas obrigações – marcados pela experiência de um lazer associado às praias, parques e, no caso aqui considerado, à pesca, às caminhadas e trilhas, ao esporte marítimo, à vivência de parque florestais e “áreas naturais”.

Mais do que isso, foi possível perceber como esse conjunto de valores compartilhados expressa uma posição de poder: essa vivência e esse olhar sobre a natureza consolidam-se como dominantes no espaço social de Niterói, sendo os seus fundamentos compartilhados pelos grupos sociais mais bem posicionados na hierarquia de legitimidade local. São, portanto, visões de natureza que se fazem mais presentes nos espaços públicos legítimos, que são predominantemente ocupados pelos grupos que dela partilham e que tem as melhores condições de ter acesso e apreciar esse tipo de relação com a natureza – o que fica expresso, sobretudo, quando analisamos as políticas públicas de urbanização da Região Oceânica de Niterói e o histórico social de sua ocupação.

A análise do processo de formação do Movimento de Resistência Ecológica e de sua consolidação como agente legítimo na disputa da definição do sentido público de natureza nos permite compreender a relação entre a construção de uma identidade militante, a estrutura do espaço público e o contexto de ampliação das possibilidades de engajamento público no processo de redemocratização.



Partiu-se da ideia de uma hierarquia das possibilidades de experimentar e definir o que é público, produzida pela relação da pluralidade de grupos sociais desigualmente distribuídos no espaço social e organizados em relação aos centros de poder. A marginalidade ou a legitimidade desses espaços públicos se constrói relacionalmente, considerando-se sempre que os centros de poder constituídos tem uma capacidade de universalização de verdades, de categorias e sistemas de classificação muito maior do que os grupos marginalizados. Isso tem implicação direta na construção do sentido social das diversas práticas públicas e, portanto, do sentido da existência, da identidade social dos sujeitos que integram esses diferentes grupos. A visibilidade e a legitimidade da existência, por um lado, e a invisibilidade e a estigmatização da existência, por outro, se produzem, se reproduzem e se transformam na dinâmica histórica dessas relações.

Ao projetar essa perspectiva sobre o estudo do MORE, buscou-se escapar da compreensão da entidade como o produto espontâneo de um contexto favorável, marcado pela Redemocratização e pela ampliação do debate ambiental. Antes, foi considerada a relação desse contexto com fatores estruturais que marcam a organização das relações sociais a nível local. A probabilidade de grupos ambientalistas se formarem não está igualmente distribuída no espaço social. As disposições e oportunidades de se engajar nos espaços públicos legítimos em defesa de uma forma específica da natureza (aquela digna de contemplação e atenção) são muito mais prováveis de serem encontradas em certos setores da classe média do que entre pequenos agricultores ou pescadores. Nesse sentido, observar o MORE é observar uma formação social com condições sociológicas que favorecem sua existência enquanto grupo representativo, digno da alcunha legítima de “movimento ambientalista”.

Buscou-se demonstrar que o processo de formação de um grupo legítimo demanda um esforço social a ser desenvolvido pelos sujeitos que o constituem. Esse trabalho de gênese do movimento se dá, desde o início, com considerável adequação ao princípios de consagração pública constituídos. Foi possível notar uma adequação entre a posição social dos integrantes, as trajetórias de vida e seus interesses e escolhas na forma de mobilização. Assim, poucos meses após a decisão de ingressar na luta pública de maneira organizada, o nome escolhido é registrado em cartório, é definida uma sigla para representar o movimento, organizam-se manifestações públicas, se define um logo, reuniões regulares, a hierarquia institucional do movimento (presidente, diretores, secretários) etc. Na dinâmica dos debates, manifestações, manifestos, atas etc., o movimento foi definindo de maneira mais clara as verdades pelas quais luta, os

conteúdos específicos de suas verdades universais, os fundamentos de sua identidade enquanto grupo que luta pela natureza e pelo bem público. Nesse exercício prático constante, os sujeitos do grupo desenvolvem um reconhecimento de seu engajamento em uma coletividade, em um movimento. Na medida em que o movimento se legitimou e começou a apurar sua capacidade de mobilizar a mídia, de acionar os dispositivos legais, a se inserir nos espaços da política institucional, ele vai se transformando. Transforma-se na medida em que as disposições, os interesses e as relações que o atravessam vão se modificando. Desta forma, quando o movimento vai gradativamente incorporando a lógica das disputas político-partidárias, do jogo político, seu sentido vai sendo alterado. Junto a isso, se transforma a definição dos adversários e aliados nesse campo de forças (determinados partidos, vereadores, deputados, grupos empresariais etc.) e das estratégias para se relacionar com eles.

Nesse sentido, a “razão de ser” militante, o sentido da existência que impulsiona o engajamento dos sujeitos nas lutas públicas, é a matriz que produz o devir do movimento. Gradativamente, a busca pela inserção no governo, a articulação com partidos, a ocupação de cargos públicos e a tecnificação das ações e discursos passam a ser vistos como o caminho natural e necessário para a concretização das pautas e interesses do grupo. Essa relação entre os espaços públicos legítimos (que produzem as condições de percepção e de produção do que é público e legítimo) e os agentes capazes de acessá-los foi central para se compreender a gênese das forças sociais que constituem os grupos ambientalistas que se consolidam sob a aparência das essências e das verdades universais.

Quando consideramos a atuação do Movimento Cidadania Ecológica na campanha pela criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, foi possível perceber como o processo de institucionalização dessa categoria jurídica expressa um conflito de visões e interesses sobre a natureza ancorados na assimetria das posições sociais e das possibilidades de acessar os espaços de poder. A análise das estratégias e do discurso dos ambientalistas na defesa do PESET revelou que os ideais de natureza que se buscava legitimar e cristalizar eram aqueles típicos dos grupos de classe média e alta que constituem os movimentos ecológicos, e que marcam o perfil dos moradores da Região Oceânica.

Nesse sentido, a história da criação do PESET é a história da institucionalização da universalização de referenciais particulares para se relacionar com a natureza local, caros aos ambientalistas e moradores da classe média e alta urbana – notadamente, a

concepção de uma natureza a ser contemplada, ligada a ideais de qualidade de vida, lazer, saúde, tranquilidade, opondo-se ao ritmo e aos problemas da vida urbana, orientada pelo trabalho/emprego.

Há, entretanto, outras preocupações centrais para a institucionalização do parque que não são reduzíveis à visão de classe, ligados à construção de uma identidade ambientalista ancorada na trajetória acadêmica, na socialização com o discurso e método científico, além da incorporação de preocupações ambientalistas de caráter globalizante: a escassez de recursos naturais, alterações climáticas, a poluição dos recursos hídricos, a extinção de espécies da fauna e da flora etc. Tratam-se de problemas reais, com impactos objetivos ao nível local e que se articulam com os interesses e valores de classe ligados à natureza para constituir o complexo repertório de legitimação que fundamentou as estratégias dos movimentos ambientalistas e associações locais para dar força política ao projeto de criação do PESET.

O processo de institucionalização do espaço centrado na universalização e cristalização desses valores ambientalistas engendrou tensões que refletem o conjunto das relações de poder que estruturam o espaço social local. Por um lado, temos o projeto de ocupação da natureza local pensado pelo mercado imobiliário, centrado na lógica da apropriação de áreas verdes para fornecer uma experiência exclusiva da natureza, oferecendo um ideal de qualidade de vida de alto padrão, de maneira a extrair o maior valor de mercado possível das expectativas e ideais compartilhados por esses grupos de consumidores de classe média e alta. Essa visão está fundamentada, em grande medida, pela forma de ver, apreciar e utilizar a natureza que é específica da cultura urbana dominante, também incorporada pelos grupos ambientalistas aqui considerados. A diferença, portanto, se dá em dois sentidos: 1- na forma de apropriação do meio ambiente: a defesa do uso privado, por parte do capital imobiliário, em oposição ao uso “público” (sempre relativo) defendido pelos ambientalistas; 2- a preocupação com as externalidades do uso não controlado dos recursos e dos espaço naturais – como a alteração do clima local, a perda de biodiversidade, a precarização dos recursos hídricos etc. –, que tendem a ser negligenciados pelo capital imobiliário e são fatores que integram de forma relevante a visão de mundo dos ambientalistas.

Por outro lado, grupos tradicionais, cuja reprodução material e cultural está ligada a certa forma de exploração dos recursos naturais (plantio de banana em encostas, corte de madeira para lenha, desmatamento para uso agrícola da terra), tendem a ter suas demandas, interesses e visões de mundo invisibilizados nesse processo de

institucionalização do espaço sob a forma do PESET, de maneira que práticas históricas do uso do espaço passam a ser enquadradas nas categorias legais sob o estigma do “crime”, do “desmatamento”, da “ignorância” etc. Não estando alinhados com os valores e práticas dominantes, tendem a experimentar novas formas de marginalização.

Assim, se há um esforço para limitar a expansão da apropriação privada do meio natural operada pelos agentes do mercado imobiliário, busca-se a institucionalização e, portanto, universalização dos valores e formas de se relacionar dominantes entre os moradores locais e grupos ambientalistas legítimos. O processo de criação do PESET instituiu os referenciais de legitimidade para se relacionar com o espaço físico local, criando instrumentos legais para confrontar formas específicas de apropriação do espaço caras à lógica do capital imobiliário e, ao mesmo tempo, tendendo a estigmatizar grupos histórico locais que tradicionalmente vivem da exploração de recursos naturais da região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### O Globo Niterói:

- “Cidade Se Mobiliza Para Tombar Seus Monumentos Naturais – O verde deve ficar. E as pedras também”. *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 28.08.1983
- “Lazer no Campo de São Bento”. *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 28.08.1983.
- “More se une a AMAI na luta para tombar o verde”. *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 04.09.1983.
- “Domingo Ecológico”. *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 09.10.1983.
- “Em Jurujuba, Ceca vai multar quem suja Baía” - *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 06.05.1984.
- “Quem não parar de poluir vai parar de fabricar” - *O Globo-Niterói*, Rio de Janeiro, 24.06.1984.
- “Mutirão por um São Francisco verde”. *O Globo-Niterói*, 06.04.1986.
- "Prefeitura de Niterói e empresa são acionadas por desmatamento ilegal", *O Globo*, 17.11.1986.
- “More promove um ciclo de ‘Cinema e Ecologia’”. *O Globo-Niterói*, 08.03.1987.
- “Pró-verde, uma ideia para salvar as praças”. *O Globo-Niterói*, 12.04.1987.
- “Comitê quer discutir o novo código de uso de solo urbano”. *O Globo-Niterói*, 12.04.1987
- “Para todos os gostos”, *O Globo-Niterói*, 01.11.1987.
- “More promove hoje um ‘bicileato’ ”. *O Globo-Niterói*, 20.12.1987
- “More ganha espaço na TV para defender a ecologia”. *O Globo-Niterói*, 27.11.1988
- “Desmatamento na Tiririca cria problema”, *O Globo-Niterói*, 05.02.1989;
- “Derrubada de mata em Itaipu provoca polêmica”, *O Globo-Niterói*, 5.02.1989.
- “Decreto veta loteamento na área de Itaipu”, *O Globo-Niterói*, 26.03.1989.
- “Passeio, vídeo e projetos. Tudo pela ecologia”. *O Globo-Niterói*, 04.06.1989
- “Uma crítica ao romantismo do Partido Verde” [entrevista de uma página inteira (p.15) com Eduardo Lins], *O Globo-Niterói*, 04.06.1989.

- “Serra da Tiririca é preservada de desmatamentos”, *O Globo-Niterói*, 10.06.1989.
- “Guima lamenta desunião no movimento ecológico”, *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.
- “Travassos rebate críticas de Lins” [entrevista com Eduardo Travassos], *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.
- “Novas normas ambientais”, *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.
- “Professor quer transformar área em Reserva Biológica”, *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.
- “Hoje, uma declaração de amor à Serra da Tiririca”, *O Globo-Niterói*, 11.06.1989.
- “Em defesa da Serra da Tiririca”, *O Globo-Niterói*, 13.08.1989.
- “Parque para proteger serra”, *O Globo-Niterói*, 28.08.1989.
- “População se mobiliza em defesa da serra”, *O Globo-Niterói*, 01.10.1989.
- “Hoje é o Dia da Terra. Ajude a salvar a mata da Serra da Tiririca”, *O Globo-Niterói*, 22.04.1990.
- “A luta para preservar as encostas”, *O Globo-Niterói*, 29.07.1990.
- “Serra da Tiririca pode virar parque estadual”, *O Globo-Niterói*, 18.08.1991.
- “Tiririca, na trilha da preservação”, *O Globo-Niterói*, 18.08.1991.

### **Jornal do Brasil:**

- “Nas águas poluídas da Baía, a regata do protesto”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02.07.1980.
- “Jurujuba protesta contra as fábricas de sardinha”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.12.1980.
- “Jurujuba protesta contra as fábricas de sardinha”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.12.1980.
- “Indústria de sardinha que polui enseada de Niterói vai ser punida pela FEEMA”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18.12.1980.
- “Indústria de sardinha que polui enseada de Niterói vai ser punida pela FEEMA”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18.12.1980.
- “Movimento defende Piratininga”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12.08.1981.

- “Niterói quer lagoa preservada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17.10.1982.
- “Regata do Esfregão, em Niterói, limpa ilha que político pichou com cal”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.03.1982
- “Regata do Esfregão, em Niterói, limpa ilha que político pichou com cal”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15.03.1982.
- “Ecologia Resiste”. *Jornal do Brasil*, 05.03.1987.
- “A hora é de falar o que o povo entende”. *Jornal do Brasil*, 04.04.1988.
- “Poluição em Jurujuba movimenta ecologistas”. *Jornal do Brasil*, 23.07.1988.
- “Toda luta que houver nessa vida – José Chacon, presidente da AFEA, abraça qualquer causa na cidade” [entrevista], *Jornal do Brasil*, 09.04.1989.
- “A serra protegida – ecologistas se reúnem na AFEA para defender a Serra da Tiririca”. *Jornal do Brasil*, 19.08.1989.
- “Parque para proteger a serra”, *Jornal do Brasil*, 28.08.1989.
- “Serra da Tiririca”, carta de Alba Simon ao *Jornal do Brasil*, 26.03.1991.
- “A lei e a Serra”, carta de Carlos Minc ao *Jornal do Brasil*, 29.03.1991.
- “Caminhada pela preservação do verde”, *Jornal do Brasil*, 06.05.1991.
- “A luta pela implantação de um Parque na Serra da Tiririca” [texto de Jorge Antônio Pontes], Folhas D’água, nº3, ano 1, novembro, 1991.

**Jornal O Fluminense:**

- “Niterói teme invasão de reserva florestal”, *O Fluminense* – 27.11.1986.
- “Ecologistas defendem a Serra da Tiririca”, *O Fluminense*, 09.06.1989.
- “Serra da Tiririca é preservada de desmatamentos”, *O Globo-Niterói*, 10.06.1989.
- “Biólogos fazem palestra sobre Serra da Tiririca”, *O Fluminense*, 15.06.1989.
- “AFEA marca ato para a preservação do parque”, *O Fluminense*, 09.08.1989.
- “Morador tenta salvar ‘santuário’”. *O Fluminense*, 27.10.1990.
- “Consciência ecológica tenta salvar ‘último santuário’: Moradores saem em defesa da encosta da Serra da Tiririca”, *O Fluminense*, 27.10.1990.

- “Os guardiães da natureza”, *O Fluminense*, 10.11.1990.

#### **Jornal da AFEA:**

- “Por amor à Tiririca”, *Jornal da AFEA*, Ano III, nº 16, dezembro, 1989.

#### **Jornal Folhas D’agua:**

- “A luta pela implantação de um Parque na Serra da Tiririca” [texto de Jorge Antônio Pontes], *Folhas D’agua*, nº3, ano 1, novembro, 1991.

#### **Jornal de Icaraí:**

- “‘Resistência Ecológica’: Jovens querem todos lutando em favor de Piratininga e Jurujuba”. *Jornal de Icaraí*, 15 a 21.08.1981.

#### **Jornal Olho Vivo:**

“Serra da Tiririca: uma frete para a sua preservação”, *Olho Vivo*, 19.08.1989.

#### **Documentos produzidos pelo movimento:**

- Registro Oficial do Movimento de Resistência Ecológica. 09.01.1981. Integra o acervo pessoal de Alba Simon. Disponível no acervo “Movimento Ambientalista de Niterói”- LABHOI-UFF.

- Panfleto de divulgação da “Festa do MORE”, programada para acontecer no dia 16/06/1988, no Casarão das Artes, no bairro Charitas, em Niterói. - Acervo de Alba Simon, que integra o acervo “Lideranças Ambientalistas Niteroienses” do LABHOI-UFF.

- “Proteção para a Serra da Tiririca”. Manifesto do Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana (CNES), assinado pelo seu presidente, o biólogo Jorge Antônio Pontes. 1987. O documento faz parte do acervo pessoal de Pontes, que integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF.

PERTERSEN, João Batista. [Carta] 03 abr. 1987, Rio de Janeiro [para] PEDROSA, José Fernando, Rio de Janeiro



PONTES, J.A.L. “Serra da Tiririca, RJ. Necessidade de conservação (1a Contribuição)”. Bol. FBCN, Rio de Janeiro, n. 22, p. 89 – 94, 1987.

- “Proteção para a Serra da Tiririca”. Manifesto do Clube de Conservação da Natureza e Exploração Suçuarana (CNES), assinado pelo seu presidente, o biólogo Jorge Antônio Pontes. 1987. O documento faz parte do acervo pessoal de Pontes, que integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF

- BIDEGAIN, Paulo; CARVALHO, Paulo et al. "Serra da Tiririca: Proposta de Uso e Proteção (Plano de Trabalho) - 1989". Movimento Cidadania Ecológica, Niterói, 1989. O documento faz parte do acervo pessoal de Jorge Antônio Pontes, integrando o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI\_UFF.

- Programa de atividades da Frente de Defesa da Serra da Tiririca, 28.08.1989. Integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” - LABHOI-UFF.

- Registro Oficial do Movimento Cidadania Ecológica – 08.01.1990 Integra o acervo pessoal de Alba Simon. Disponível no acervo “Movimento Ambientalista de Niterói”- LABHOI-UFF.

- BIDEGAIN, P, PONTES, J. Et al. "Projeto de Lei nº1341/90 – Dispões sobre a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca e outras providências - Exposição de motivos”, 1991. [formulado pela equipe técnica constituída por Paulo Bidegain, Paulo Carvalho Filho e Jorge Antônio Pontes (biólogos), Werther Holzer(arquiteto), Axel Grael (eng. Florestal) e Carlos Alberto do Nascimento (Desenhista) - todos integrantes do MCE].

- “A luta pela implantação de um parque na Serra da Tiririca”. [sem data – entre 15 de outubro e 28 de novembro de 1991] Texto de Jorge Antônio Pontes presente em seu acervo pessoal, que integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” – LABHOI-UFF.

- “Histórico do Movimento Cidadania Ecológica”, 1991. Integra o acervo “Movimento Ambientalista de Niterói” - LABHOI-UFF

### **Programa de TV:**

*Globo Ecologia*, 08.09.1991. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=8CcH31AtbbI>>. Acessado em novembro de 2017.

### **Documento estatais:**

Plano Diretor de Niterói – “Relatório das visitas realizadas a órgãos públicos e entidades para obtenção de informações e dados”, 1991. Disponível em:

[http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/arquivos\\_biblioteca/planejamento/planodiretor1992/RelatorioDeVisitaAOrgaosPublicosEEntidades.pdf](http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/arquivos_biblioteca/planejamento/planodiretor1992/RelatorioDeVisitaAOrgaosPublicosEEntidades.pdf)

Decreto Municipal 5.611/89. 22 mar. 1989. Disponível em: <<http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Dec.-n5611-89.pdf>>.

“Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Tiririca”, INEA, Anexos, Janeiro de 2015, p. 2. Disponível em: <<http://www.femerj.org/wp-content/uploads/Plano-de-manejo-do-Parque-Estadual-da-Serra-da-Tiririca-PESET-Anexos.pdf>>.

### **Entrevistas:**

GRAEL, Axel S. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 1:40:27h; Transcrição: 17 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 16 set. 2014.

BIDEGAIN, Paulo. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:16:13h; Transcrição: 24 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 13 nov. 2014.

SIMON, Alba. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:27:35h; Transcrição: 31 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 23 out. 2014.

HOLZER, Werther. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:24:41h; Transcrição: 29 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 10 fev. 2015.

PONTES, Jorge A. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 0:57:28h; Transcrição: 11 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 12 mar. 2015.

SARDO, Gerhard. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:27:47h; Transcrição: 30 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 30 jul. 2014.

OLIVEIRA, Vagner da S. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:21:57h; Transcrição: 26 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 08 mai. 2015.

CHACON DE ASSIS, José. Entrevista concedida a Juniele Rabêlo e Cainã Gusmão. Duração: 2:22:04h; Transcrição: 32 páginas. Niterói-RJ:Labhoi/UFF, 27 mai. 2015.

### **BIBLIOGRAFIA**

AGGIO, Alberto. “Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro”. Estudos de Sociologia, v. 1, n. 1, 1996

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Historicidade, sujeito e oralidade. In: MARCHIORI, Marlene. (Org.). História e Memória. 1ed.São Paulo / Rio de Janeiro: Difusão Editora / Senac, 2013, v. 1, p. 43-53.

ALMEIDA, J. R.; GUSMÃO, Cainã. “Movimento ecológico e história oral: Das narrativas públicas à análise do acervo” In: ALMEIDA, J. R (Org.) *História oral e movimento social*. São Paulo, Ed. Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, J. R.; GUSMÃO, Cainã. “História de vida e ambientalismo: narrativas de um homem público da cidade de Niterói”. *Revista Oralidades, USP*, Ano 9 n.14 - jan-dez/2015, p. 219-236.

ALONSO, A., COSTA, V. MACIEL, D. “O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil”. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, Florianópolis; 25 a 27 de abril de 2007, p.121-144.

ALONSO, Angela e COSTA, Valeriano. “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”. *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS*. No. 53, 1o. semestre de 2002, pp.35-78.

\_\_\_\_\_. “Environmental perception and political mobilization in Rio de Janeiro and São Paulo: A comparative analysis”. In: *Science and citizens. Globalization & the challenge of engagement*; DRC Series with Zed Press, 2005. Disponível em: <<http://www.cebrap.org.br/v3/arquivos/artigos/environmental-perception-rio-de-janeiro-and-sao-paulo-9071.pdf>>. Acessado em: 09 de dezembro de 2016.

ANTUNIASSI, M. H. R.; MAGDALENA, C.; GIANANTI, R. *O Movimento Ambientalista Em São Paulo: Análise Sociológica de Um Movimento Social Urbano*. São Paulo, CERU, Coleção de Textos, n.2, 1989.

ARNOLD, D. *The problem of Nature*. Oxford: Blackwell, 1996.

AZEVEDO, M., BENEDICTO, D., JÚNIOR, S. “Expressões e Vestígios Modernistas na Capital Fluminense nas décadas de 1940, 1950,1960 e seus Valores como Patrimônio Urbano”. Acessado em Junho de 2017. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/111R.pdf>

AZEVEDO, Marlice; SERRANO, Cinthia. “Expansão Urbana e Urbanização dispersa. Duas faces da mesma moeda?”. *LIII Congresso Internacional de Americanistas*. 2009. Acessado em meio de 2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7146650-Expansao-urbana-e-urbanizacao-dispersa-duas-faces-da-mesma-moeda-marlice-nazareth-soares-de-azevedo-1-cinthia-lobato-serrano-2.html>

BACKHAUSER, Everardo. *Minha terra e minha vida*. Niterói; Niterói Livros. 1994.

BARROS, Ana A., PONTES, Jorge A., et al. “Aspectos ambientais e legais da conservação do Córrego dos Colibris no Parque Estadual da Serra da Tiririca/RJ”. *II Simpósio de Áreas Protegidas. Conservação no Âmbito do Cone Sul*. Pelotas, RS. Anais, p. 390-397. 2003

BENTES, Júlio Cláudio. *Dispersão urbana no Médio Paraíba Fluminense*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), São Paulo, 2014.

BOURDIEU, P, WAQCQUANT, W. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge, Polity Press, 1992.

\_\_\_\_\_. “From ruling class to field of power”. *Theory, Culture & Society*, 10(1), 1993, p. 19-44.

BOURDIEU, Pierre. “As duas faces do Estado”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, jan. 2012, p. 14-17.

\_\_\_\_\_. “Espaço social e poder simbólico”. In: \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. “O poder simbólico e a fabricação de grupos”. *Revista Novos Estudos*, n.96, Julho de 2013, p.87-103.

\_\_\_\_\_. “O ser social, o tempo e o sentido da existência”. In: *Meditações pascalianas*. Tradução Sergio Miceli. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 253-300.

\_\_\_\_\_. “Espaço social e campo do poder”. In: *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papiurus, 1996, p.48-52.

\_\_\_\_\_. “A delegação e o fetichismo político”. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. “Social Space and Symbolic Power”. *Sociological Theory*, Vol. 7, No. 1. (Spring), 1989, p.20. Disponível em: <<http://www.soc.ucsb.edu/ct/pages/JWM/Syllabi/Bourdieu/SocSpaceSPowr.pdf>>

\_\_\_\_\_. “O mistério do ministério: das vontades particulares à ‘vontade geral’”. In: *O Mistério do Ministério, Pierre Bourdieu e a política democrática*. Loïc Waquant (Org.) - Rio de Janeiro: Revan, 2005

\_\_\_\_\_. *Esboço de uma teoria da prática*; Celta Editora, Portugal, 2002

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil; 1989.

\_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP, ed. Papiurus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. 1ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

BÜLOW, Marisa von; ABERS, Rebecca. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989.

CODATO, Adriano Nervo. “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”. *Revista Sociologia Política*. 2005, n. 25, p.83-106.

CORBIN, Alain. *Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CRONON, W. In search of Nature. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Uncommon ground: rethinking the human place in Nature*. New York: Norton, 1996.

DELGADO, Lucília de A. N. “Diretas Já vozes das cidades”. In: FERREIRA, Jorge Luís; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia: 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.411-426.

DIAS, Eduardo Camacho. *Ruralidade e expansão urbana em análise para o desenvolvimento do turismo de base local no Engenho do Mato, Niterói*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Turismo na UFF. Niterói, 2011.

DIEGUES, Antonio C. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática. 1983.

DIEGUES, Antonio C. *Ilhas e Mares – simbolismo e imaginário*. São Paulo, Hucitec, 1998.

DRUMMOND, José A.; BARROS-PLATIAU, ANA F. “Brazilian Environmental Laws and Policies, 1934–2002: A Critical Overview”. *LAW & POLICY*, Vol. 28, No. 1, January 2006.

DRUMMOND, José A.; FRANCO, José L. De Andrade. “Wilderness and the Brazilian Mind (I): Nation and Nature in Brazil from the 1920s to the 1940s”, *Environmental History* 13 (October 2008), p. 724-750.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes de suor: A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói, EdUFF, 1999.

FARIAS, José M.; VIANA, Célio M., MACHADO, Marcello de B. “A construção da hospitalidade turística na história da cidade de Niterói – RJ”. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. VIII, n. 1, p. 58-77, jan.-jun. 2011.

FERREIRA, Marieta de M., AMADO, J., 1996, *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de

Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

FUKS, Mário. “Natureza e meio ambiente: a caminho da construção de um consenso social”. In: *Ecologia, ciência e política*. Coordenado por Mirian Goldenberg; Rio de Janeiro, Editora Revan, 1992, p.121-134.

\_\_\_\_\_. “Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro”. *Dados* v. 41 n. 1 Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100003>

\_\_\_\_\_. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro – ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.

HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Duke University Press, 2007.

JOUTARD, Philippe. “Desafios à História Oral do Século XXI”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, T.M. e ALBERTI, V. (orgs.), *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.34.

KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1997

KNAUSS, Paulo (coordenador). *Sorriso da Cidade: Imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: Como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Niterói, EdUFF, 2010.

MACHADO, Elisabeth M. *Governança urbana no município de Niterói – RJ: a emergência de territorialidades e conflitos em Cambinhas*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ. Rio de Janeiro, 2011.

MARCOLINI, Sérgio. *Ambiente urbano e geração de viagens: Niterói, um estudo de caso*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996, p.15.

MENDONÇA, Lúcia, M. *De fazenda a bairro: Notas para a historiografia do Engenho do Mato*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História do

Brasil. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.

MENEGUELLO, Raquel. *PT: A formação de um Partido – 1979/1982*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UNB, 1982.

MIZUBUTI, Satie; FRANCA, Maria Cecília. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1987.[s.n.], São Paulo, 1987.

MOTA, Fabio R. “O meio ambiente contra a sociedade? Controvérsias públicas, reconhecimento e cidadania no Brasil”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 7 - no 1 - Jan/Fev/Mar 2014 - p. 39-57.

MOTA, Fabio R. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF. Niterói, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MURARI, Luciana. *Tudo mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NERY, Vanderley. *A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa*. Tese em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

PÁDUA, José Augusto - “O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos”. In: *Ecologia e Política Mundial*. Org. LEIS, H., VIOLA, E., et al. Ed FASE, AIRI/PUC-RIO, 1991.

\_\_\_\_\_. “As bases teóricas da história ambiental”. *estudos avançados* 24 (68), 2010.

\_\_\_\_\_. “Environmentalism in Brazil: an Historical Perspective”. In: McNeill, J.R.; Maldin, E. (Org.). *A Companion to Global Environmental History*. 1ed.Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, v., p. 455-473. Disponível em: <<https://ufrj.academia.edu/Jos%C3%A9AugustoP%C3%A1dua>>. Acessado em agosto de 2016.

PAEZ. Luciano G. *Dinâmica territorial no município de Niterói: um foco na emergência dos condomínios fechados da Região Oceânica*. Dissertação de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais; Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2006.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

PELLEGRINO, Renata C. *Pesquisa e extensão da teoria à prática: o trabalho do GTTAP junto à gestão do uso público no Parque Estadual da Serra da Tiririca – RJ (2009 - 2013)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

PEREIRA, Luciana Freitas. “Revisitando Itaipu: um ensaio de antropologia visual” – In: KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

PESSANHA, Eliana G. A Fonte. “Niterói Operário: o caso dos trabalhadores da indústria naval”. In: MARTINS, Ismênia; KNAUSS, Paulo (org.). *Cidade Múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997, p.159-162.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? - Projeto História. São Paulo, PUC/SP, n14, 1997.

PRADO, Luiz C. D., EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-73)”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de A. N (Organizadores). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Coleção Brasil Republicano, v.4, 2ª edição; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RITTER, Paula . *Da Roça ao Mar: Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói (RJ)*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2007p.40.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologias e composição social*. São Paulo, EDUSP, 2002.

SADER, Emir (org.). *E agora PT: caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SATHLER, Evandro Bastos. *Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação” : perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas*. Dissertação de Doutorado. Niterói, UFF/Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2010.

SEILER, Daniel-Louis. *Os partidos políticos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.



SILVA, Filipe Oliveira da. *Matas folheadas: imprensa, práticas letradas e sociabilidade de proteção à natureza na Revista Florestal (1929-1949)*. Dissertação de mestrado; Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2017, p.50-54.

SIMON, Alba Valéria Santos. *Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Niterói, 2003.

SWYNGEDOUW, Erik. “A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VALLEJO, Luiz, R. *Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, serra da Tiririca e do Desengano*. 2005. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

VALVERDE, L.F. *O papel da estrutura fundiária, das normativas urbanas e dos paradigmas urbanísticos na configuração espacial da região oceânica de Niterói, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2001.

VERSIANI, Maria Helena. “Uma República na Constituinte (1985-1988)”. *Revista Brasileira de História*, v. 30, p. 233-252, 2010.

VIOLA, E. “Movimento ecológico e partido verde no Brasil: Notas sobre uma relação muito complexa”. 2º encontro ANPOCS, 1987.

VIOLA, E. “O movimento ecológico no Brasil (1974-86): do ambientalismo à ecopolítica”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol1, n3, 1987.

VIOLA, Eduardo. “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. In: *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico*. Coordenadora: Mirian Goldenberg – Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VIOLA, E. & LEIS, H. “O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: O desafio de uma estratégia globalista viável”. In: Viola, E. J., Leis, H. R., Scherer-Warren, I. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais*, 2. ed. Cortez, São Paulo, 1995.

VIOLA, E. e BOEIRA, S. “A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80”. In: *Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira*, Brasília, Ibama, 1990.

VIOLA, Eduardo; VIEIRA, Paulo. “Da preservação à natureza e de controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao

movimento ambientalista no Brasil”. *Revista de Administração Pública*, 26, out/dez. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

WACQUANT, Loïc (Organiz.). “O poder simbólico na dominação da ‘Nobreza de Estado’”. In: *O Mistério do Ministério, Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005

WACQUANT, Loïc. “O poder simbólico e a prática democrática”. In: *O Mistério do Ministério, Pierre Bourdieu e a política democrática*. Loïc Waquant (Org.) - Rio de Janeiro: Revan, 2005 p.16.

\_\_\_\_\_. “On the tracks of symbolic power: prefatory notes to Bourdieu’s ‘state nobility’”. *Theory, Culture & Society*. Vol. 10, 1993, p.1-17.

WELCH, Clifford Andrew. “Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 36 no.71 São Paulo Jan./Abr. 2016

WILLIAMS, Raymond. “Ideias sobre a natureza”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.89-114.